

EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: CAMINHOS DA FORMAÇÃO CIDADÃ E A REALIDADE BRASILEIRA

Helena Portes Sava de Farias
Rômulo Terminelis da Silva
Organizadores

The logo for Epilaya Editora features a stylized graphic of a bird or a wing above the word "epilaya" in a lowercase, serif font. Below the name, the word "Editora" is written in a smaller, sans-serif font.

epilaya
Editora



Helena Portes Sava de Farias
Rômulo Terminelis da Silva
Organizadores

EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE:
CAMINHOS DA FORMAÇÃO CIDADÃ E A
REALIDADE BRASILEIRA

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação, saúde e meio ambiente [livro eletrônico] : caminhos da formação cidadã e a realidade brasileira / Organizadores Helena Portes Sava de Farias, Rômulo Terminelis da Silva. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2022.
192pag.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN . 978-65-87809-51-9

1. Educação. 2. Saúde. 3. Meio ambiente. I. Farias, Helena Portes Sava de. II. Silva, Rômulo Terminelis da.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior –CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>


epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias
Rômulo Terminelis da Silva
Organizadoras

EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE:
CAMINHOS DA FORMAÇÃO CIDADÃ E A
REALIDADE BRASILEIRA



Rio de Janeiro – RJ
2022

CONSELHO EDITORIAL

| | |
|-----------------------------|------------------------------|
| EDITOR RESPONSÁVEL | Bruno Matos de Farias |
| ASSESSORIA EDITORIAL | Helena Portes Sava de Farias |
| ASSISTENTE EDITORIAL | Milene Cordeiro de Farias |
| MARKETING / DESIGN | Gercton Bernardo Coitinho |
| DIAGRAMAÇÃO/ CAPA | Bruno Matos de Farias |
| REVISÃO | Autores |

COMITÊ CIENTÍFICO

| | |
|----------------------|---|
| PESQUISADORES | Profa. Kátia Eliane Santos Avelar |
| | Profa. Fabiana Ferreira Koopmans |
| | Profa. Maria Lelita Xavier |
| | Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo |
| | Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro |
| | Profa. Cleide Gonçalo Rufino |
| | Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira |
| | Profa. Pauline Balabuch |
| | Prof. Thiago de Freitas França |
| | Prof. Daniel da Silva Granadeiro |

APRESENTAÇÃO

A reflexão sobre a educação brasileira, saúde e meio ambiente: Caminhos da formação cidadã e a realidade brasileira, é a temática que propõe e enfatiza os pilares elementares no campo acadêmico do ensino, da pesquisa e extensão como ponto de partida para o saber científico, produzindo e construindo novas formas de conhecimento, inovação tecnológica, transformação e crescimento intelectual de novos saberes científicos. O desenvolvimento dos processos científicos favorece o reconhecimento de temas atuais abordados neste livro para um aprendizado de excelência. Todo saber passa pelo processo do reconhecimento motivado pelas experiências empíricas do senso comum até chegar na lógica racional da epistemologia do conhecimento para fundamentação da ciência.

Na atualidade pode se observar avanços de produção intelectual, que tem proporcionado novas descobertas com os artigos de pesquisas, que tem contribuído para o avanço científico e para as investigações científicas no pluralismo cultural que envolve a Educação, saúde e meio ambiente, considerando o multiculturalismo social, político e econômico em sua abordagem no campo da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Por ser assim, os artigos listados neste livro trazem uma riqueza de contato científico pautados na Educação em suas particularidades psicopedagógicas, o processo de ensino-aprendizagem que envolve o docente, o aluno e a inclusão, a formação, o tecnológico e os jogos digitais educacionais, os saberes, aspectos étnicos, culturais, políticos e sociais e na valorização dos Direitos Humanos percorrendo os caminhos para a formação cidadã e a realidade brasileira. Na busca do saber científico também enfatiza na saúde a relação médico-paciente em uma visão psicanalítica, usando a tecnologia da informação e suas potencialidades na gestão de pessoas utilização o Frameworks, a neurociência e seus aspectos cognitivos na aprendizagem, na sua relação com a neuroeducação e neurodidática, os aspectos da psicologia da educação no desenvolvimento da afetividade, e da fisioterapia no acompanhamento de idosos diagnosticados com doença de Parkinson. Todos os compêndios de escritos científicos estão voltados para a produção de novos saberes e também se tornam ferramentas para iniciação de outras linhas de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, quantitativa, de campo, correlacional, descritiva, hipotético-dedutiva e também na experiência da pesquisa-ação realizada.

Atualmente, o Brasil está em 13^o no ranking mundial de produção científica. Precisamos evoluir no quesito ensino, pesquisa e extensão para que essa seja uma realidade brasileira produzindo uma cosmovisão científica em toda a nação.

A humanidade vive atualmente um momento de grande transformação em sua história, principalmente devido ao progresso

tecnológico e digital, em todas as esferas de sua existência, na produção econômica de mercadorias naturais, nas relações políticas da vida social; na construção da cultura e na produção de pesquisa. Esta nova situação exige um ajustamento à escala de todas as práticas que regulam a sua realidade histórica, nomeadamente o trabalho, a cultura social e simbólica e a produção e construção de novos saberes, conhecimentos, habilidades e competências.

Boa leitura!

Dr. Rômulo Terminelis da Silva, Ph.D.

Psicólogo. Pedagogo. Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínico.

Pós-graduado em Neuropsicologia.

Pós-graduado em Terapia Cognitivo Comportamental.

Pós-graduado em Metodologia Científica,

Normas Técnicas e Orientação para Trabalhos Acadêmicos.

Mestre em educação - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB,

Doutorado em Educação - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB e

Pós-Doutorado em educação - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| <i>Capítulo 1</i> | 09 |
| INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS | |
| <i>Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni</i> | |
| <i>Capítulo 2</i> | 23 |
| “QUE PUTARIA É ESSA AÍ”? A ATUAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA (E DA POLÍCIA) NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO | |
| <i>Manuel Flavio Saiol Pacheco</i> | |
| <i>Capítulo 3</i> | 34 |
| FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA O SÉCULO XXI: FACILITANDO O ACESSO A APRENDIZAGEM | |
| <i>Fernando Pereira Barbosa</i> | |
| <i>Capítulo 4</i> | 39 |
| RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PESQUISA-AÇÃO REALIZADA COM ALUNOS DA TURMA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PIAUÍ | |
| <i>Amanda Princy Batista Silva</i> | |
| <i>Capítulo 5</i> | 58 |
| RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: UMA VISÃO PSICANALÍTICA | |
| <i>Lauren Spadotin Penteado; Maria Luisa da Silva; Davidson Sepini Gonçalves</i> | |
| <i>Capítulo 6</i> | 70 |
| FRAMEWORKS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SUAS POTENCIALIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS | |
| <i>Jefferson Carvalho Dantas</i> | |
| <i>Capítulo 7</i> | 81 |
| AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA NA APRENDIZAGEM: NEUROEDUCAÇÃO E NEURODIDÁTICA: O CÉREBRO O ÓRGÃO PRINCIPAL DA APRENDIZAGEM | |
| <i>Rômulo Terminelis da Silva</i> | |
| <i>Capítulo 8</i> | 96 |
| A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: ORIENTAÇÃO DOCENTE NO PLANEJAMENTO VISANDO CONTEMPLAR OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS | |
| <i>Rômulo Terminelis da Silva</i> | |

| | |
|--|-----|
| <i>Capítulo 9</i> | 111 |
| A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | |
| <i>Eleuza Mendes de Moraes; Jesyca Renata de Moraes Brito Terminelis; Rômulo Terminelis da Silva</i> | |
| | |
| <i>Capítulo 10</i> | 121 |
| A UTILIZAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA PARA SOLUCIONAR QUESTÕES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL | |
| <i>Jesyca Renata de Moraes Brito Terminelis; Eleuza Mendes de Moraes; Rômulo Terminelis da Silva</i> | |
| | |
| <i>Capítulo 11</i> | 134 |
| OS JOGOS COMO CONDUTOR FACILITADOR DO ENSINO APRENDIZADO DE ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE NOS ANOS INICIAIS | |
| <i>Iually de Almeida Barros Santos</i> | |
| | |
| <i>Capítulo 12</i> | 145 |
| CONCURSO DE PESSOAS NO CRIME DE INFANTICÍDIO | |
| <i>Flávio Pedro dos Santos Pita</i> | |
| | |
| <i>Capítulo 13</i> | 154 |
| A INFLUÊNCIA DO MARKETING NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA DA CRIANÇA | |
| <i>Isabela Cristina dos Santos Corrêa; Joani da Silva Pimenta; Leidiany Ramos Brito Silva; Lucília Cavalcante de Souza; Fábio Costa de Vasconcelos; Robson Cardoso de Oliveira; Taise Cunha de Lucena</i> | |
| | |
| <i>Capítulo 14</i> | 179 |
| O PAPEL DA FISIOTERAPIA NO ACOMPANHAMENTO DE IDOSOS DIAGNOSTICADOS COM DOENÇA DE PARKINSON | |
| <i>Gabriel Gardhel Costa Araujo; Thaynara Pereira Silva; Angra Santos de Oliveira; Lucas Daniel Costa Alves; Rodrigo Martins Silva Caetano; Pâmela Stephany Silva dos Santos; Washington William Mendes Rabelo</i> | |

Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni

Membro da Comissão de Direitos Humanos da
Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal.
Graduado em Direito (2009).
Pós-graduado em Direito Privado; Pós-graduado em Direito Público.
Pós-graduado em Políticas e Gestão em Segurança Pública.
Pós-graduado em Direito Militar.
Graduando em Teologia (FTBB).
Pós-graduando em Administração Pública (PUC-Minas).
Diplomado na Escola Superior de Guerra (Ministério da Defesa) no
Curso de Defesa Nacional e Poder Legislativo
Advogado.

RESUMO

O presente artigo analisa os instrumentos internacionais e nacionais de proteção dos refugiados, o advento e evolução histórica da legislação de refúgio, esse conjunto de normas que são responsáveis pela aplicação de políticas públicas de acolhimento de migrantes oriundos de diversos Países em constantes conflitos bélicos, étnicos, culturais, políticos e religiosos no mundo. Refugiados são pessoas que deixam forçadamente seu País de origem com destino a outro País em busca de segurança e paz, são vítimas de grave violação dos direitos humanos, são submetidos a perseguições e violações físicas e psíquicas. O nascimento e a evolução histórica dos instrumentos internacionais e nacionais de proteção dos refugiados, são tratados no presente artigo a partir do ordenamento jurídico de Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Direitos Humanos. Para tanto, foi realizado um minucioso e detalhado levantamento de dados técnicos por meio de pesquisa bibliográfica, relatórios oficiais governamentais, de leis e tratados internacionais e nacionais com a finalidade de demonstrar o processo de construção e evolução da legislação no mundo e no Brasil. Conclui-se que, os resultados obtidos demonstram que, embora exista uma robusta coleção de instrumentos de proteção dos refugiados no âmbito internacional e nacional, ainda há muitos obstáculos que impedem e dificultam a integração dos migrantes dentro da sociedade, seja por motivos de preconceito, pela dificuldade da língua, ou pela limitação de oportunidades de emprego, educação e acesso a saúde e principalmente a adaptação social como todo.

Palavras-chave: refugiados; instrumentos; legislação.

INTRODUÇÃO

Ser forçado a deixar absolutamente tudo para trás e tentar a vida em outro lugar. Este é o pesadelo enfrentado pelo número recorde de 82,4 milhões de pessoas espalhadas pelo mundo, de acordo com dados do relatório Tendências Globais, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, divulgado em junho de 2021 (ACNUR).

Para a pesquisadora e professora (HAYDEN, 2006) é difícil definir uma categoria de refugiado que satisfatoriamente englobe, em harmonia, ética, teoria e o mundo real. Segundo Hayden, termos legais, éticas, e advindas das Ciências Sociais não se alinham. O termo refugiado é em geral utilizado para categorizar pessoas em relação com o espaço, pessoas em movimento e com direitos, sejam eles, humanos, políticos, sociais. A categoria é fundamentada no indivíduo, e os esforços são de distinguir as motivações para as mudanças.

Este termo se torna evidente em seu contraste com o termo “migrante econômico”, e para tal, um grupo de dicotomias é elencado como voluntário ou involuntário; ou por razão econômica ou política; sociedade de origem não violenta ou sociedade de origem violenta, ou seja, um migrante goza da proteção do governo do seu País; um refugiado, não. Desta forma, podemos considerar migrante toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro município, região ou País.

Migrante é um termo frequentemente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um País, região ou lugar, não obstante existam termos específicos para a entrada de migrantes, ou seja, “Imigração”, e para a saída “Emigração”. É comum, também, utilizar os termos “migrações internas”, referindo-se aos migrantes que se movem dentro do País, e “migrações internacionais”, referindo-se aos movimentos de migrantes entre Países, além de suas.

Segundo (BARBOSA; HORA, 2007, p. 17), os refugiados são um fenômeno moderno, onde:

[...] o sofrimento inarrável vivenciado por milhões de criaturas humanas que sobreviveram à grande catástrofe do século XX, a Segunda Guerra Mundial (que ceifou a vida de mais de quarenta milhões de pessoas), levou as Nações Unidas a elaborar uma das mais importantes convenções internacionais, que regula a situação jurídica dos refugiados.

Em 2022, após 75 anos de aparente paz, o mundo foi novamente assolado pelo fantasma de um conflito bélico entre nações. No dia 24 de fevereiro de 2022, a Rússia deu início a invasão militar no seu país vizinho, a Ucrânia, no Leste Europeu, gerando nas primeiras duas semanas de guerra a migração forçada de 1,7 milhão ucranianos fugindo dos bombardeios russos, que em poucas horas devastou cidades históricas naquele país, estima-se que esse número possa chegar a 5 milhões de refugiados.

Para compreender o Instituto dos Refugiados e seu fenômeno migratório, é preciso traçar uma linha histórica de acontecimentos no século XX e início do século XXI que culminaram com a necessidade da criação de instrumentos de proteção dos Direitos Humanos e dos Refugiados em escala global.

Com a relevância do tema, e com o fluxo migratório alcançando números expressivos nas últimas décadas, a Organização das Nações Unidas (ONU), realizou em sua sede em Nova Iorque (EUA) no dia 19 de setembro de 2016, a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas com a participação de 193 Países, que assumiram oficialmente compromissos fundamentais para aumentar a proteção de milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocar ou que migram ao redor do mundo por motivos de grave violação dos direitos humanos sob forte ameaça física e psíquica.

Diante dos níveis sem precedentes dos movimentos migratórios, a reunião de cúpula promoveu o encontro de líderes governamentais e da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como representantes da sociedade civil, para resguardar o direito dos refugiados e migrantes e para compartilhar a responsabilidade sobre estas populações em uma escala global.

Refugiados e migrantes não devem ser vistos como um fardo. Eles oferecem um grande potencial, e cabe a nós desbloqueá-lo", disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon em seu discurso de abertura da Cúpula. "Temos de colocar os direitos humanos de todos os refugiados e migrantes no coração dos nossos compromissos, ressaltou Ban Ki-moon (ACNUR, 2016).

A migração (forçada ou espontânea), advém desde o século XV¹, o mundo e seus habitantes sempre conviveram em harmonia e em guerra, um paradoxo que a humanidade convive com o passar dos séculos.

Atualmente, o mundo vive um momento muito delicado no que se refere à proteção dos Direitos Humanos do indivíduo, da sua família e do seu grupo social. A humanidade vive em constantes guerras, conflitos que produzem um verdadeiro êxodo de povos, uma migração descontrolada de pessoas que buscam outros países com a finalidade de se proteger, proteger suas famílias, fugindo do mal que persegue estes sem piedade, sendo seu auge nas I e II Guerras Mundiais entre os anos (1914-1918) e (1939-1945) na Europa.

Esse fenômeno migratório resulta num contingente enorme de refugiados, um problema concentrado até então em regiões conhecidas por conflitos deflagrados por décadas, como nos continentes africano, asiático, no Oriente Médio, na América do Sul na última década, e agora, novamente

¹ Alguns apontam a existência de refugiados na Antiguidade, mais especificamente no antigo Egito, mas é a partir do século XV que os refugiados começaram a aparecer de forma mais sistemática, razão pela qual aponta-se esta data como a do aparecimento dos refugiados

na Europa, depois de 75 anos após o fim da II Guerra Mundial. É importante entender que o fenômeno migratório sempre existiu, mas não de forma tão grande e descontrolada, inicialmente na Europa, agora, em outros continentes.

O objetivo deste artigo é trazer ao conhecimento do leitor a história do nascimento e evolução dos instrumentos internacionais e nacionais de proteção dos refugiados no mundo e no Brasil, que se tornou pioneiro na América Latina na elaboração de instrumentos legais específicos de recepção, acolhimento e integração de refugiados em seu território.

Observa-se, que o Brasil, com o passar dos anos desenvolveu uma das mais avançadas e robustas legislações específicas sobre refugiados no mundo, chegando ao ápice deste processo evolutivo ao promulgar um instrumento próprio, a Lei 9.474 de 22 de julho de 1997, carinhosamente chamada de “Lei do Refúgio” que definiu os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, que falaremos nas próximas seções do presente trabalho.

Esta lei instituiu um conjunto de normas aplicáveis aos refugiados e aos solicitantes de refúgio no Brasil. Mais que um importante vetor legal, a Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997, foi responsável pela criação do principal órgão governamental responsável pelos refugiados em território brasileiro, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)².

No continente americano, em especial na América do Sul, alguns Países, como a Venezuela, nos últimos dois anos foi alvo de graves denúncias de violação dos direitos humanos, gerando uma profunda crise humanitária e migratória para outros Países vizinhos, sendo o Brasil o principal destino destes refugiados.

Na Europa, com a guerra entre Rússia e Ucrânia, o número de refugiados que adentram nos países fronteiriços do país invadido recebeu um número jamais visto de migrantes, a maior parte de mulheres e crianças. Desta forma, é possível afirmar que a migração forçada de refugiados de um país para outro se tornou um problema mundial sem precedentes.

CONCEITOS HISTÓRICOS, O NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS NO MUNDO

Para tratarmos dos instrumentos de proteção dos refugiados, se fez necessário traçar uma linha no tempo, a partir da criação dos Direitos Humanos, este que foi gerado através de importantes fontes históricas, sendo as principais fontes o Direito Internacional Humanitário (DIH), que foi criado na primeira Convenção de Genebra em 1864 e marcou o início do Direito Internacional Humanitário moderno.

² O CONARE É um órgão governamental de extrema importância, que dentre outras competências, é responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criada em 1919 com o Tratado de Versalhes, no fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). E por fim, a Liga das Nações (LN) que foi outra fonte importante para o surgimento dos Direitos Humanos, criada na Conferência de Paz em Paris em 1919, no Pós-Primeira Guerra.

Desta forma, o processo de constituição e internacionalização dos Direitos Humanos foi marcado pela influência direta dessas três fontes históricas, as quais demarcaram o início do fim da soberania estatal absoluta e intocável, onde os Estados eram considerados os únicos sujeitos de direito internacional público, fazendo surgir os primeiros delineamentos do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O primeiro diploma legal de Proteção internacional dos Direitos Humanos nasceu com fundamento na Carta das Nações Unidas, que foi assinada em São Francisco (EUA), em 26 de junho de 1945 e foi ratificada pelo Brasil em 21 de setembro de 1945. A Carta das Nações Unidas ou Carta da ONU, foi o documento fundante da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo a base para o primeiro instrumento normativo Internacional dos Direitos Humanos (ALMEIDA, 2001).

O Direito Internacional dos Direitos Humanos, foi concebido em consequência do sofrimento de milhões de seres humanos perseguidos e mortos durante o período da Segunda Guerra Mundial na Europa (1939-1945). Sobre a internacionalização dos direitos humanos (PIOVESAN, 2006) leciona:

(...) Nesse contexto, desenha-se o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea. Se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar sua reconstrução. A necessidade de uma ação internacional mais eficaz para a proteção dos direitos humanos impulsionou o processo de internacionalização desses direitos, culminando na criação da sistemática normativa de proteção internacional. O processo de internacionalização dos direitos humanos – que, por sua vez, pressupõe a delimitação da soberania estatal – passa, assim, a ser um importante resposta na busca da reconstrução de um novo paradigma, diante do repúdio internacional às atrocidades cometidas no holocausto.

Após esse conflito, a Organização Das Nações Unidas (ONU)³, proclamou através de sua Assembleia Geral, a Resolução 217-A (III) de 10 de dezembro de 1948, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**⁴,

³ **Organização das Nações Unidas**, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

⁴ **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que delinea os direitos humanos básicos, foi esboçada principalmente pelo canadense John Peters Humphrey, contando também, com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo.

com a aprovação unânime de 48 Estados, com 08 abstenções. Em relação à natureza jurídica da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos; este documento se impõe com “o valor da afirmação de uma ética universal” e conservará sempre seu lugar de símbolo e de ideal⁵.

A Declaração Universal, considerada a “Carta Magna” dos Direitos Humanos afirmou pela primeira vez, em escala planetária, o papel dos direitos humanos na convivência coletiva. Desta forma, esse acontecimento pode ser considerado o marco inaugural de uma nova concepção da vida internacional.

Neste sentido, (TRINDADE, 2000) afirma:

O processo de generalização da proteção dos direitos humanos desencadeou-se no plano internacional a partir da adoção em 1948 das Declarações Universal e Americana dos Direitos Humanos. Era preocupação corrente, na época, a restauração do direito internacional em que viesse a ser reconhecida a capacidade processual dos indivíduos e grupos sociais no plano internacional. Para isto contribuíram de modo decisivo as duras lições legadas pelo holocausto da segunda guerra mundial.

Após as atrocidades, perseguições e mortes durante a Segunda Guerra Mundial, houve a real necessidade de se reconstruir aquilo que fora totalmente destruído, ou seja, os valores e a dignidade do ser humano, os direitos de cada ser humano existente, independente de valores, raça, sexo, opinião política e religião.

Diante deste grave quadro social, o Direito Internacional dos Direitos Humanos nasce em meados do século XX em decorrência dos horrores da Segunda Guerra Mundial. Sobre o referido Direito, há de se observar que este é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações.

O Direito dos Refugiados e o Direito Internacional dos Direitos Humanos são baseados em um complexo sistema de instrumentos e de normas internacionais, procedimentos e instituições desenvolvidas para programar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos e dos refugiados em escala global.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em vigor e uma crescente migração pós-guerra, a Assembleia Geral das Nações Unidas⁶, observando a necessidade de uma atuação mais substancial, criou, no dia 14 de dezembro de 1950, através da resolução n. 428, o **Alto Comissariado**

⁵ **Natureza jurídica da Declaração Universal de Direitos Humanos.** Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 446, p. 35, dez. 1972.

⁶ **Assembleia Geral das Nações Unidas** é um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas e o único em que todos os Países membros têm representação igualitária.

das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁷, ou Agência da ONU para Refugiados (em inglês, United Nations High Commissioner for Refugees, ou UNHCR), com a finalidade de assegurar e proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio em todo o mundo.

Sete meses após a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era apresentado ao mundo o primeiro diploma legal exclusivo relacionado aos Refugiados, sendo adotado em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o **Estatuto dos Refugiados** e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950, entrando em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43 (ACNUR).

Com a promulgação do Estatuto dos Refugiados em 1951, outros importantes instrumentos internacionais de proteção foram concebidos nos anos seguintes, como o Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados, a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, de 1984, a Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, de 1994 e Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, de 2004.

Percebe-se, que a partir do advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorre gradativamente uma evolução legislativa protetiva específica para os refugiados em escala global, o que possibilitou países como o Brasil utilizar destes instrumentos como base sólida para a construção da legislação pátria, como veremos a seguir.

CONCEITOS HISTÓRICOS, O NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL

Como já abordado na seção anterior, com a finalidade de responder oportunamente às demandas e às necessidades crescentes geradas por situações de refúgio, surgiu, em 1951, o ACNUR (Alto Comissariado nas Nações Unidas para refugiados), tendo sido elaborada, também, nesse mesmo ano, a convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, que é considerada a Carta Magna do ACNUR, pois estabelece, em caráter universal, o conceito de refugiado: (PIOVERSAN; 2006, p. 59)

[...] Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do seu País de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse País, ou que,

⁷ O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conhecido como a Agência da ONU para Refugiados, tem o mandato de dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.

se não tem nacionalidade e se encontra fora do seu País no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

É preciso assinalar que, apenas os refugiados provenientes da Europa tinham o direito de obter proteção no território brasileiro. Observa-se que na Convenção de 1951, a definição de refugiados possuía limitação geográfica:

Para os fins da presente Convenção, as palavras “acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951”, do artigo 1° seção A poderão ser compreendidas no sentido de ou.

a) “Acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951 na Europa”

b) “Acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951 na Europa ou alhures”.

Notoriamente, a cláusula geográfica só é retirada em 1967, quando foi elaborado o protocolo sobre o Estatuto de Refugiados. O que significa dizer que não só refugiados europeus, mas de qualquer continente, poderiam ser juridicamente reconhecidos. Foi no contexto internacional do pós II Guerra Mundial (1939-1945) de esforço de acolhimento dos milhões de refugiados, deslocados e apátridas existentes na Europa, que ocorreu a vinda de refugiados para o Brasil.

Entretanto, pouco tempo depois, com a instalação do regime militar no Brasil (1964-1985) registrou-se a preferência do governo brasileiro em conceder o estatuto de asilo, e não de refugiado, para os perseguidos não europeus. Isto porque as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por regimes autoritários em Países da América Latina, em que o instrumento do “asilo” era mais comumente praticado.

Em decorrência, o Brasil enquanto País signatário da convenção de 1951 e do protocolo de 1967 recebeu em seu território o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 1977, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo tratar do acolhimento dos refugiados latino-americanos que chegavam ao Brasil.

Nesse período, aproximadamente 20 mil refugiados latino-americanos, chilenos, bolivianos, argentinos e uruguaios, gerados pelas perseguições aos opositores dos novos regimes, chegavam ao Brasil, recebiam apenas um simples visto de turista e eram reassentados na Europa, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. (JUBILUT, 2007).

Com a redemocratização e abertura política no Brasil em 1986, o País começou a aplicar um instrumento regional de proteção aos refugiados: a Declaração de Cartagena de 1984⁸. Esse instrumento regional de proteção

⁸ Considerada um marco para o trabalho humanitário em toda a América Latina e Caribe, a “**Declaração de Cartagena sobre Refugiados**” estabelece princípios e normas para a proteção

aos refugiados da América Central estendeu o conceito da Convenção de 1951 e apontou ideias inovadoras quanto ao reassentamento de refugiados na América, atendendo aos aspectos locais da região.

Assim, consideraram refugiados também as pessoas que tenham fugido dos seus Países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Em sequência, duas bases legais surgiram no ordenamento jurídico brasileiro para proteger os refugiados. A primeira é a Constituição da República de 1988 que instituiu como fundamento da República Federativa Brasileira o princípio do respeito à “dignidade da pessoa humana” (CF/88, art. 1º, III), e como objetivo fundamental da República a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação” (CF/88, art. 3º, IV) (BRASIL, 2021).

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já no final da década de 80, a transferência do escritório Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), do Rio de Janeiro para Brasília, possibilitou o estreitamento da relação entre este órgão subsidiário da ONU e o governo brasileiro. Nos anos 90, houve um grande esforço do governo brasileiro em estabelecer um procedimento e uma divisão de responsabilidades relativas ao processo de solicitação de refúgio.

Para promover e otimizar as políticas de defesa dos direitos humanos no Brasil, que era um grande desafio na década de 1990, o então presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso, enviou um projeto de lei específico sobre refugiados, acompanhando o Plano Nacional de Direitos Humanos para apreciação e votação no Congresso Nacional.

Após esse projeto de lei passar por um rigoroso processo legislativo na Câmara dos Deputados e Senado Federal, e com a sanção do presidente da República, nasceu assim, a segunda base legal no ordenamento jurídico brasileiro de proteção dos refugiados.

Este projeto, elaborado com colaboração técnica do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), após a sua

internacional de refugiados e adota um conceito ampliado para o reconhecimento de pessoas nesta situação.

aprovação, foi transformado na Lei 9.474 de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Essa lei é conhecida como “Lei do Refúgio”, nela encontramos a definição de refúgio, notadamente no seu artigo primeiro, que reconhece como refugiado todo indivíduo que Brasil (1997):

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu País de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se a proteção de tal País;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do País onde ateste sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, e obrigado a deixar seu País de nacionalidade para buscar refúgio em outro País.

Este conceito e a sua aplicação de grave e generalizada violação de direitos humanos foi originado a partir de uma realidade específica do continente africano e latino-americano, de princípios da normativa da Declaração de Cartagena de 1984. Outro fator importante a ser considerado nesta análise, foi a criação de um órgão legal competente exclusivamente voltado para a atuação com os refugiados.

O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) tem a sua composição composta por representantes dos Ministérios da Justiça (MJ) que o preside, das Relações Exteriores (MRE), do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, do Departamento da Polícia Federal e por Organizações Não Governamentais (ONG’s) que realizam um importante e reconhecido trabalho solidário de proteção ao refugiado.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) também participa do CONARE com direito a voz, entretanto, sem direito ao voto, participando apenas com opiniões, porém a competência de conceder ou não refúgio é, exclusivamente, do governo brasileiro.

Importante destacar no âmbito de atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), que detém competência outorgada pela Lei 9.474 de 1997, no seu artigo 12, alínea V, para aprovar Resoluções Normativas com a finalidade de esclarecer à execução dos mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Estas Resoluções são importantíssimas e disciplinam as políticas de proteção dos refugiados no território brasileiro, desde a sua recepção até o seu acolhimento e integração na sociedade.

Mantendo-se na vanguarda internacional de proteção dos Direitos Humanos e na produção de instrumentos de proteção internacional dos refugiados, o Brasil na última década manteve seu histórico de evolução legislativa na produção de leis especificamente para refugiados, tendo o Congresso Nacional aprovado três (03) importantes diplomas legais.

Em 2017, foi promulgada a Lei 13.445 que Institui a “Lei de Migração”, em 2018, foi promulgada a Lei 13.684, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. E em 2020, promulgada a Lei 13.979, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Com a promulgação da nova lei de Migração, Lei 13.445/2017, que revogou o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815/1980, que definia a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e que criou o conselho de imigração, não se pode confundir com a Lei 9.474/97, que definiu os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, pois, tanto o Estatuto do Estrangeiro, como a lei de Migração, utilizam o termo “Emigrante e Migrante” para definir sobre os direitos e os deveres do visitante, regulando a sua entrada e estada no País, bem como estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para estes. (ZAPPALA, 2018, p.3)

O Governo Brasileiro utiliza uma ampla legislação migratória para dar efetividade as leis supramencionadas, como portarias interministeriais do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Relações Exteriores, portarias e instruções normativas da Polícia Federal, Atos Internacionais, Decretos, Portarias e Resoluções do CONARE, Resoluções Conjuntas, Resoluções Conjuntas e Administrativas do Conselho Nacional de Imigração e Resoluções do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Fischel (ANDRADE, 2002), analisa os principais fatores que motivaram a atuação do governo brasileiro na proteção de refugiados, ressaltando que:

As inovações constitucionais, a necessidade de o Estado Brasileiro reorganizar sua agenda externa, o objetivo de compor uma imagem mais positiva no contexto internacional e o aceite do Brasil para com a ideia contemporânea de globalização dos direitos humanos, facilitaram a inserção da questão dos refugiados na agenda nacional (FISCHEL DE ANDRADE, 2002, p. 172).

Podemos afirmar que a atuação ativa do Brasil na proteção de refugiados não teria sido possível se os contextos internos e externos não fossem favoráveis. A necessidade de proteção aos refugiados na sociedade brasileira ocorreu num momento oportuno, pela facilidade da inserção do tema na agenda nacional e tem sido constantemente alvo de pressões sociais e de intervenções de sujeitos políticos.

A partir do surgimento de novos atores e instituições no contexto interno e externo, as funções antes exclusivamente desempenhadas pelo Estado passaram a ser exercidas por membros da sociedade civil, por organizações internacionais, por empresas privadas e por governos subnacionais.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) reconhece o Brasil como um País com grande potencial de recepção, acolhimento e integração do refugiado.

Embora o Brasil tenha o reconhecimento supramencionado no que tange a seu potencial, o País ainda precisa avançar em algumas pautas internacionais de extrema importância para o fortalecimento de políticas de proteção dos Refugiados. Uma dessas políticas é a adoção do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, que objetiva por instrumento não cogente reduzir os riscos e vulnerabilidades enfrentados pelas pessoas migrantes.

O Brasil se afastou do Pacto em janeiro de 2019 e, até hoje, não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (há anos sob análise na Câmara dos Deputados).

Entretanto, o Brasil se vinculou a outros tratados de direitos humanos que zelam pelos migrantes, como a Convenção sobre os Direitos da Criança; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher; Convenção Contra a Tortura; e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Além disso, há a relatoria especial, dentro do sistema do Conselho de Direitos Humanos, sobre os direitos humanos dos migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento e a evolução histórica dos instrumentos de proteção dos refugiados, são, indubitavelmente conquistas inquestionáveis e significativas no âmbito internacional e nacional que refletiram e refletem a união de esforços de diversos países em busca da paz e da preservação e proteção da dignidade da pessoa humana.

Gerado a partir do sofrimento e dor de milhões de seres humanos espalhados pelo mundo, os instrumentos de proteção dos refugiados nasceram como forma de resposta imediata aos anseios de cada migrante que deixa seu país forçadamente em busca de acolhimento e proteção em outro país.

A partir da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorreu gradativamente uma evolução legislativa protetiva específica para os refugiados em escala global, o que possibilitou países como o Brasil, utilizar destes instrumentos como base sólida para a construção da legislação pátria, sendo pioneiro na América Latina.

O Brasil é conhecido e reconhecido internacionalmente como uma nação solidária no acolhimento dos refugiados e possui uma legislação migratória robusta, moderna e específica de reconhecimento do status de refugiados, realizando a incorporação de diversos tratados internacionais, que fortalecem a legislação pátria.

Entretanto, embora exista uma robusta coleção de instrumentos de proteção dos refugiados no âmbito internacional e nacional, ainda há muitos

obstáculos peculiares de cada país que impede e dificulta a integração dos migrantes dentro da sociedade, seja por motivos de preconceito, pela dificuldade da língua, ou pela limitação de oportunidades de emprego, educação e acesso a saúde e principalmente a adaptação social como todo.

Muitos são os obstáculos a serem superados pelos países signatários dos instrumentos de proteção dos refugiados ora supramencionados, cabendo estes, trabalharem na construção de sólidas políticas de recepção, de acolhimento e principalmente de integração destes migrantes, que deixam seus países com a esperança e o sonho de recomeçarem uma nova vida, abandonando violência, o medo e a dor. Estes buscam um recomeço familiar, social, na educação, na profissão, e o mais importante: serem reconhecidos como seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado** – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 1992.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Acnur, 2022. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: < Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (acnur.org)>. Acesso em: 08 de mar. de 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Acnur, 2022. **Legislação**. Disponível em: < Refugio_em_Numeros_6a_edicao.pdf (acnur.org)>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

BARBOSA, Luciano Pestana. SAGRADO DA HORA, José Roberto. **A polícia federal e a proteção internacional dos refugiados**. Brasília: ACNUR, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: < www.senado.gov.br > Acesso em: 27 de jan. de 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS. Comitê Nacional para os Refugiados, 2022. **Dados sobre refúgio**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

FISCHEL DE ANDRADE, J. H.; MARCOLINI, A. **A política Brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características**. Revista Brasileira de Política Internacional. ano/vol.45, n.1, p. 168-176. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

HAYDEN, Bridget. **“What’s in a Name? The Nature of the individual inRefuge e Studies”**. *Journal of Refugee Studies*, Vol. 19, n. 4 (471-487), 2006. Disponível em: < O que há em um nome? A Natureza do Indivíduo em Estudos de Refugiados | Revista de Estudos de Refugiados | Oxford Academic (oup.com) > Acesso em: 26 de jan. de 2022.

JUBILUT, Liliana Lira. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. LEITE, Izildo Corrêa. *Novos olhares, novos lugares: por uma Política Social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania*.

MOREIRA, Júlia Bertino. **A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil**. *Cadernos PROLAM/USP*, Vol.2, Ano 4, 2005;

PIOVESAN, Flávia. **O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados**. In: RODRIGUES, Viviane Mozingo. (Org.). *Direitos humanos e refugiados*. Vila Velha: UVV, 2006;

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2000. p. 23;

ZAPPALA, Filipe. **O instituto do refugiado – “Brasil na vanguarda mundial do acolhimento”**. *Revista Eletrônica OAB Rio de Janeiro*, v. 29, p. 01-27, jan/jun. 2018.

Manuel Flavio Saiol Pacheco

Mestrando em Justiça e Segurança (UFF).

RESUMO

No Brasil, atualmente, no contexto da prostituição, adota-se, oficialmente um sistema abolicionista, que não criminaliza a prestação de serviços (em teoria), e opta por não conceder direitos típicos de várias outras categorias, segundo o critério exclusivamente legalista. Na prática, a prostituição encontra-se em uma espécie de “limbo” jurídico, que causa uma série de consequências na sociedade como um todo, incluindo a atuação da administração pública, seja através de seu poder de polícia, seja através do poder “da polícia”. No contexto de uma abordagem de campo, realizada na cidade de Três Rios/RJ, é possível perceber uma série de “arranjos” no que se refere a prostituição na localidade conhecida como “Rua da Zona”, conhecida área de meretrício da cidade. A observação do comportamento e regras locais, entre prostitutas, clientes, donos de bares e policiais forma um ambiente com regramento próprio, não positivado, na tentativa de se adequar à realidade.

Palavras-chave: prostituição; etnografia; polícia; dignidade; regulamentação.

INTRODUÇÃO

Num dia de imersão inicial na pesquisa de campo que comecei a executar para elaboração de meu projeto de pesquisa de mestrado, observei uma relação entre a falta de regulamentação positivada no que se refere ao exercício do trabalho de profissional do sexo e a atuação do poder de polícia da administração pública.

Por óbvio, dentre as reflexões que farei, essa relação acabou por ir além da falta de regulamentação da profissão, para notar como a legislação vigente, que trata da temática da prostituição acaba por produzir uma série de “arranjos” entre a atuação do poder de polícia e o comércio de uma zona de meretrício, de forma a adequar a atuação da administração pública a determinadas situações práticas para as quais as leis escritas são absolutamente insuficientes.

Assim, ao observar o campo, ouvir interlocutores e ler outras pesquisas, passei a refletir sobre como o poder de polícia atua em um território específico, no contexto de uma zona de meretrício local, as adequações produzidas pela discricionariedade do poder público, em

especial do poder de polícia, bem como atributos como presunção de veracidade, legitimidade e legalidade atuam nesse contexto prático, de forma articulada, afim de adequar sua atuação ao mundo real, dada a dificuldade de aplicação da legislação vigente, bem como a falta de descrição de procedimentos e a falta de transparência com relação as normas de atuação que podem ser adotados pelos agentes públicos, em especial os policiais.

A observação da materialização dos aspectos do poder de polícia da administração no contexto prático torna-se importante, a medida que entendemos que esses atributos são as ferramentas que permitem a atuação do poder da polícia, que, na prática, permitem que o agente público possa inverter a regra constitucional do princípio da inocência, segundo o qual todos são inocentes até que se prove o contrário, para uma lógica segundo a qual o acusado é que terá que provar sua inocência, a exemplo do que ocorre em multas de trânsito, como falta da utilização de sinto de segurança, cuja “prova” é tão somente a afirmação do agente público, algo que só é possível por força da presunção de veracidade,

Portanto, carregando para o campo as máximas legais do poder de polícia, procurei refletir, após observar e ouvir, a atuação da polícia militar no contexto da prostituição, e entender como os “arranjos” ocorrem, na busca pelo manter da “ordem pública”, atendendo interesses e se adequando a situações.

Entendendo o espaço estudado

É noite de sexta-feira, 26 de novembro de 2021, um dos dias escolhidos por mim para as primeiras incursões no campo, visando a coleta de dados para a elaboração do meu projeto de pesquisa para qualificação no mestrado. O campo, a conhecida Rua da Zona, localizada na cidade de Três Rios-RJ.

Na estrutura da rua, há uma clara divisão: uma parte mais iluminada e com vários bares e trailers, e uma segunda parte, que fica após uma curva acentuada, onde só há uma casa em um trecho que possui pouquíssima iluminação. Na primeira parte da rua, várias mulheres, na segunda parte, as travestis.

No trecho inicial da rua, em aproximadamente 600 ou 700 metros há casas de padrão médio abaixo, até o ponto em que há uma curva relativamente acentuada, de tal forma que só é possível ver o que há em seu segmento após transpassa-la.

Bem no início da curva está localizada um espaço para festas, desde aniversários, confraternizações e casamentos e, após virar completamente a curva, somos acometidos pela sensação e de ter entrado em outro mundo, ultrapassado uma fronteira. À frente vários bares de ambos os lados da rua, vários carros estacionados, muitas mulheres caminhando pela rua e observando atentamente os carros que passam, buscando possíveis clientes, algumas vestidas com roupas chamativas e outras somente de lingerie.

Seguindo, há um ponto onde há mais uma curva e uma decida, com

um matagal em ambos os lados da rua, acabando a descida fica um último estabelecimento, com aspecto velho, de estrutura e acabamentos totalmente deteriorados, seu salão é pouco iluminado, de forma que quem olha da rua não consegue ver o que há lá dentro. Esse trecho da rua é, inclusive, pouco iluminado, e é nessa parte onde ficam a imensa maioria das travestis.

Segundo vários interlocutores, na parte onde se encontram as travestis há também uma “boca de fumo”, que faz com que o trecho se torne relativamente perigoso. Em minhas observações realizadas durante cerca de quatro dias, não notei qualquer movimentação que pudesse atestar tal informação.

Antes de iniciar o processo de entrada nos estabelecimentos, decidi observar a rua, sua movimentação e interações, e foi aí que o primeiro “estalo” surgiu em relação a atuação da polícia: observei que, constantemente, uma patamo costuma fazer rondas pela referida rua em vários momentos da noite, o que inicialmente me pareceu ter a finalidade de dar uma sensação de segurança àqueles que frequentam a localidade.

Nesse sentido, é importante frisar que a localidade recebe visitantes de diversas cidades próximas, que não possuem locais similares, a saber as vizinhas Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Sapucaia, movimentando de forma considerável o comércio local, independente de crises econômicas que ocorram no país.

Por fim, é importante frisar que os bares que funcionam na localidade oferecem seus quartos para a prestação de serviços oferecida na rua, ficando com uma parte do valor do programa cobrado, variando entre 20% e 30% da quantia, segundo algumas das interlocutoras.

A atuação policial na “Rua da Zona” em perspectiva comparada ao policiamento de proximidade das favelas “pacificadas”.

É noite de quinta-feira, o dia mais movimentado da semana na “rua da Zona”, em virtude de várias prostitutas que vem de fora da cidade para trabalhar entre as noites de quinta-feira e a madrugada de sábado, quando retornam às suas cidades logo ao amanhecer do dia.

A patamo da Polícia Militar faz rondas pela rua de forma mais frequente do que em outros dias, e em algumas das vezes chega a parar, conversando com pessoas que estão na rua, sejam homens ou prostitutas, sem que os policiais deixem o veículo para tanto.

Em vários momentos pelo tom do diálogo, dos quais não pude identificar palavras, fui levado a crer que não se tratava de completos estranhos, mas de pessoas que já se conheciam há algum tempo. Nesse sentido, a atuação dos policiais me pareceu ter características do policiamento de proximidade, buscando a inserção na localidade provocando o menor estranhamento possível, bem como despertando confiança e sensação de segurança.

Contudo, em tal contexto, fui levado a pensar em conjunto com meus conhecimentos jurídicos: segundo os ditames do nosso código penal, a

atuação dos donos de bares facilmente se enquadraria no crime de ter casa de prostituição e, sendo o funcionamento dessa prestação de serviços local notoriamente conhecida na região, não estariam esses policiais prevaricando? Eles não estariam deixando de cumprir seu dever legal, em atuar para coibir o cometimento de crimes previstos na legislação penal?

Essa questão me incomodou por algum tempo, não do ponto de vista legal, mas de como os policiais lidavam com essa dicotomia de atuar ou não atuar, foi quando tive a oportunidade de conversar com um policial aposentado, 65 anos de idade, que atuou na cidade durante décadas, inclusive atuando naquela região.

Assim, tomando os devidos cuidados para não produzir uma resposta “politicamente correta” que não refletiria a realidade, iniciamos uma boa conversa sobre a “rua da Zona” e, dentre as falas de meu interlocutor, saltou-me aos olhos o seguinte ponto:

“Você tem que entender que nossa atuação naquele ponto é muito difícil! Os policiais sabem daquilo que ocorre na região, com relação a prostituição, mas os mecanismos que a lei coloca para o flagrante são inaplicáveis. Por exemplo, para que eu consiga dar o flagrante, preciso entrar no local, arrombar a porta e testemunhar o ato sexual ocorrendo naquele momento, além do aspecto da remuneração pela prestação de serviços e se há retenção de parte do valor pela casa. Não tem como, simplesmente não dá. Aí, se início uma ação assim e não obtenho resultados robustos, posso responder por abuso de autoridade e ainda ficar mal-visto naquela região, o que vai prejudicar a confiança daquelas pessoas em mim e a minha atuação no combate a crimes violentos e tráfico de drogas que possam ocorrer naquela rua”.

Talvez um observador ou ouvinte desatento não consiga observar o quão rico em tantos pontos é, em especial, esse pequeno trecho da conversa, que revela muito sobre a realidade da atuação da polícia naquele local.

A princípio pude confirmar uma de minhas suspeitas: os policiais atuam naquela região realmente de forma similar ao policiamento de proximidade, buscando a confiança das pessoas que passam pela rua como ferramenta de trabalho.

Partindo desse ponto, podemos notar que há uma notória falta de aplicabilidade dos parâmetros para o flagrante, segundo o policial aposentado, à situação fática, o que torna sua atuação inexecutável, o deixando mais suscetível a uma punição do que ao cumprimento do seu dever legal, algo que pude verificar de forma bastante similar na atuação da polícia de proximidade em comunidades pacificadas, conforme esse depoimento de um policial, constante da pesquisa realizada por Muniz & Melo (2015):

“Para fazer polícia, para atuar na proximidade, parece ser preciso equilibrar-se no fio da navalha de nem fazer de menos e nem fazer de mais: A questão de diversos gatos de luz, eu, como policial deveria cortar tudo, e levar todo mundo preso, e chamar os responsáveis na delegacia, a Light. Só que eu não posso fazê-lo porque a luz é um bem muito básico, e todas as pessoas deveriam ter, né? Só que eu tenho que conviver com isso todos os dias”.

Assim, podemos notar que um dos elementos principais que compõe a atuação dos policiais na região pesquisada se assemelha a atuação dos agentes da polícia de proximidade em comunidades pacificadas, onde as leis existentes são insuficientes e inaplicáveis a situações práticas, o que gera temor em agir por parte dos policiais deixando-os sujeitos ao enquadramento no crime de prevaricação. Por outro lado, revela uma espécie de regramento “paralelo” na atuação policial, a fim de se enquadrar ao “mundo real”.

Assim, se criam “zonas cinzentas” onde vigorará um regramento paralelo, que abrangerá ilegalidades e clandestinidades, conforme explicam Muniz e Mello (2015), citando Cunha e Mello (2011):

Esta zona cinzenta entre legalidades e legitimidades em disputa no decidir policial, adquire tonalidades mais fortes e críticas nos territórios pacificados. Neles, a própria ordem local compreende o entrecruzamento de práticas ilegais, informais e clandestinas, que vão do serviço não regulamentado de moto-táxi ao consumo irregular de água, energia, sinal de TV a cabo e internet, passando pela ocupação do solo urbano e realização de atividades comerciais e de lazer sem alvará ou autorização formal das agências públicas de controle e fiscalização (Cunha e Mello, 2011)

Como podemos verificar, os policiais se veem em uma linha tênue entre a atuação e a não atuação com relação a diversas situações específicas, em um entroncamento de práticas, que leva a opção mais segura ao seguimento de suas carreiras dentro da corporação, se adequar a realidade criando essa espécie de “regramento paralelo” para lidar com essas situações.

Outro ponto a se destacar do depoimento do meu interlocutor, policial aposentado, é uma certa confusão sobre os limites de sua atuação legal, não por culpa sua, mas por uma ausência de regramento e de clareza das “regras do jogo”: nem os próprios agentes sabem qual a forma correta de agir em determinadas situações, o que leva ao receio na atuação, com um misto de confusão entre o que lhe é permitido fazer, segundo o poder de polícia e seus atributos (quase que imperiais), bem como o crime que lhe é imputado pela não atuação, versus o que não lhe é permitido fazer, sob o risco de ser configurado abuso de autoridade o que gera, em suma, um cenário de

insegurança generalizada, sem que ninguém (nem os próprios agentes), saibam o que esperar da atuação policial, gerando assim um grau de imprevisibilidade que só produzirá mais insegurança, como ensina Muniz (2014):

“De fato, na ordem cotidiana dos atos e fatos das ocorrências policiais, os chamados “procedimentos operacionais padrão” (POP) seguem, em boa medida, ininteligíveis e cambiantes. Tal imprecisão ou vagueza vai das práticas mais elementares de abordagem policial, passando pela atuação em eventos de massa, 6 até os supostos critérios normativos da “fundada suspeita”. Ao fim e ao cabo, fica-se com a desconfortável sensação de que “cada cabeça (policial) é uma sentença” e de que cada cidadão “tem (a sua própria) razão”. Um e outro figurando como ilhas de direitos ou privilégios em confronto ou em estado latente de conflito. Fica-se com a expectativa de que “tudo pode (vir a) acontecer” durante a intervenção policial. Talvez seja esse o consenso desagradável e indesejado que se possa extrair sobre a lógica em uso policial e as respostas advindas dos cidadãos. A falta de transparência dos procedimentos policiais fragiliza as relações entre polícia, sociedade e governo. Estabelece a suspeita como modo de convívio. Gera desconfiança de parte a parte, quase sempre por desconhecimento de coisas que são banais para um dos lados, mas não para o outro. Abre-se um precedente para todo tipo de incidentes entre policiais e cidadãos.”

De fato, em que pese as circunstâncias diferentes, podemos notar a similaridade com relação a falta de determinadas normas, e a falta de transparência e de coordenação entre as normas que permeiam atuação policial, gerando um ambiente de insegurança que vai se guiar unicamente pelos conceitos firmados a partir de interações já ocorridas entre populares e policiais que, normalmente, guardam mais vividas as interações traumáticas, responsáveis pela maior parte daquilo que se conceitua como negativo nessa interação.

Então, na continuidade de minhas observações ficou claro que a intenção policial na região é atuar como na conhecida expressão futebolística “bola de segurança”, utilizada quando no momento do pênalti o cobrador bate no meio do gol, já que a maior probabilidade é a de que o goleiro tente adivinhar um dos cantos poucos segundos antes da batida. Assim, devido ao receio de cometer equívocos em relação às regras que ao mesmo tempo são ausentes, confusas, turvas e não aplicáveis à realidade, o policial opta pelo caminho menos tendente a lhe render problemas, preferindo se ater ao patrulhamento que visa coibir a violência e a venda de drogas na localidade. Contudo, de forma mais rara, assim como o goleiro pode optar por não tentar adivinhar o canto e permanecer ao centro do gol, o policial corre o risco de

enfrentar problemas disciplinares e judiciais, além de ter sua autoridade e atuação questionadas.

A ausência de reprovação social relevante e o interesse econômico como fatores de composição

Em minhas andanças, observações e depoimentos obtidos ao longo dos anos na cidade de Três Rios, onde cursei a graduação em Direito no campus da UFFRJ, que fica bem próximo à entrada da “rua da Zona”, nunca havia parado para refletir a respeito de como a população e o governo trirrienses pensavam naquela região. Talvez me faltasse aquele “estranhamento” que Gilberto Velho conceitua na obra “Observando o Familiar” (1978), e que possibilita ao pesquisador a possibilidade de perceber detalhes que os “nativos” não conseguem perceber em suas palavras e formas de agir, mas que demonstram formas de pensar que podem ser extremamente importantes para entender a realidade pesquisada.

Por vezes ouvi várias histórias curiosas, com conotação cômica por parte dos interlocutores, sobre fatos ocorridos quando de passagem pela rua, pelos mais diversos motivos; pude observar contextos em que estabelecimentos comerciais como, lojas de peças, mecânicas e até uma casa de festas que se situa bem no início do trecho da zona de meretrício fossem indicados para prestações de serviços diversas; ouvi locais reclamarem sobre buracos na rua e vi o poder público agir no sentido de pavimentar, limpar e dar certa urbanização à rua, em seus diversos trechos; pude constatar que vários dos estabelecimentos que existem na rua, incluindo os bares que alugam quartos para a prestação de serviços sexuais, possuem alvará concedido pela municipalidade. Assim, pude perceber que, embora exista certa reprovação moral a atividade empreendida predominantemente naquela localidade, ela não é tão substancial ao ponto de fazer com que a administração pública municipal, através de sua fiscalização ou da atuação de seus Guardas Civis Municipais, ou que o executivo estadual, através das polícias, haja para coibir o que ali ocorre.

Ao ter esse “estalo”, me questionei sobre a forma como o judiciário local tratava a questão, mas, infelizmente, após uma intensa pesquisa, não localizei demandas nesse sentido. Assim, resolvi pesquisar a forma como os tribunais em geral tratavam a questão de possuir “casa de prostituição” em zonas de meretrício conhecidas e, deparei-me com julgados interessantes, que traduzem um pouco da “tolerância” com esse tipo de atividade, em que pese a reprovação moral:

Casa de Tolerância em zona do meretrício: inexistência de crime – STF: Casa de prostituição. Exploração em Zona do meretrício. Inexistência de crime. Concessão de habeas corpus. Inteligência do

art. 229 do Código Penal. A exploração de casa de tolerância em zona de meretrício não constitui crime.39

CÓDIGO PENAL. ART. 299 DO CP. MANTER CASA DE PROSTITUIÇÃO. ATIPICIDADE. A manutenção de casa de prostituição com conhecimento das autoridades, sem imposição de restrições, desfigura o delito previsto no art. 229 do CPP. Conduta que, embora prevista como ilícita, é aceita pela sociedade atualmente. Absolvição mantida. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 244-A. SUBMISSÃO DE ADOLESCENTE À PROSTITUIÇÃO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. EXISTÊNCIA DO FATO E AUTORIA. Submissão de adolescentes, com 16 anos de idade, à prostituição e consumo de bebidas alcoólicas em uma boate de prostituição. Apesar de existirem indícios de autoria, não há prova suficiente de que os acusados submeteram as vítimas à exploração sexual, nos termos do fato narrado na inicial, impedindo a condenação. Sentença absolutória foi a melhor solução. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 243. FORNECER BEBIDA ALCOÓLICA PARA MENORES. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 63, I, DA LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAS. EXISTÊNCIA DO FATO E AUTORIA. Em razão da distinção estabelecida pelo legislador, no art. 81 do ECA, apartando bebidas alcoólicas dos produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, o fornecimento daquelas a menores não caracteriza o crime do art. 243 do ECA, mas a infração do art. 63, inc. I, da LCP. APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO IMPROVIDO E APELO DEFENSIVO PROVIDO PARA DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS RÉUS QUANTO À CONTRAVENÇÃO DO ART. 63, I DA LCP. UNÂNIME.40 - (ACR: 70051840064 RS)

Note-se que o magistrado, nesse caso, mesmo sem a citação faz uso da teoria da adequação social, utilizada por autores no âmbito do direito penal corriqueiramente, e de autoria do jurista alemão Hanz Welzel, segundo a qual uma atividade humana poderia constituir crime em todos os seus aspectos formais e legais, mas, ainda assim, dispensaria punição por se encontrar dentro de uma esfera de tolerância social. Mas o detalhe, tal aplicação não encontra respaldo legal, em uma perspectiva positivista da legislação.

Portanto, é possível notar que tanto o poder público quanto a sociedade possuem comportamentos que, se não aprovam a existência de uma zona de meretrício, também não a reprovam com suas ações, o que estabelece uma espécie de “zona de limbo” legal, que também irá compor a atuação policial nessas situações e, aqui em especial, também caracteriza o trabalho policial na “rua da Zona”, em Três Rios-RJ.

Ademais, é provável que a administração municipal pense na movimentação do comércio da cidade, em virtude da movimentação de

pessoas de fora da cidade, que procuram aquela região para trabalhar, a saber as prostitutas, ou o mais corriqueiro, os clientes, que movimentam os bares, compram combustíveis para seus carros e também injetam, indiretamente, seu dinheiro na economia local, ao pagar pela prestação de serviços, sendo certo que, parte dos valores obtidos pelo trabalho das prostitutas será gasto no próprio comércio da cidade. Um dos elementos que corroboram tal possibilidade, além da existência notória do local e das práticas que ali ocorrem, é a concessão de alvará de funcionamento para esses estabelecimentos, ainda que estes não prevejam em seu bojo a atividade de fornecimento do espaço para a prestação de serviços de prostituição.

A discricionariedade na tomada de decisão policial

O uso do atributo da discricionariedade é elemento central do poder policial, em sua atuação prática, pois é decisivo na tomada de decisões, entre o agir e o não agir, dentro de um contexto em que é permitido optar, desde que dentro de um contexto de legalidade entre as possíveis opções que se apresentam. Isso, sempre é bom frisar, é a teoria e, como as pesquisas de campo tradicionalmente apontam, existe um imenso distanciamento entre a literalidade da norma e sua aplicação prática no dia a dia.

Pois bem, como se portar diante de opções de ações e/ou omissões possíveis para uma mesma situação, sabendo que independente da decisão tomada, haverá interpretações possíveis que atribuirão alguma infração à atuação policial? Não há resposta exata a essa questão, mas o resultado dessa ação acaba de uma alguma forma permeando sempre a ilegalidade, à medida que acaba por acarretar uma aplicação seletiva da lei, conforme detalha Muniz (2008):

É sabido que a maioria dos Estados possui algum dispositivo legal que estabelece que as polícias devam aplicar todas as leis de forma plena e integral. É óbvio que este tipo de normatividade não se mostra factível na vida real. Todavia, ela converte claramente a aplicação de todas as leis relacionadas à incolumidade e segurança das pessoas e do patrimônio, em uma efetiva obrigação ou um dever da polícia. Sob este ângulo, a aplicação seletiva da lei seria apreciada como um ato extralegal ou mais propriamente ilegal (Klockars, 1985). E isto de tal maneira que toda ação policial estaria, no limite, condenada à clandestinidade e a debilidade de seus procedimentos pela necessidade operacional da violação da lei para poder cumpri-la. Isto ocorre, sobretudo, no Brasil, onde o ato policial discricional tende a ser interpretado juridicamente como “prevaricação”. Ou seja, a decisão policial discricionária pode ser tipificada como “um crime perpetrado por um funcionário público, e que consiste em retardar ou deixar de praticar, indebitamente,

ato de ofício, ou em praticá-lo contra disposição legal expressa, para satisfação de interesse ou sentimento pessoal”. Note-se que a perspectiva de um enquadramento a priori do ato discricional como uma possível “prevaricação” pode conduzir ora a paralisia decisória policial, ora a um acordo tácito na polícia de sustentação dos necessários procedimentos policiais de aplicação seletiva da lei numa ordem de total informalidade e baixa institucionalização. O que certamente amplia os níveis de incerteza, imprecisão e insegurança do policial na tomada de decisão e, por conseguinte, a imprevisibilidade dos resultados de sua ação (Muniz, 1999; Muniz e Proença Jr, 2006b). Diante de uma espécie de insegurança jurídica, os policiais, interessados em sobreviver nas suas organizações, podem sensatamente optar por alternativas de ação consideradas mais “prudentes” em relação às possíveis interpretações do texto legal. Mesmo que estas ações sejam sabidamente insuficientes e insatisfatórias para os próprios propósitos legais. Estas seriam traduzidas, por exemplo, na escolha por fazer o que se deve e menos o que se pode à luz das referências legais.

Assim como na reflexão acima exposta, a fala inicial do policial aposentado que aqui relatei, expõe, na prática, um ótimo exemplo de como essa discricionariedade se opera na prática, como ferramenta da decisão a ser tomada, em face das diversas possibilidades possíveis, ao ponto de escolher a já mencionada “bola de segurança”, a fim de preservar a sua carreira policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa desordem aparente, alimentada pelos fatores mencionados em todo o corpo deste trabalho, direcionada em particular ao contexto da zona de meretrício onde a pesquisa de campo foi realizada, causa, metaforicamente falando, essa sensação de uma verdadeira “zona” no que se refere a atuação policial. Porém, essa bagunça resulta em toda uma rede de acordos e regramentos próprios, que visam uma atuação mais segura, do ponto de vista institucional, para os policiais, não deixando de patrulhar e atuar gerando uma sensação de segurança aos frequentadores e trabalhadores da zona de meretrício.

Foi possível perceber que, parte dessa sensação de segurança e da confiança despertada nas prostitutas e donos de comércio, que também facilitam a obtenção de informações importantes a atuação com relação a outros crimes, é possibilitado pela própria “omissão” policial proposital no que se refere ao crime de manter a casa de prostituição.

A decisão de não atuar no contexto do crime citado é a chamada “bola de segurança”, haja vista a tolerância demonstrada por parte do poder público

e pela sociedade trirriense, assim como evidências que apontam para a visão de que a região movimenta a cidade economicamente, gerando renda e movimentando o comércio local.

Assim, podemos notar que a discricionariedade, bem como os demais atributos do poder de polícia são essenciais dentro deste contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. SILVA, Whashington França da. Mandato Policial na Prática: Tomando decisões nas ruas de João Pessoa. Caderno CRH, Salvador, V.23 n. 60, p, 449-473, set./dez. 2010.

MUNIZ, Jacqueline, LARVIE, Sean Patrick, MUSUMECI, Leonarda & FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 197-213, maio de 1997.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira, MELLO, Kátia Sento. Nem tão perto, nem tão longe Odilema da construção da autoridade policial nas UPPs. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 44-65, jan.-mar. 2015

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. ALBERNAZ, Elisabete. Moralidades entrecruzadas nas UPPs: Uma narrativa policial. Cadernos Ciências Sociais - CSC 29, 11 Série. Porto (Portugal). Ed. Afrontamento 2016:115-151

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Discricionariedade Polícia e a Aplicação Seletiva da Lei na Democracia. Artigo elaborado para o Curso de Gestão Organizacional em Segurança Pública e Justiça Criminal do NEVUSP, cuja versão publicada constitui a "Aula 5: Tendências contemporâneas na área da segurança pública do projeto de Curso à distância"

PACHECO, Manuel Flavio Saiol. Da necessária (e viável) regulamentação da profissão do sexo: já chega de jogar pedra na Geni! Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5743, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72788>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In NUNES, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril S.A. Cultural. 1978

Fernando Pereira Barbosa

Professor do 5º ano e Psicopedagogo no Instituto Educacional Raios de Sol em 2022.

Pesquisador do Núpita (UFS).

GT Neuroeducação em 2022.

Licenciado em Pedagogia (UNICESUMAR).

Bacharel em Psicopedagogia (UNICESUMAR)

Especialista em Neuroaprendizagem (UNICESUMAR).

Psicologia Escolar e Educacional - (FAVENI).

Psicologia Comportamental e Cognitiva - (FAVENI).

RESUMO

O presente texto tem como objetivo abordar a formação psicopedagógica para o século XXI, considerando as transformações tecnológicas. Debatendo o importante papel do psicopedagogo na mediação da aprendizagem, ao absorver e refletir a transmissão das informações que são acessadas pelos educandos. Por este motivo é interessante que o psicopedagogo busque estar atualizado frente as novas tecnologias, tirando assim proveito dos meios que lhe são palpáveis, trabalhando junto com os educandos a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. A Psicopedagogia constitui-se em uma justaposição de dois saberes - psicologia e pedagogia - que vai muito além da simples junção dessas duas palavras. Surgiu no Brasil devido ao grande número de crianças com fracasso escolar e de a psicologia e a pedagogia, isoladamente, não darem conta de resolver tais fracassos no ensino e aprendizagem dos educandos.

Palavras-chave: formação; tecnológico; saberes; psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo analisar a formação psicopedagógica para o século XXI. Atualmente é inevitável a facilidade de acessos tecnológicos que todas as pessoas têm disponíveis, sejam essas informações educacionais ou não. Portanto, para o educando a pesquisa e o aprendizado podem estar acessíveis, abrindo a tela de um computador, acessando o tablet ou celular.

Dessa forma, abre-se a questão: Qual é o papel do psicopedagogo no processo de ensino-aprendizagem, e seu trabalho educacional, na vida dos educandos? Sendo este necessário ou não?

Justificando a finalidade desse texto, é fundamental retratar a importância da formação psicopedagógica diante do presente contexto frente as tecnologias do século XXI, e a melhor maneira de adaptar-se e engajar-se frente a este contexto. Aderindo seu trabalho teórico e prático sobre o

assunto, e identificando seu verdadeiro lugar como mediador na formação deste conhecimento.

Portanto este texto segue a metodologia de informações pautadas em fundamentações teóricas sobre as técnicas que visam orientar a importância da formação psicopedagógica e o lugar dela diante as tecnologias atuais. Para esta informação, serão abordados os autores: Cunha (2009); Libâneo (2012); Masetto (2015); Xavier (2015).

A Psicopedagogia, como o próprio nome já sugere, vem da união dos saberes de duas áreas, a psicologia e a pedagogia. Mas a verdade é que se trata de um campo ainda mais multidisciplinar, que aborda conhecimentos da antropologia e até mesmo da neurologia.

O objetivo é um só: entender todo o processo que leva o ser humano a assimilar e construir o conhecimento, fugindo da visão mais tradicional que considera a aprendizagem exclusivamente como um processo racional deixando de fora o corpo e os afetos.

Esse distanciamento torna-se muito mais perceptível quando se adentra aos contextos escolares manifestados, sobretudo pelo baixo desempenho. Com base na conceituação internacional para o termo “dificuldade de aprendizagem” (DA), podemos considerá-lo “(...) um funcionamento substancialmente abaixo do esperado considerando a idade cronológica do sujeito e seu quociente intelectual, além de interferir significativamente no rendimento acadêmico ou na vida cotidiana, exigindo um diagnóstico alternativo em caso de déficits sensoriais (SÁNCHEZ, p. 16, 2003). as dificuldades são os problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro de entender, recordar ou comunicar informações. Portanto, podem afetar a percepção visual, a linguagem oral e escrita, os aspectos motores, o raciocínio lógico, a capacidade de atenção e até a maturidade social. São causadas, sobretudo, por fatores biológicos e psicoemocionais e, também, por influências ambientais. Fatores escolares podem influenciar no agravamento dessas dificuldades, uma vez que a escola é o ambiente no qual são evidenciadas.

A FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DIANTE AS TECNOLOGIAS DO SÉCULO XXI

Observando a formação psicopedagógica frente as novas tecnologias do século XXI, é fundamental destacar a importância do aprimoramento que os psicopedagogos devem ter frente aos meios tecnológicos presentes, porque esta formação torna-se elemento importante no processo de ensino-aprendizagem tendo o psicopedagogo como mediador do conhecimento e propulsor do pensamento crítico que o educando deve adquirir sobre o conhecimento que lhe é transmitido.

Desta maneira, Cunha (2009, p. 1053) destaca que “a natureza múltipla do conhecimento e dos seus processos, exigem do psicopedagogo que saiba, sobretudo, dominar e compreender as novas linguagens e experiências [...]”. Assim, segundo Libâneo (2012 p. 13) “O que está em

questão, portanto, é uma formação que ajude o educando a transformar-se em um sujeito pensante, de modo que aprenda a utilizar seu potencial de pensamento por meio de meios cognitivos de construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes, valores.” Então a partir dos autores citados, os psicopedagogos precisam abrir o leque do conhecimento na intermediação para o educando, capacitando-o como um ser pensante, e crítico.

Segundo Cunha (2009 p. 1049), “Os saberes da psicopedagogia são construídos ao longo de toda uma carreira e vida profissional, razão que justifica que não sejam contemporâneos uns dos outros, uma vez que se vão adquirindo ao longo do tempo”. Portanto, o autor cita esses saberes como temporais, ou seja, que são modificados e adaptados no decorrer do tempo seguindo os desafios que a atualidade propõe. Portanto Xavier (2019 p. 34), cita que:

O psicopedagogo do século XXI deverá ser ativo e saber pensar, saber fazer pensar, saber dizer, saber fazer dizer, saber fazer, saber fazer, fazer, querer fazer, querer fazer querer. Ocupando o psicopedagogo um papel central em todo o processo de mudança educativa e face aos saberes emergentes, é necessário criar condições para uma formação contínua de qualidade. Para isso, tem de haver uma conjuntura para que os psicopedagogos frequentem essa formação e tem de ser uma formação contínua que vá ao encontro da realidade e das necessidades atuais.

Sendo assim, fica claro que para o psicopedagogo é necessário que buscar sempre o aperfeiçoamento do seu trabalho enquanto profissional, pois com as tecnologias existentes ele precisa estar atualizado ao transmitir o conhecimento em uma linguagem que os educandos conheçam e que se interessem pelo assunto, fazendo com que a tecnologia seja um componente a seu favor, ou seja, um componente que facilite o desenvolvimento do seu trabalho no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Masetto (2015 p. 780):

Através deste desenvolvimento do conhecimento e sua produção, as áreas da ciência se aproximaram para melhor explicarem os fenômenos, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade são chamadas a estar presentes e colaborar para o desenvolvimento da ciência.

Portanto com o advento de novas concepções de aprendizagem, a necessidade de ligação do conhecimento científico com os problemas da sociedade e do cotidiano e o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias da comunicação e informação, é preciso colocar a autoformação contínua como requisito da profissão de psicopedagogia. Libaneo (2012 p. 19).

A intervenção psicopedagógica, assim como as dificuldades de

aprendizagem, são situações nas quais o psicopedagogo coloca seus conhecimentos à prova, uma vez que inserirá em seu campo de atuação na busca pela resolução dos obstáculos de aprendizagem. Uma vez identificados os obstáculos, o psicopedagogo poderá colaborar para a reconstrução da trajetória de aprendizagem do educando, de modo a tornar possível o estabelecimento da conexão com a própria capacidade de aprender e, assim, criar condições para a promoção da interação entre sujeito e objeto de conhecimento, propondo estratégias diferenciadas para que a qualidade da aprendizagem esteja assegurada de forma gradual. Para iniciar o processo de intervenção psicopedagógica, a anamnese inicial, a avaliação e o diagnóstico são essenciais para o desenho da intervenção mais adequada às necessidades dos sujeitos.

As instituições educacionais e as clínicas de atendimento psicopedagógico precisam ser vistas como um dos espaços mais privilegiados de discussão, produção e construção do conhecimento. Devem criar condições favoráveis de modo que seus profissionais e estudantes tenham acesso e façam uso dos recursos tecnológicos disponíveis no ambiente escolar, visando à potencialização e a intensificação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a união de esforços entre professores, psicopedagogos e especialistas em tecnologias pode potencializar o seu uso de maneira a contribuir para um aprendizado mais efetivo, de forma que o conhecimento passa a ser construído e não mais imposto. Com isso, as instituições exercem sua função formando pessoas mais criativas, críticas, autônomas, motivadas e felizes. Ressalto, ainda, a importância de as instituições educativas e os professores investirem em profissionalidade por meio da formação continuada, pois a atuação criativa do professor permite maior interesse por parte dos estudantes e os ajuda a dar mais significado ao conhecimento, facilitando e promovendo a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do texto apresentado, podemos entender que frente as novas tecnologias do séc. XXI, o psicopedagogo tem a preocupação de buscar acompanhar os conhecimentos repassados com a tecnologia, mediando a forma com a qual o educando pode melhor absorver essas informações transmitidas.

Por este motivo, na formação psicopedagógica a tecnologia presente serve para acrescentar o trabalho do psicopedagogo e seu papel no desenvolvimento do pensamento crítico do educando, como um ser pensante. Também pode usar a tecnologia como meio de facilitar o aprendizado trabalhando a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

conclui-se que a intervenção psicopedagógica se faz necessária quando há uma emergência em apostar na possibilidade de resgatar o desejo de saber que existe no sujeito e que por diversas razões não necessariamente está presente no momento. Ou seja : “a meta do

psicopedagogo é ajudar aquele que, por diferentes razões, não consegue aprender formal ou informalmente, para que consiga não apenas interessar-se por aprender, mas adquirir ou desenvolver habilidades necessárias para tanto” (RUBINSTEIN, 1999, p.25).

E isso também diz respeito a todos os envolvidos neste processo de ensino e aprendizagem. O psicopedagogo tem por desafio e compromisso de entender e atender à flexibilidade do aprender, às condições estruturais e materiais da escola como um todo, a reflexão dos “nossos” erros, a participação e a compreensão da família diante das diversas formas de se aprender; enfim, tudo isso torna o psicopedagogo um profissional capacitado em buscar no âmbito da escola e da sociedade ações e possibilidades que realmente signifiquem o ensino em sua qualidade de expressões e de compreensão deste processo tão complexo mas, que deve ser acessível à todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, M. J. dos S. Formação de psicopedagogos: um desafio para o século XXI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10., 2009. Braga, Portugal. **Anais** [...]Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009. p. 1048-1056.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MASETTO, M. T. Desafios para a docência no Ensino Superior na contemporaneidade. In: CAVALCANTE, M. M. D.; SALES, J. A. M. de; FARIAS, I. M. S. de F.; LIMA, M. do S. L. (org.). **Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola e formação de professores e a sociedade.** Fortaleza: EdUECE, 2015. v. 4, p. 779-795.

XAVIER, L. G. Para além da didática: desafios da escola e do professor do século XXI. **Exerdra: Didática do Português: Investigação e Prática**, Coimbra, Portugal, n. 1, p. 26-36, 2015.

RUBINSTEIN, E. **A Intervenção Psicopedagógica Clínica.** In: SCOZ, B. J. L. et al. **Psicopedagogia: Contextualização, Formação e Atuação Profissional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANCHEZ- -CANO et al. **Avaliação psicopedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

Amanda Princy Batista Silva

Especialista em Linguística e Produção de texto.
Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual do Piauí.

RESUMO

O presente artigo trata-se do relato de experiência de uma pesquisa-ação realizada com uma turma de 3º Ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Ensino do Piauí sobre a proficiência leitora desses alunos observando resultados de avaliações externas e de avaliação diagnóstica aplicada pela pesquisadora com o objetivo de identificar o descritor da Matriz de Referência de Língua Portuguesa para o Ensino Médio em que os alunos demonstravam maior dificuldade de compreensão com o objetivo de planejar e aplicar uma sequência didática como modo de intervenção que pudesse amenizar as lacunas de aprendizagem apresentada pelos discentes. Refletimos por meio dessa pesquisa sobre o papel das avaliações externas e os seus efeitos na escola, onde a avaliação deve ser suporte de contribuição para nortear o trabalho docente e superar o caráter muitas vezes classificatório e excludente. Nossas reflexões aqui não são ponto de chegada, mas ponto de partida para outras temáticas que visam a importância da avaliação como meio de contribuir para qualquer disciplina em sala de aula, porque elas nos fornecem dados preciosos, onde partindo deles podemos transformar nossa realidade escolar.

Palavras-chave: avaliação; proficiência leitora; descritor; intervenção.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como ponto de partida a concepção de que o processo de ensino-aprendizagem sobre leitura e construção de sentido deve acontecer como um momento de interação entre texto e leitor, pois segundo Koch (2018) “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação”. São nossas reflexões sobre o texto que vai dando a ele significado.

Verificando resultados de avaliações externas que demonstraram lacunas na proficiência leitora de alunos que estão concluindo o 3º Ano do Ensino Médio, tal fato nos chamou a atenção para essa realidade.

O Ensino de Língua Portuguesa não se limita a aprendizagens de regras da gramática normativa, menos ainda desenvolve um trabalho de leitura que se centra na simples decodificação de palavras, como se fossem

elementos suficientes para declarar que somos bons leitores. Afinal é a compreensão do texto que nos torna leitores competentes.

Para a construção dos sentidos do texto é que a escola e professores devem tomar a avaliação como meio que vem para contribuir e direcionar ações que possam desenvolver estratégias que levem a superação das dificuldades na proficiência leitora dos nossos alunos.

Quando falamos de leitura e aprendizagem, Kleiman (2016) nos aponta para o conceito de Vygotsky, que nos diz que a aprendizagem se realiza pela interação dos sujeitos, seja em pequenos grupos, com a intermediação do professor ou mesmo com nossos pares ela se faz por interação. É necessário criar um contexto em que o sujeito leitor encontre relevância e importância ao ato de ler, esse ato precisa ter um sentido, um porque, uma finalidade, um objetivo.

Koch (2018) quando trata da concepção interacional, ou seja, dialógica da língua, cita que somos sujeitos construtores, onde pela própria ação dialógica nos construímos e somos construídos no texto, tendo este como lugar próprio da construção dos seus interlocutores.

Nossa prática em sala de aula em escola da Rede Estadual de Ensino do Piauí em turmas de Ensino Médio nos permitiu observar de maneira mais clara como nossos alunos chegam ao final da Educação Básica trazendo com eles deficiências de proficiência leitora que não deveriam mais existir, mas que se apresentam em boa parte dos nossos estudantes.

Tivemos ainda a oportunidade de participar e pensar sobre o processo de avaliação que acontecem na escola. Both (2007) já nos relatava que avaliar é, ao mesmo tempo, dar e buscar valor. Assim, o professor necessita conhecer em que situação de aprendizagem se encontra o aluno para que possa acompanhar seu desenvolvimento em um nível processual, qualitativo. O processo de avaliação precisa ser coerente com o processo de aprendizagem, o que inclui sua concepção, finalidade, intervenção, que determinam estratégias metodológicas de ensino.

No contexto de uma pedagogia construtiva, não devemos ficar à espera de que o aluno tenha aprendido alguma coisa porque a aula foi dada, mas sim que ele tenha aprendido porque o professor investiu numa ação pedagógica que foi de investigação, aplicando devida intervenção e avaliando seu desempenho, para assim obter resultados que foram definidos e desejados.

De acordo com Luckesi (2011), sobre a educação no país, desde o ano de 1988 foram sendo implantadas no Brasil avaliações nacionais, tendo sido implementada pela primeira vez no Ensino Fundamental com o chamado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que teve no ano de 1990 sua primeira edição, complementada no ano de 2005 pela Prova Brasil.

Compondo o conjunto de avaliações em larga escala, além do Saeb, temos o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, que verifica o desempenho dos alunos do Ensino Médio desde o ano de 1998 e o Exame Nacional de Desempenho de estudantes – Enade, criado no ano de 2004,

que atua em todas as instituições de Ensino superior.

Em âmbito do Estado do Piauí, para todos os alunos do Ensino Médio, acontecem o Saepi – Sistema de Avaliação Educacional do Piauí, que foi criado em 2011 pela Secretaria de Estado de Educação do Piauí, com o objetivo de produzir diagnósticos periódicos acerca do ensino, monitorando a educação pública ofertada e oferecendo subsídios para que políticas públicas educacionais pudessem ser desenhadas e implementadas. Além do Saepi, a Secretaria de Estado da Educação – Seduc, desenvolveu e aplica desde o ano de 2018 a Avaliação Global Integrada - AGI, que acontece duas vezes ao ano, uma no primeiro semestre letivo e outra no segundo. Assim como o Saepi compõe a AGI testes de Língua Portuguesa e Matemática. Ambas as avaliações tem como base a matriz de referência do Saeb.

Nossa problemática foi concentrada em refletir como a observação dos resultados da proficiência leitora dos nossos alunos do 3º Ano do Ensino Médio, diagnosticada pelo Sistema de Avaliação Educacional do Piauí – Saepi e o estudo dos resultados de avaliação interna diagnóstica realizada na escola pela própria docente da disciplina de Língua Portuguesa, podem gerar estratégias específicas de intervenção.

A pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, onde destacamos o método pesquisa-ação. A pesquisa-ação, como podemos verificar, é um modo de perceber a realidade, de refletir sobre ela e pensar nas possibilidades de um agir sobre a realidade que é investigada. Além da fundamentação teórica que nos segue nas etapas do trabalho, implementamos e analisamos os efeitos de uma investigação com a finalidade de desenvolver habilidades.

Esta pesquisa foi justificada mediante a observação do déficit na proficiência leitora apresentada por alunos de uma das turmas de 3º Ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual na cidade de Cocal de Telha – Piauí, com a necessidade de se investigar qual habilidade e competência ligada à leitura e a compreensão do texto era apresentada com maior dificuldade entre os alunos para se investir em estratégias que pudessem amenizar essa lacuna. Assim, por meio dos descritores, que especificam as habilidades e competências esperadas a cada período letivo, os professores podem utilizá-los como meios para produzir intervenções que sejam necessárias.

Orientou essa pesquisa a seguinte questão: como o diagnóstico de competências e habilidades, resultante de avaliações específicas de proficiência leitora, podem nortear o processo de desenvolvimento de estratégias para superação de dificuldades de competência leitora? Partindo dessa questão, outros questionamentos surgiram no nosso trabalho: quais habilidades e competências nossos alunos apresentam maiores dificuldades? A intervenção específica desenvolvida por meio de uma sequência didática, tendo como base os descritores da matriz de referência de Língua Portuguesa, pode resultar em avanço satisfatório na competência leitora dos alunos?

Nosso objetivo geral foi analisar o resultado de estratégias específicas de intervenção aplicadas para aperfeiçoar a competência leitora

dos alunos de uma das turmas do 3º Ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual situada na cidade de Cocal de Telha Piauí que apresentavam dificuldades específicas na sua proficiência leitora. A partir desse objetivo geral, tivemos como objetivos específicos: identificar o descritor de Língua Portuguesa o qual os alunos apresentavam maior dificuldade, desenvolver a competência leitora dos alunos por meio de uma sequência didática para o aperfeiçoamento do descritor que os alunos apresentaram maior dificuldade e por fim avaliar se a intervenção específica desenvolvida resultou em avanço satisfatório na competência e habilidade leitora de maior dificuldade apresentada pelos discentes em análise.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, do tipo pesquisa-ação. E sobre este tipo de pesquisa nos fundamentamos teoricamente sob a ótica de Thiollent que diz:

A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 48)

A pesquisa-ação, como podemos verificar, é um modo de perceber a realidade, de refletir sobre ela e pensar nas possibilidades de um agir sobre a realidade que é investigada. Este tipo de pesquisa pode ser pensado como um mecanismo que podemos utilizar para entender nossas práticas, como também avaliar essas ações e levantar pontos de questionamentos que possam auxiliar-nos em tomadas de decisões conscientes nas diversas ações que podem ser executadas.

Partimos da necessidade de mudar algo, um aspecto da realidade analisada, por meio de uma metodologia que compreende o diagnóstico do que é investigado e a intervenção ao problema apresentado na busca de uma pesquisa que não apenas nos faça entender a realidade apresentada, mas que possa auxiliar-nos na aplicação de conhecimentos que melhor unam teoria e prática, que nos façam perceber melhor o momento em que se aprende no contexto do meio escolar.

O desempenho em compreensão de texto de alunos do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, é uma questão que continua a merecer investigação. Esta pesquisa sendo de natureza mista contemplou aspectos metodológicos previamente definidos das pesquisas quantitativas com novos métodos que surgem das pesquisas qualitativas. Observamos os resultados dos testes de múltipla escolha, tendo como modelo as avaliações

externas que são realizadas com alunos do Ensino Médio para verificação da proficiência leitora. Uma análise que embasa tanto a etapa de diagnóstico quanto a etapa de pós-intervenção que foram realizadas com alunos da série final do Ensino Médio.

Sustentada na pesquisa-ação, esta pesquisa foi apresentada como de intervenção, uma vez que o próprio pesquisador foi o professor da sala de aula que direcionou uma reflexão sobre o seu próprio fazer pedagógico, na busca de identificar dificuldades e gerar meios para que elas pudessem ser superadas por meio da participação ativa dos sujeitos envolvidos.

O professor/pesquisador é aquele responsável pela investigação e análise daquilo que seus alunos apresentam de maior dificuldade, partindo daí para uma ação de planejamento que geram ações concretas de intervenção que são fundamentadas nas teorias que sustentam o foco da sua pesquisa. Por sua característica interpretativa, a pesquisa-ação exige um aspecto metodológico que é empírico, que coloca o pesquisador como o mediador do processo de investigação junto com os sujeitos pesquisados.

Este estudo foi direcionado na prática por meio do desenvolvimento de um trabalho sistemático com leitura e compreensão textual, que tomou por base habilidades e competências que compõem os descritores de Língua Portuguesa para o Ensino Médio já definidos pela Matriz de Referência do Saeb que também direcionam o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí – Saepi.

A escolha que definiu o descritor a ser priorizado nas oficinas para aplicação de intervenção, partiu do diagnóstico realizado por meio da verificação simples de resultados obtidos de uma avaliação diagnóstica planejada pela docente com itens que contemplaram todos os descritores da matriz de referência de Língua Portuguesa

Constatamos que este tipo de pesquisa possa colaborar para um aperfeiçoamento que gere novas pesquisas, uma vez que nos deu a possibilidade de refletir sobre nosso próprio fazer pedagógico, como sujeitos que atuam efetivamente de todo processo de investigação, análise de dados, planejamento de ações, aplicação daquilo que foi planejado, ou seja, de todo o processo temos a oportunidade de verificar a eficácia de todo nosso plano de ação e realizando análise daquilo que deverá ser modificado, a fim de aperfeiçoar práticas que possibilitem ao aluno desenvolver de forma mais eficaz a sua proficiência em compreensão textual.

Caracterização do universo da pesquisa

Neste tópico, caracterizamos o espaço escolar onde ocorreu a pesquisa e os indivíduos participantes dela. Além disso, são detalhados os instrumentos utilizados para a construção de dados.

O espaço de estudo foi uma Escola da Rede Estadual de Educação do Estado do Piauí que fica localizada na cidade de Cocal de Telha que fica à 120km da capital Teresina. A escola oferta Ensino Médio que funciona em dois turnos: tarde e noite, sendo no turno da tarde ofertado somente o Ensino

Médio regular com duas turmas de 1º Ano, uma turma de 2º Ano e uma turma de 3º Ano e no turno da noite, além de disponibilizar turmas de Ensino Médio regular com uma turma de 2º Ano e uma turma de 3º Ano, oferta também turmas de ciclos da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A escola é de estrutura física de pequeno porte, possui quatro salas de aula, com quadro de acrílico, bem iluminada, sem ar-condicionado, item que faz uma diferença para o ensino-aprendizagem, considerando os meses do segundo semestre em que no Nordeste faz bastante calor, causando desconforto e irritabilidade e os alunos saem muito para beber água e ir ao banheiro. As salas apenas possuem basculantes e alguns ventiladores de teto e parede, que vez ou outra deixam de funcionar e que não são suficientes para amenizar a quentura.

As salas de aulas são medianas o que ocasionava, devido a demanda de alunos certa lotação, o que dificultava a circulação do professor dentro da sala e até mesmo a realização de atividades em grupos ou outras similares pela falta de espaço.

A escola não possui quadra, fato que impossibilita a prática esportiva de maneira adequada. Conta ainda com uma cantina, um refeitório amplo, com janelas e ventiladores de teto, com algumas mesas e cadeiras. Em outros momentos este mesmo ambiente serve como sala de reunião de pais, culminância de projetos, apresentações de trabalhos em grupo, e outras que assim se fizerem necessárias.

A escola possui quatro salas pequenas, sendo uma diretoria climatizada, uma secretaria, uma sala para professores climatizada que foi adaptada em um ambiente que seria uma sala de informática, mas que não é utilizada, pois dos poucos computadores que lá existem apenas um está bom para uso e os demais não funcionam mais. Há uma sala para guardar os livros didáticos e paradidáticos que serve também como uma pequena biblioteca, em que os alunos solicitam o empréstimo do livro, pois não é ambiente próprio para sentar e realizar leituras, como de fato é uma biblioteca.

O ambiente conta com dois banheiros destinados aos alunos e alunas, que também são utilizados por todos os servidores da escola. Em frente aos banheiros há um pequeno pátio e na entrada da escola existem alguns bancos com mesas de concreto.

No terreno que existe ao lado, que pertence à escola, a comunidade escolar no ano de 2018 se reuniu e construiu um palco para que fossem melhor apresentadas ao final do ano letivo os trabalhos e atividades de um sarau que acontece desde o ano de 2014.

A gestão escolar era composta por uma diretora e uma coordenadora pedagógica. O planejamento era realizado bimestralmente, sempre com a presença da equipe gestora e com todos os professores. Reuniões de pais aconteciam uma vez em cada semestre e são eram feitas por série. O corpo administrativo da escola ainda contava com uma secretária, duas zeladoras, duas merendeiras e dois vigias.

O corpo docente era composto por quinze professores, em sua

maioria efetivos e alguns celetistas, que ministram aulas nas turmas de Ensino Médio regular e também na EJA. A escola sofre com a falta de transporte ofertado pelo Estado, ficando dependente do transporte escolar municipal, uma vez que praticamente todos os estudantes do turno vespertino moram na zona rural do Município de Cocal de Telha e precisam de transporte para chegar até a escola.

Sujeitos colaboradores

Havia na escola duas turmas de 3º Ano, uma no turno da tarde com 35 alunos e outra no turno da noite com 18 estudantes. Optamos por desenvolver o estudo com a turma do 3º Ano do turno da tarde, pois a intervenção alcançaria maior número de alunos.

A turma do 3º Ano foi escolhida porque é a série final da Educação Básica em que o aluno deverá ter desenvolvido concretamente diversas habilidades e competências, principalmente, quanto à sua proficiência leitora. A escolha da série se deu também pelas avaliações em larga escala que são destinadas ao 3º Ano, como o Saeb.

De acordo com a avaliação diagnóstica aplicada pela pesquisadora a turma escolhida para o estudo apresentou dificuldade de proficiência leitora relacionados às habilidades que lidam com o uso de recursos expressivos e os efeitos de sentido causadas por determinadas palavras ou expressões utilizadas no texto, como também dificuldades quanto a coerência e coesão no processamento do texto.

A maioria dos alunos pesquisados residiam na zona rural, em domicílio próprio e eram de baixa renda. Quanto a cor, se autodeclaravam pardos e uma minoria como negro e branco. A turma era mesclada por alunos que tinham entre 17 a 20 anos ou mais de idade, mas destacamos que mais da metade da turma estava fora da idade correta para a série. Até o presente momento da realização dessa pesquisa, apenas um aluno relatou que além de estar concluindo o Ensino Médio também estava fazendo um curso profissionalizante,

Mesmo limitados em condições financeiras, todos possuíam smartphone e acesso à internet. Alguns alunos relataram, mesmo a maioria estando inscrita para a avaliação do Enem, que tinham como objetivo apenas a conclusão do Ensino Médio, que não pretendiam entrar em curso superior. Queriam arrumar um emprego para ajudar na renda da família.

Boa parte da turma relatou que não gostava de ler ou que não tinha prática habitual de leitura, mas consideravam relevantes os textos que eram trabalhados nas atividades em sala de aula e conseguiam identificar os gêneros de textos que mais eram utilizados nas aulas.

Apesar de terem relatado que não costumavam realizar leituras, uma parte da turma afirmava que gostava de livros de romance e ficção. São ainda alunos que não disponibilizavam horário de estudo extra, uma minoria dedicava de uma a duas horas de estudo em casa, e isso verificando que são estudantes da última série do Ensino Médio que estavam prestes a realizar o

Enem.

Vale ressaltar que, a frequência dos pais na escola era quase nula, a maioria só frequenta a escola quando havia convocação para reunião. Fato que conseqüentemente refletia na falta de realização das atividades que eram propostas, acarretando para a escola e para a professora responsabilidade para além do devido e um esforço maior na tentativa de desenvolver estratégias que estimulassem os alunos para as práticas de ensino e aprendizagem.

Instrumentos de construção de dados

Toda etapa de investigação desta pesquisa foi fundamentada a partir de uma avaliação diagnóstica, realização de oficinas de leitura e interpretação textual que foi a parte da intervenção, questionário, observação do participante e avaliação final.

O período de construção dos dados desta pesquisa ocorreu em duas etapas. A primeira aconteceu de abril a junho de 2019, onde foram realizadas a avaliação diagnóstica e a verificação de resultados de avaliações externas como o Saepi e a AGI. A segunda etapa ocorreu de agosto a outubro de 2019, onde foram realizadas as oficinas, a aplicação de questionário, observação do participante e avaliação final.

Para sondagem e verificação da proficiência leitora dos sujeitos desta pesquisa, foi realizada a aplicação de uma avaliação diagnóstica composta por questões que contemplavam competências e habilidades referentes à compreensão leitora de alunos do Ensino Médio. As questões presentes no teste diagnóstico foram organizadas de acordo com a Matriz de Referência de Língua Portuguesa do Saeb para o 3º Ano do Ensino Médio. A matriz de referência é dividida em 6 competências e composta por 21 descritores. Cada descritor corresponde a uma habilidade de leitura que o aluno deve ter desenvolvido.

De acordo com o Guia de Elaboração de Itens do CAEd/UFJF 2008, “o descritor traduz as habilidades ou competências esperadas, associando conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos estudantes”. Os descritores avaliam dois pontos: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a habilidade avaliada. Eles são selecionados para compor a Matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de itens de múltipla escolha.

É preciso enfatizarmos que os descritores não podem ser adotados como um conjunto de indicações básicas para as práticas de ensino-aprendizagem nas escolas, uma vez que não contêm a análise do conhecimento da linguagem, as orientações didáticas, as estratégias e recursos didáticos, as sugestões de como trabalhar os conteúdos, bem como não selecionam a progressão de conteúdos por ano ou ciclos. Esse tipo de orientação

cabe às Diretrizes, Parâmetros e Matrizes Curriculares. Aos descritores, cabe, apenas, a referência para a elaboração dos itens que compõem os testes. (Guia de Elaboração de Itens do CAEd/UFJF 2008, p. 14).

Para a avaliação diagnóstica elaboramos um teste contendo 21 itens. Cada questão correspondia a um descritor, dessa forma a avaliação continha questões referentes a todos os descritores da Matriz de Referência. Os itens foram selecionados de fontes como o Guia de Elaboração de Itens, produzido pelo CAEd/UFJF (2008) e pelo Inep. Também foram selecionados itens do blog do professor Warles, que contém amplo e diversificado material de apoio para composição de teste com descritores, acessível pelo endereço eletrônico <https://profwarles.blogspot.com>.

As questões apresentaram propostas de leitura e compreensão utilizando diversificados gêneros de texto. Previamente a aplicação do teste, os discentes foram comunicados de todo o processo de avaliação diagnóstica que seriam submetidos, acrescido de diálogo sobre a importância das avaliações externas por eles realizadas com o Saeb, Saepi e AGI.

A avaliação diagnóstica ocorreu em única etapa com duração de duas aulas de cinquenta minutos. Por meio desse resultado observamos a competência e as habilidades de proficiência leitora que os discentes demonstraram ter maior complexidade para compreensão. E partindo desse princípio foi selecionado o descritor foco da nossa proposta de intervenção e os critérios que nos direcionaram para essa escolha.

Depois de realizada a etapa de diagnóstico, foi elaborada uma sequência didática, aplicada por meio de oficinas de leitura e interpretação de texto. As oficinas foram planejadas de acordo com a habilidade a ser desenvolvida com seleção de suportes explorando gêneros de textos diferentes para explorar o debate e estimular a participação para a construção de sentidos, além de itens discursivos e de múltipla escolha utilizados nas atividades propostas.

A proposta de intervenção ocorreu em módulos, que somaram um total de dez aulas de cinquenta minutos, onde sete aulas foram para realização de oficinas, duas aulas para aplicação de avaliação pós-intervenção e uma aula para devolutiva e comentários sobre toda a atividade com os discentes.

As oficinas continham atividades de sondagem, leitura, interpretação, debate, atividades escritas com questões subjetivas e atividades em grupo que nos deram suporte para desenvolver a habilidade planejada.

Com o objetivo de verificar a progressão dos alunos quanto a habilidade de proficiência leitora que foi explorada durante o processo de execução das oficinas de intervenção, aplicamos duas avaliações ao final para verificarmos a consolidação da habilidade proposta. O teste 1 contemplava questões de múltipla escolha referentes ao descritor trabalhado. A utilização por questões de múltipla escolha para o teste final se deu tendo em vista que as avaliações externas, as quais os estudantes são submetidos, constam de questões objetivas. O teste 2 contemplava questões subjetivas.

Após os testes finais, nos focamos numa análise crítica dos resultados, a fim de verificarmos se houve evolução dos estudantes referente à competência e a habilidade foco do nosso trabalho de intervenção. Como cita Franco 2005, p. 500 “é fundamental que, após um trabalho de pesquisa-ação, os sujeitos participantes tenham apreendido comportamentos e atitudes no sentido de incorporarem a reflexão cotidiana”

As avaliações finais, realizada após fase de intervenção, nos deram base para verificarmos quanto a aplicação das oficinas pode ter influenciado o processo de aperfeiçoamento da proficiência leitora dos alunos e se a evolução no desempenho deles foi possível ou não de ser observada.

Proposta de intervenção

O pensamento de VYGOTSKY (2007), afirma que não aprendemos sozinhos, para que o aprendizado aconteça se faz necessária uma ação de mediação que se concretiza através do processo de interação entre os sujeitos e entre estes e a sociedade. E quando nos direcionamos para leitura e aprendizagem KLEIMAN (2016) reafirma o conceito adotado por Vigotsky de que a aprendizagem se realiza pela interação entre sujeitos, seja em pequenos grupos, seja por meio de intermediação do professor ou mesmo com nossos pares.

A escola como espaço de interação pode e deve dar sua contribuição para o processo de desenvolvimento e aprimoramento da proficiência leitora de seus sujeitos, entendendo que cada estudante aprende de modo e em tempos diferentes. É importante dentro de uma proposta de ensino que envolve leitura e compreensão textual, criar um contexto em que o sujeito leitor encontre relevância e importância ao ato de ler, esse ato precisa ter um sentido, uma finalidade. Daí podemos adotar estratégias de leitura que possibilitem aquele que não entendeu um texto, a entendê-lo, e isso vai nos direcionar para estratégias que incluem a orientação do professor.

Após a análise dos resultados obtidos por meio de avaliação diagnóstica realizada com os discentes no primeiro semestre letivo de 2019, adotamos como instrumento de intervenção a realização de oficinas de leitura e interpretação textual que foram planejadas e aplicadas com os alunos focando no descritor no qual apresentaram maior dificuldade quanto à habilidade e competência leitora.

As oficinas foram pautadas em estratégias de leitura, tomando como referência as ideias de Solé (1998), Rojo (2009), Kleiman (2016) e Koch (2018). As oficinas de leitura seguem orientações pedagógicas num processo interativo de professor e aluno. Kleiman 2016, p. 12 nos afirma que “é na prática comunicativa que é criado o contexto para que aquele que não entendeu o texto o entenda”

De acordo com GIROTTO e SOUZA (2010), as oficinas de leitura são momentos destinados ao ensino de uma estratégia, com ambientação, tempo e prática intencionalmente planejada pelo professor que a utiliza como recurso.

As oficinas foram pensadas para serem aplicadas de forma gradual, as intervenções foram aplicadas em semanas alternadas para não comprometer o conteúdo curricular contido no planejamento escolar. As atividades foram executadas no segundo semestre de 2019, especificamente nos meses de agosto, setembro e outubro. O título da oficina de leitura e interpretação textual era caracterizado pelo nome do próprio descritor foco do estudo e a qual habilidade de proficiência leitora correspondia. Todas as intervenções foram desenvolvidas na própria sala de aula, uma vez que a escola só dispunha de quatro salas de aula e os demais ambientes não eram favoráveis para execução das mesmas

As oficinas de leitura foram de dinâmicas de leitura compartilhada de textos, pautadas no desenvolvimento de estratégias de ensino de compreensão leitora, seguidas de discussões orais com os alunos, atividades em grupo, em um ensino colaborativo, com uma prática conjunta entre professor-aluno, aluno-aluno.

A organização das oficinas foi fundamentada na concepção de sequência didática (SD) proposta por DOLZ, NOVERRAZ E SCHEUWLY (2004). Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 96 afirmam que “uma sequência didática é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”

Podemos resumir dizendo que a Sequência Didática (SD) é conjunto de atividades planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa; organizadas de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para aprendizagem; e envolvem atividades de aprendizagem e de avaliação, para todos os níveis de escolaridade.

Dessa forma, como proposto por DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY (2004), a SD tem caráter integrador em relação à aprendizagem. A metodologia que é proposta por esses autores, deixa claro que não basta o estudo de um determinado gênero e com ele algumas questões para realizar sua interpretação, mais do que isso é importante a elaboração de uma atividade sistemática, modular e reflexiva dos fatos linguísticos com o objetivo de proporcionar aos estudantes apropriação de conhecimentos.

A partir daqui descrevemos um paralelo entre as etapas de organização de uma SD apresentadas por esses autores e a organização da nossa SD planejada e executadas por meio das oficinas de leitura e interpretação textual.

O momento de introdução da oficina em sala de aula se deu pela apresentação da situação, nessa fase foram apresentadas aos discentes todas as etapas do processo de comunicação que foi executado. Aqui também foi apresentado o gênero de texto que era o foco dos estudos, deixando claro ao público-alvo as atividades que lhes seriam propostas. Essa etapa da nossa pesquisa foi realizada na aula anterior a aplicação da avaliação diagnóstica, onde tivemos a oportunidade de dialogar com os estudantes sobre as avaliações externas as quais eles são submetidos e a importância dessas avaliações que oportunizam ao professor uma ferramenta

de observação e análise referente às habilidades e competências leitoras em que a turma apresentava maior dificuldade de compreensão.

A segunda etapa da SD é denominada primeira produção. DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY (2004), relatam que dependendo do gênero focado pelo professor, poderá ser uma produção oral ou escrita e por meio dela o docente pode criar as estratégias para sanar lacunas observadas. As inadequações observadas foram o foco do trabalho desenvolvido entre o professor e seus alunos na etapa das atividades dos módulos.

Adequando essa etapa para nossa oficina, essa fase ocorre por meio da aplicação de avaliação diagnóstica, onde foram selecionados os itens ou questões que compuseram a avaliação, com variados suportes e gêneros observando a matriz de referência do Saeb de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Cada item apresentava um descritor da matriz de referência.

Foi apresentado pela turma como o descritor que apresentou maior complexidade para construção de compreensão o descritor 18 (D18). Na Matriz de Referência de Língua Portuguesa do Saeb do Ensino Médio, este descritor pertence ao Tópico V referente às Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido. O uso de recursos expressivos é um poderoso auxiliar do leitor na construção de significados. Além dos textos publicitários, que se utilizam largamente dos recursos expressivos, os poemas também se valem deles.

O D18 contempla a habilidade de reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão. A escolha de determinadas palavras ou expressões, bem como o uso de figuras de linguagem devem ser percebidas pelo leitor como mais uma maneira de o autor manifestar suas intenções comunicativas. Esse descritor visa a verificar a capacidade de o estudante refletir sobre a forma do texto na construção de sentidos.

A terceira etapa da SD são os módulos. Sobre esse procedimento modular é afirmado que:

Se inscreve numa perspectiva construtivista, interacionista e social que supõe a realização de atividades intencionais, estruturadas e intensivas que devem adaptar-se às necessidades particulares dos diferentes grupos de aprendizes (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, P. 93).

O ensino de Língua Portuguesa deve priorizar o trabalho com os gêneros textuais, tomando como base a concepção (sócio)interacionista de língua. Quanto aos módulos, estes segundo os autores citados, devem ser diversificados a partir do gênero que se deseja trabalhar de acordo com as necessidades e os objetivos estabelecidos. Da mesma forma as atividades propostas devem ser diversificadas, principalmente quando se referem ao mesmo problema, assim são desenvolvidas de acordo com Dolz, Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 89 “atividades de observação e análise de textos, atividades simplificadas de produção de textos e elaboração de uma

linguagem comum”

Nas oficinas, nos detemos nessa etapa à leitura e à compreensão textual, assim focamos na habilidade verificada através do descritor 18 (D18) com o objetivo de desenvolvê-la, planejando e aplicando atividades que contribuíssem no aprimoramento da proficiência leitora do aluno que o levem a reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão utilizada no texto.

Ressaltamos que o trabalho com a Sequência Didática por meio da efetivação de suas etapas adotadas pelos teóricos DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY (2004) apesar de serem focadas para o processo de produção textual, os mesmos nos orientam para o fato de que a SD pode ser adaptada em função das capacidades e dificuldades verificadas nos discentes.

As diferenças entre os alunos, longe de serem uma fatalidade, podem constituir um enriquecimento para a aula desde que se faça um esforço de adaptação. Deste ponto de vista, as sequências didáticas apresentam uma grande variedade de atividades que devem ser selecionadas, adaptadas e transformadas em função das necessidades dos alunos, dos momentos escolhidos para o trabalho, da história didática do grupo e da complementaridade em relação a outras situações de aprendizagem da expressão, propostas fora do contexto das sequências didáticas (DOLZ, NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, P.93)

Três questões norteiam o movimento da SD e são sugeridas pelos três teóricos. A número 1: Que dificuldades da expressão oral e escrita abordar? A número 2: Como construir um módulo para trabalhar um problema particular? Por fim a questão 3: Como capacitar o que é adquirido nos módulos.

Para o primeiro questionamento: Que dificuldades da expressão oral e escrita abordar? A resposta é verificada por meio da aplicação da avaliação diagnóstica. Para o segundo questionamento: Como construir um módulo para trabalhar um problema particular? A resposta é dada quando foram elaboradas atividades para a fase de intervenção da pesquisa, onde foi considerado diferentes variáveis, que foram desde o nível de dificuldade elaborado para um mesmo descritor, diferentes atividades que envolvessem trabalho individual, trabalho em grupos, exposição oral e escrita, fazendo o uso possível de diferentes materiais e recursos. Por fim, para a terceira questão: Como capacitar o que é adquirido nos módulos? Sua resposta está relacionada àquilo que foi assimilado durante os módulos da oficina, ou seja, os conhecimentos que foram internalizados. E para que as apropriações sejam de fato verificadas, no fim do módulo deve ser elaborado uma forma de registro do conhecimento internalizado pelos alunos.

A quarta e última etapa da SD é denominada de produção final. Na oficina o professor, executando um instrumento de avaliação após a

realização da etapa modular, onde atividades foram desenvolvidas, vai poder verificar se ocorreu com êxito a apropriação de conhecimento pelos alunos, colocando em prática aquilo que aprendeu sobre o gênero trabalhado com o objetivo de promover seu avanço na habilidade e competência leitora que foi verificada de maior complexidade de compreensão. É importante realizar a escolha do gênero textual e das atividades que serão aplicadas para desenvolver o conhecimento do aluno, considerando que o processo de aprendizagem deve ser adequado a cada série.

Seleção do descritor para intervenção

A contabilização do resultado de cada descritor foi feita de maneira simples, por meio de uma soma de acertos e erros dos itens que corresponde a cada descritor. O resultado da avaliação diagnóstica tomamos como parâmetro para identificarmos a maior dificuldade dos nossos alunos quanto à compreensão textual e a partir daí focar numa proposta de intervenção que possibilitasse minimizar as lacunas de proficiência leitora. Ressaltamos que não nos detemos em análise profunda do diagnóstico nos mais variados níveis de complexidade para cada descritor.

Selecionamos apenas um descritor para compor a fase de intervenção, mesmo havendo outros descritores que também apresentaram dificuldade por parte dos discentes. O descritor D18 foi o escolhido e esta escolha se deu por ser o item em que a turma apresentou maior lacuna de compreensão textual, se destacando entre os demais. Além disso, desenvolver a intervenção focando em um descritor nos possibilitou diversificar os suportes para desenvolver a aprendizagem de uma mesma competência em diferentes perspectivas.

Escolhemos como suporte principal da nossa atividade de intervenção o gênero anúncio publicitário que é um gênero oriundo da esfera do argumentar. De acordo com BONIFÁCIO (2015), as campanhas publicitárias têm um propósito básico – um argumento central que é utilizado como forma de transmitir o tema da campanha publicitária, seja para vender um produto, serviço ou conscientizar sobre um determinado tema social.

A escolha do gênero anúncio publicitário se deu pelo fato de compreendermos que ele tem como objetivo principal influenciar o comportamento dos interlocutores a adquirir determinados produtos ou serviços, o que faz com que os produtores desses textos se utilizem de diversos mecanismos textuais que se configuram como estratégias de persuasão para alcançar o público desejado.

RESULTADOS

Partimos de uma sondagem que nos possibilitou a verificação de qual descritor seria o foco de nossa investigação, a partir desse dado foi planejada e aplicada a etapa de intervenção, momento destinado a aplicação de atividades que pudessem contribuir para o aperfeiçoamento dos alunos

quanto a competência leitora de compreender os efeitos de sentido contido no texto decorrente da escolha de terminada palavra ou expressão. Realizada a intervenção com mediação do professor, para a construção dos dados foram escolhidos dois tipos de questionários, sendo uma avaliação com questões abertas e uma com questões de múltipla escolha.

A avaliação com questões abertas era composta de seis textos, cada um com seu questionamento, com suportes ou gêneros de texto variados que se centravam na exploração de itens que trabalhavam na compreensão dos sentidos do texto decorrente do uso de determinada palavra ou expressão. Esse tipo de instrumento foi utilizado por considerarmos que por meio do texto escrito o aluno na tentativa de ser compreendido faz uso de estratégias para defender seu ponto de vista, que sustentem suas intenções quando demonstra o sentido que ele conseguiu extrair do texto, e é possível verificarmos se ele foi capaz de realizar com êxito a conclusão da questão proposta, se foi possível verificar algum avanço quanto a habilidade desenvolvida.

Observando a habilidade referente ao descritor 18 ficou demonstrado nas respostas dos questionamentos com perguntas abertas que os discentes apresentaram um nível de compreensão leitora satisfatório no que diz respeito a identificação coerente daquilo que era produzido de sentido pelo texto, externando positivamente o reconhecimento dos sentidos provocados pelo uso de uma palavra ou expressão, seja em que gênero textual essa intenção comunicativa tenha sido empregada. Interagiram com texto, fizeram inferências, ativaram conhecimentos prévios, seu conhecimento de mundo para auxiliar a construção do sentido do texto.

Dentre as respostas dos dez estudantes demonstrados na análise dos dados um ou dois apresentavam alguma incoerência em parte da resposta, mas que não comprometia a resposta por completo. Os dados resultantes da avaliação de múltipla escolha reforçam o resultado positivo já verificado. Das 10 questões objetivas, nenhuma delas apresentou porcentagem de acerto menor que 50%, a menor porcentagem apresentada foi de 62% e a maior 97% de acerto.

Durante o processo de desenvolvimento e aplicação da SD foi possível constatar a evolução dos estudantes em cada atividade proposta, pois nossa intenção foi de promover momentos em que pudessem interagir para a construção do sentido do texto, estimular o pensamento crítico, pensar e repensar posicionamentos, refletir sobre sua própria ação de desvendar as intenções comunicativas do texto. Ao unirmos os dados qualitativos e quantitativos obtidos nesta pesquisa podemos nos certificar do progresso ocorrido, do progresso na proficiência leitora dos alunos, mas não limitado ao desenvolvimento de atividades que pudessem promover uma determinada habilidade contida na Matriz de Referência do Saeb, mas que procurando estratégias para atenuar lacunas de proficiência na competência observada, pudessem esses avanços serem refletidos para amenizar também possíveis lacunas apresentadas em outras habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nasceu com o propósito de levantar reflexões sobre a compreensão leitora dos alunos e o próprio fazer do professor de Língua Portuguesa como instrumento de mediação entre o aluno e o texto para a construção de sentido. Essa compreensão leitora nos direciona especificamente a proficiência em leitura dos nossos estudantes do 3º Ano do Ensino Médio tendo como parâmetro as competências e habilidades na perspectiva dos descritores da Matriz de Referência de Língua Portuguesa, contando com o processo de avaliação como instrumento colaborativo que nos possibilita o diagnóstico, a reflexão e a mediação para amenizar as lacunas de proficiência leitora.

Inquietações nos moveram com o objetivo de apresentar e buscar compreender algumas das maiores dificuldades desses alunos na construção do sentido do texto, levantado em conta o que tem sido demonstrado nos resultados de avaliações em larga escala e nas avaliações específicas da rede de ensino.

Dessa forma procuramos refletir sobre os resultados apresentados, desenvolvendo e aplicando instrumento próprio de diagnóstico que pudesse reforçar nossa visão daquilo que fosse necessário para contribuir em questões de avanço na leitura e compreensão do texto, encontrando assim, uma forma de interligar os resultados do nosso diagnóstico à aplicação de nossa proposta de intervenção.

Saber o sentido daquilo que realizamos torna nossa prática mais prazerosa. Uma leitura interativa como considera ANTUNES (2003) nos leva a perceber que qualquer texto precisa ser lido como sendo o lugar de encontro entre quem escreveu e quem lê.

Tomando nosso papel de professor como mediador dos processos de aprendizagens em sala de aula, devemos ter bem clara a nossa intenção em conduzir caminhos que nos direcionam onde queremos chegar com nossos alunos, produzindo meios que envolvam a todos os participantes de forma a apresentar resultados que sejam mais positivos e de avanços significativos. Nesse sentido ANTUNES (2003) nos relata que a avaliação na verdade deve colocar em evidência aquilo que o professor deve trazer para a sala de aula como matéria de análise, reflexão e estudo. Nesse processo, quando o professor avalia o estudante ele está realizando também uma avaliação do seu próprio fazer e assim vai construindo e projetando meios de continuar e contribuir para diminuir lacunas apresentadas.

Tendo como base os descritores de Língua Portuguesa, nosso foco principal foi de analisar e avaliar o processo de leitura e compreensão de texto e a partir daí apresentarmos uma proposta e por meio dela dar suporte para desenvolvermos ações pedagógicas que pudessem favorecer um avanço positivo que amenizasse ou fosse efetivo na superação das dificuldades de proficiência leitora, favorecendo o aperfeiçoamento de um leitor capaz de compreender e construir os sentidos do texto nos mais variados gêneros e contextos.

As maiores dificuldades encontradas nesse período estão relacionadas a escolha de um instrumento de coleta de dados que incluiu todos os descritores contidos na Matriz de Referência do Saeb de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, e este instrumento foi construído no formato de avaliação externa contendo questões de múltipla escolha, que de certa forma, procurou padronizar os conhecimentos e, portanto, conteve limitações. Entretanto, foi evidente que ampliando os estudos, este tipo de instrumento bem construído e tendo suporte embasado, demonstra ter significativo valor investigativo para o desenvolvimento de avaliação da aprendizagem.

A proposta de intervenção aplicada como sequência didática (SD) objetivou não somente desenvolver atividades em que os alunos pudessem identificar os efeitos de sentidos ocorridos em um texto pelo uso de determinada palavra ou expressão nele contidos, mas também procurou aperfeiçoar a habilidade de construção de sentido pela interação entre texto e leitor. A sequência didática envolvia atividades que contemplavam estudos teóricos, debates, momentos de discussão de ideias em grupo e também com toda a turma, atividades escritas e teste objetivo. Durante a realização das atividades da SD fomos realizando ao mesmo tempo avaliação da proposta de intervenção, observando o envolvimento e participação dos alunos. Podemos destacar que os avanços apreendidos desta atividade se refletem não apenas ao descritor em destaque, mas em todos.

Embora possam ter certas limitações trabalhar com testes padronizados de múltipla escolha, os dados quantitativos foram compostos pela participação de 98% da turma, o que nos deu, de alguma maneira, base para avaliar se os dados qualitativos, condizentes a um grupo de dez alunos, poderiam ser considerados representativos. Os dois instrumentos confirmaram nossa expectativa e foi possível verificar um avanço dos estudantes quanto à habilidade trabalhada no processo de intervenção.

Consideramos importante a aplicação de atividade que considere as habilidades que são necessárias em cada processo de aperfeiçoamento da leitura, mas isso não significa dizer que o ideal seja apresentar para cada um dos descritores da Matriz de Referência de Língua Portuguesa uma proposta de intervenção específica para cada um deles. Nem mesmo, que o trabalho do professor se volte somente para os descritores, deixando de lado o currículo e todo planejamento dos conteúdos a serem desenvolvidos.

Partir para uma ação de intervenção específica foi possível porque por meio da avaliação diagnóstica ficou evidente a possibilidade de um trabalho focado nos descritores de Língua Portuguesa que nos permitiu colocar em prática uma organização pedagógica focada em leitura e construção do sentido do texto, agregando novas práticas em nossa sala de aula que favoreceram o aprimoramento de habilidades ainda não concretizadas por nossos alunos e que tiveram como objetivo a formação de um leitor proficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo. **O uso de palavras da língua inglesa no gênero anúncio publicitário: uma questão de estilo?** João Pessoa: Grafset, 2015.

BOTH, I. J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: a filosofia do conhecimento. Curitiba: IBPEX, 2007.

CAEd/UFJF – **Guia de elaboração de itens** – Língua Portuguesa. Juiz de Fora: 2008

FRANCO, M. **Pedagogia da pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP. Vol.31, fascículo 3.p. 483-502. dez.2005c.São Paulo 2005.

GIROTTO, Cyntia G. S.; SOUZA, Renata J. de. **Estratégias de Leitura**: Para ensinar alunos a compreender o que lêem. In: SOUZA, Renata (org.). Ler e Compreender: estratégias de leitura. Campinas, SP: Mercado das letras, 2010, p. 45-114.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura** – teoria e prática. 16ª edição, Campinas, OS – Pontes Editores, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10 ed. São Paulo: Contextos, 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componentes do ato pedagógico**. Cipriano Carlos Luckesi – 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PIAUI. Secretaria de Estado da Educação do Piauí. SAEPI – 2018/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. V. 3 (2018), Juiz de Fora – Anual. Conteúdo: **Revista do Sistema** – Rede Estadual.

SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

VIGOTSKY, Lev Semenovich, 1896-1934. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Organizadores Michael Cole [et al.], tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche – 7ª ed. São Paulo: Martins Fonte, 2007.

Lauren Spadotin Penteado

Estudante de Graduação do 7o período do Curso de Medicina (PUC Minas).

Maria Luisa da Silva

Estudante de Graduação do 7o período do Curso de Medicina (PUC Minas).

Davidson Sepini Gonçalves

Orientador do trabalho. Professor do Curso de Medicina (PUC Minas).

RESUMO

A relação médico-paciente constitui uma realidade que transpassa os conhecimentos teóricos fortalecendo-se na prática médica. Mais do que avaliar se deve ser uma relação boa ou má, faz-se necessário perceber que nunca será indiferente. Sua especificidade está justamente na fragilidade causada pela enfermidade, seja ela iminentemente orgânica ou de origem psicossomática. Esse trabalho tem como objetivo lançar luzes ao tema e provocar reflexões iniciais sobre esse grande desafio médico. Num primeiro momento tentou-se traçar um breve panorama do que se pode chamar relação médico-paciente, enfatizando as percepções de Sigmund Freud, médico e psicanalista vienense que viveu como ninguém os desdobramentos dessa relação. Outras referências como Balint e Moreira, ilustram esta reflexão inicial. Num segundo momento, os conceitos de transferência e contratransferência, essenciais para o entendimento e para a vivência da relação médico-paciente, são trazidos nas percepções de Freud, Lacan, Melanie Klein e Ferenczi, mostrando que não se trata apenas de uma maneira de pensar, e sim de várias, mas com algo em comum, a postura do médico na escuta do paciente. Por último, o trabalho traz a repercussão da relação médico-paciente na clínica médica, ilustrada por um caso clínico de Freud. Considerando-se os grandes desafios da profissão médica, há que se pensar na relação médico-paciente como um desafio *sui generis*, capaz de revelar elementos inusitados que efetivamente contribuirão para o desfecho do tratamento.

Palavras-chave: medicina; psicanálise; transferência.

INTRODUÇÃO

Nós que desejamos curar as feridas de nossos pacientes, também somos feridos: essa é, afinal, a essência do nosso relacionamento. (HILFIKER, 1999).

A relação médico-paciente constitui uma realidade que transpassa os conhecimentos teóricos fortalecendo-se na prática médica. Além de avaliar se deve ser uma relação boa ou má, faz-se necessário perceber que nunca será indiferente. Sua especificidade está justamente na fragilidade causada pela enfermidade, seja ela orgânica ou de origem psicossomática.

O avanço tecnológico na formação dos futuros médicos muitas vezes, diante das infinitas possibilidades de intervenções e tratamentos, negligência, de maneira até mesmo inconsciente, a importância das relações que se estabelecem antes mesmo de qualquer procedimento médico, envolvendo o profissional da saúde e seu paciente.

Considerando-se as particularidades, tanto de um quanto de outro, e levando-se em conta temperamentos e traços de caráter, faz-se necessário investir cada vez mais em estudos que revelem os nós dessas relações visando justamente desatá-los para que a experiência do tratamento seja pensada para além da técnica e do conhecimento científico.

Esse trabalho objetiva lançar luzes ao tema e provocar reflexões iniciais sobre esse grande desafio médico. Num primeiro momento, tentou-se traçar um breve panorama do que se pode chamar relação médico-paciente, enfatizando as percepções de Sigmund Freud, médico e psicanalista vienense que viveu como ninguém os desdobramentos dessa relação. Ademais, Balint e Moreira ilustram esta reflexão inicial.

Num segundo momento, os conceitos de transferência e contratransferência, essenciais para o entendimento e para a vivência da relação médico-paciente, são trazidos nas percepções de Freud, Lacan, Melanie Klein e Ferenczi, mostrando que não se trata apenas de um pensamento, e sim de vários, mas com algo em comum, a postura do médico na escuta do paciente.

Por fim, o trabalho traz a repercussão da relação médico-paciente na clínica médica, ilustrada por um caso clínico de Freud.

RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Não são poucos os pacientes que saem deprimidos dos consultórios, quando não desorientados, em virtude do que conversam com os médicos (MOREIRA, 1979).

A história da relação médico-paciente confunde-se com a história da medicina. Relação complexa, delicada e desafiadora, provoca reflexões e propõe procedimentos a partir do dinamismo e das transformações das relações sociais de uma maneira geral.

O surgimento da Bioética deu ênfase aos comportamentos e costumes que têm como referência a vida e a partir daí surgiu a Bioética Clínica, vertente que se ocupa das relações entre pacientes e profissionais de saúde. Os quatro princípios bioéticos, apresentados por Beauchamp e Childress (1979): beneficência, não maleficência, autonomia e justiça têm

sido pensadas como indicadores importantes na relação médico-paciente, mesmo porque apresentam estreita afinidade como o código de ética médica, principalmente em seus artigos que tratam das relações com pacientes e seus familiares.

Levando-se em conta os casos em que não há comprovação de uma base orgânica para a queixa do paciente, o impasse médico pode estar muitas vezes em tranquilizar o paciente, informando-lhe a ausência de doenças e até mesmo receitando algum medicamento que ajude a inibir os sintomas ou aprofundar-se nas causas das queixas e dos sintomas produzidos.

Percebe-se que, em qualquer um dos casos, não há como negar o estabelecimento de uma relação terapêutica que extrapola a prática médica para que o médico tenha sido tradicionalmente preparado, ou seja, o não encontro de um correspondente orgânico para a queixa e para os sintomas.

Nesse sentido, o desafio do médico é apresentar uma resposta que ajude o paciente a entender sua experiência sintomática e queixosa sem cair na armadilha comum do aconselhamento, mas também sem navegar por águas profundas da psicoterapia onde talvez não se sinta tão à vontade.

Aqui entra o discernimento e o entendimento de que a própria experiência relacional entre médico e paciente seja suficiente para encontrar soluções plausíveis, ou seja, é preciso que o médico aceite a realidade psíquica do paciente e estabeleça um vínculo terapêutico para além dos papéis usuais em que o médico é ativo em suas observações e o paciente é passivo em suas cooperações.

Sem dúvida, a que se pensar na escuta. Aprendizado complexo, mas implementador de relações mais profundas que visem, na sutileza de sua prática, descobrir elementos fundamentais para a evolução de qualquer tratamento. (BALINT, 2007).

A reflexão de Basbaum (in: ISMAEL, 2002, P. XIII) é provocativa:

Eu costumo dizer que, além de remédios, o médico tem de se receitar, isto é, fazer parte integrante do processo do tratamento, como se ele próprio fosse, quem sabe, o mais poderoso remédio que prescreve. Penso que o médico possui um extraordinário poder de cura apenas com sua presença.

Freud falava de atenção uniformemente suspensa ou atenção flutuante como ficou posteriormente conhecida a técnica de abandonar-se à escuta, pela própria escuta, sem ater-se às especificidades ou mesmo selecionar informações ou impressões que venham da fala do paciente.

Nos dizeres de Freud:

Pois assim que alguém deliberadamente concentra bastante a atenção, começa a selecionar o material que lhe é apresentado; um ponto fixar-se-á em sua mente com clareza particular e algum outro será,

correspondentemente, negligenciado, e, ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações. Isto, contudo, é exatamente o que não deve ser feito. Ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber. Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente. (FREUD, 1987, p. 149).

Nesse sentido, a escuta diz respeito não só ao que se diz, mas ao não dito, às lacunas, contradições, distorções, entre outras. Cabe ao médico entender que a criação da realidade pelo paciente, muitas vezes incongruente, pode revelar em algum momento o seu desejo. Aqui a prática clínica apresenta sua condição transferencial e contratransferencial de maneira contundente. Ao deixar fluir o inconsciente do paciente através da fala livre, ou seja, para além da anamnese direcionada e dos questionamentos diretos, o médico deixa também fluir o seu inconsciente através da atenção flutuante.

Nesse momento, o médico percebe que, para além de seus conhecimentos técnicos-científicos, o sucesso de seus tratamentos e seu êxito profissional como um todo, passam pela sua capacidade de se relacionar adequadamente com seus pacientes, lidando com suas angústias de maneira segura, o que o leva a crer que tal relação, fruto do uso de sua personalidade a favor de seu conhecimento torna-se um processo terapêutico (MOREIRA, 1979).

Assim, faz-se necessário desfazer a dicotomia razão/emoção ou conhecimento científico/intuição. A complementariedade potencializa o tratamento uma vez que, o investimento do médico na capacidade de relacionar-se terapêuticamente com o paciente tende a ajudar ambos a oferecerem o melhor de si para o sucesso do tratamento.

Há que se destacar que os projetos pedagógicos oferecidos pelas mais distintas instituições – algumas delas mais enfáticas na formação humanista enquanto outras se mostram focadas unicamente em quesitos mercadológicos – normalmente, não são critérios para a escolha da universidade.

Assim, independentemente de sua formação, jovens médicos se deparam constantemente com a temática do cansaço emocional, fruto da complexidade das relações com seus pacientes. Ocorre que, nem sempre esses profissionais se dão conta dessa realidade, até porque tratam-se muitas vezes de processos inconscientes. Normalmente, atribuem seu cansaço ao excessivo número de atendimentos, ao tempo gasto no trânsito, e às condições precárias de trabalho.

Trazer à tona a necessidade da sistematização do estudo da relação

médico-paciente parece ser o grande desafio formativo para a medicina contemporânea. Tal sistematização possibilitaria aos profissionais, independentemente das peculiaridades de temperamento, da facilidade de comunicação e até mesmo de características inatas facilitadoras do envolvimento emocional, entenderem e exercitarem a relação médico-paciente com a qualidade necessária para a excelência no tratamento.

Nos dizeres de Moreira (1979, p.22) ao constatar a necessidade de um treinamento para a que o médico entenda a complexidade de sua relação com o paciente:

Tudo isso pode ser aprendido, praticado, treinado e aperfeiçoado para compor e ou mesmo para compensar, em alguns casos, o que possa faltar de bom senso ou de qualidade inatas (...) talvez não seja fácil admiti-lo sem mais, porque, aparentemente, isso significa acrescentar para o médico uma carga que ele habitualmente está isento.

Cabe ao médico reconhecer a importância de se aperfeiçoar no campo das relações humanas, uma vez que tal prática fundamenta o que se entende hoje como humanização da medicina. Se, por muito tempo a ênfase nesse campo foi no médico e posteriormente se deslocou para o paciente, que tal agora reforçar a ênfase na relação, uma vez que contempla as duas partes e ainda acrescenta o elemento catalizador voltado para a qualidade do encontro entre pessoas com o mesmo interesse, mas com posicionamentos diferentes.

TRANSFERÊNCIA

Nossa experiência demonstrou que a relação de transferência, que se estabelece com o médico, é especificamente calculada para favorecer o retorno dessas conexões emocionais. (FREUD, 1937).

Segundo Roudinesco, (1998), o termo transferência vai além de seu significado psicanalítico. Nesse sentido, tudo o que é descolado, transportado ou substituído, preservando-se a integridade o objeto, pode ser considerado um processo transferencial. A psicanálise inaugura o uso da transferência como “instrumento de cura no processo de tratamento” (ROUDINESCO, 1998, p. 767).

Transferência em Freud

A transferência é um assunto recorrente nas obras freudianas, sendo uma temática que nasce simultaneamente à psicanálise. Para Freud, a

transferência é um fenômeno que ocorre principalmente na situação clínica, entre paciente e o analista (no qual também se encaixa o médico), em que os protótipos do inconsciente do paciente, ou seja, fantasias, vivências, situações e comportamentos, são reproduzidos no decorrer do tratamento. Assim, os sentimentos intrínsecos e as experiências psíquicas prévias são revividas e projetadas no analista/médico.

Em *A Dinâmica da Transferência*, Freud (1912) avalia que tais protótipos do inconsciente podem surgir de diferentes modos, desde amor, até ódio ou medo, podendo ser, portanto, positivos ou negativos para a análise. Dessa maneira, Freud distingue a transferência entre positiva e negativa, sendo a transferência negativa a repetição de todos os sentimentos hostis do sujeito para com o médico ou analista, fazendo com que o paciente aja com resistência aos pedidos do médico. Assim, a transferência negativa aparece como um obstáculo para o tratamento. Já a transferência positiva, é dividida em amistosa e erótica, a primeira funcionando como o motor da cura, enquanto a erótica, assim como a negativa, atuando como resistência. Em conclusão, observa-se que a transferência deve ser cuidadosamente considerada, pois a repetição pode constituir o motor da cura, servindo como um material a ser entendido e modificado, mas também, pode aparecer como resistência, tornando-se um obstáculo à direção da cura. (BAREMBLITT, 1991).

Nesse sentido, cabe ao médico o manejo da transferência negativa, expediente que pode constituir-se de maneira relativamente simples dada à ambiguidade dos afetos representados, o que significa dizer que toda agressividade carrega uma boa dose de amor e que todo desprezo também traz elementos de admiração. Portanto, é preciso pensar para além da transferência negativa, ou seja, na resistência e em toda a ambiguidade e diversidade que carrega.

Nos dizeres de Robert e Kupermann (2012, p. 38)

O percurso teórico-clínico de Freud permite relacionar essas diferentes formas clínicas de resistência às diferentes maneiras que o sujeito encontra para lidar com as vivências de dor. Nas articulações sobre a clínica da histeria, a resistência aparece como evitação da dor que a admissão na consciência de uma ideia conflitante recalçada pode causar. A clínica do trauma e do masoquismo, por sua vez, aponta para uma resistência que se refere à dimensão traumática do desamparo. Pretendemos demonstrar que o manejo da transferência na clínica freudiana visa criar condições para que o sujeito possa suportar a dor e o desamparo, o que impôs a Freud a criação de estratégias de manejo que levassem em conta a diversidade de resistências apresentadas por seus analisandos.

Não se trata de uma exigência de que o médico identifique as clínicas psicanalíticas e a partir daí adote estratégias adequadas, mas que possa

superar os obstáculos da resistência negativa a partir da percepção de que toda resistência revela certo medo da cura, o que também revela os processos inconscientes promotores das transferências. Obstáculos são superados permitindo-se que os afetos se mantenham em circulação na relação médico-paciente.

Transferência em Lacan

Para Lacan, o conceito de transferência não se limita apenas a repetição de comportamentos, situações e sentimentos que se deslocam de uma representação para outra; a transferência é compreendida, também, como um fenômeno que modifica as relações do sujeito com o seu inconsciente, ou seja, alternando-o. Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1958) afirma que, na transferência, o analisando atribui ao analista um sentimento que não lhe pertence, assim, o analista pode interpretar os sintomas do paciente tirando proveito de sua posição como analista. Já no *Seminário 11*, Lacan (1964) confirma essa hipótese ao introduzir o conceito do *sujeito suposto saber*, apontando que a transferência está em ação quando o analista é para o paciente um *sujeito suposto saber*, ou seja, o paciente passa a supor o que o analista sabe a seu respeito, surgindo a partir de uma “expectativa” de saber no outro.

Conceito altamente aplicável à medicina, o *sujeito suposto saber* acontece desde o momento em que o paciente decide qual médico irá procurar, pois a confiança que ele mesmo deposita no profissional é um suposto saber sobre o desejo e a expectativa inconsciente daquele sujeito de ser curado.

Transferência em Melanie Klein

Diferentemente de Freud e de Lacan, Melanie Klein entende a transferência como um fenômeno tridimensional, ou seja, presente no eixo espacial e não apenas vinculado ao passado e ao presente do indivíduo; desse modo, um de seus tópicos é que a transferência deve ser interpretada como um fenômeno que está acontecendo estritamente aqui e agora na relação entre o paciente e o terapeuta (BAREMBLITT, 1991).

Nesse sentido, os estudos de transferência segundo Melanie Klein frequentemente partem da infância, pois ela acredita que as brincadeiras com o analista são uma forma de demonstrar o seu inconsciente no momento presente, uma vez que a transferência é fruto das externalizações de relações objetivas internas, e pode acontecer em todas as relações pessoais.

Assim, a transferência para Melanie Klein, é a repetição reproduzida em outras situações da vida, não apenas no meio analítico, e pode acontecer nos momentos de fixação nos quais se permanece por falta de desenvolvimento ou pode retornar devido à regressão originada pela frustração (BAREMBLITT, 1991).

Klein, diferentemente de Lacan, dá pouca importância aos sonhos, e

foca nas ansiedades, defesas e “fantasmas” dos indivíduos, pois acredita que, na medida em que as ansiedades são registros do jogo instintivo e do sofrimento psíquico, e na medida em que desencadeiam defesas, instintos e ansiedades, se exprimem nos fantasmas. Analisando os fantasmas, as ansiedades e defesas, consegue-se desmanchar as características adotadas pelo self e os objetos em cada posição, o que torna mais manejável a importância que pode ter, eventualmente, a carga dos instintos em cada uma das posições, especialmente os instintos de morte. (BAREMBLITT, 1991).

Nota-se grande aplicabilidade da teoria de Melanie Klein na relação médico-paciente, levando-se em conta principalmente os medos dos pacientes, que se transformam em fantasmas transfigurados em ansiedades e mecanismos de defesa, prejudicando sobremaneira a formação de diagnósticos assim como a elaboração de tratamentos.

CONTRATRANSFERÊNCIA

O termo “contratransferência” foi utilizado pela primeira vez por Freud em "As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica", texto científico escrito em 1910. No artigo, a contratransferência é definida como conjunto de reações emocionais inconscientes do analista frente às investidas afetivas do paciente. Sendo assim, percebe-se que este termo é intimamente vinculado à transferência, visto que sua origem é resultado da influência do paciente. Nos dizeres de Freud:

As outras inovações na técnica relacionam-se com o próprio médico. Tornamo-nos cientes da "contratransferência", que, nele, surge como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes e estamos quase inclinados a insistir que ele reconhecerá a contratransferência, em si mesmo, e a sobrepujará (FREUD, 1910/2006, p. 150).

A partir dessa definição, torna-se evidente que em uma relação transferencial não são apenas os aspectos inconscientes do paciente que definem o processo analítico, mas também, os aspectos inconscientes do profissional. Em conclusão, no contexto terapêutico, observa-se que fragmentos do inconsciente do analista/médico podem provocar reações, também inconscientes, no próprio paciente.

No entanto, tais fragmentos são interpretados por Freud (1910/2006) como obstáculos ao tratamento analítico, sendo necessário o reconhecimento, a análise e, por fim, o controle dos mesmos. (ZAMBELLI, 2013). Nesse sentido, o segundo princípio básico da psicanálise torna-se aspecto essencial no que tange à contratransferência, a saber, "quem deseja analisar os outros deve, em primeiro lugar, ser ele próprio analisado" (FERENCZI, 1928/1992, p. 26). No contexto da relação médico-paciente,

portanto, para que o profissional possa tratar o paciente, é necessário, primeiro, que se torne consciente de seus próprios movimentos inconscientes e processos transferenciais, entendendo as influências acerca do psiquismo do paciente (ZAMBELLI, 2013).

REPERCUSSÕES NA CLÍNICA MÉDICA

*“Uma pesquisa sobre as pessoas que fazem queixa médica, verificou que, em mais da metade dos casos elas não a fazem por erro médico, mas devido a dificuldades na relação com o médico.”
(Paul, 2001, p. 77).*

A psicanálise, na relação médico-paciente, tem como objetivo conferir ao paciente um lugar de sujeito, que deve ser ouvido metodicamente e atentamente. A partir da singularidade e a subjetividade das narrativas, é possível perceber que não existe uma forma fixa e totalmente eficiente de examinar os pacientes. Freud, ao tentar explicar a origem das histerias e das neuroses, mostra que é possível que as enfermidades não apresentem sintomas visíveis ou palpáveis. Assim, o psíquico deixa de ser ignorado e passa a ser tratável por meio da fala, ou seja, o sujeito do tratamento falará sobre si mesmo (PERON, 2004). Essa maneira de entender o lugar do paciente na relação com o médico, afeta significativamente a clínica médica.

O processo de adoecer, nos indivíduos neuróticos, ou seja, aqueles que sofrem com o relacionamento consigo mesmo, está ligado a uma situação de frustração, com conseqüente represamento da libido no inconsciente. Contudo, essa libido buscará um escape para o consciente, produzindo assim, sintomas tratáveis à psicanálise.

Para Freud, o recurso que trataria esse problema seria “a tradução daquilo que é inconsciente para o consciente” (SANTOS, 1994), que traria, gradativamente, as resistências e os obstáculos que mantem o conteúdo no inconsciente.

Um caso clínico

O caso mais famoso de transferência é descrito em 1905, no livro Fragmento da Análise de Um Caso de Histeria – O Caso Dora, de autoria do neurologista e psiquiatra Sigmund Freud.

O caso Dora, na obra de Freud, anunciaria sua descrença na até então criada teoria sobre a neurose e, concomitantemente, no tratamento e compreensão do processo de sua cura (CELES, 2007).

Neste tratamento, Freud recomenda que Dora fale o que estiver mais vivo em sua mente, deixando as palavras fluírem livremente. Aqui trata-se de uma mudança ocorrida no ouvinte. A atenção de Freud ao discurso de Dora testemunha a virada do privilégio da fala do paciente para o privilégio do ouvir do médico. Acontece que essa mudança no ouvir implicou Freud de maneira

mais pessoal, criando-se uma tensão entre seu ideal, expresso de muitas formas, por uma distância neutra e fria e pela efetiva presença de sua pessoa, com o peso de sua experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira consideração a ser feita certamente seria sobre o porquê do pouco interesse nos meios de formação médicos por um tema tão crucial como o da relação médico-paciente.

Viu-se nesse trabalho que se trata não só de um protocolo de informações, mas de um processo complexo que começa com a chegada do paciente ao local de atendimento e que se desdobra durante todo o tratamento, sendo corresponsável pelo seu sucesso ou insucesso.

Outra consideração importante, como consequência do que foi observado anteriormente, refere-se à importância da escuta. Conclui-se com esse trabalho que o maior problema na relação aqui explorada é realmente a habilidade da escuta por parte do médico. Como foi visto, uma escuta bem trabalhada desencadeia o processo de transferência que por sua vez estabelece um vínculo significativo na relação terapêutica.

Considerando-se os grandes desafios da profissão médica, há que se pensar na relação médico-paciente como um desafio sui generis, capaz de revelar elementos inusitados que efetivamente contribuirão para o desfecho do tratamento.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALINT, Michel. **O médico, seu paciente e a doença**. São Paulo: Editora Ateneu, 2007.

BAREMBLITT, G. **Cinco Lições sobre a transferência**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BASBAUM, Claudio. In: ISMAEL, J.C. **O médico & o paciente**: breve história de uma relação delicada. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 2002.

BEAUCHAMP T.L., CHILDRESS J.F. **Principles of Biomedical Ethics**. 1st ed. Oxford: Oxford University Press; 1979.

CELES, Luiz Augusto M. “Dora” Contemporânea- e a crise terapêutica da psicanálise. **Psicologia Clínica**., Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 137-154, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2910/291022012010.pdf>. Acesso em: 13/12/2020.

COSTA E SILVA, Carlos Alexandre Araújo Benício da. Das Relações Iniciais entre Interpretação e Transferência no Desenvolvimento do Método Freudiano. **Psicologia Ciência e Profissão**., Brasília, v. 34, n. 3, p. 704-714,

set. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932014000300704&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 13 dez. 2020.

Ferenczi, Sándor. **Elasticidade da técnica psicanalítica**. (1928) In: Obras completas de Sándor Ferenczi. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Vol. IV.

FREUD, Sigmund. **As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica**. (1910) In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006. V. XI

FREUD, Sigmund. **Construções em análise** (1937) In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987. V. XXIII.

FREUD, Sigmund. **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise** (1912) In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987. V. XII.

HILFIKER, David. In: ISMAEL, J.C. **O médio & o paciente**: breve história de uma relação delicada. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 2002.

LOURENÇO, Lara Cristina. Transferência e Complexo de Édipo, na Obra de Freud: Notas sobre os Destinos da Transferência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Vº. 18 nº. 5. São Paulo. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24828.pdf>>. Acesso em: 13/12/2020.

MOREIRA, Alonso Augusto. **Teoria e prática na relação médico-paciente**. Rio de Janeiro: Interlivros, 1979.

PAUL. Patrick. **Relação médico-paciente**. São Paulo: Ágape, 2001.

PERON, Paula Regina. Da sugestão à análise da transferência: a noção de cura psicanalítica no início da obra freudiana. **Mental**, Barbacena, n. 2, p. 35-53, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v2n2/v2n2a04.pdf>>. Acesso em: 13/12/2020.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1998.

SANTOS, Manoel Antônio dos. A transferência na clínica psicanalítica: a abordagem freudiana. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 13-27, ago. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X1994000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 13 dez. 2020.

ZAMBELLI, Cássio Koshevnikoff; TAFURI, Maria Izabel; VIANA, Terezinha de Camargo e LAZZARINI, Eliana Rigotto. Sobre o conceito de contratransferência em Freud, Ferenczi e Heimann. **Psicologia Clínica**. [online]. vol.25, n.1, pp. 179-195, 2013.

Jefferson Carvalho Dantas

Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (FACAM-MA).
Licenciado em Matemática (IBRA).
MBA em Gestão de Projetos (IBRA).
Especialista em Gestão de Pessoas (Faculdade Única).
Especialista em Segurança da Informação (IBRA).
Especialista em Gestão de Tecnologia da Informação (Faculdade Única).
Especialista em Docência Superior (Faculdade Unyleya).

RESUMO

O presente estudo de pesquisa de forma sucinta, visa analisar e de forma bibliográfica elucidar a descrição abrangente da temática descrita quanto ao Frameworks de tecnologia da informação e suas potencialidades na gestão de pessoas. Deste modo objetiva-se em analisar a importância da utilização de Frameworks de Tecnologias da Informação no desenvolvimento das boas práticas dos serviços de T.I, buscando discutir potencialidades do uso das ferramentas no processo de gestão de pessoas envolvidas no ambiente de administração e entrega de resultados. Para tal, realizou-se a revisão bibliográfica sobre o assunto, buscando resgatar o conceito de Frameworks, seu uso nas práticas de serviços de T.I, os benefícios de agregar as ferramentas no ambiente corporativo, e, por fim, alguns entraves que ainda se apresentam para a utilização plena desses recursos nas empresas. Assim se realizou sobre metodologia de pesquisa de revisão bibliográfica, que se descrevem na pesquisa como, artigos, resenhas, monografias e obras relacionadas ao tema, sites de pesquisa, internet e meios que possibilitem pesquisa, todo processo aborda a metodologia de revisão bibliográfica, tendo como ponto objetivo demonstrar todo conhecimento sobre o tema, justificando seu processo de execução e concluirá sobre os conteúdos aqui demonstrados e pesquisados. O resultado obtido apresenta que as tecnologias vêm crescentemente sendo inseridas no meio, em função de sua ampla utilização o Frameworks como tecnologia da informação e suas potencialidades na gestão de pessoas, se mostra benéfico e ativo aos processos modernos. Conclui-se que as tecnologias da informação se fazem presentes ativas e objetivas no cenário atual, sobre a utilização no que tange a gestão de pessoas, possibilitando recursos e se provendo como ferramenta de auxílio, sobre a descrição de uma estratégia inteligente para otimizar recursos, evitar falhas e reduzir riscos.

Palavras-chave: frameworks; gestão; informação; pessoas; serviços.

INTRODUÇÃO

Atualmente no mundo globalizado e tecnológico, os processos gerenciais passaram por grandes mudanças nos últimos tempos, adequações ao ambiente de tecnologias se tornaram necessárias para que pessoas e processos pudessem caminhar lado a lado, as normas técnicas sempre foram o pilar do desenvolvimento de uma empresa, no entanto por muito tempo ficou engessada a competências pessoais criando uma barreira no desenvolvimento intelectual e corporativo.

Assim, a frameworks de TI tornou-se uma prática em vários mercados, se estabelecendo como mecanismos de governança e gestão, que propaga a orientação de atividades de forma estratégia e inteligente para otimizar recursos, evitar falhas e reduzir riscos dentro do processo organizacional (SILVA, 2018).

Deste modo, os frameworks foram pensados para minimizar essas barreiras e conceituar processos e pessoas e suas importâncias para a excelência em entrega de serviços. A área de serviços de T.I, de acordo com o Observatório Softex, cresceu na última década mais de 70% em termos de empregabilidade, e isto representa para as empresas um ganho extraordinário em desenvolvimento e potencializa a necessidade de investimentos em métodos eficazes de gestão de pessoas e serviços.

Os processos de frameworks chegaram ao mercado corporativo para executar mudanças no modo de governar os setores de tecnologia, com a ideia de oferece velocidade nos processos através de uma linguagem comum, clareza para benchmarkings na busca de melhorias, conformidade ou compliance como é mais conhecida no ambiente corporativo para dirimir aos riscos (MAGALHÃES, 2020).

De acordo com Robbins (2014, p. 22), “logo, a utilização de frameworks passou a ser uma necessidade dado o avanço tecnológico e incidência de mão de obra qualificada, os setores antes apenas administrativos” agora precisariam conversar com as equipes de tecnologias promovendo a ascensão das ferramentas de gerenciamentos de serviços de tecnologia da informação.

Nesse sentido, além de oferecer mais oportunidades de treinamentos para as equipes descomplicando o acesso a cursos e workshops, e ainda facilitar o trabalho dos recursos humanos na hora de contratar pessoas, para que a contratação de serviços e produtos possam ser a mais produtiva possível (SCHWABER, 2020).

Ao adotar frameworks para a área de tecnologia da informação, se ganha em rapidez, ao sentido de melhorar os processos de gerenciamento dos serviços de TI.

A problemática de pesquisa tende a descrever, quais são os Frameworks de tecnologia da informação e suas potencialidades na gestão de pessoas.

Se objetiva analisar a importância da utilização de Frameworks de tecnologias da informação no desenvolvimento das boas práticas dos

serviços de T.I.

FRAMEWORKS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Framework de tecnologia da informação é um modelo de boas práticas para o gerenciamento de processos, projetos e gestão de pessoas envolvidas no ambiente de T.I, assim, o uso de tecnologias nos mais diversos ambientes corporativos exigiu do mercado modelos para o desenvolvimento dos serviços e entrega de resultados.

Assim, se faz possível escalonar e organizar os serviços passou a ser uma exigência e as empresas passaram a desenvolver seus próprios métodos de organização com a finalidade exclusiva de potencializar o desenvolvimento e a entrega de serviços, com isto nasceram os frameworks (MAGALHÃES, 2020).

De acordo com Anpei (2008, p. 22), “a evolução das tecnologias acompanha o desenvolvimento das sociedades humanas”. As transformações no tempo e no espaço, realizadas pelas pessoas e suas comunidades, ocorrem a partir de ações individuais e coletivas, sendo que as tecnologias são construções sociais cujos usos e aplicações são definidas pela atuação dos sujeitos que interagem com elas.

Os Frameworks organizam e definem métodos para que as tecnologias e os processos gerenciais andem lado a lado modernizando os ambientes corporativos e sintetizando a importância da colaboração pessoal no uso das boas práticas, definindo normas e pilares a serem executados (RIBEIRO, 2019).

A eficácia do uso de frameworks é caracterizada sobre a utilização do GSTI (Gerenciamento de Serviços de T.I) ou IT Service Management (ITSM) que é um framework de processo de integração que possibilita interligar os setores de uma empresa, com a finalidade de integralizar setores e serviços, como o de recursos humanos e financeiro por exemplo, corroborando assim para a informatização e tratamento de dados de forma mais inteligente para gestores e usuários.

O GSTI funciona balizado em pilares de desenvolvimento de atuação, destacados em função das pessoas, dos processos e das ferramentas utilizadas pelas equipes de tecnologia para estruturar a gestão adequada e adaptada ao seu negócio, focando em performance e satisfação, controle e gestão (FRANCO, 2020).

Nesse sentido, podemos citar alguns dos frameworks mais utilizados no mundo, são eles: ITIL, COBIT e SCRUM.

Descrição do ITIL

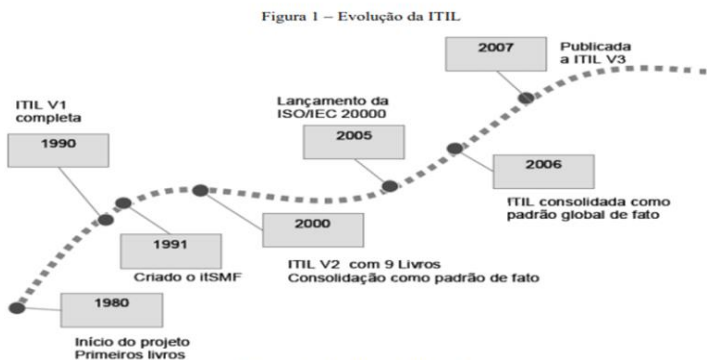
A sigla ITIL significa Information Technology Infrastructure Library e trata-se de um framework voltado para projetos e processos, esta biblioteca foi criada na Inglaterra na década de 80 e hoje é utilizada em mais de 150 países, tornando-se referência em processos de desenvolvimento de projetos

e aplicações de serviços a ITIL é um modelo voltado para a gestão de serviços (RIBEIRO, 2019).

A mesma se faz e é utilizada por profissionais de T.I como um modelo de boas práticas e interação entre gestão de pessoas e integração de dados.

A figura 1 demonstra a evolução da ITIL até a versão 3, hoje a biblioteca já se encontra na versão 4 que foi lançada em 2020. É importante dizer que profissionais certificados em ITIL possuem grande aceitação no mercado de serviços de T.I de modo geral, o que amplia o conceito de gestão e potencializa a competência individual de quem busca se aperfeiçoar neste modelo de serviço que é reconhecido mundialmente como um dos mais eficazes, 71% das empresas concordam que utilizar esse framework aumentou a produtividade operacional, de acordo com a Forrester Research corporação norte-americana de pesquisa de mercado.

Figura 01: Evolução do ITIL



Fonte: Jan Van Bom (2006, p. 5)

Fonte: RIBEIRO, 2019.

Nesse sentido, o gerenciamento da continuidade do negócio é um processo de obtenção e análise de informações que gera como produto final uma estratégia integrada e seu plano correspondente para reagir a uma interrupção não programada nas atividades de negócio (MAGALHÃES, 2007).

Daniel Fabiciack, coordenador de Service Desk e Field Service do ITIL v2, v3 e Cobit 4.1 enfatiza que algumas medidas implantadas pela ITIL em alguns casos irão divergir da cultura atual da empresa, no entanto com o acompanhamento dos resultados a prática acaba sendo aceita como uma solução para diversos problemas enfrentados pelas empresas e seus colaboradores da gestão de serviços e pessoas.

[...] assim como se tem grande quantidade de benefícios trazidos pela implantação da ITIL, em certos casos, algumas das medidas adotadas sem dúvida irão divergir com os processos que antes eram encarados como

“certos” (DANIEL FABICIACK 2009, p.11)

Segundo Freire (2007, p. 22), “se deve educar, antes de tudo, a partir da vivência e experiência do aluno, posto que é a “(...) leitura do mundo que precede sempre a leitura da palavra”. Nas empresas os processos de inovação precisam sempre de um tempo de adaptação, de um modelo de ação e de uma gestão de pessoas aplicada ao desenvolvimento para consolidar os resultados das mudanças e a ITIL executa bem o seu papel quando o assunto é gerenciar serviços.

A tecnologia em gestão da produção se classifica sendo uma especialização de processos da fabricação e atua nas organizações em busca da melhoria da qualidade da produtividade. Sendo responsável por aplicar, desenvolver e difundir tecnologias, no contexto de gestão de processos de produção de bens e serviços.

Conforme avança a tecnologia, os modelos de gestão de pessoas também vão se modernizando, tornando-se mais eficientes e sempre visando extrair o melhor, sendo desta forma que o desenvolvimento do setor no período contemporâneo, suas causas e consequências modificando o setor de uma área operacional para uma área estratégica das organizações é tratado em seguida (SCHWABER, 2020).

A informação é o processo pelo qual a empresa se informa sobre ela mesma e sobre seu ambiente, além de passar informações dela ao ambiente. Enfim, as organizações se relacionam com seu ambiente por meio de um fluxo de informações.

Descrição de COBIT

A COBIT significa “Control Objectives for Information and related Technology” foi desenvolvido para proporcionar regras para os processos de governança de TI. Criado pela ISACA (Information Systems Audit and Control Association), tem como objetivo agregar valor no desenvolvimento e aplicação de processo.

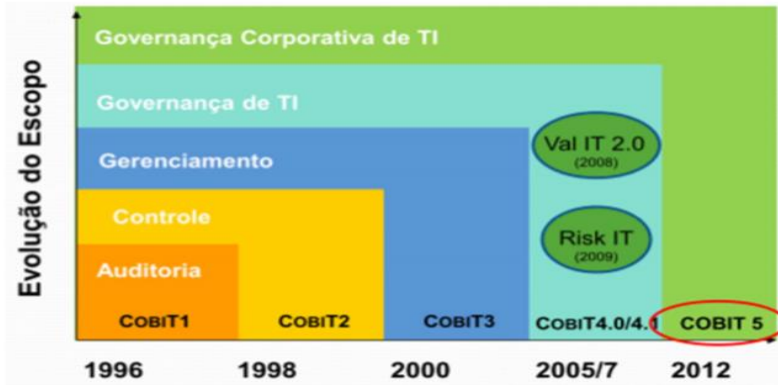
Sua descrição tem como foco o controle de processos o COBIT, avalia a qualidade da execução das práticas de governança de tecnologia da informação, descrevendo os passos dos projetos, planejando e monitorando os processos que precisam ser executados pelas equipes de T.I, auxiliando os gestores através de guias de boas práticas a conduzirem o seu pessoal na execução de serviços (SILVA, 2018).

A utilização deste framework os gestores podem maximizar a eficiências de suas equipes buscando melhorar os processos de segurança da informação, além de traçar um modelo de investimentos nas mais diversas áreas de tecnologia. Com a aplicabilidade de uma linguagem simples entre as equipes de administradores e gestores o COBIT possibilita uma interação, mas eficaz em busca de resultados.

A figura 2 apresenta a evolução do COBIT desde a sua criação, hoje na versão 5 ele é uma integração de conteúdos criados pela ISACA (Portal

GSTI).

Figura 02: Governança de T.I



Fonte: Postal GSTI. 2021

Descrição quanto a SCRUM

Em sua descrição o SCRUM é um framework que trata conceitos e técnicas de gerenciamento de projetos, inicialmente na década de 80 era utilizado para gerenciamento e desenvolvimento de produtos, atualmente tem sua aplicabilidade em desenvolvimento de software e gerenciamento de equipes (SILVA, 2018).

Deste modo, o Guia Scrum é a principal documentação deste framework, este guia é mantido por duas instituições, a Scrum.Org e seus Professional Scrum Trainers (PSTs) e a Scrum Alliance, sobre uma metodologia destinada a pequenas equipes com menos de dez pessoas (FRANCO, 2008).

A principal unidade de planejamento do Scrum é o Sprint que tem muito a ver com o gerenciamento de pessoas pois dinamiza a incidência de da necessidade de micros reuniões para potencializar macros resultados, no Sprint os esforços executados em reuniões que duram entre uma semana e um mês tem como objetivo a satisfação do cliente na entrega do produto, neste processo partes de um sistema pode ser entregue com a finalidade de gerar satisfação para o cliente o que permite uma avaliação (SCHWABER, 2004, p. 09).

Assim, o Scrum possui seu foco no gerenciamento e projeto da organização onde é difícil planejar à frente. Mecanismos do Controle de Processo Empírico, onde ciclos de feedback constituem o núcleo da técnica de gerenciamento que são usadas em oposição ao tradicional gerenciamento de comando e controle, trazendo a autoridade da tomada de decisão a níveis de propriedade de operação e certeza.

Para o gerenciamento dos processos com Scrum pode-se utilizar sistemas ou simplesmente todo o processo pode ser feito através de planilhas e documentações em papel ou impressos, o método totalmente aplicável a qualquer empresa ou projeto.

Para iniciação em um processo o Scrum Master que é o profissional responsável por fazer a ponte entre as normas do processo e a execução do serviço para que a Sprint seja respeitada nos prazos, o Scrum master faz parte de um grupo formado pelo Product Owner (Dono do Produto) e pelo Development Team que é a equipe de desenvolvimento, esses três pilares do Scrum formam o que chamamos de time principal e são o esqueleto desse processo, existe também os grupos auxiliares que são formados por clientes, fornecedores e gestores, estes com a finalidade de permitir a execução dos projetos e a configuração dos resultados (RIBEIRO, 2019).

Práticas de uso da tecnologia em gestão

No conceito quanto ao aperfeiçoamento humano via ciência e tecnologia pode, no entanto, ser distorcido quando o homem, equivocadamente, se utiliza destes meios para realizar finalidades, assim dentro da ambiguidade característica do fenômeno tecnológico faz com que os recursos teóricos de que dispomos para pensar a questão, ou o destaque que atribuímos a uma ou outra de suas características, sejam determinantes para o progresso e objetivos (VIEIRA, 2015).

Neste sentido se considera uma alternativa ao desenvolvimento, visto que carrega premissas e potencialidades capazes de provocar controvérsias aos predominantes modelos, proveniente de uma detalhada análise analítica, que permite afirmar que a princípio, as tecnologias, muito menos a ciência, pelos efeitos adversos que podem gerar, já que devem ser considerados instrumentos humanos e sociais.

Diferentes aspectos podem ser acentuados e considerados como os mais importantes, e outros quem sabe descuidados assim a creditavam-se indubitavelmente nos efeitos benéficos do capital, da ciência e da tecnologia, criando a premissa de que o desenvolvimento só aconteceria caso os países seguissem as prescrições de instituições que descrevem o processo como ativo (KUNSCH, 2015, p. 39).

As demais formas de comunicação, incluindo aquelas que são mediadas pelo computador, demandam um esforço cognitivo muito maior do que aquele que seria requerido naturalmente na comunicação “cara a cara” (BOM, 2006).

Segundo Magalhães (2020, p. 09), “a lógica primordial do comportamento humano é a lógica da eficácia tecnológica; suas razões são as razões da ciência e da tecnologia, independente do conhecimento das implicações da tecnologia” na sua vida cotidiana, o homem cultiva uma

relação de dependência na tentativa de se ‘manter’ atualizado com os problemas contemporâneos.

A prática da inovação como estratégia permite que as empresas busquem constantemente evoluir produtos e serviços, e com isso garante seu espaço no mercado e vantagem na competição pela preferência (SILVA, 2018).

Assim, A tecnologia e a globalização são impulsionadoras que dirigem as mudanças nas organizações, onde, as oportunidades são as mudanças e as empresas precisam desenvolver uma cultura de constante adaptação.

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2009, p. 15), “a pesquisa é o procedimento racional e sistemático que visa obter respostas aos problemas que são propostos”.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (GIL, 2009, p. 39).

A pesquisa utilizará como metodologia a pesquisa bibliográfica. Construir-se-á o referencial teórico a partir da leitura de livros, artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, manuais técnicos, legislação vigente e resultados de pesquisa na base de dados online Google Acadêmico.

De acordo com Gil (2009, p. 09), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de material já elaborado e publicado, possibilitando ao pesquisador o acesso a um grupo de fenômenos, muito que se pesquisasse diretamente”.

As bibliografias, ou repertórios bibliográficos, são publicações que se especializam em fazer levantamentos sistemáticos de todos os documentos publicados e determinadas áreas de estudo ou pesquisa. Através deles é possível ao pesquisador estudar a literatura especializada de sua área, tanto as publicações de livros como as de artigos e revistas.

Assim, a pesquisa é feita por meio de três etapas: preparação, coleta dos dados e análise dos dados, se tornando mais fácil de ser planejada e executada, configurando que se faz existente diversas metodologias disponíveis a pesquisa.

No ato da pesquisa cada documento encontrado, enriquecendo o primeiro levantamento bibliográfico; em seguida, reformulou-se o plano provisório e iniciou-se a redação da pesquisa-relatório para a discussão do

assunto/tema.

- A) Leitura exploratória de toda a bibliografia selecionada
- B) Leitura Seletiva
- C) Registro das informações obtidas das fontes de informação

RESULTADO E DISCUSSÃO

As tecnologias vêm crescentemente sendo inseridas no meio, em função de sua ampla utilização, propiciando o conhecimento geral da construção, assim, as inovações se estabelecem sobre a necessidade de encontrar novos caminhos e a definir objetivos, assim todos esses novos recursos ajudam no processo de busca.

De acordo com Ribeiro (2019, p. 09), “o Frameworks é uma ferramenta da tecnologia da informação e suas potencialidades na gestão de pessoas” se fazem ativas ao mundo contemporâneo e suas necessidades.

A mudança no perfil da sociedade devido a utilização e processo da tecnologia apresenta e proporcionou grandes transformações, onde, o desenvolvimento de uma maior autonomia no contato com estas mídias favorece o surgimento de outras competências, sendo que o processo da tecnologia avançada e que exige dos indivíduos cada vez mais capacidades, habilidades e conhecimentos.

O resultado se objetiva em que as tecnologias de informação e comunicação apresentam novas possibilidades para o indivíduo vivenciar processos criativos, como novas ferramentas no processo de execução e produção dos conteúdos, designando de forma ampla um conjunto de recursos tecnológicos (FRANCO, 2020).

Neste sentido as tecnologias da informação oportunizam e rompem barreiras cada vez mais distintas, e o seu uso permite atribuir significados através da troca de informações e experiências, enriquecendo durante todo processo de troca existente.

Assim, o aperfeiçoamento humano via tecnologia pode, no entanto, ser distorcido quando o homem, equivocadamente, se utiliza destes meios para realizar finalidades, e não meça as consequências, no do emprego das tecnologias.

Nesse sentido de mundo atual, busca-se dialogar sobre medidas restaurativas que contribuam na utilização dos frameworks, como ferramenta de tecnologia da informação, se baseando sobre suas potencialidades na gestão de pessoas, que descreve todo processo de capacitação e desenvolvimento (MAGALHÃES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que desta forma através das observações a predominância de estudos sobre o controle das operações, em especial, na aplicação de tecnologia de gestão aliadas a informação, onde que por outro

lado, destaca-se uma carência de pesquisa sobre possíveis implicações nas estratégias e sistemas de planejamento

Pelo presente estudo se tem o resultado de que no cenário globalizado e tecnológico desenvolver capital humano é uma das principais finalidades da gestão pessoas sobre o processo da tecnologia da informação, ao sentido de oferecer capacitação e desenvolver pessoas, com visão de crescimento, sobre a descrição dos relacionamentos profissionais que são desenvolvidos nas empresas envolvem as características da instituição ao qual se atua.

A realização do trabalho tem por finalidade investigar os fundamentos teóricos da tecnologia em gestão para qualificar a participação de todos os sujeitos da comunidade de produção, com melhorias e objetivos claros e definidos.

Assim, empresas que buscam se manter no mercado precisam de planejamento estratégico, investimento em capacitação e tecnologia, oferecer ambiente motivados para seus profissionais e principalmente desenvolver o perfil técnico e comportamental do seu capital humano: as pessoas de modo geral.

Nesse sentido evidência-se que os frameworks auxiliam e atuam como precursores de desenvolvimento, principalmente no desenvolvimento tecnológico, pois exigem de seus participantes do processo qualificação através das certificações que são exigidas para a atuação e execução das boas práticas.

Assim, a importância do trabalho em equipe, pois coloca a corporação como um só corpo na tomada de decisão e o objetivo concreto passa a ser dever de todos os envolvidos no processo de busca pela excelência na entrega de resultados.

Logo, as empresas que incorporam frameworks em suas linhas de produção obtêm não apenas resultados financeiros, mas também para adquirirem recurso estratégicos humanos, profissionais mais preparados geram resultados mais satisfatórios e esta realidade já faz parte de mais de 80% das empresas envolvidas com tecnologia pelo mudo, sobre a utilização de frameworks.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPEI. **Indicadores empresariais de inovação tecnológica**: resultados da base de dados ANPEI. Anpei, v. 07, Brasil. São Paulo. Editora Prosa. 2008.

BON, Jan Van. **Foundations of IT Service Management: based on ITIL**. Amersfoort, Brasil. Rio de Janeiro. Editora dos Santos. 2006.

FABICIACK, Daniel, (2009) **“Governança de TI e Gerenciamento de Serviços”**. <http://danielfabiciack.wordpress.com/tag/desafios-itol/>. Acesso em 25. nov. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

FRANCO, Eduardo Ferreira. **Um modelo de gerenciamento de projetos**. Disponível em: Acesso em 25. novembro.2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 04ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KUNSCH, M. M. K. (2015). **A comunicação integrada nas organizações modernas: avanços e perspectivas no Brasil**. In: CORRÊA, T. G. (Org.). Comunicação para o mercado: instituições, mercado, publicidade. Brasil. São Paulo: Editora Edicon, 2015.

MAGALHÃES, Ival Luizio; PINHEIRO, Walfrido Brito (ND) **“Gerenciamento de Serviços de TI na prática”**. Brasil. São Paulo. Editora P.S. 2020.

RIBEIRO, Suzana Xavier; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Gestão Estratégica da Comunicação na Pequena Empresa**. Brasil. Visão e Ação, v. 13, n. 3, p. 39, 2019.

ROBBINS, Stephen P. 1943. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. Cecília Maduro – 12. ED – São Paulo, SP – Pearson Education do Brasil, 2014.

SCHWABER, K. **Agile Software Development with Scrum. 2001**. Frameworks de T.I. Acesso em 25 de novembro de 2020.

SILVA, Claudio Gomes da. **A Importância do Uso das TICS**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Brasil. Ano Agosto de 2018.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão: extraíndo significados da base legal**. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão. Brasil. Fortaleza: Edições SEDUC, 2015.

Rômulo Terminelis da Silva

Psicólogo. Pedagogo. Psicopedagogo Institucional e Clínico.
Mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação (UCDB).
Ph.D. Em Ciências da Educação (UNILOGOS).

RESUMO

Este estudo visa elucidar e coletar dados sobre as contribuições da neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática: O cérebro o órgão principal da aprendizagem, dentro e fora do ambiente escolar, pretendendo fazer uma abordagem sobre a neurociência na aprendizagem como ferramenta de auxílio educativo para solucionar problemas de aprendizagem no desenvolvimento cognitivo do aluno no ambiente escolar. O problema pesquisado pautou-se em: Quais as contribuições da neurociência na aprendizagem, observado os conceitos de neuroeducação e neurodidática, considerando o cérebro como órgão principal da aprendizagem? Os objetivos específicos propostos, foram: Desenvolver habilidades e competências na organização das contribuições da neurociência na aprendizagem contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno; estimular o pensamento independente e os conceitos de neuroeducação, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através da neurodidática e uma mudança de atitude no ator de aprender. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo. Havendo ainda notoriamente várias vertentes e possibilidades a serem analisadas em estudos futuros, e, por conseguinte, mais aprofundados.

Palavras-chave: neurociência; neuroeducação; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A presente investigação versa sobre: “As contribuições da neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática: O cérebro o órgão principal da aprendizagem”. Nesta investigação que teve foco, analisar as contribuições da neurociência na aprendizagem e a construção dos conceitos de neuroeducação e neurodidática como instrumento educativo na mudança de comportamento do aluno diante do ato de estudar. A

neuroeducação e neurodidática desperta o caráter, cognitivo e socializador na aprendizagem do aluno superando as dificuldades de aprendizagem encontrada diante do estudo.

A aprendizagem por meio do estímulo cerebral pode desencadear um interesse novo ao aluno sobre o ato de estudar, pois o cérebro o órgão principal da aprendizagem, permitindo que o estudante adquira conhecimentos e saberes educacionais quando motivado, através de um processo alternativo aos padrões tradicionais, incorporando características Neurológicas, neuroeducacionais que potencializam a discussão de ideias socioafetivas na construção de novos saberes. A Construção de novos saberes desenvolvidos pela neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática, traz a tona o treinamento cerebral em sua plasticidade focando e desenvolvendo da aprendizagem de maneira pedagógica, onde professor desenvolve no aluno o aspecto psicológico, intelectual, emocional, físico-motora, social e protagonista diante das habilidades e competências de ensino.

Quando da proposição relativa ao objetivo geral presente neste estudo, este pautou-se por buscar: Analisar as contribuições da neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática no treinamento cerebral em sua plasticidade focando e desenvolvendo do aluno, contribuindo para solucionar as dificuldades de aprendizagem na construção de novos saberes e conhecimentos.

Em se tratando dos objetivos específicos propostos, tem-se que estes versaram por buscar-se: Desenvolver habilidades e competências na organização das contribuições da neurociência na aprendizagem contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno; Estimular o pensamento independente e os conceitos de neuroeducação, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através da neurodidática e uma mudança de atitude no ator de aprender.

Deste modo, o que se almeja com a implementação desta pesquisa e, seus posteriores resultados, é sim ressaltar a importância de práticas pedagógicas da Aprendizagem, construção e as contribuições da neurociência na aprendizagem através de uma Metodologia diferenciada de Ensino–Aprendizagem, no desenvolvimento de novos saberes e competências a serem trabalhadas despertando o protagonismo estudantil, para que o aluno seja o sujeito do seu processo de ensino e aprendizagem. Pois, é desta forma que este estudo se justifica quanto a sua abordagem. O objeto da pesquisa e situação problema está em: Quais as contribuições da neurociência na aprendizagem, observado os conceitos de neuroeducação e neurodidática, considerando o cérebro como órgão principal da aprendizagem? Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica e de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, contextualmente, correlacional e descritivamente. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui

contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

A PSICOPEDAGOGIA DO NEUROMENON

A etimologia do termo do grego Neuron, que significa nervo, estudado pela neurologia focando o estudo do sistema nervoso. Outro termo é o nome Menon que do grego é Durável. A análise da psicopedagogia do neuromenon, conforme o Doutor Rômulo Terminelis da silva (2015, p.17):

Analisar o estudo do sistema nervoso e central e periférico aliadas ao processo educacional de forma durável e satisfatório não só ao aluno, mas também ao professor. Os pontos positivos de quem se chama neuromenon é ser espiritualizado, instrospectível, profundo, detalhista no ato de aprender, extremamente criativo e confiante.

A psicopedagogia do neuromenon utilizar as informações dos Nervos que correspondem a feixes de fibras nervosas envolvidas por tecido conjuntivo. Eles são responsáveis por fazer a união do SNC a outros órgãos periféricos e pela transmissão dos impulsos nervosos. O sistema nervoso representa uma **rede de comunicações do organismo**. É formado por um conjunto de órgãos do corpo humano que possuem a **função de captar as mensagens, estímulos do ambiente**, "interpretá-los" e "arquivá-los". Conseqüentemente, ele **elabora respostas**, as quais podem ser dadas na forma de movimentos, sensações ou constatações que podem ser úteis ao aprendizado do aluno.

Segundo o Doutor Rômulo Terminelis da Silva (2015, p.17):

A psicopedagogia do neuromenon utilizar as informações dos Nervos na relação com o Menon, na Busca da segurança, compreensão e afeto dentro do aprendizado e educação, produzindo mudanças de comportamento diante de novos processos educacionais. O aluno nesta situação está sempre se sentindo bem em casa com a família, amigos ou em um relacionamento aberto ao comportamento educacional tranquilo e harmonioso.

A psicopedagogia do neuromenon busca levar o aluno a conseguir enxergar com sensibilidade através das coisas, despertando cognitivo educacional e interativo no seu interior, possibilitando se adaptar facilmente as questões educacionais relativas as suas aprendizagens ou as dificuldades de aprendizagem do cotidiano do mundo.

Ainda conforme o professor Doutor Rômulo Terminelis da Silva (2015, p.18) (disciplina neurociências na aprendizagem no curso de psicopedagogia institucional e clínica):

O Sistema Nervoso Periférico (SNP) é formado pelos nervos e gânglios nervosos. Sua função é ligar o Sistema Nervoso Central aos outros órgãos do corpo e com isso realizar o transporte de informações. A palavra grega *Nous* também traduz mente. A principal tarefa da educação é descobrir como trabalhar a mente do aluno de forma saudável para que ele alcance níveis satisfatórios de aprendizagem, nesse sentido pode-se analisar também as contribuições da neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática no treinamento cerebral em sua plasticidade focando e desenvolvendo do aluno, contribuindo para solucionar as dificuldades de aprendizagem na construção de novos saberes e conhecimentos.

A psicopedagogia do neumenon permite visualizar, os elementos essenciais que compõem a aprendizagem do aluno e erradicar as barreiras e as dificuldades de aprendizagem que afetam o pensamento e o cérebro dos alunos no ambiente de aprendizagem que está inserido. Alguns questionamentos são imprescindíveis no caminho do ato de aprender:

- a) O que é aprender?
- b) O que é neurociência?
- c) Como ensinar da melhor maneira que os cérebros possam aprender?
- d) Como funciona o cérebro?
- e) Quais as suas potencialidades e limitações?
- f) Como a neurociência pode ser uma aliada ao professor?

APRENDIZAGENS: O CÉREBRO REAGE AOS ESTÍMULOS

Maravilhoso e complexo processo pelo qual o cérebro reage aos estímulos do ambiente, ativa sinapses (ligações de neurônios por onde passam os estímulos), tornando-as mais “intensas”. A cada estímulo novo, a cada repetição de um comportamento que queremos que seja consolidado temos circuitos que processam as informações, que deverão ser consolidadas.

Segundo Maia (2012):

Considera-se que o aprendizado ocorre quando [...] a rede neural atinge uma solução generalizada para uma classe de problemas. Somente no cérebro existem cerca de 86 bilhões de neurônios, arranjados em núcleos, feixes, camadas, interligados por prováveis um quadrilhão de sinapses (MAIA, 2012, p. 21).

Conforme Maia o cérebro reage aos estímulos do ambiente, ativa sinapses o aprendizado pode ocorrer, esta função do estímulo pode partir também da prática pedagógica do professor no ambiente educacional.

NEUROCIÊNCIAS: CIÊNCIA QUE ESTUDA EDUCAÇÃO E CÉREBRO

É uma ciência recente que estuda o sistema nervoso central bem como sua complexidade, através de bases científicas, dialogando também com a educação, através de uma nova área, neuroeducação, neurodidática, neuropedagogia e neuromenon.

Este ramo novo da ciência estuda educação e cérebro, entendendo o último como um órgão “social”, passível de ser modificado pela prática pedagógica e psicopedagógica.

Deste modo, é preciso que educadores conheçam as teorias relacionadas à Neuropedagogia e aprendam a trabalhar com os sistemas nervoso central e nervoso periférico, responsáveis pela aprendizagem e ordenação dos sentidos, além de conhecer a realidade de seus alunos, para que a partir dela, tracem sua ação pedagógica. A significação dos conceitos trabalhados em sala de aula é fundamental para a aprendizagem, sem ela o sistema nervoso central não encontra estímulo para captar as informações que lhe são apresentadas. A prática pedagógica deve se pautar na afetividade, na introdução de conceitos por meio de estímulos do sistema nervoso periférico, que está relacionado aos sentidos, para que em seguida, o sistema nervoso central seja instigado a exercer sua função de acomodação, equilíbrio e adaptação dos conceitos propostos pelo educador aos alunos e o fracasso educacional seja superado. Segundo Moura Babilônia e Cavalcante parafraseando Maia (2019):

Definiu-se que a aprendizagem se refere ao processo pelo qual o cérebro reage aos estímulos do ambiente, ativando sinapses (estruturas de contato formadas pelo prolongamento de neurônios por onde passam os estímulos), tornando-as mais intensas e velozes. A cada estímulo eficaz de comportamento, tornam-se consolidadas as informações pelas memórias de curto e longo prazo, que, guardadas em regiões apropriadas, serão resgatadas para novos aprendizados (MOURA, BABILÔNIA e CALVACANTE, 2019 apud MAIA, 2012).

A Neurodidática propõe a superação destas dificuldades por meio do estudo da plasticidade cerebral e da aprendizagem significativa. Tudo que um sujeito percebe torna-se seu mundo da percepção, tudo que ele faz, seu mundo de ação.

Segundo Maria das Graças de Menezes Silva, em seu artigo Neurociência e Educação: Estudo Bibliométrico dos anos 2016 a 2019, propõe a seguinte explicativa:

Silva (2018) buscou evidenciar as “contribuições da neurociência no processo educacional de alunos com dificuldades de aprendizagem”. Bortoli e Teruya (2017) analisaram vertente entre a neurociência e a educação como uma opção e reflexão das práticas pedagógicas no

espaço escolar. Enquanto Bartoszeck e Bittencourt (2017) fez um estudo exploratório da neurociência no que se refere a alfabetização escolar. Continuando, ainda em 2017, Neri faz um estudo sobre as teorias da aprendizagem sobre a ótica da neurociência, sendo a mesma aplicada a educação. (NERI, 2017). Já Silva Rosa (2017) e explica em seu trabalho que: “A pesquisa tem a intenção de discutir os saberes da neurociência operando com os conceitos de normal e anormal do filósofo Michel Foucault.” Bacaro e Sforzi (2016) através de uma análise da literatura as contribuições da literatura científica entre educação e neurociência. Amaral (2016) em seu trabalho realizou uma análise de interlocuções entre neurociências e educação a partir dos estudos da ciência. Ainda sobre 2016, Filipin, explorou em seus estudos “a percepção de docentes da rede básica de educação sobre a importância da neurociência nos processos educacionais.” (FILIPIN et al, 2016) Sobre a ótica da plasticidade neural, Boni e Welter, compara com a neurociência de forma cognitiva e sua relação de forma teórica. (BONI e WELTER, 2016)

A analisaram vertente entre a neurociência e a educação como uma opção e reflexão das práticas pedagógicas docente e discente no espaço educacional e escolar, a Neuropedagogia se apresenta como uma nova teoria, que diferente das outras, não se prende às discussões filosóficas, mas à praticidade do funcionamento cerebral e suas relações com o processo de aprendizagem, constitui-se como elemento somatizador às teorias anteriores.

Para o educador preocupado em resolver as peculiaridades do processo de aprendizagem, faz-se necessário:

- a) Além do conhecimento acerca das práticas educacionais instituídas pelos modelos educacionais,
- b) A concepção sobre o funcionamento cerebral dos educandos e
- c) Suas implicações no processo de aprendizagem. Como enfatiza Rubem Alves, educar requer conhecimento e significação.

O educador contemporâneo deve buscar subsídios para o processo de significação da aprendizagem. Como fazer com que o indivíduo se interesse pela "beleza da música"? Quais arranjos neurais estabelecem o aprender significativo? Como instigar a assimilação, acomodação, equilíbrio e adaptação das informações adquiridas durante o processo ensino-aprendizagem? Uma possível resposta para os questionamentos supracitados seria o educador trabalhar com a plasticidade cerebral visando propiciar sinapses na estrutura neural de seus alunos.

Você sabia que toda vez que você aprende alguma coisa ou adquire alguma experiência, as células do seu cérebro sofrem uma alteração e essa alteração refletirá em seu comportamento?

Conforme Muniz (2014):

Compreender o funcionamento do acervo neurológico é competência de todo mediador de aprendizagem. “Esse conhecimento mostra a nós, os ensinantes, que cada aprendiz traz consigo uma base neural instintiva que é acionada cada vez que ele for apreender algo”. (MUNIZ, 2014, p. 165)

Conforme Muniz o papel do docente está voltando para compreender o funcionamento do acervo neurológico, e também identificar as habilidades de competência que envolve o aluno, pois essa é a função de todo mediador de aprendizagem no contexto educacional.

CIRCUITOS NERVOSOS

São conjuntos de neurônios que se comunicam entre si através de junções denominadas de sinapses.

Alguns dos maiores estudiosos do fenômeno da aprendizagem e memória na década de 40, Donald Hebb, de Montreal, e Jerzy Konorski, da Polônia, foram os primeiros a acreditar que a memória deve envolver mudanças ou aumentos nos circuitos nervosos

NEUROTRANSMISSORES: MENSAGEIROS DO CÉREBRO

[...] elaborar ações educativas com base no conhecimento da neurociência é dispor de ferramentas capazes de analisar o percurso da aprendizagem para que se alcance o potencial individual de desenvolvimento e aprendizagem. (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

Quimicamente, os neurotransmissores são moléculas relativamente pequenas e simples. Diferentes tipos de células secretam diferentes neurotransmissores. Cada substância química cerebral funciona em áreas bastante espalhadas, mas muito específicas do cérebro e podem ter efeitos diferentes dependendo do local de ativação. Cerca de 60 neurotransmissores foram identificados e podem ser classificados, em geral em uma das quatro categorias.

- 1) colinas: das quais a acetilcolina é a mais importante;
- 2) aminas biogênicas: a serotonina, a histamina, e as catecolaminas - a dopamina e a norepinefrina
- 3) aminoácidos: o glutamato e o aspartato são os transmissores excitatórios bem conhecidos, enquanto o ácido gama-aminobutírico (GABA), a glicina e a taurine são neurotransmissores inibidores.
- 4) neuropeptídeos: esses são formados por cadeias mais longas de aminoácidos (como uma pequena molécula de proteína). Sabe-se que mais

de 50 deles ocorrem no cérebro e muitos deles têm sido implicados na modulação ou na transmissão de informação neural.

O CRESCIMENTO DO CÉREBRO

O processo de memorização é complexo envolvendo sofisticadas reações químicas e circuitos interligados de neurônios.

As células nervosas ou neurônios, quando são ativadas liberam hormônios ou neurotransmissores que atingem outras células nervosas através de ligações denominadas sinapses. Os fatos antigos naturalmente têm mais tempo de se fixar em nosso banco de dados e daí sua melhor fixação, o que não ocorre com fatos recentes, que têm pouco tempo para se fixarem e ainda podem ter sua capacidade de fixação alterada por razões relacionadas a variações de estado emocional ou a problemas de ordem física.

Todos os processos da memória são explicados em termos dessas descargas. Ao entrarmos em contato com a Psicopedagogia, percebemos, a partir das leituras e estudos, principalmente dos escritos de Alícia Fernández (2001), que: “Ser ensinante significa abrir um espaço para aprender. Espaço objetivo e subjetivo em que se realizam dois trabalhos simultâneos: a construção de conhecimentos e a construção de si mesmo, como sujeito criativo e pensante”. (2001, p.30).

Tronco Cerebral

Cada célula cerebral (ou neurônio) contribui para o comportamento e para a atividade mental, conduzindo ou deixando de conduzir impulsos. O tronco cerebral é a região responsável pelas "reações emocionais". As estruturas envolvidas são a formação reticular e o locus cêrulus, uma massa concentrada de neurônios secretores.

É importante assinalar que, até mesmo em humanos, essas primitivas estruturas continuam participando, não só dos mecanismos de alerta, vitais para a sobrevivência, mas também da manutenção do ciclo vigília-sono.

Segundo o Doutor Rômulo Terminelis da silva (2015, p.19)

As estruturas do tronco cerebral contribuem para o comportamento e para a atividade mental no processo aprendizagem do aluno, conduzindo ou deixando de conduzir impulsos, os núcleos dos pares cranianos, estimuladas por impulsos provenientes do córtex, respondendo também pelas alterações fisionômicas dos estados afetivos: expressões de raiva, alegria, tristeza, ternura, etc.

COMO FUNCIONA O CÉREBRO?

O cérebro, como estrutura mais desenvolvida e complexa dentro do SNC (Sistema Nervoso Central), tem atribuições bastante complexas, que segundo Maia (2021) envolve todo processo mental:

[...] incluindo projeção sensorial e cognição, planejamento e iniciação de movimentos voluntários, processos mentais complexos (pensamento, raciocínio), compreensão e expressão da linguagem, memória e aprendizagem, experiências emocionais e motivacionais (MAIA, 2012, p. 21).

Ainda segundo o autor os processos mentais complexos que atuam diretamente no passamento, raciocínio, na compreensão, na expressão da linguagem, na memória em suas formas classificativas, na aprendizagem cognitiva e nas experiências emocionais e motivacionais que envolve o aluno no ambiente escolar. Alguns aspectos do cérebro:

- a) Cada ser humano é único, pois as redes neuronais formadas são próprias e específicas da história de vida de cada pessoa.
- b) Temos várias áreas do cérebro em que os neurônios são destinados a processar coisas específicas.
- c) O cérebro funciona integradamente.
- d) Plasticidade é a possibilidade ampla de formação de conexões entre neurônios a partir das sinapses.
- e) O cérebro não só aprende, se reorganiza. (pessoas cegas)
- f) O cérebro passa por um processo de maturação biológica ao longo de vinte anos.

Cada período de desenvolvimento humano é marcado, assim, por mudanças físicas no cérebro e por aquisições biológico-culturais específicas e possíveis graças à configuração físico-química do cérebro naquele determinado período.

A aprendizagem se efetua pela criação de novas memórias e pela ampliação e transformação de redes neuronais que “guardam” conteúdos já trabalhados anteriormente. Nesse processo, entram tanto as informações organizadas em conteúdo de memória como a apropriação de metodologias que são recursos para formação e/ou ampliação de memórias.

A prática pedagógica que for planejada e executada sem levar em consideração os processos internos mentais da espécie humana terá grande possibilidade de conduzir o aluno a uma situação de não aprendizagem.

Os conhecimentos sobre o cérebro devem ser auxiliares e esclarecedores para o professor.

Dimensão Interna do Desenvolvimento

- a) Quando a criança “começa” a falar, ela realizou uma série de aquisições que a levaram a falar.
- b) Da mesma maneira que o desenvolvimento interno leva a formar a falar, levará a criança ao ato de escrever e ao ato de ler.
- c) Ao brincar, a criança mobiliza áreas do cérebro que fazem parte da aquisição dos conhecimentos formais:
- d) Redes neuronais são formadas no córtex motor quando a criança realiza brincadeiras com movimentos repetitivos, desenvolvendo a perícia de certos movimentos que serão “utilizados” para escrever.
- e) Parlendas adivinhas e cantigas – mais elementos para se apropriar da escrita.
- f) Brincadeiras infantis educam a atenção.
- g) A atividade do desenho no período que antecede à alfabetização, já faria parte do próprio processo de alfabetização.

A Apropriação Do Conhecimento Formal

- a) A apropriação se apoia no desenvolvimento cultural do aluno e vai depender de processos biológicos do cérebro.
- b) Quais processos: a aprendizagem é uma modificação biológica na comunicação entre neurônios, formando rede de interligações que podem ser evocadas e retomadas com relativa facilidade e rapidez.
- c) A evocação está sujeita às condições do momento em que ela se realiza.

Aprendizagem e Plasticidade Cerebral

- a) Quanto mais novo o ser humano, maior plasticidade seu cérebro apresenta.
- b) O cérebro humano dispõe de cerca de 100 bilhões de neurônios e cada um pode chegar a estabelecer cerca de alguns milhares de sinapses.
- c) A plasticidade permite que áreas do cérebro destinadas a uma função específica possam assumir outras funções.
- d) As alterações celulares decorrentes da aprendizagem e memória são chamadas de plasticidade.
- e) Elas se referem a uma alteração na eficiência das sinapses e podem aumentar a transmissão de impulsos nervosos, modulando assim o comportamento.
- f) A experiência pode se dar por uma aprendizagem ativa ou pela convivência em lugares enriquecidos com indivíduos, cores, música, sons, livros, cheiros, etc.
- g) **EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS**
- h) O desenvolvimento perceptivo é a condição para a atenção e formação das memórias.
- i) Está na base de toda a aprendizagem humana

- j) Se combinam, interagem, efetivando possibilidades de comportamento que são essenciais à espécie.
- k) Se relacionam entre si.
- l) A realização da percepção se dá no cérebro.
- m) As experiências dos órgãos do sentido levam à formação de memórias.
- n) A professora depende dessa capacidade de formar novas memórias para garantir que o conteúdo escolhido no currículo se efetive em conhecimento.

A Aprendizagem é uma Função do Cérebro

A escola do futuro deve atender as diversidades, aos diferentes estilos de aprendizagem (cada um aprende de um jeito). Esse é o grande desafio do profissional. Conhecer, perceber e identificar como cada aluno aprende para poder intervir com maior eficiência. A neurociência se torna uma aliada ao professor diante do cenário diverso que nos deparamos.

Nas décadas vindouras podemos esperar o início do descobrimento de complexidades do cérebro entender pelo menos a natureza das principais funções cognitivas envolvidas no ato de aprender e como fazer para otimizá-las, pedagogicamente.

A Leitura

- a) A significação do que está escrito é resultado da articulação e integração dos segmentos que o que o indivíduo “lê” e completa, utilizando seu referencial de conhecimentos que está na memória. Desta forma ele compreende.
- b) A leitura envolve a percepção visual e auditiva e a memória em seus componentes visual e auditivo – a palavra é sonora, tanto na oralidade quanto no pensamento. E envolve, também a memória visual e a memória auditiva; ainda devemos considerar a semântica, ou seja, a formulação do significado que a palavra tem deve também constituir uma memória. A omissão de um destes componentes declina em problema de aprendizagem da leitura.

Emoção

- a) Têm função adaptativa e de sobrevivência da espécie.
- b) Sistema límbico, parte do cérebro onde se originam as nossas emoções, participa dos processos de aprendizagem do ser humano, inclusive das aprendizagens dos conhecimentos escolares.
- c) Só se aprende com a formação de novas memórias e os processos da memória são modulados pela emoção.
- d) Toda ação de ensino deve considerar as emoções.

Atenção

- A aprendizagem depende da intensidade da atenção.

- Para aprender, precisamos prestar atenção ao objeto de conhecimento.
- Educar a atenção.
- (estudo de um caso)
- A formação de memórias de longa duração depende da retomada sucessiva do conteúdo para que se fortaleçam as conexões que garantem a formação do conceito.

DESOBERTA CIENTIFICA SOBRE O CÉEREBRO: aprendizagem é uma função do cérebro

Pode-se ilustrar o supracitado por meio de uma reportagem publicada na Revista Superinteressante que descreveu comprovações acerca da revolução do cérebro. Segundo a reportagem o sistema nervoso é capaz de fazer novas conexões e esta capacidade regenerativa da estrutura cerebral pode ser a saída para inúmeros problemas de aprendizagem.

Segundo Muniz (2014) o cérebro tem funções importantes:

O cérebro tem milhões e milhões de células conectadas, entre si, por neurônios e filamentos nervosos que conduzem os sinais elétricos ao nosso sistema nervoso central. O neurônio se liga a outras 100.000 terminações nervosas em um número de combinações infinitas. As conexões entre os neurônios por onde passa a informação cerebral são chamadas de sinapses.

Além disso, a ciência provou que a pessoa utiliza todo o cérebro e não 10% dele como se acreditou durante muito tempo, o que ocorre é que algumas partes do cérebro se desenvolvem mais, porque são mais ativadas que outras. Os indivíduos pensam de maneira diferente e aprendem por meio de estímulos diferentes, eles utilizam as áreas mais desenvolvidas do seu cérebro para compreender problemáticas que lhe são propostas.

Um aluno que tem habilidade linguística, pode desenvolver seu raciocínio lógico matemático, por exemplo, por meio de estruturas linguísticas. Parafraseando a obra O Alienista de Machado de Assis, a estrutura neural deixa de ser uma ilha e passa a ser um arquipélago. Inúmeras são as possibilidades de se estabelecer sinapses que geram a aprendizagem e cabe ao educador contemporâneo fazer uso deste conhecimento para desenvolver o cognitivo de seus alunos.

PLASTICIDADE CEREBRAL

O cérebro se modifica em contato com o meio durante toda a vida. As sinapses são os locais que regulam a passagem de informações no sistema nervoso e têm uma importância fundamental na aprendizagem. (COSENZA; GUERRA, 2011). Essas conexões entre os neurônios de acordo com Muniz ficam melhores e se multiplicam com exercícios, quanto maior for seu número, maior serão as possibilidades de aquisição da aprendizagem.

A interferência do ambiente no sistema nervoso causa mudanças anatômicas e funcionais no cérebro. Assim, a quantidade de neurônios e as conexões entre eles (sinapses) mudam dependendo das experiências pelas quais se passa. Antes, acreditava-se que as sinapses formadas na infância permaneciam imutáveis pelo resto da vida, mas há indícios de que não é assim. Nos anos 1980, um estudo pioneiro do neurocientista norte-americano Michael Merzenich, da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, demonstrou que o cérebro de macacos adultos se modificava depois da amputação de um dos dedos da mão. A perda do membro provocava atrofia dos neurônios da região responsável pelo controle motor do dedo amputado. Porém ele observou também que essa área acabava sendo ocupada pelos neurônios responsáveis pelo movimento do dedo ao lado.

QUESTÕES TRATADAS POR GRANDES TEÓRICOS DA PSICOLOGIA, COMO PIAGET, VYGOTSKY, WALLON

A influência do meio, para Vygotsky. A cognição se constitui pelas experiências sociais, e a importância do ambiente nesse enfoque é fundamental. À medida que aprende, a criança - e seu cérebro - se desenvolve. A ideia é oposta à da maturação, de acordo com a qual se deve aguardar que ela atinja uma prontidão para poder ensiná-la.

A influência do meio, para Wallon. A relação complementar e recíproca entre os fatores orgânicos e socioculturais está presente em todas as análises de Wallon. Para ele, a criança nasce com um equipamento biológico, mas vai se constituir no meio social, que tanto pode favorecer seu desenvolvimento como tolhê-lo.

A influência do meio, para Piaget. Para o estímulo provocar certa resposta, é necessário que o indivíduo e seu organismo sejam capazes de fornecê-la. Por isso, não basta ter um meio provocativo se a pessoa não participar dele ou, como complementaria o teórico, se ela for incapaz de se sensibilizar com os estímulos oferecidos e reagir a eles. A aprendizagem, portanto, não é a mesma para todos, e também difere de acordo com os níveis de desenvolvimento de cada um, pois há domínios exigidos para que seja possível construir determinados conhecimentos.

Implicações na Educação, o aluno deve ser ativo em suas aprendizagens, mas cabe ao professor propor, orientar e oferecer condições para que ele exerça suas potencialidades. Para isso, deve conhecê-lo bem, assim como o contexto em que vive e a relação dele com a natureza do tema a ser aprendido.

De acordo com Muniz (2014):

Estima-se que apenas 30% da capacidade intelectual das pessoas seja inata, determinada pela herança genética. Os outros 70% vêm do bom uso das potencialidades cerebral e do aprendizado ao longo das duas primeiras décadas de vida. (MUNIZ, 2014, p. 19).

Assim, compreende-se que, a capacidade intelectual do aluno no contexto escolar se desenvolve efetivamente, se o processo educacional no qual está inserido for adequado e estimulante. Ainda que os fatores genéticos tenham a sua parcela de importância, estes interagem dinamicamente com o meio que rodeia o sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo observou-se a importância da temática: As contribuições da neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática: O cérebro o órgão principal da aprendizagem. As vertentes entre a neurociência e a educação como uma opção e reflexão das práticas pedagógicas docente e discente no espaço educacional e escolar, a Neuropedagogia se apresenta como uma nova teoria, que diferente das outras, não se prende às discussões filosóficas, mas à praticidade do funcionamento cerebral e suas relações com o processo de aprendizagem, constitui-se como elemento somatizador às teorias anteriores. Despertando no educando a curiosidade, levando-o aos desafios, permitindo ampliar seus conhecimentos, estimulando a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a estimar, calcular, desenvolvendo o raciocínio lógico e seus aspectos cognitivos.

Considerando as contribuições da neurociência na aprendizagem, e os fatores da neuroeducação e neurodidática no processo de ensino, no intuito de motivar a aprendizagem de forma satisfatória. Como ferramenta pedagógica a neurociência é de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem, motivando algumas experiências afetivas que se correlacionam ao ambiente educacional, que devem ser aplicadas com aos alunos na fase da aprendizagem e na construção do conhecimento e novos saberes contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem

A investigação cumpriu com seus objetivos, pois a aceitação da metodologia proposta surtiu um bom resultado. Cabe, para tanto, destacar que este estudo foi sim consideravelmente proveitoso e enriquecedor em que os objetivos específicos foram alcançados em: Desenvolver habilidades e competências na organização das contribuições da neurociência na aprendizagem contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno; Estimular o pensamento independente e os conceitos de neuroeducação, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através da neurodidática e uma mudança de atitude no ator de aprender.

Verificando que os resultados alcançados, durante esse processo de desenvolvimento do aluno na construção de novos saberes e conhecimentos dos educandos, no processo de ensino e aprendizagem que o mesmo

está inserido, foram satisfatórios, e hipótese de pesquisa confirmada sobre: Com os novos conceitos sobre as contribuições da neurociência na aprendizagem, observado os conceitos de neuroeducação e neurodidática,

considerando o cérebro como órgão principal da aprendizagem, é possível contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no ambiente educacional.

Finalmente, recomenda-se aos docentes que se aprofundem sobre as contribuições da neurociência na aprendizagem: neuroeducação e neurodidática: O cérebro o órgão principal da aprendizagem, observando-se e respeitando-se o uso das orientações neurociências associadas a educação no ambiente escolar, como ferramenta de aprendizagem. Que os professores se sintam abertos a novas experiências que vem viabilizando a maior absorção de conteúdos e conceitos pensando sempre no bem-estar e na realidade de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, J. H. D. **A educação no “século do cérebro”**: análise de interlocuções entre neurociências e educação a partir dos estudos da ciência. (2016)

MAIA, Heber (org.). **Neurociência e desenvolvimento cognitivo**. vol. 2, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. 132p

Moura, J. S., Babilônia, L., & Cavalcante, M. A. **Neurociências e Educação Científica**: um estudo bibliográfico.

MUNIZ, Iana. **Neurociência e os exercícios mentais**: estimulando a inteligência criativa. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014. 200p

OLIVEIRA Gilberto Gonçalves de. **Neurociências e os processos educativos**: um saber necessário na formação de professores. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. 18, n. 1, jan-abr, pp. 13-24. São Leopoldo: UNISINOS, 2014. Disponível em: Acesso em: 28 mai. 2022.

Silva, A. M. F. S. **CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO**: saberes e práticas inclusivas, (2018).

SILVA. Dr. Rômulo Terminelis da. **Apostilado de Psicopedagogia Institucional e Clínica: As contribuições da neurociência na aprendizagem em 2015**. 29 f. Aula realizada dia 31/01/2015 polo da Estácio Atual/ Centro Universitário em Boa Vista/RR.

SILVA. Maria das Graças de Menezes. **Neurociência e Educação: Estudo Bibliométrico dos anos 2016 a 2019**. 39 a 42 f. Aula realizada dia 31/01/2021. IMJBR – INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINARY JOURNAL OF THE BRAZIL, ISSN:2675-0643 V.3 N.1, maio de 2019. DOI: <https://doi.org/10.46343/imjbr.v3i1>.

Rômulo Terminelis da Silva

Psicólogo. Pedagogo. Psicopedagogo Institucional e Clínico.
Mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação (UCDB).
Ph.D. Em Ciências da Educação (UNILOGOS).

RESUMO

O artigo aborda a orientação do psicopedagogo no planejamento docente direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental I e II. Compreendendo assim que para realizar um trabalho eficaz com alunos com dificuldades de aprendizagem é visível a necessidade do planejamento sob orientação psicopedagógica. A pesquisa teve o objetivo de verificar qual o grau de dificuldade que os professores têm em abordar aspectos a respeito das atividades de planejamento na sala de aula e qual a participação dos alunos com necessidades especiais durante a realização dessas atividades. Práxis essa que de forma positiva venha colaborar no de processo de ensino e aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem. O papel do psicopedagogo é de auxiliar e orientar, conhecer o aluno com dificuldades de aprendizagem e a relação desse indivíduo com o meio que ele está inserido como também seus comportamentos intelectuais e afetivos para poder discutir as questões didáticas a serem trabalhadas com os alunos com necessidades educacionais especiais. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

Palavras-chave: psicopedagogia; educação especial; planejamento.

INTRODUÇÃO

O presente Artigo versa sobre a “Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com Necessidades Especiais”. A Psicopedagogia é de extrema importância no ambiente escolar. O objeto de estudo é: como a Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem pode contribuir para a Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com Necessidades Especiais?

A Psicopedagogia é essencial como auxílio no ambiente escolar e na

orientação docente diante dos alunos com necessidades especiais, a orientação para o planejamento, possibilita o docente desenvolver ferramentas pedagógicas para alcançar resultados educacionais satisfatórios na vida escolar do aluno que possuem necessidade especiais que precisam ser investigadas. Saber quais são as reais necessidades do aluno, podendo assim elaborar atividades condizentes com a realidade a qual a do docente estar inserida, hoje se percebe a dependência que a escola tem do profissional psicopedagogo na orientação educacional e docente.

O Planejamento é essencial para realizar um bom trabalho, torna-se ainda mais eficaz sob a orientação de um psicopedagogo, pois o psicopedagogo sabe como utilizar na prática dos recursos diagnósticos, corretores e preventivos no processo de ensino aprendizagem. A pesquisa teve o objetivo geral: Verificar qual o grau de dificuldade que os professores têm em abordar aspectos a respeito das atividades de planejamento na sala de aula e qual a participação dos alunos com necessidades especiais durante a realização dessas atividades

O Planejamento numa visão psicopedagógica requer cuidado e atenção pedagógica, interdisciplinaridade, coletividade, zelo, atenção, flexibilidade, criticidade tanto na sua elaboração quanto execução. Através de um planejamento interdisciplinar com orientação do psicopedagogo é possível elaborar e desenvolver atividades interessantes e que estimule o cognitivo, afetivo, social dos alunos de modo que haja também interação com os demais alunos, como atividades que envolvam música, cantigas de roda ,dramatizações ,teatros, danças desenvolver atividades que sejam divertidas e que, principalmente trabalhe os valores éticos, sendo que esse processo é de formar cidadãos críticos, éticos.

Portanto seguindo numa perspectiva diferenciada, inclusiva, buscou-se os resultados almejados neste trabalho, utilizando-se de revisão bibliográfica, seguida de vivências em sala de aula, análise de documentos e entrevista, através de questionários que foram aplicados aos educadores. Sendo assim, essa pesquisa foi não experimental na sua aplicação, descritiva, correlacional, com enfoque e dados qualitativos. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo

REFERÊNCIAL TEÓRICO

ANTECEDENTES DA INVESTIGAÇÃO

Com base nos estudos feitos sobre o tema: A Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com Necessidades Especiais. Foi possível

perceber que o referido trabalho possui antecedentes de pesquisa possibilitando assim a investigação relacionada ao tema citado.

Com base nisto foram realizadas pesquisas bibliográficas, com o objetivo de comprovar a importância do psicopedagogo como orientador no planejamento visando contemplar os alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar, sala de aula, sala multifuncional, pois vários estudos veem comprovar que as atividades de planejamento numa visão psicopedagógica aumenta as possibilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais desenvolver atividades que em outro momento foi dito difícil de acontecer, o planejamento orientado pelo psicopedagogo permitem com mais eficácia a descoberta da criança, tanto na leitura quanto escrita, envolvendo atividades lúdicas. Nessa perspectiva o planejamento sob orientação do psicopedagogo tem muito a contribuir com as atividades no processo de ensino aprendizagem, permitindo que o aluno se envolva em tudo que está realizando de forma significativa.

BASES TEÓRICAS

A importância do psicopedagogo como orientador no planejamento

O Psicopedagogo é um profissional que contribui de forma significativa na elaboração do planejamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais. A partir do reconhecimento da importância do planejamento, da contribuição do psicopedagogo no planejamento escolar entendendo assim como um grande desafio modificar conceitos preestabelecidos sobre o currículo na educação especial inclusiva.

É comum alguns docentes se sentirem incomodados com o planejamento sob orientação, mas é necessário compreender que a orientação no planejamento é com a intenção de atender de modo coeso os alunos que requeiram atenção individualizada nas atividades escolares e não monitoramento.

Há necessidade de que os demais docentes que trabalham diretamente com alunos com dificuldades de aprendizagem juntamente com toda equipe pedagógica pensem também de que forma vão avaliar esse aluno levando em consideração diagnóstico apresentado desses educando o que requer muita atenção nesse avaliar. Perceber também se os critérios de avaliação que estão sendo utilizados estão correspondente ao que foi estabelecido no planejamento para não prejudicar o aluno que necessita atendimento especializado. Considerando que não é apenas o aluno que deve ser avaliado nesse processo, mas o trabalho que está sendo feito, como está sendo elaborado e se realmente atende as necessidades educativas do aluno em questão.

Nessa visão de um planejamento orientado pelo profissional psicopedagogo as potencialidades e limites dos alunos devem ser respeitados, o plano de aula deve existir mas não para apressar ou acelerar o aluno e sim oferecer qualidade de ensino a partir das adaptações de

atividades que façam a diferença ,não fazer por fazer uma adaptação de atividades nem abaixo, nem acima do nível de compreensão dos alunos, mas dentro de suas condições intelectuais o que fará grande diferença tanto para o aluno quanto para o professor, desse modo o planejamento com orientação psicopedagógica é um contribuinte para que os alunos superem algumas de suas dificuldades de aprendizagem.

O planejamento com orientação do psicopedagogo é um subsídio educacional, ferramenta, estratégia de ensino, que tem como objetivo promover por meio de socialização atividades lúdicas, fundamentais para o processo de desenvolvimento das crianças, pois são responsáveis por estimular o desenvolvimento cognitivo, social, físico, afetivo, psicomotor, a coordenação motora e diversos outros aspectos importantes para o desenvolvimento de competências e habilidades da criança.

Centrando-se no domínio pedagógico docente quanto a elaboração do planejamento de ensino para alcançar a eficácia aprendizado do aluno e o desenvolvimento dos alunos com as atividades e situações propostas. No cotidiano escolar assim como a alfabetização, letramento e outras áreas do saber. No planejamento envolve a relação professor-aluno, família e escola no processo de ensino aprendizagem e as novas práticas educacionais. Não basta planejar tem que saber o que planejar? Por que planejar? Como planejar.

O planejamento numa visão psicopedagógica preocupa-se com a aprendizagem dos alunos, principalmente no que diz respeito às dificuldades que os alunos mais se queixam e enfrentam na sua vida escolar. Segundo VASCONCELLOS (2002): O fator decisivo para a significação do planejamento é a percepção por parte do sujeito da necessidade de mudança. Intensificar trocas e a consideração pelas regras. (Vasconcellos. 2002, p.36).

É através do planejamento com orientação psicopedagógica que é repensado nas dificuldades individualizada dos alunos, o que falta incluir no plano, o que o aluno já desenvolve, que mudanças devem ocorrer durante o ano letivo, o que foi realizado com êxito? O que não foi eficaz?

O planejamento no ensino fundamental menor com orientação psicopedagógica no processo de ensino aprendizagem é desenvolver várias capacidades, tais como: memória, raciocínio lógico matemático, oralidade, lateralidade.

Segundo Weiss:

As dificuldades escolares podem estar ligadas a ausência de estrutura cognoscitiva adequada que permita a organização adequada que permita a organização de estímulos, de modo a possibilitar a aquisição dos conteúdos programáticos ensinados em sala de aula. De acordo com uma visão piagetina, o conhecimento se constrói pela interação entre o sujeito meio. de modo que, do ponto de vista do sujeito, ele não pode aprender algo que esteja acima de seu nível de competência cognitiva

(seu nível de estrutura cognoscitiva) (Weiss. 2012.p106.).

O planejamento pode ser participativo, pois desse modo os professores podem trocar experiência, relatar sob as atividades desenvolvidas em sala de aula que deram certo, vivencias que foram positivas e no caso de vivencias consideradas negativas a oportunidade de fazer novamente, diante das dificuldades existentes na sala de aula o professor sempre busca solucionar de forma coerente os desafios que surgem no cotidiano escolar. Se acreditarmos na possibilidade de mudança da realidade podemos encontrar os caminhos de intervenção para poder realizar o planejamento de uma forma mais significativa. Martins:

Isto significa que o professor (...) não perde sua capacidade de pensar, de criar, de buscar alternativas práticas, através de sua experiência cotidiana. Além de executar as ordens estabelecidas, ele conserva uma liberdade que lhe é inerente: ele pode criar inventar, construir. (Martins, 1989:82 apud Vasconcellos 2002)

A importância da psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem

A concepção de psicopedagogia atualmente é a aprendizagem em conformidade com a relação do individuo com o meio, seus temperamentos intelectuais e afetivos, com a possibilidade de se trabalhar o clinico e o preventivo. Podemos trabalhar as questões didático-metodológicas, a formação, orientação e o aconselhamento de professores e pais de forma preventiva. E como clínico o psicopedagogo deve conhecer o individuo, quais são os recursos de conhecimento que ele possui, além de identificar como ele produz e aprende o conhecimento. É necessário que o profissional compreenda o que é ensinar o que é aprender.

A psicopedagogia tinha a função de atender distúrbios de aprendizagem, porém atualmente está mais voltada para a prevenção. A psicopedagogia está voltada a evolução individual entre professor e aluno (educador e educando) no conhecimento do percurso da formação do individuo, na aprendizagem, na descoberta das diferenças para então enfatizar a criatividade. Para Bossa: (...) A psicopedagogia é uma nova área de atuação profissional que busca uma identidade e que requer uma formação de nível interdisciplinar ,o que já é sugerido no próprio termo psicopedagogia. (...) (Bossa, 1995, p.31).

Toda criança é semelhante a inúmeras outras em alguns aspectos e singularíssima em outros. Irá se desenvolver ao longo da vida como resultado de uma evolução extremamente complexa que combinou ,pelo menos ,três percursos :a evolução biológica, desde os primatas até o ser humano, a evolução histórico –cultural, pela qual atravessa inúmeros estágios, no qual diz Antunes:

[...] Nenhuma criança é uma esponja passiva que

absorve o que lhe é apresentado. Ao contrário, modelam ativamente seu próprio ambiente vê se tornam agentes de seu processo de crescimento e das forças ambientais que elas mesmas ajudam a formar. Em síntese, o ambiente e a educação fluem do mundo externo para a criança e da própria criança para o seu mundo. [...] (Antunes 1998. p. 16).

O psicopedagogo é um profissional que contribui significativamente no desenvolvimento global da criança, pois ele conhece os recursos didáticos e sabe utilizar-se desses recursos corretamente dessa forma todas as atividades trabalhadas na educação infantil e no ensino fundamental menor devem partir do jogo como desafio à participação ativa da criança na construção do seu conhecimento.

É no momento dos jogos que se pode trabalhar inúmeras situações que contribui nos demais conteúdos se correlacionam e promove de modo prazeroso a socialização, diversão, aguça curiosidade pelas atividades propostas é importante que essas atividades sejam desafiadoras, a partir dessa concepção Antunes diz que:

Outro elemento importante no estímulo é observar a criança o tempo todo e anotar os seus progressos, mesmo os mais simples. Conservar uma ficha simples para cada inteligência e ir anotando resultados que ajuda a compreender melhor a criança. O fascínio da aprendizagem não se manifesta pelo alcance de uma meta numérica, mas pela percepção do progresso, mesmo o mais modesto. Jamais compare o progresso de uma criança com o de outra. Nunca confunda velocidade na aprendizagem com inteligência. (Antunes, 1998 p.18).

Para Antunes muito embora os estudos de Piaget tenham sido feitos muito antes do uso de computadores, para observar as reações cerebrais, e antes mesmo de pesquisa sobre as lembranças, suas ideias sobre o desenvolvimento cognitivo na faixa etária de 3 a 6 anos são ainda bastante válidas. Pois para Piaget: Na medida em que as crianças podem se lembrar de objetos e de eventos, podem até formar conceitos e, portanto, desenvolver a aprendizagem significativa.

PERCURSOS METODOLÓGICO

CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa foi desenvolvida inicialmente através de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com Necessidades Especiais”. Em seguida foi elaborado um questionário com 5 questões, para ser aplicado aos professores, abordando

aspectos a respeito do planejamento direcionado aos alunos com necessidades especiais, na sala de aula, o grau de participação dos alunos e quais as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento das atividades propostas.

TIPO E NÍVEL DE INVESTIGAÇÃO

Considerando a importância do psicopedagogo como orientador no planejamento visando contemplar os alunos com necessidades educacionais especiais –síndrome de down para a aprendizagem e o desenvolvimento global da criança, esta pesquisa coletou dados a respeito da execução das atividades adaptadas direcionada aos alunos no ambiente escolar, a fim de verificar se os educadores consideram importante, se utilizam desse recurso didático em sala de aula, qual o grau de participação dos alunos nas atividades e quais as dificuldades enfrentadas para a realização das mesmas. Para tanto foi elaborado um questionário composto por 5 questões com o objetivo de coletar esses dados.

A investigação tem um enfoque qualitativo, utilizando técnicas qualitativas. O nível de profundidade é correlacional e descritivo. Essa escolha ocorre pelo fato da preocupação do investigador não ser apenas com a tradução e quantificação de dados, mas, com as contribuições e significados, para construção do objeto estudado, pois, envolve sentimento, planejamento e criatividade na escola citada, principalmente no ambiente da sala de aula.

Portanto a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, através de levantamento bibliográfico, entrevistas e estudo de caso, enquanto a pesquisa descritiva, os fatos são principalmente observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem contribuição alguma do pesquisador.

Porém quando usadas às ferramentas citadas, a pesquisa científica fica mais enriquecida de informações, deixando a pesquisa mais clara e compreensiva.

DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

O desenho da investigação é não experimental, pois se realiza sem a manipulação deliberada das variáveis e trata de estudar o fenômeno no contexto natural em que ele ocorre, para analisá-lo, descrevê-lo, diferenciá-lo ou examinar associações, ao invés de procurar relações diretas entre variáveis, grupos ou situações.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa de campo no primeiro momento foi realizada com professores da rede pública, onde foi feito um levantamento sobre como ocorre o processo de planejamento visando contemplar os alunos com

necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem, e no segundo momento a pesquisa de campo, se deu através de aplicação de questionário com 05 perguntas, a amostragem aconteceu com 6 (seis) professores que atuam em escolas municipais e estaduais nos períodos matutino e vespertino.

Foram consultados tais professores, onde cada um teve a oportunidade de expor sua visão pedagógica a respeito do planejamento com orientação do psicopedagogo voltado aos alunos com necessidades educacionais especiais, no processo de ensino-aprendizagem.

TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através da aplicação de questionários aos professores, Pois esses são os principais envolvidos ao desenho de pesquisa, onde foi adotado o tipo de investigação não experimental, para a realização desse trabalho teórico, a cerca de construção de conhecimento, por uma observação educativa, resolveu-se fazer uma pesquisa em forma de questionário, utilizando uma abordagem com o nível da investigação descritivo e correlacional, pois o mesmo teve como objetivo, identificar a importância do planejamento com orientação do psicopedagogo visando contemplar alunos com necessidades educacionais especiais. O estudo, também teve o objetivo de verificar qual o grau de dificuldade que os professores dessa instituição, tem em abordar aspectos a respeito das atividades de planejamento na sala de aula e qual a participação dos alunos durante a realização dessas atividades.

Processamento e análise de dados

O processamento dos dados foi efetuado por meio de ferramentas após numerosa pesquisa de credibilidade de resultados vinculados aos instrumentos de coleta de dados, de validade lógica e bibliográfica, para investigar os tipos de abordagem e de interpretação conhecidas sobre o tema abordado a Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com Necessidades Especiais, reuniu subsídios e informações, para formular e responder aos objetivos e problema de investigação juntamente com os professores, e vice- gestora da referida escola através dos questionários. Além dos dados de pesquisas de campo, que foram colhidos visando um aprimoramento no planejamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise de pesquisa se refere a pesquisa realizada na escola campo sobre a: Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com

Necessidades Especiais, com a aplicação de questionário, com 5 questões para professores, abordando aspectos a respeito do planejamento na sala de aula, o grau de participação dos alunos e quais as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento das atividades propostas, conforme apresentado abaixo:

QUESTIONÁRIOS DOS PROFESSORES

Quadro 1 – Qual importância do psicopedagogo na orientação do planejamento visando contemplar os alunos com necessidades?

| PROFESSOR | RESPOSTA |
|-----------|--|
| P1 | Durante o processo de identificação do nível de limitação dos alunos, é fundamental a avaliação desse profissional. |
| P2 | Direcionar o processo de ensino aprendizagem através de metodologias direcionadas aos alunos com necessidades especiais. |
| P3 | Imprescindível, pois ele saberá indicar as ferramentas necessárias para trabalhar com esses alunos. |
| P4 | É importante pois visa obter conhecimentos no ensino aprendizagem das crianças. |
| P5 | De extrema importância, pois nos dar a orientação necessária para a necessidade do aluno especial |
| P6 | Ajuda e muito pois melhora nossa prática pedagógica |

Fonte: pesquisa de Campo realizada com professores

Conforme quadro de repostas acima, pode se observar o quanto a orientação educacional do profissional psicopedagogo se faz necessária para auxiliar o professor na sala de aula, esclarecendo algumas dúvidas, buscando melhores estratégias de ensino, jogos e brincadeiras o que vai favorecer para o bom desenvolvimento da criança no seu processo de ensino – aprendizagem tanto nos aspectos :cognitivo social e afetivo. Conforme a opinião pedagógica de Antunes toda criança vive agitada e em intenso desenvolvimento corporal e mental. Nesse desenvolvimento se expressa a própria natureza de evolução a cada instante uma nova função e a exploração de nova habilidade.

Mas existem dois aspectos cruciais no emprego dos jogos como instrumentos de uma aprendizagem significativa .Em primeiro lugar o jogo ocasional ,distante de uma cuidadosa e planejada programação ,é tão ineficaz quanto ao único momento de exercício aeróbico para quem pretende ganhar maior mobilidade física e, em segundo lugar, uma grande quantidade de jogos reunidos em um manual somente tem validade efetiva quando rigorosamente selecionados e subordinados a

aprendizagem que se tem em mente como meta. Em síntese jamais, pense em usar jogos sem um rigoroso e cuidadoso planejamento, marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o progresso dos alunos ,e ,jamais avalie sua qualidade de professor pela quantidade de jogos que emprega, e sim pela qualidade dos jogos que se preocupou em pesquisar e selecionar.(Antunes 1998,p.37)

Quadro 2 - Qual a importância de repensar a inclusão no espaço escolar?

| PROFESSOR | RESPOSTA |
|-----------|---|
| P1 | Sempre vai haver uma maneira de melhorar o acesso de um aluno com necessidades especiais, e repensar essas melhorias é de suma importância. |
| P2 | Fazer com que os alunos com necessidades especiais se sintam parte da turma e que eles possam aprender dentro de suas habilidades. |
| P3 | Muito importante, pois devemos da prioridade a esses alunos. A inclusão de qualquer individuo no contexto escolar é uma prova de que é educação para todos. |
| P4 | Proporcionar um ensino de boa qualidade na inclusão. Direcionando bons conhecimentos. |
| P5 | A inclusão sempre será um desafio e vai exigir sempre um preparo pedagógico melhor |
| P6 | Através de um planejamento orientado pelo psicopedagogo é possível trabalhar a inclusão de forma satisfatória |

Fonte: pesquisa de Campo realizada com professores

Pode-se observar nas respostas acima, que alguns dos docentes, reconhecem a importância de repensar a inclusão no espaço escolar, utilizando-se de ferramentas que auxiliem no acesso e melhorias na educação especial escolar, sendo assim o profissional psicopedagogo é um mediador no espaço escolar contribuindo, para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social e afetivo da criança.

O psicopedagogo é um profissional que tem um olhar diferenciado, conhece e sabe identificar patologias, e diferenciar patologias de dificuldades de aprendizagem, e compreende também que dependendo da patologia pode comprometer alguns aspectos educacionais do aluno .Dificuldades de aprendizagem não ocorre só com alunos com necessidades especiais mas pode ocorrer com qualquer criança ,um exemplo é que tem crianças aprendem com facilidade matemática, mas não consegue desenvolver bem leitura, escrita ,são dificuldades em aprender algo, não quer dizer que esse aluno tenha uma necessidade especial, física, mental, muitas vezes rotula a criança sem um diagnóstico psicopedagógico.

Diagnóstico Psicopedagógico é mais do que um simples acho que ele tem dificuldades de aprendizagem, o diagnostico psicopedagógico é um

processo minucioso que parte de uma anamnese a testes, atividades diagnósticas para certificar-se do que está fazendo não se pode sair falando aleatoriamente a criança tem isso ou aquilo precisa se da intervenção do psicopedagogo para orientar, acompanhar, investigar e criar condições favoráveis para o aluno participar, envolver-se com as atividades propostas. Desse modo compreender o que o aluno desenvolve o que não desenvolve o porquê e quais são os métodos adequados para cada situação. É interessante que busque envolver o lúdico, como a música, explorar aspectos agradáveis dentro do contexto, artes, jogos, recursos audiovisuais enfim tudo que possa estimular a criança a construir e desconstruir, criar, imaginar.

O papel do profissional psicopedagogo torna-se cada vez mais eficaz, pois envolve desde a orientação de um planejamento, as atividades desenvolvidas com alunos com necessidades educacionais, e demais discentes da escola e contribuem não só com o processo de ensino-aprendizagem do aluno, mas também na prática docente nesse processo.

Quadro 3 – Quais as dificuldades que enfrentam no planejamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais aos seus alunos?

| PROFESSOR | RESPOSTA |
|-----------|---|
| P1 | O tempo de aprendizagem diferenciado e a falta de auxílio e material específico e como seria importante a presença do psicopedagogo para nos auxiliar |
| P2 | Adaptação de atividades. E metodologias que contemplem tanto os alunos com necessidades especiais quanto aos outros alunos da turma. |
| P3 | Instrução sobre como trabalhar as metodologias adequadas. Se houvesse um psicopedagogo para ajudar seria melhor para fazer o planejamento da prática pedagógica |
| P4 | Atenção dos alunos, dificuldades de aprendizagem. |
| P5 | Não saber lher dar com a situação logo de início, mas falta um apoio melhor ao professor e o psicopedagogo seria uma ótima opção para orientar no planejamento para desenvolver uma aula melhor |
| P6 | Adaptação de atividades e metodologias de inclusão, é muito importante a presença do psicopedagogo no ambiente escolar no auxílio do planejamento |

Fonte: pesquisa de Campo realizada com professores

Conforme quadro acima os professores desenvolvem uma série de atividades lúdicas com seus alunos para estimular o aprendizado como: coordenação motora, afetividade, convivência social, aquisição cognitiva, etc. Pois assim serão desenvolvidas tais habilidades mais facilmente ao processo de ensino-aprendizagem.

O brincar em situações educacionais, proporciona não só um meio real de aprendizagem como permite também que adultos perceptivos e competentes aprendam sobre as crianças e suas necessidades. No contexto escolar isso significa professores capazes de compreender onde as crianças

estão em sua aprendizagem e desenvolvimento geral, o que, por sua vez, dá aos educadores o ponto de partida para promover novas aprendizagens nos domínios cognitivos e afetivos.

Quadro 4 – Como acontece o planejamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais?

| PROFESSOR | RESPOSTA |
|-----------|--|
| P1 | A adequação do material e da metodologia é a forma mais viável. |
| P2 | Dentro do planejamento para a turma são feitas adaptações de atividades e metodologias. |
| P3 | É bem desafiadora, pois existe várias necessidades especiais de alunos no ambiente escolar, um especialista ajudaria e muito na hora de planejar |
| P4 | O Planejamento é feito através dos livros interdisciplinares, o mesmo usado por todos os alunos da sala, mas com atividades específicas somente para alunos com essa necessidade |
| P5 | Sempre é um desafio, pois as necessidades especiais são diversas no ambiente escolar |
| P6 | Com dificuldade pois cada aluno é uma realidade diferente ou necessidade especial diferenciada |

Fonte: pesquisa de Campo realizada com professores

Conforme o quadro acima, a orientação do psicopedagogo no planejamento é importante na educação e tem função e responsabilidade social, para oferecer ao aluno o que realmente precisa que é a qualidade de ensino, envolvendo interdisciplinaridade, lúdico para que seja possível contribuir de forma significativa com aluno, visando estímulo, o interesse, a concentração e a motivação são igualmente proporcionados pela situação bem planejada e articulada no contexto escolar.

O psicopedagogo deve conhecer o espaço escolar e os alunos que necessitam de atendimento especializado para desse modo trabalhar com os docentes e diagnosticar a melhor forma de juntos elaborar um planejamento que atenda a todos. Um profissional precisa do outro nem o professor nem o psicopedagogo podem realizar esse trabalho isoladamente as queixas dos alunos devem ser observadas, anotadas e os professores devem participar efetivamente da construção desse planejamento para poder conhecer mais o seu aluno e compreender os aspectos, situações que são mais eficazes e viáveis para os alunos, em diversos tipos de atividades e situações

Quadro 5. Quais as contribuições do psicopedagogo nesse processo de ensino aprendizagem?

| PROFESSOR | RESPOSTA |
|-----------|--|
| P1 | Na indicação da melhoria de estratégia de ensino e na busca de adaptação ou material, e também na classificação da necessidade especial do aluno diante do ensino |
| P2 | Ajudar nas adaptações de atividades e metodologias para os alunos com necessidades educacionais. Nos orienta na construção do planejamento |
| P3 | Contribui muito, pois ele é um profissional instruído para orientar os docentes e como trabalhar de maneira eficiente. |
| P4 | As contribuições são: o respeito por cada aluno, comprometimento ao lidar com as dificuldades de aprendizagem, é essencial pesquisar sobre qual a melhor forma de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Incentivo a buscar o conhecimento. |
| P5 | Muito importante, pois nos dar o entendimento sobre a necessidade especial e nos orientar no planejamento das atividades a serem realizadas em sala |
| P6 | Contribui e muito para a prática pedagógica e até orienta nas atividades planejadas a serem desenvolvidas em sala de aula |

Fonte: pesquisa de Campo realizada com professores

De acordo com o quadro acima, professores relatam que as contribuições do psicopedagogo nesse processo de ensino aprendizagem é muito importante para construção de saberes o que favorece na aprendizagem do aluno no ensino fundamental I e II, é de extrema importância o profissional psicopedagogo dentro do ambiente escolar, no auxílio das dificuldades de aprendizagem.

De acordo com o quadro acima, professores tem buscado estratégias que atendam as necessidades e dificuldades educacionais dos alunos e um dos recursos mais frequentes são adaptações de atividades e busca do saber fazer, fazer acontecer uma vez que não tem um manual de instrução e a cada dia um desafio, e essas atividades têm sido adaptada na medida dos avanços e dificuldades apresentada pelos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do trabalho sobre: A Psicopedagogia no Processo de Ensino-Aprendizagem: Orientação Docente no Planejamento Visando Contemplar os Alunos com Necessidades Especiais. Onde foi possível analisar os esforços dos professores na tentativa de melhorar sua prática pedagógica em relação ao Planejamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais, na busca de superar as dificuldades de aprendizagem iniciais de seus alunos, bem como a atuação da gestão para o sucesso desse trabalho. Os mesmos enfatizam a importâncias de se ter psicopedagogos para auxiliá-los diante das situações de ensino e

dificuldades de aprendizagem de seus alunos.

A pesquisa cumpriu seus objetivos, onde foi possível mostrar de forma pedagógica como o psicopedagogo na orientação do planejamento pode contribuir com o aprendizado cognitivo do aluno, e podem levar o aluno a desenvolver de forma positiva sua coordenação motora, a afetividade, o cognitivo, convivência social, entre outros, na escola. Mostrando que através do lúdico e uma situação diagnóstica os alunos podem aprender e desenvolver as habilidades e conteúdos propostos na sala de aula.

A realização da pesquisa qualitativa possibilitou a elaboração da finalização do artigo onde os professores participaram de forma espontânea do questionário de pesquisa. Após analisado a situação em pesquisa na escola campo, através da coleta dos materiais e dos recursos de pesquisa, ficou comprovada e confirmada às hipóteses a H1 e H2.

Portanto, a contribuição para a escola campo foi mostrar que o Psicopedagogo é um profissional necessário no processo de ensino-aprendizagem, bem como no desenvolvimento integral da criança. Com isso, pretendeu-se contribuir com práticas metodológicas e elaboração do planejamento e mediação já que estas são parte integrante na realização dos conteúdos estão estabelecidas pelas normas regentes na proposta da BNCC e DCCR que compõe o currículo de ensino

Para tanto é imprescindível à presença do psicopedagogo no ambiente escolar, pois ele será o mediador entre o professor e os alunos nas soluções das problemáticas que cercam o aprendizado do aluno.

A investigação permitiu observar em relação à temática, o quanto os professores precisam de orientação psicopedagógica no direcionamento do planejamento com atividades que visam o ensino cognitivo das crianças, pois análise de pesquisa na escola campo possibilitou observar o quanto precisa melhorar a proposta educacional do planejamento direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e no planejamento pedagógico do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 11 Ed. Petropolis; Rio de Janeiro :Vozes

ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 11 Ed. Campinas: Papirus.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações sobre a Síndrome de Down**: destinadas a profissionais de unidades de saúde. Brasília :Programa Nacional de Unidades de saúde. Brasília :Programa Nacional de Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência ,1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**.

Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 01, 02 e 03.

CHAMAT, Leila Sara José. **Técnica de Diagnóstico Psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista**. São Paulo: Vetor, 2004

PAÍN, Sara. **Diagnostico e tratamento dos problemas de Aprendizagem**. Tradução Ana Maria Neto Machado. Porto Alegre: Artmed, 1985

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento Processo de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 10 Ed. São Paulo, Libertad: 2008.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

Eleuza Mendes de Moraes

Graduada em Pedagogia (FARES).

Licenciada em Geografia e Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional (FACETEN).

Mestre em Educação (UCDB).

Jesyca Renata de Moraes Brito Terminus

Graduada em Pedagogia, licenciada em história.

Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

Mestre, Doutora em Educação (UCDB).

Rômulo Terminus da Silva

Psicólogo. Pedagogo. Psicopedagogo Institucional e Clínico.

Mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação (UCDB).

Ph.D. Em Ciências da Educação (UNILOGOS).

RESUMO

Este artigo tem como foco principal investigar a presença da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade no Processo de Ensino e Aprendizagem nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e sua importância como instrumento facilitador no processo de ensino e aprendizagem e na prática pedagógica possibilitando solucionar as dificuldades em compreender os conteúdos escolares e permitir aprendizagem de funções sociais para a formação integral do aprendiz. Utilizando como pressupostos teóricos o resultado de uma ampla pesquisa bibliográfica tendo como referencial as concepções evidenciadas nas obras de Jean Piaget, Henry Wallon, Levi Vygotsky. Reconhecer que o processo educativo é o alicerce da cidadania e tem como produto a formação ampla das pessoas e não apenas sua instituição formal. São no ambiente escolar que se fortalece a afetividade, os laços cívicos, o respeito às diferenças, o conhecimento técnico e científico. O educador, portanto, é peça fundamental na consolidação desses valores. O trabalho desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa e descritiva.

Palavras-chave: ensino e aprendizagem; psicologia da educação; afetividade e cognição.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre: A Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade no Processo de Ensino e Aprendizagem nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Este trabalho de pesquisa teve como

objetivo geral: Coletar dados que comprovasse a importância da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Conforme estudiosos como: Jean Piaget, Henri Wallon e Vygotsky Antonio Damásio que mostra que a afetividade está intimamente correlacionada no cotidiano escolar contribuindo para a formação de funções mentais mais complexas, tanto no desenvolvimento real quanto no desenvolvimento proximal.

No primeiro momento será abordado as definições sobre a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade e sua relação pedagógica no ensino e motivação no ambiente educacional, em segundo as concepções dos teóricos, em seguida uma abordagem sobre o desenvolvimento humano.

Respalado por expressivos referenciais teóricos, a proposta de trabalho permite afirmar que a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade é fundamental para o desenvolvimento do educado, no convívio escolar tão quanto na vida familiar. É por isso que se diz que o desenvolvimento mental e psicológico é influenciado pela afetividade e pela expressão das emoções. E desta forma a afetividade funciona como elemento mediador na construção de funções mentais mais complexas: as ações vão adquirindo significados de acordo com as relações sociais que estão ocorrendo. A afetividade é um processo psicológico que tem muitas influências nessa modificação.

O trabalho desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

DEFINIÇÕES SOBRE AFETIVIDADE

(2002), discutindo o conceito de afetividade na obra de Wallon, diz-nos que a mesma está sempre relacionada aos estados de bem-estar e mal-estar do indivíduo, manifestando-se através das emoções, das paixões e dos sentimentos. A emoção é a forma de expressão da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade que se constitui em reações instantâneas e efêmeras que se diferenciam em alegria, tristeza, cólera e medo.

Segundo o dicionário técnico de Psicologia (CABRAL e NICK, 1999), afetividade é um termo utilizado para designar e resumir não só os afetos em sua acepção mais estrita, mas também os sentimentos ligeiros ou matizes de sentimentais de agrado ou desagradado, enquanto o afeto é definido como qualquer espécie de sentimento e (ou) emoção associada a ideias ou a complexos de ideias.

Dicionário Aurélio (1994), o verbete afetividade caracteriza um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor, insatisfação, de agrado ou

desagrado, de alegria ou tristeza.

Enquanto no dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano, essa palavra designa o conjunto de atos ou de atitudes como a bondade, a benevolência, a inclinação, a devoção, a proteção, o apego, a gratidão, a ternura, etc, que, no seu todo, podem ser caracterizados como a situação em que uma pessoa "preocupa-se com" ou "cuida de" outra pessoa ou em que esta responde, positivamente, aos cuidados ou a preocupação de que foi objeto focando a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade

A AFETIVIDADE NA PERSPECTIVA DE PIAGET

O aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual da criança na Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade, podendo acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento, além de determinar sobre que conteúdos a atividade intelectual se concentrará.

Piaget (1980) nos diz:

[...] a afetividade constitui a energética das condutas, cujo aspecto cognitivo se refere apenas às estruturas. Não existe, portanto, nenhuma conduta, por mais intelectual que seja, que não comporte, na qualidade de móveis, fatores afetivos; mas, reciprocamente, não poderia haver estados afetivos sem a intervenção de percepções ou compreensão, que constituem a estrutura cognitiva. A conduta é, portanto, uma, mesmo que, reciprocamente, esta não tome aquela sem consideração: os dois aspectos afetivo e cognitivo são, ao mesmo tempo, inseparáveis e irreduzíveis.

Para Piaget, a afetividade ou a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a Razão seria o que possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados, e obter êxito nas ações. Neste caso, não há conflito entre as duas partes. Porém, pensar a Razão contra a afetividade é problemático porque então dever-se-ia, de alguma forma, dotar a Razão de algum poder semelhante ao da afetividade, ou seja, reconhecer nela a característica de móvel de energia.

Segundo Piaget, os aspectos cognitivos e afetivos são inseparáveis e irreduzíveis, não há ação sem motivação e não há motivação sem ação, sendo que a ação depende de estruturas cognitivas e a motivação depende de todas as ligações anteriores vinda de sentimentos positivos ou negativos. É certo dizer que as emoções fazem parte dos seres humanos, por mais "evoluída" que seja a sociedade. Todo aprendizado transita por inúmeros sentimentos, como medo, ansiedade, curiosidade, insegurança, alegria, satisfação, realização, etc. A criança necessita estar preparada para experimentar tais emoções. Pois é diante destas que apresentará resultados

no seu desenvolvimento holístico.

A Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade também é concebida como o conhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem. Perceber o sujeito como um ser intelectual e afetivo, que pensa e sente simultaneamente, e reconhecer a afetividade como parte integrante do processo de construção do conhecimento, implica um outro olhar sobre a prática pedagógica, não restringindo o processo ensino-aprendizagem apenas à dimensão cognitiva.

Piaget destaca ainda os sentimentos de sucesso e de fracasso interferindo no desempenho e na aprendizagem, mas restringe esse efeito ao ritmo e não à estruturação que permite a aprendizagem. Salienta também que a inteligência e afetividade são de natureza diferente. A energética da conduta vem da afetividade e as estruturas vêm das funções cognitivas. O campo total engloba, ao mesmo tempo, o sujeito, os objetos e as relações entre sujeito e objetos. As estruturas vão se opor, assim, ao conteúdo, que é mais modulado pela afetividade. Ambos são fundamentais para que as condutas e as interações entre sujeito e objetos ocorram.

Ressaltando, ainda, que a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade existente em todos nós e deve ser valorizada e inserida em nossas ações do cotidiano, que possamos aprender a agir e interferir com razão e emoção, ponderosamente em nossas atitudes mais simples e rotineiras, buscando assim, um preenchimento completo das nossas necessidades vitais, procurando cada vez mais ser um Ser consciente e completo em nossas ações.

A afetividade, a princípio centrada nos complexos familiares, amplia sua escala à proporção da multiplicação das relações sociais, e os sentimentos morais [...] evoluem no sentido de um respeito mútuo e de sua reciprocidade, cujos efeitos de descentração em nossa sociedade são mais profundos e duráveis (PIAGET; INHELDER, 1990, p. 109).

Piaget (1976) afirma que a criança no início de sua vida não tem consciência do próprio eu e vive num processo de indiferenciação. Assim, a afetividade está basicamente centrada em seu próprio corpo e em suas próprias ações. Quando toma consciência de si suas relações tornam-se objetais, e o outro torna objeto de afeto. Com o passar do tempo ocorre os sentimentos espontâneos, que nascem das trocas entre as pessoas. Haverá simpatia em relação às pessoas que respondem aos interesses da criança e que a valorizam. O mesmo poderá ocorrer com antipatias.

É nas interações familiares que a criança forma seus primeiros juízos morais e de valor, tanto ao ser coagida e repreendida pelos pais, quanto ao receber estímulos positivos formadores dos primeiros afetos.

É indiscutível que o afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, em minha opinião, não é uma condição suficiente (PIAGET, 1962/1994, p.129).

WALLON E A TEORIA DAS EMOÇÕES

Para Wallon, a emoção e a inteligência são indissociáveis e potencializadas pela socialização, priorizar a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade nas interações ocorridas no ambiente escolar contribui para dinamizar o trabalho educativo.

A emoção é uma forma concreta de participação mútua, é uma forma primitiva de comunhão, que se apresenta nos ritos coletivos, que funde as relações interindividuais, que funde os indivíduos e as circunstâncias exteriores.

Paralelamente ao impacto que as conquistas feitas no plano cognitivo têm sobre a vida afetiva, a dinâmica emocional terá sempre um impacto sobre a vida intelectual e emocional do aluno no contexto da educação (WALLON apud GALVÃO, 2003).

A Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade tem um papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade da criança, que se manifesta primeiramente no comportamento e posteriormente na expressão. Almeida (1999, p. 42) ao mencionar Wallon diz que ele "atribui à emoção como os sentimentos e desejos, são manifestações da vida afetiva, um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano. Entende-se por emoção as formas corporais de expressar o estado de espírito da pessoa, este estado afetivo pode ser penoso ou agradável."

A teoria de desenvolvimento de Henri Wallon é um instrumento que pode ampliar a compreensão do professor sobre as possibilidades do aluno no processo ensino-aprendizagem e fornecer elementos para uma reflexão de como o ensino pode criar intencionalmente condições para favorecer esse processo, proporcionando a aprendizagem de novos comportamentos, novas ideias, novos valores focando a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade.

De acordo com Wallon (1975), o desenvolvimento da afetividade varia entre os movimentos afetivos e cognitivos, e a emoção é uma forma de exteriorização da afetividade que evolui como as demais manifestações, sob o impacto das condições sociais. A afetividade constitui um domínio funcional tão importante quanto à inteligência, são interdependentes para o desenvolvimento da criança, ou seja, a afetividade e a inteligência se desenvolvem juntas, uma complementa a outra. O educador precisa ter claro

isso para elaborar e desenvolver atividades estimulantes, que tenha como objetivo o desenvolvimento da criança nos dois aspectos.

Segundo Wallon (1975), a afetividade evolui desde o nascimento do indivíduo até a idade adulta. Na criança os estados afetivos estão vinculados à sua disposição e manifestações orgânicas, relacionadas aos estados de bem-estar, ou seja, conforto corporal e sensação de segurança, e de mal-estar, frio, fome, cólica, ou seja, sensação de mau-humor. Nota-se que a partir da influência do meio, os gestos da criança denominados orgânicos vão se transformando em expressões diferenciadas, surgindo então o período emocional dentro da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade. Seus movimentos não são mais de pura impulsividade, nem de necessidades primitivas, mas são reações orientadas e resultantes do ambiente social, ou seja, a criança está assimilando as orientações do meio ao qual está inserida, e isso colabora para o processo pedagógico, pois a criança está desenvolvendo a maturidade.

A AFETIVIDADE NA PERSPECTIVA DE LEV VYGOTSKY

Para Vygotsky (2003),

Quem separa o pensamento do afeto nega de antemão a possibilidade de estudar a influência inversa do pensamento no plano afetivo. [...] A vida emocional está conectada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciência de um modo geral. (VYGOTSKY apud ARANTES, 2003, p. 18-19).

Baseado na teoria de Vygotsky (2004), o professor é o mediador entre o sujeito e o objeto de estudo, interferindo no processo de aprendizagem, levando em conta aspectos da linguagem, cultura, processo de internalização, função mental e zona de desenvolvimento proximal e também a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade. O aluno aprende junto a outro o que produz o grupo social seja na linguagem, valores ou conhecimentos.

O professor deve ser, antes de tudo, um preparador emocional, acreditando no seu papel de transformador e na capacidade que o aluno tem de crescer e se desenvolver. Não existem fórmulas mágicas, que irão resolver todas as nossas dificuldades num piscar de olhos, que farão desaparecer de nossas classes os “alunos problemas”. A pretensão é bem mais modesta, mais exige trabalho e boa vontade de todos nós. O educador deve ter consciência e ser alertado da importância de um preparo emocional da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade além de sempre buscar ao aprimoramento e a atualização na sua área.

Demonstra a existência de um sistema dinâmico de significados em que o afetivo e o intelectual se unem. Mostra que cada idéia contém uma atitude afetiva

transmutada com relação ao fragmento de realidade ao qual se refere. Permite-nos ainda seguir a trajetória que vai das necessidades e impulsos de uma pessoa até à direção específica tomada por seus pensamentos, até o seu comportamento e a sua atividade (VYGOTSKY, 1989, p. 6-7 apud LA TAILLE, 1992, p. 77).

Com essa citação, além da crítica à divisão entre as dimensões cognitivas e afetivas do funcionamento psicológico, podemos afirmar que, Vygotsky sugere uma aparente anterioridade da ação – ou seja, da experiência direta, onde se encontra o fluxo desenfreado de nossos anseios, necessidades, etc. – ao pensamento generalizante - função psicológica superior que ordena as representações mentais, dadas culturalmente, do mundo real -, que se desfaz ao advertir sobre a existência do processo inverso; ou seja, vê o afetivo como força volitiva para o cognitivo, e este como regulador do primeiro.

No tocante à consciência, visando combater o reducionismo comportamentalista, por um lado, e o idealista, por outro, que respectivamente ora associa a consciência a processos elementares (como percepções sensoriais e reflexos), ora a um estado interior preexistentes, Vygotsky concebe a partir de sua dimensão social, a qual a dimensão individual é derivada e secundária, como “organização objetivamente observável do comportamento, que é imposta aos seres humanos através da participação em práticas socioculturais”, por sucessivos processos de internalização que não se restringem à mera cópia da realidade externa num plano interior já existente.

A Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade surge à medida que os seres humanos estabelecem relações entre si e com a natureza, ocasião em que vivenciam emoções e sentimentos, isto é, reagem afetivamente aos acontecimentos. O desenvolvimento do ser humano e a consciência de si vão sendo construída pelo sujeito nas suas relações com o outro. O papel da afetividade processo de desenvolvimento da personalidade da criança é imprescindível, já que se manifesta primeiramente no comportamento e posteriormente na expressão. Além disso, a afetividade desempenha um papel fundamental na interação social da criança. Vygotsky diz ainda que o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (VYGOTSKY, 1991 p. 101) Desta forma não seria válido estudar as dificuldades de aprendizagem sem considerar os aspectos afetivos. Avaliar o estágio de desenvolvimento, ou realizar testes psicométricos não supre de respostas as questões levantadas. É necessário fazer uma análise do contexto emocional, das relações afetivas, do modo como a criança está situada historicamente no mundo.

A AFETIVIDADE NA ESCOLA

A Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade também é concebida como o conhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem. Perceber o sujeito como um ser intelectual e afetivo, que pensa e sente simultaneamente, e reconhecer a afetividade como parte integrante do processo de construção do conhecimento, implica um outro olhar sobre a prática pedagógica, não restringindo o processo ensino-aprendizagem apenas à dimensão cognitiva.

Piaget destaca ainda os sentimentos de sucesso e de fracasso interferindo no desempenho e na aprendizagem, mas restringe esse efeito ao ritmo e não à estruturação que permite a aprendizagem. Saliencia também que a inteligência e afetividade são de natureza diferente. A energética da conduta vem da afetividade e as estruturas vêm das funções cognitivas. O campo total engloba, ao mesmo tempo, o sujeito, os objetos e as relações entre sujeito e objetos. As estruturas vão se opor, assim, ao conteúdo, que é mais modulado pela afetividade. Ambos são fundamentais para que as condutas e as interações entre sujeito e objetos ocorram.

Ressaltando, ainda, que a afetividade existente em todos nós deve ser valorizada e inserida em nossas ações do cotidiano, que possamos aprender a agir e interferir com razão e emoção, ponderosamente em nossas atitudes mais simples e rotineiras, buscando assim, um preenchimento completo das nossas necessidades vitais, procurando cada vez mais ser um Ser consciente e completo em nossas ações.

A relação entre inteligência e a Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade, razão e emoção no desenvolvimento do aluno e no contexto da educação estão inteiramente ligadas ao desempenho escolar. Pois o desenvolvimento é um processo contínuo e a afetividade tem um papel imprescindível nesse processo de desenvolvimento do aluno, no entanto, o meio deve proporcionar relações de afetividade entre pais e filhos, professores e alunos.

Depois da família, a escola é a instituição na qual se inicia a socialização entre as crianças. Assim, a principal razão de ser da escola deixa de ser exclusivamente a aprendizagem dos alunos. A interação social, mediada pela afetividade, dá essa sustentação ao papel da socialização. A dimensão afetiva é um importante fator a ser considerado quando pretendemos compreender o desenvolvimento da aprendizagem da criança. É indiscutível a importância da afetividade para o processo educacional. Pesquisas recentes têm demonstrado que afetividade e inteligência caminham juntas no processo de construção da personalidade da criança, conseqüentemente, essa relação tem influências sobre a aprendizagem escolar.

A educação seja ela no âmbito escolar ou em qualquer ambiente de aprendizagem, tem buscado aprimorar seus conceitos e metodologias no sentido de propiciar ao integrante do processo educacional a assimilação adequada daquilo que lhe é ensinado e da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade, fato que tem sido alvo de constantes discussões e reflexões entre agentes educacionais e teóricos do assunto para que se consiga organizar o processo de aprendizagem de forma mais objetiva para a aquisição do conhecimento pelo indivíduo envolvido nesse processo.

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volutiva. Desta forma não seria válido estudar as dificuldades de aprendizagem sem considerar os aspectos afetivos.

Na aprendizagem escolar há influência de fatores afetivos sociais, tais como os que suscitam a motivação para o estudo, os que afetam a relação professor-aluno, os que interferem nas disposições emocionais dos alunos para enfrentar as tarefas escolares, os que contribuem ou dificultam a formação de atitudes positivas dos alunos frente às suas capacidades e frente aos problemas situações da realidade e do processo de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 2008, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do presente artigo tratou da importância da Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade no Processo de Ensino e Aprendizagem nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, e revela que o espaço escolar é propício para o desenvolvimento das relações e expressões de afetividade visto que o mesmo sempre vai estar presente no processo de desenvolvimento do indivíduo, manifestando-se nas suas expressões emocionais. Assim a emoção acompanha as ações motoras e cognitivas, funcionando como elemento mediador para a aprendizagem do sujeito, então é um fator importantíssimo que estar relacionado também para que se obtenha um melhor desenvolvimento da personalidade enquanto ser histórico ativo de sua vida.

Quando as pessoas partilham uma relação social elas atribuem significação a determinadas emoções. É por isso que um choro às vezes pode representar tristeza ou alegria, um tapa nas costas pode ser um carinho ou uma agressão, um grito pode amedrontar ou animar assim os significados das emoções são partilhados nas relações sociais. A Psicologia da Educação no Desenvolvimento da Afetividade tem então, origens orgânicas e sociais, mas se transforma nas relações com os outros. A relação entre inteligência e afetividade, razão e emoção no desenvolvimento do aluno e no contexto da educação estão inteiramente ligadas ao desempenho escolar por meio de um

processo psicológico básico para o desenvolvimento mental e social do indivíduo, o desenvolvimento é um processo contínuo e a afetividade tem um papel imprescindível nesse processo de desenvolvimento do aluno, no entanto, o meio deve proporcionar relações de afetividade entre professores e alunos.

A pesquisa cumpriu seus objetivos, onde foi possível mostrar de forma pedagógica a psicopedagogia como ferramenta para solucionar questões de aprendizagem no ensino fundamental, e pode contribuir com o aprendizado cognitivo do aluno, e podem levar o aluno a desenvolver de forma positiva sua coordenação motora, a afetividade, o cognitivo, convivência social, entre outros, na escola.

Portanto, o professor tem que ser equilibrado emocionalmente na sala de aula, pois a inteligência costuma ceder aos caprichos da emoção, o grande desafio é manter o equilíbrio entre a razão e a emoção, para que o estado emocional não implique em exercer determinada atividade cognitiva, podendo assumir um papel de instrumento facilitador no processo de ensino-aprendizagem e para as relações de professor-aluno, uma vez que à escola e principal lugar onde essas relações acontece de maneira evolutiva a relação com o professor pode ser um fator externo que influenciará e pode ser determinante para o sucesso ou fracasso durante toda a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abujamra Daeir, Celia E. A. Di Piero. 2º Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Almeida, A. R. S. (2002). O que é afetividade? Reflexões para um conceito. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br. Acessado em: 09.11.2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LA TAILLE, Piaget, J. (1980). A psicologia da criança. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética/Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética; Jean Piaget; traduções de Nathanael C. Caixeiro, Zilda.

VYGOTSKY, 1991. VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

Wadsworth, B. J. (1993). Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget. 2. ed. – São Paulo: Pioneira.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 1968. Y. (Org.) Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. p. 75-84.

Jesyca Renata de Moraes Brito Terminelis

Graduada em Pedagogia, licenciada em história.
Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica,
Mestre, Doutora em Educação (UCDB).

Eleuza Mendes de Moraes

Graduada em Pedagogia (FARES).
Licenciada em Geografia e Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional (FACETEN).
Mestre em Educação (UCDB).

Rômulo Terminelis da Silva

Psicólogo. Pedagogo. Psicopedagogo Institucional e Clínico.
Mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação (UCDB).
Ph.D. Em Ciências da Educação (UNILOGOS).

RESUMO

O estudo sobre a utilização da psicopedagogia como ferramenta para solucionar questões de aprendizagem no ensino fundamental, inserindo a temática no contexto escolar, destaca as habilidades para trabalhar as dificuldades de aprendizagem, ressaltando a importância deste profissional, para assessorar a coordenação pedagógica, professores e pais melhorando a qualidade do ensino. Lembrando que o professor é uma grande ferramenta de um processo satisfatório, pois não adianta somente um trabalho de um profissional e sim de uma equipe multiprofissional com foco na criança, proporcionando um trabalho preventivo, com inovações das práticas. Dessa forma, tem-se como finalidade neste artigo, discutir a importância do Psicopedagogo no contexto escolar através de sua atuação. O trabalho desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

Palavras-chave: psicopedagogia; ensino fundamental; dificuldades de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre: O estudo sobre a utilização da psicopedagogia como ferramenta para solucionar questões de aprendizagem no ensino fundamental. A Psicopedagogia como ferramenta nasceu da

necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, ou seja, contribuir na busca de soluções para a difícil questão da aprendizagem. Sabemos que é uma temática que deve ser olhada como atividade do indivíduo ou grupos, que mediante a incorporação de informações e desenvolvimento de experiências, promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal dos quais revertem no manejo instrumental da realidade.

O objetivo geral da pesquisa está em: analisar a utilização da psicopedagogia como ferramenta educacional para solucionar dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental, na busca de novos saberes e no desenvolvimento do protagonismo estudantil.

A psicopedagogia é um campo de conhecimento e atuação em saúde e educação enquanto a prática clínica, tem que se transformado em campo de estudos para investigadores interessados no processo de construção do conhecimento e nas dificuldades que apresentam nessa construção. Com a prática preventiva, busca construir uma relação saudável como conhecimento e modo a facilitar a sua construção.

A prática psicopedagógica prevê além da atuação em clínicas, a atuação em instituições. De modo geral, o atendimento clínico visa intervir em situações de insucessos que já s apresentam instaladas. A atuação institucional ocorre, geralmente, em instituições de ensino, empresas, organizações assistenciais. Esta forma de atuação apresenta um caráter preventivo que visa evitar ou minimizar possível situações de insucessos. O objeto de estudo está em: Como a utilização da psicopedagogia como ferramenta educacional pode contribuir para solucionar dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental, na busca de novos saberes e no desenvolvimento do protagonismo estudantil?

Assim diante desta e de outras considerações, o interesse pelo tema de psicopedagogia amplia-se e articula-se à experiência de uma das pesquisadoras que atua como professora universitária e coordenadora de curso de psicopedagogia em uma instituição particular de ensino. Nesta perspectiva, o presente estudo ao pretender desenvolver uma investigação sobre a atual prática do psicopedagogo utilizou como referencial além de um levantamento bibliográfico sobre o tema, uma investigação com professores que também são psicopedagogos e que estejam atuando em diferentes instituições de ensino públicas e particulares.

O trabalho desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

ASPECTO PSICOPEDAGÓGICOS – NO ENSINO FUNDAMENTAL

A psicopedagogia institucional é o trabalho dentro da escola, com a finalidade de ajudar crianças e adolescentes a resolverem seus problemas na vida escola. Além de orientar a criança o psicopedagogo institucional poderá orientar os pais que passam por problemas familiares. Os psicopedagogos são, portanto, profissionais preparados para a prevenção, diagnósticos e tratamento dos problemas de aprendizagem escolar.

A psicopedagogia se ocupa de um sujeito que aprende, assim com a psicanálise se ocupa de um sujeito que deseja e a epistemologia genética de um sujeito que conhece. “o ponto moral de sua abordagem não se detém a inteligência, mas a articulação entre o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo, numa relação com um de outro, que constitui o terreno onde o ensino-aprendizagem acontece” (FERNANDEZ, 1992, p.97).

A autonomia do pensamento, possível e necessária para que uma pessoa tenha contato com a faculdade humana mais apreciada que é a liberdade, constitui o objeto desta psicopedagogia. As situações nas quais um ser humano, dotado para conhecer e aprender resigna esta possibilidade aprisionando sua inteligência, constitui o drama de onde emana esta nova disciplina que chamamos psicopedagogia.

Cavicchia em uma abordagem sobre o trabalho psicopedagógico tece algumas considerações sobre a configuração clínica assumida pela prática psicopedagógica, citando:

Este aspecto de trabalho psicopedagógico requer uma atitude de investigação e de intervenção, própria da abordagem clínica no tratamento das questões pedagógicas, ponto em destaque a importância do diagnóstico nessa tarefa. Do ponto de vista metodológico, a observação aparece como o instrumento principal de trabalho, complementada pelo domínio de referenciais teóricos apropriados à interpretação das situações e/ou fenômenos observados (1996, p. 109).

Deste modo, a psicopedagogia implica, também, uma metodologia específica de trabalho. Essa metodologia precisa levar em conta, necessariamente, o contexto em que se desenvolve a ação pedagógica: família, escola, comunidade. No caso da instituição de educação infantil é preciso levar em conta não apenas as características dos educadores e da própria instituição.

Na escola, devem-se favorecer experiências que complementem e enriqueçam o que as crianças possam ter fora da escola; pode-se conseguir isso ao fazer uma análise concreta da situação do contexto familiar e social das crianças em relação ao conteúdo e atividades propostas pelo professor. Na educação no ensino fundamental, é importante, também, considerar os aspectos afetivos e relacionais que possibilitarão às crianças sentirem-se bem na escola, terem vontade de aprender e de participar das atividades

propostas.

As relações entre a família e o centro educativo (escola) devem proporcionar aos pais e mães compreender, aceitar e valorizar o trabalho dos professores e equipe psicopedagógicas encarregadas da ação educativa.

É preciso ressaltar que o trabalho psicopedagógico realizado em instituições obriga o psicopedagogo a situar-se numa perspectiva interdisciplinar, para poder compreender os problemas que se apresentam. Nesse sentido Cavicchia salienta “outra dimensão significativa do trabalho psicopedagógico na instituição de educação e o seu caráter preventivo. Na perspectiva preventiva, pensar a escola à luz da psicopedagogia ‘implica nos debruçarmos sobre a formação do professor’ [...]” (1996, p.209).

A práxis pedagógica é entendida como o conhecimento dos processos de aprendizagem nos seus aspectos cognitivos, emocionais e corporais. Pressupõe, também, a atuação tanto no processo normal do aprendizado como na percepção de dificuldades (diagnósticas) e na interferência no planejamento das instituições e no trabalho reeducação.

Para Lucia Monteiro (2009) os psicopedagogos são profissionais preparados para atender crianças ou adolescentes com problemas de aprendizagens, atuando, como já foi citado, na sua prevenção, diagnóstico e tratamento clínico ou institucional. O psicopedagogo poderá atuar em escolas e empresas (psicopedagogia clínica). Com a sua formação, procura-se compensar as lacunas detectadas na formação inicial, tanto dos psicólogos como dos pedagogos, com abordagens e aprofundamento de aspectos teóricos e práticos, específicos para a realização de tarefas tipicamente psicopedagógicas, tarefas essas que implicam o trato com uma gama de conflitos presentes no cotidiano escolar, na demanda clínica, nos programas sociais nas políticas e outros.

Nessa formação busca-se coletar e integrar as contribuições de diferentes campos do conhecimento, principalmente dos campos de conhecimentos psicológicos e educativos. Deste modo, a sua formação exige o domínio de conhecimentos e atribuições de diferentes âmbitos da Psicologia, das Ciências, da Educação e outras, pois o contato com a pluralidade de cultura da vida cotidiana do professor possibilita diferentes trajetórias no trabalho desse profissional.

O campo de trabalho do Psicopedagogo é caracterizado pelo processo de aprendizagem e de desenvolvimento das pessoas, como aprendem e se desenvolvem, as dificuldades, os problemas, como também, as intervenções educativas que devem ocorrer nessa relação pedagógica. Essa intervenção psicopedagógica é um mecanismo educativo que visa à articulação adequada das atividades escolares de ensino e de aprendizagem, às necessidades de formação integral e de desenvolvimento dos alunos.

A atuação do Psicopedagogo na instituição visa fortalecer a identidade, bem como o resgate das raízes dessa instituição, ao mesmo tempo em que procura sintonizá-la com a realidade que está sendo vivenciada no momento histórico atual, buscando adequar essa escola às reais demandas da sociedade. Durante todo processo educativo, procura

investir numa concepção de ensino e aprendizagem que: a) fomente interações interpessoais; b) incentive os sujeitos da ação educativa a atuarem considerando integralmente a bagagem intelectual e moral; c) oriente e interaja com o corpo docente no sentido de desenvolver mais o raciocínio do aluno, ajudando-o a aprender, a pensar e a estabelecer relações entre os diversos conteúdos trabalhados; e d) reforce a parceria entre escola e família, entre outros.

Nesse sentido, o material didático adotado, após criteriosa análise, deve ser utilizado como orientador do trabalho do professor e nunca como único recurso de sua atuação docente. Com certeza, se almejarmos contribuir para a evolução de um mundo que melhore as condições de vida da maioria da humanidade, nossos alunos precisam ser capazes de olhar esse mundo real em que vivemos, interpretá-los, decifrá-lo e nele ter condições de interferir com segurança e competência. Para tanto, juntamente com a equipe escolar, o pedagogo estará mobilizando na construção de um espaço concreto de ensino-aprendizado que proporcione um ambiente capaz de intensificar as capacidades cognitivas, sociais e esportivas que estão surgindo nas crianças.

Todo profissional que trabalha com criança sente que é indispensável haver um espaço e tempo para as crianças brincar e assim melhor se comunicar e se revelar: o médico que cria jogos com objetos do consultório, o vendedor que provoca com o comprador-mirim, o professor que possibilita situações lúdicas em sala de aula etc., são formas claras dessa situação. No trabalho psicopedagógico, chega-se as mesmas conclusões, quer seja no diagnóstico, quer no tratamento. Emprega-se a palavra lúdico ao longo do texto no sentido do processo “jogar”, “brincar”, “representar” e “dramatizar” como condutas semelhantes no ensino fundamental.

Segundo oliveira (1984) as crianças ensinam que uma das maiores qualidades do brinquedo é a sua não-seriedade. O brinquedo não é sério para as crianças, porque permite a elas fazer fluir sua fantasia, sua imaginação. Justamente, por não ser sério ele se torna importante. É a não seriedade que da seriedade ao brinquedo. Brincar não é apenas uma forma de recreação. Chateau (1987) diz que o jogo é sério, tendo quase sempre regras rígidas, incluindo fadigas e às vezes levando a criança ao esgotamento.

O brinquedo é para o aluno uma ponte para seu imaginário, um meio pelo qual pode externar suas emoções e criações. Brincando ela nega o empirismo comum nos adultos. Aquilo que é não e. Um carrinho não e apenas um carrinho. É tudo aquilo que sua imaginação quiser. A riqueza do brinquedo reside, então, em sua capacidade de instigar a imaginação infantil e não na capacidade de imitar gestos, informações ou atividades vinculadas na situação de brinquedos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que hoje, a imagem de infância é enriquecida, também, com auxílio de concepções psicológicas e pedagógicas, que reconhecem o papel de brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento do aluno.

Moyles em análise sobre necessidades de aprendizagem do papel do professor considera o brincar como “um processo e modo que proporciona uma ética da aprendizagem em que as necessidades básicas de aprendizagem das crianças podem ser satisfeitas” (2002, p.36). Ainda, segundo a autora, essas necessidades incluem as oportunidades citadas a seguir, dentre outras: de praticar, escolher, preservar, imitar, imaginar, dominar, adquirir competências e confiança, adquirir novos conhecimentos, habilidades, pensamentos e entendimentos coerentes e lógicos, conhecer e valorizar a si mesmo e as próprias forças, entender as limitações pessoais, e de ser ativo dentro de um ambiente seguro que encoraje e consolide o desenvolvimento de novos valores sociais.

Como se pode observar, a educação no ensino fundamental deve proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens devem ser orientadas de forma integrada e interdisciplinar que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relações interpessoais, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança e o acesso pela criança aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação baseada na afetividade, motivação e dentro de princípios pedagógicos corretos, poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação do conhecimento das potencialidades, corporeidades afetivas, emocionais, estéticas e éticas na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes, capazes de desenvolver atividades relativas ao corpo, à sensibilidade, à imaginação, como música, expressão corporal, poesia, desenho e trabalho manual.

UTILIZAÇÃO DA MOTIVAÇÃO

A motivação continua sendo um complexo tema para a Psicologia e particularmente para as teorias de aprendizagem e ensino. Atribui-se à motivação tanto a facilidade quanto à dificuldade de aprender. Atribui-se as condições motivadoras o sucesso ou o fracasso dos professores ao tentar ensinar algo a seus alunos. E, apesar de dificilmente detectarmos o motivo que subjaz a algum tipo de comportamento, sabemos que sempre há algum (BOCK; FUTADO; TEIXEIRA, 1997).

A motivação é, portanto, o processo que mobiliza o organismo para a ação, a partir de uma relação estabelecida entre o ambiente, a necessidade e o objeto de satisfação. Isso significa que, na base da motivação, está sempre um organismo que apresenta uma necessidade, um desejo, uma intenção, um interesse, uma vontade ou uma predisposição para agir. Na motivação está também incluindo o ambiente que estimula o organismo e que oferece o objeto de satisfação. E, por fim, na motivação está incluindo o objeto que aparece como a possibilidade de satisfação da necessidade.

Para ensinar não basta ter conhecimento de uma série de metodologias de ensino, optando por esta ou aquela, é preciso compreender o próprio aluno: as características de sua personalidade, a etapa de desenvolvimento motor, emocional, cognitivo e social, na qual ele se encontra

bem como a maneira como aprende.

Neste último caso, se quisermos entender as ações individuais ou coletivas de nossos alunos dentro do processo de aprendizagem, é de suma importância que nos lembremos do princípio psicológico, segundo o qual nenhum comportamento existe sem uma causa motivadora que o determine (AZZI; SADALLA, 2002).

Para Cramer e Castle, “O papel dos professores de desenvolver e manter atitudes positivas, bem como mudar as atitudes negativas de seus alunos com relação à alfabetização, é crucial nas escolas de hoje” (2001, p.221).

Segundo Abreu (2001) a atuação do professor que busca apoiar afetivamente seus alunos exige uma atitude de acolhimento, tanto nos aspectos estritamente didáticos quanto nos de relação interpessoal. Na verdade, estes são dois aspectos distintos: aparecem juntos na sala de aula e determina-se mutuamente. Este acolhimento requer do professor a utilização de conhecimento do campo da didática, para propor e apoiar seus alunos nas situações de aprendizagem relativas às áreas de conhecimentos sobre mecanismos sociológicos, culturais e psicológicos, que estão envolvidos no “desejo de saber e na decisão de aprender” para subsidiar a reflexão sobre as representações pessoais que faz dos alunos e a forma como se relaciona com eles.

Segundo Abreu (2001) a escola coloca seus alunos em contato com o que não sabem e com o desafio de aprender. Se eles não tiverem autoconfiança bem estabelecida, se não experimentarem o sucesso e a tranquilidade para “ousar” e aprender, se não puderem contar com o acolhimento do professor, a escola poderá desencadear um estresse insuportável, digno de gerar recusa. A motivação significa para os estudantes aquilo que recebem na aprendizagem como uma causa que é possível, que eles desejam realizar.

AFETIVIDADE E A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

A organização dos tempos e dos espaços da escola reflete a concepção pedagógica adotada pelo coletivo. Ela permite situar a escola em um espaço de trabalho mais rico, flexível e democrático, abrindo novas possibilidades pedagógicas e de interação, com o envolvimento de alunos, professores e da própria comunidade (MIRANDA, 2000).

Considerando a relevância da educação e afeto, Tisatto e Simadon afirmam: O processo de construção de um relacionamento não acontece de forma mágica. As observâncias de alguns princípios norteadores são fundamentais nessa construção como, por exemplo, reconhecer que todas as pessoas são merecedoras da confiança, da amizade e do respeito dos autores (2002, p.42).

Respectivamente essa relação é estabelecida consigo mesma e com os outros, na tentativa de satisfazer as próprias necessidades, amadurecer e realizar-se. Dantas refere-se à afetividade e a construção do sujeito na

psicogenética de Wallon escrevendo: “A dimensão afetiva ocupa lugar central tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento” (1992, p.85).

Já segundo Rossini (2001) a afetividade domina a atividade pessoal na esfera instintiva, nas percepções, na memória, no pensamento, na vontade, nas ações, na sensibilidade corporal, e no complemento do equilíbrio e da harmonia da personalidade. Na concepção de Wallon (1962 apud DANTAS, 1992), a emoção constitui também uma conduta com profundas raízes na vida orgânica: os componentes vegetativos dos estados emocionais são bem conhecidos, a caracterização que apresenta a atividade emocional é complexa e paradoxal; ela é simultaneamente social e biológica em sua natureza: realiza a transição entre o estado orgânico do ser e a sua etapa cognitiva, racional, que só pode ser atingida através da mediação cultural, isto é, social. A consciência afetiva é a forma pela qual o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde a sua primeira manifestação.

Pelo vínculo mediato que instaura com o ambiente social, ela garante o acesso ao universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo de sua história. Dessa forma é ela que permitirá a tomada de posse dos instrumentos com os quais, trabalha a atividade cognitiva. Neste sentido, ela da origem.

Assim, na concepção de Oliveira (2000) tem grande relevância um olhar sobre a gestão em sala de aula. Conforme ela escreveu: A sala de aula é um espaço em construção cotidiana, onde professores e alunos interagem mediados pelo conhecimento. Desafiadora instigante, espaço de desejo, de negociação ou resistência, a sala de aula é reveladora de nossos acertos ou de nossos conflitos.

Torná-la um espaço de construção de experiências educativas relevantes para professores e aluno é uma das questões desafiantes para nós educadores (p.61).

A mobilização para o conhecimento na opinião de Vasconcellos (1995) é uma tarefa pedagógica, por sua especificidade, implica que num determinado espaço, um determinado grupo de sujeitos se debruce sobre um determinado objeto de conhecimento que o professor propõe e torne-se objeto de conhecimento para o aluno, é necessário que o aluno, enquanto ser ativo que é, esteja mobilizado para isto, dirija sua atenção, seu pensar, seu sentir, seu fazer sobre o objeto do conhecimento (ação intencional).

É preciso uma “temperatura afetiva”, uma espécie de catalisador do processo de construção do conhecimento. A criança só aprende dentro de um vínculo afetivo. O desenvolvimento é inaugurado pela afetividade e não pela inteligência; de forma análoga a metodologia dialética começa pela mobilização (VASCONCELLOS, 1995).

Os pressupostos descritos evidenciam a relevância da dimensão afetiva na construção do sujeito e na construção do conhecimento. Na concepção de Wallon, “a emoção é o primeiro e mais forte vínculo entre os indivíduos. É fundamental observar o gesto, a mímica, o olhar, a expressão facial, pois são constitutivas da afetividade emocional (1962, apud DANTAS,

1992, p.65). Como se pode observar a afetividade deve ser constante nas relações professor/aluno.

Evidencia-se a presença contínua da afetividade nas interações sociais, além de sua influência permanente nos processos de desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, pode-se pressupor as interações que ocorrem no contexto escolar também são marcadas pela afetividade em todos os seus aspectos. A afetividade se constitui como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos (alunos) e os diversos objetos de conhecimento, bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas.

Embora a escola seja um local onde o compromisso maior que se estabelece é com o processo de transmissão/produção de conhecimento, pode-se afirmar que “as relações afetivas se evidenciam, pois a transmissão do conhecimento implica, necessariamente, uma interação entre pessoas. Portanto, na relação professor/aluno, uma relação de pessoa por pessoa, o afeto está presente” (AZZI; SADALLA, 2002, p.107).

É importante destacar que a afetividade não se restringe apenas ao contato físico. Como salienta Dantas (1992), conforme a criança vai se desenvolvendo, as trocas afetivas vão ganhando complexidade. Adequar a tarefa às possibilidades do aluno, fornecer meio para que realize a atividade confiando em sua capacidade, demonstrar atenção às dificuldades e problemas, são maneiras bastantes refinadas de comunicação.

A relação que caracteriza o ensinar e o aprender transcorre a partir de vínculos entre as pessoas e inicia-se no âmbito familiar, através de vínculo afetivo, sendo que nos anos iniciais, a criança vai tendo acesso ao mundo simbólico e, assim conquistando avanços significativos no âmbito. Nesse sentido, para a criança, torna-se importante e fundamental o papel do vínculo afetivo que vai ampliando-se, e a figura do professor surge com grande importância na relação de ensino aprendizagem, na pré-escola e séries iniciais.

Segundo Vasconcellos “o professor, consciente de sua afetividade, deve estar atento para não entrar, por exemplo, no esquema de “agüentar` demais, ser ‘paciente’ demais: não adianta; uma hora vai estourar, às vezes em cima de alguém que nem sabe o porquê” (1995, p.89).

Porém, a função da escola não é primordialmente afetiva. Mais do que uma “comunidade”, onde as pessoas se escolhem e a vida coletiva é baseada em afetos, a escola deve ser uma “sociedade”, isto é, um lugar onde se aprendem as regras da vida em comum, onde se trabalha com objetivos bem definidos, onde se procura que cada um vá o mais longe possível no seu desenvolvimento (NÓVOA, 2003).

No processo ensino-aprendizagem o papel do professor é importantíssimo, ele é o mediador entre a escola e o meio no qual ela se encontra inserida a partir da prática permanente de algo fundamental para a instauração de uma educação emancipatória e democrática: o diálogo. Pois a educação infantil exige mediação pedagógica na linguagem da criança de forma que ela entenda através de experiências lúdicas que favoreçam a

assimilação gradativa dos princípios norteadores, pelo teatro, história, espaços criativos, brinquedos, a tensão e amorosidade.

Rossini (2001) observa que no dia a dia é que a afetividade serve de base para a construção do conhecimento racional. Para ela, as crianças que possuem uma boa relação afetiva são seguras, têm interesse pelo mundo que as cerca, compreendem melhor a realidade e apresentam bom desenvolvimento intelectual. Portanto, aprender deve estar ligado ao ato afetivo de ser gostoso e prazeroso.

Segundo Rebelatto (2001) a emoção se constitui, também, conduta com profundas raízes na vida orgânica: os componentes vegetativos dos estados emocionais são também conhecidos. Wallon nos diz: "A educação da emoção deve ser incluída entre os propósitos da ação pedagógica, o que supõe o conhecimento íntimo do seu modo de funcionamento" (1962, apud DANTAS, 1992, p.71).

Com a educação emocional criamos um vínculo afetivo muito grande: é quando acontece um comprometimento mútuo entre professor e aluno, respeitando a individualidade de cada um deles, enquanto pessoa. As emoções fazem parte do cotidiano das nossas escolas. A todo instante vivenciamos uma experiência emocional que se manifesta de diversas maneiras, com suas características próprias. Um exemplo é bem claro: alguns choram de dor ou tristeza, outros de alegria.

Nóvoa, um renomado educador português, em abordagem sobre a formação integral, apresenta o seguinte pensamento: "Ninguém duvida da importância de formar a pessoa na sua incerteza. As recentes descobertas das neurociências reconfortam-nos na impossibilidade de separar a consciência, as emoções e o sentimento. Pensamos com o corpo e sentimos com a inteligência" (2003, p.63).

Analisando os diferentes enfoques sobre afetividade e a relação professor/aluno pode se afirmar que o professor é responsável por criar um ambiente alegre que facilite a espontaneidade, a comunicação dialógica com experiências diversificadas e enriquecedoras para que as crianças possam fortalecer sua autoestima e desenvolver sua capacidade.

O papel do professor centraliza-se na provocação de oportunidade, de descobertas, através de uma espécie de facilitação aberta e inspirada, de estimulação do diálogo de ação conjunta e da co-construção do conhecimento pela criança. Uma vez que a descoberta intelectual é, supostamente, um processo essencialmente social, o professor auxilia o mesmo quando as crianças menores aprendem a ouvir os outros, a levar em consideração seus objetivos e ideias e a se comunicar com sucesso (EDWARDS, 1999).

É importante salientar que o professor não precisa e não deve ser um ditador de ordens, porém limites e controles da classe é de suma importância. Como refere Bassedas: Quando a interação educativa ocorre dentro de uma estrutura flexível e, por sua vez, segura, não há dúvida de que o trabalho do professor se reduz consideravelmente. Em outras palavras: ainda que, no começo seja bastante custoso estabelecer normas de funcionamento, certas

pautas para todos se organizarem, logo que isso seja assumido, a professora libera-se de uma parte considerável de seu trabalho, ao mesmo tempo que permite os pequenos ganharem uma autonomia de ação (1999, p.133).

É relevante evidenciar, que isso tem uma importância própria, uma vez que a interação educativa inclui a função de gestão e controle da aula, absolutamente necessário para alcançar as metas que dão sentido ao trabalho do ensino. A diversidade dos alunos, o seu autocontrole incipiente, a diversidade de propostas que precisam ser adaptadas às suas características e necessidades próprias e outros fatores podem dar aos professores a impressão de atordoamento, de uma tarefa que transborda pelas circunstâncias, ou seja, sentirem-se a ponto de perder o controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo permitiu repensar sobre o estudo sobre a utilização da psicopedagogia como ferramenta para solucionar questões de aprendizagem no ensino fundamental e a influência da afetividade no processo ensino-aprendizagem no contexto escolar, familiar e sociedade.

A psicopedagogia tem grande importância para o desenvolvimento de uma educação significativa, implica atividades que tenham relevância para o aluno e para o educador. Com pensamentos desta forma, o educador sempre deve utilizar estratégias aliadas à afetividade e motivação que provoquem o desenvolvimento intelectual e autonomia dos alunos.

O professor requer uma série de estratégias organizativas e metodológicas em sala de aula. Estratégias capazes de guiar sua intervenção pedagógica de modo que facilite o desenvolvimento do espírito crítico, da comunicação. De modo que, os conteúdos desenvolvidos propiciem às crianças construir seus conhecimentos, em interação com os demais membros da sala de aula, da sua própria realidade.

A pesquisa cumpriu seus objetivos, onde foi possível mostrar de forma pedagógica a psicopedagogia como ferramenta para solucionar questões de aprendizagem no ensino fundamental, e pode contribuir com o aprendizado cognitivo do aluno, e podem levar o aluno a desenvolver de forma positiva sua coordenação motora, a afetividade, o cognitivo, convivência social, entre outros, na escola.

Conclui-se que a prática pedagógica deve realizar-se numa situação dialógica entre professor/aluno/família. A interferência do professor deve caracterizar-se pela sensibilidade, preparo técnico-científica, motivação, diálogo e ludicidade. As práticas pedagógicas devem permitir que a criança desenvolva amplamente o seu potencial criador, a sociabilidade, a afetividade, a imaginação e a espontaneidade.

Em síntese, acredita-se que a relação professor/aluno se dá através da afetividade e é de suma importância no processo educativo. As práticas pedagógicas devem ser planejadas, refletidas, motivadas, tendo em vista o perfil do nosso aluno de hoje. Lembrando que um professor afetivo age com a emoção e ensina com a razão.

Considera-se dessa forma a importância do papel que o psicopedagogo tem na escola. Faz-se necessário que o psicopedagogo tenha um olhar clínico; esteja sempre disposto em contribuir junto ao professor e sua família, estando presente sempre com intuito de verificar e compreender ambas as partes, tanto a escola quanto a família.

O psicopedagogo sem sombra de dúvidas deve compreender e saber que a criança interage, troca conhecimentos, mas na maioria das vezes ela precisa através dessas trocas somar forças. Tanto a família quanto a escola são dois pontos de apoio a ela, esses dois pontos devem estar juntos, balanceados, cada um com sua função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ana Rosa. Acolhimento: uma condição par aprendizagem. **Revista Pátio**. Porto Alegre: Artmed. Ano IV. n.15. nov.2000/jan., 2001.

AZZI, R. G.; SADALLA, A. M. F. **A psicologia e formação docente**: desafios e conversas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BASSEDAS, Eulália. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. Psicopedagogia na instituição educativa: a creche e a pré-escola. In: SISTO, Fermio Fernandes; et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CRAMER, Eugene H.; CASTLE (orgs.). **Incentivando o amor pela leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DANTAS, Heloysa; LA TAILLE, Ynes; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

FERNANDEZ, A. **A. Inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MIRANDA, Glaura Vasques de. Um olhar sobre a organização do espaço e do tempo. In: _ **Salto para o futuro**: um olhar sobre a escola. Brasília: Ministério da Educação. SEED, 2000.

MONTEIRO, Lucia. **O papel do psicopedagogo**. Disponível em: [HTTP://luciamonteiro.com.blog/index.php?archives/3opapeldopsicopedagog_o_html](http://luciamonteiro.com.blog/index.php?archives/3opapeldopsicopedagog_o_html) Acesso em: 21 jun. 2012.

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NÓVOA, Antonio. Os professores estão na mira de todos os discursos: são o alvo mais fácil a abater. **Revista Pátio**. Porto Alegre: Artmed. Ano VII. n.27. ag./out., 2003.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Zenaide Ferreira Fernandes. Um olhar sobre a gestão em sala de aula. In: **Salto para o futuro**: um olhar sobre a escola. Brasília: Ministério da Educação. SEED, 2000.

REBELATTO, Leila Rúbia Zielke. Aprendizagem e emoção: laços de feto são fatores decisivos no desenvolvimento do aluno. **Revista do Professor**. Porto Alegre. Ano XVII. n.67. jul./set. 2001.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

TISSATO, Maria Lúcia; SIMADON, Siloé Salete. Educação e afeto: importância das relações interpessoais na orientação pedagógica. **Revista do Professor**. Porto Alegre. v.18. n.69. jan./mar. 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1995.

Iually de Almeida Barros Santos

Discente em Licenciatura no curso de Matemática (UPE).

RESUMO

Brincar, brincar, ensinar, aprender probabilidade é o ponto central desta pesquisa, considerando que as crianças são capazes de aprender conceitos matemáticos quando brincam em grupo ou mesmo individualmente. Este estudo levanta a possibilidade de ensinar probabilidade por meio de jogos de números no ensino fundamental. Decidimos, como objetivo geral, construir jogos educativos de números, tendo em conta os objetos de conhecimento e competências presentes no ensino da matemática no início do ensino básico, apresentados na unidade temática de Probabilidades e Estatística. O jogo educacional de números aqui apresentado traz à tona a questão da caracterização entre fenômenos aleatórios e determinísticos, a diferença entre eventos prováveis, impossíveis, prováveis e impossíveis, diferentes métodos de cálculo de espaços amostrais simples, comparações probabilísticas. Os jogos digitais educacionais que construímos caminham nessa direção. A partir de nossa pesquisa, sabemos que os jogos digitais educacionais podem melhorar o aprendizado dos alunos ao mesmo tempo em que proporcionam entretenimento e diversão. Nosso ensino de inferência de probabilidade ajudará as crianças ao longo de suas vidas a saber formular conjecturas, formular hipóteses e estabelecer relações sobre fenômenos aleatórios. Sabemos que aliar o ensino de probabilidade com jogos digitais educacionais pode proporcionar aos alunos e professores uma formação diferenciada e criar um espaço de aprendizagem diversificado.

Palavras-chave: jogos matemáticos; estratégico; ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios até a sociedade atual, os jogos fazem parte da construção da sociedade. No início, jogos voltados ao combate como em Roma, baseava-se em estratégias de guerra. Nos tempos atuais, jogos que visam condicionamento físico e mental. O objetivo dessa pesquisa é problematizar as suas aplicações em sala de aula com o intuito de obter a melhor performance do aluno. O ponto chave da discussão se faz em como delimitar os jogos a partir do conteúdo para melhor desenvolvimento do aluno.

Desde a infância os indivíduos são estimulados a praticarem algum tipo de jogo, sendo estas, formas de desenvolver a coordenação motora,

estimular a fala, os gestos e a sensibilidade, além de promover a interação entre o meio ao qual o indivíduo está inserido, preparando desde a infância para os demais processos que a vida adulta gera.

Atualmente, os jogos trabalhados em sala de aula, especificamente Probabilidades e Estatística, possibilita ao aluno desenvolver o raciocínio lógico e estratégico, além de ser facilitador para o ensino-aprendizagem. Promove a interação entre aluno/professor e aluno/aluno sendo condutor do processo de socialização entre os indivíduos, logo possibilita a criação de um ambiente favorável para aprendizagem.

Vale ressaltar o aumento da disposição em desenvolver atividades e melhoramento do ambiente escolar que como é sabido, é onde o indivíduo passa boa parte do tempo. Logo, proporcionar atividades diferenciadas, mas contextualizadas faz-se necessário.

O método adotado para o desenvolvimento deste estudo foi uma pesquisa bibliográfica. O procedimento para a coleta de dados foi a busca em banco de dados digitais, os quais disponibilizam estudo empíricos e de revisão de literatura sobre o tema abordado no presente estudo.

Os procedimentos adotados foram a seleção e leitura de artigos, monografias, teses, dissertações e livros que discutem a relação entre ensino e literatura do tema. Nesta seleção foram incluídos estudo que se apresentam de forma integral em domínio público.

Esse estudo assim se justifica devido a importância do estudo da temática, pensando tanto em um contexto social, que trará melhoria de vida para população quanto para um âmbito acadêmico, visto não ter muito material teórico sobre a temática, o estudo visará reunir todo arcabouço teórico possível.

O objetivo do presente trabalho é pontuar o papel dos jogos no desenvolvimento dos alunos por meio da interação entre aluno/aluno e aproximação aluno/professor. Tendo ainda como objetivos específicos: apontar o melhoramento no ensino aprendizagem; caracterizar o desenvolvimento do raciocínio lógico na área de Probabilidades e Estatística; apresentar o melhoramento no aprendizado em grupo.

REVISÃO DE LITERATURA

PERCURSO DO ENSINO DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

Conforme discutido nos Aspectos Históricos da Teoria da Probabilidade, em outros momentos, o cálculo da probabilidade concentrou-se inteiramente no cálculo das chances de ganhar em algum jogo de azar ou pôquer. Nos dias de hoje, a aplicação da teoria da probabilidade tornou-se importante em vários ramos da atividade humana (DIAS et al., 2016).

No Brasil, antes da década de 1980, a estatística e assuntos afins, como probabilidade e combinatória, eram apresentados apenas nos últimos anos do ensino fundamental e médio. A efetividade do ensino de probabilidade e estatística na educação básica ocorre com o lançamento dos

Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, que declara o objetivo principal da pesquisa probabilística (ALMEIDA; FARIAS, 2016).

Os alunos entendem que a maioria dos eventos diários são de natureza aleatória e podem determinar os possíveis resultados desses eventos. Os conceitos de oportunidade e incerteza expressos intuitivamente podem ser explorados no contexto de experimentos e observações por escolas e alunos (DE ARAÚJO, 2021).

A probabilidade tem diferentes significados que devem ser ensinados aos alunos de forma incremental para não limitar o ensino a apenas um ponto de vista. Isso porque focar apenas em implicações probabilísticas pode levar os alunos a distorcer sua ideia de todos os significados possíveis em probabilidade. Os autores ressaltam que o ensino de probabilidade deve ajudar a desenvolver o raciocínio probabilístico necessário para que os alunos enfrentem oportunidades em seu cotidiano e melhorem a intuição dos alunos (BARBOSA et al., 2020).

Apontar um tipo de razão social para defender o ensino probabilístico na educação básica, ou seja, conscientizar os alunos da natureza probabilística dos diferentes jogos de azar (loteria, caça-níqueis, bingo etc.), esses jogos não são lindos. As pessoas que os promovem Negócios, o que traz um risco desproporcional de perda para o apostador (CAVALCANTE; LIMA; ANDRADE, 2021).

Normalmente no ensino fundamental e médio, a probabilidade da matéria não é estudada, quando ela estiver próxima, será realizada uma análise mecânica da prática, bastando a aplicação da fórmula. Portanto, acreditamos que é importante que os alunos entendam as oportunidades e os fenômenos aleatórios. Por isso, é necessário superar o uso de métodos tradicionais, romper conceitos repetitivos desatualizados, romper com a cultura determinística das salas de aula de matemática, explorar diversos recursos para auxiliar a aprendizagem e trazer sentido aos processos e conceitos relacionados ao ensino de probabilidade (DIAS; SANTOS, 2021).

Os alunos devem construir seu conhecimento através de um processo passo a passo, começando com seus erros e esforços. O ensino de probabilidade é defendido por meio da resolução de problemas. Os autores entendem que o problema não é um exercício de aplicação de um novo conceito, mas sim o desenvolvimento de uma situação que requer interpretação e desenvolvimento de uma estratégia de solução (ALMEIDA; FARIAS, 2016).

A probabilidade fornece uma maneira de medir a incerteza e mostra aos alunos como ser matemático e como aplicar a matemática para resolver problemas do mundo real. Para tanto, recomenda-se ensinar conceitos de probabilidade por meio de abordagens heurísticas e ativas, fazendo perguntas específicas e implementando experimentos reais ou simulados (DE ARAÚJO, 2021, p. 15).

Para orientar as ações dos cidadãos em seu cotidiano, concorda-se que esse conhecimento é necessário para os meios de informação e comunicação que exigem o uso frequente e a manipulação de dados para a tomada de decisões decisivas. Escusado será dizer que este conhecimento sobre probabilidade traz uma boa base, e muito contribui para a construção de vários significados de diferentes tipos de agrupamentos e o desenvolvimento do pensamento combinatório, bem como o desenvolvimento do pensamento estatístico (BARBOSA et al., 2020).

Portanto, há uma necessidade urgente de um ambiente em que as crianças comecem a desenvolver o pensamento probabilístico para facilitar a resolução de problemas e estratégias analíticas. Integrar conteúdo probabilístico em situações cotidianas é fundamental (CAVALCANTE; LIMA; ANDRADE, 2021).

Para que as pessoas possam interpretar dados em circunstâncias adversas, o raciocínio estatístico e probabilístico deve ser desenvolvido desde cedo para que o indivíduo, por meio de seu conhecimento de mundo e baseado em conceitos estatísticos e probabilísticos, possa generalizar os resultados e aplicar a situações práticas, cientes da incerteza que existe. Assim, demonstramos que as simulações contextuais e probabilísticas são determinantes no raciocínio porque implicam significado e consistência das conclusões (DIAS; SANTOS, 2021).

Entendemos também que ensinar probabilidade não é uma tarefa fácil, principalmente porque não basta apenas mostrar modelos diferentes e mostrar suas aplicações. Com base em ideias controversas como aleatoriedade e causalidade, é necessário aprofundar cada questão, pensando e questionando como o conhecimento pode ser adquirido a partir dos dados e como isso pode ajudar os alunos a formar intuições coerentes (ALMEIDA; FARIAS, 2016).

OS JOGOS COMO CONDUTOR FACILITADOR DO ENSINO APRENDIZADO

A educação infantil realiza-se para crianças até os 6 anos de idade. É uma fase importantíssima na formação cognitiva e afetiva da criança sendo primordial para a socialização para o futuro. Em outros significados, do latim, escola quer dizer “divertimento, recreio”, do grego, “descanso, repouso, lazer, tempo livre, hora de estudo, ocupação de um homem com o ócio, livre do trabalho civil”. De acordo com Lino de Macêdo:

A hipótese é que uma compreensão dos processos de conhecimento, poderia recuperar estes sentidos da escola que se perderam com o tempo. A outra suposição é que, para isso, teríamos de cuidar da dimensão lúdica das tarefas escolares e possibilitar que as crianças pudessem ser protagonistas, isto é, responsáveis por suas ações, nos limites de suas possibilidades de desenvolvimento e dos recursos mobilizados pelos

processos de aprendizagem (MACEDO, 2005. p. 9).

Desta forma, para o autor, desenvolvimento e aprendizagem são formas de um processo evolutivo que abrange todo o ensino infantil e dentro dele estão às brincadeiras e jogos. Estes dois sentidos fazem parte do interior das pessoas e que através das ações sociais se exteriorizam conservando uma identidade ou envolvimento. Pode-se, entretanto, agrupar os dois termos como forma independente de conhecimento e ao mesmo tempo direcionar transformação como centro do ensino e aprendizagem (BRIZUELA, 2006).

A aprendizagem através de jogos e brincadeiras requer dinamismo, planejamento e prática dos conteúdos, comprometendo o futuro dos envolvidos neste processo. Neste sentido a escola deve ter em mente um planejamento embasado em um currículo norteador e que desenvolva a real função social da escola, que é o ensino de qualidade para o presente e uma reflexão para o futuro (KAMII; RHETA, 2009).

O brincar é fundamental para o nosso desenvolvimento. É a principal atividade das crianças quando não estão dedicadas às suas necessidades de sobrevivência (repouso, alimentação, dentre outros). Todas as crianças brincam se não estão cansadas, doentes ou impedidas. Brincar é envolvente, interessante e informativo. Envolvente porque coloca a criança em um contexto de interação em que suas atividades físicas e fantasiosas, bem como os objetivos que servem de projeção ou suporte delas, fazem parte de um mesmo contínuo topológico (MACEDO, 2005, 13-14).

As brincadeiras são tão sérias quanto os demais conteúdos ministrados na escola e exige atenção na forma de preparo, principalmente acompanhadas de objetivos de concentração nas atividades livres ou com regras. Brincadeiras e jogos devem ter um contexto de regras bem definidas. Devem conter ideias, sentimentos, pessoas, situações e objetos em que em que as regulações e os objetivos não estão necessariamente predeterminados, se ganha ou se perde. Os jogos com regras são fundamentais para o desenvolvimento psicológico do ser humano e a brincadeira se torna a porta para este desenvolvimento (KISHIMOTO, 2010).

As escolas devem aprimorar seus espaços e as que não têm de priorizar o máximo os pequenos espaços existentes para que as formas lúdicas sejam respeitadas, tendo em vista que as crianças tem a capacidade de brincar e de viver em condições muito adversas e, portanto, em lugares preparados para os fins educacionais. Além do mais, as afirmações também objetivam dar a verdadeira dimensão do processo educativo, resistindo à pressão dos grupos de interesse que querem reduzir o máximo as atividades lúdicas na escola, deixando os alunos por muito tempo em sala de aula de forma ociosa (LARA, 2003).

No entanto, essas atividades merecem um momento de reflexão dos

educadores, principalmente quando se referem ao espaço destinado as brincadeiras das crianças. Quais as condições dos lugares oferecidos pelas escolas para o momento lúdico? Para buscar respostas a essa pergunta, devemos lembrar que o brincar sempre fez parte da necessidade mais séria e fecunda do ser humano, através do qual simula situações, dramatiza experiências boas e más, descobre significados, conhece território e outro que nele se encontra, exercita o pensamento e por isso constrói o seu conhecimento (MOYLES, 2002).

Observando como se dá o aprendizado na infância as brincadeiras e os jogos reproduzem cenas e fatos da vida dos adultos. Mas seria uma redução equivocada em se pensar que essa reprodução se limita a simples imitação. As crianças imitam a vida adulta, de forma dinâmica, muitas vezes crítica e às vezes inovadora, demonstrando, sobretudo uma observação atenta do que ocorre a sua vida (PIAGET, 1964).

São através do jogo que as crianças aprendem gradativa e desordenadamente as regras do grupo, os métodos de sobrevivência, os padrões sociais e principalmente constroem a sua visão de mundo. Para esse tipo de sociedade, o domínio do conhecimento necessário para o grupo ocorre naturalmente, na troca entre adultos (os professores) e as crianças. Ainda de acordo com Macedo:

O brincar é sério, uma vez que supõe atenção e concentração, Atenção no sentido de que envolve muitos aspectos inter-relacionados, e concentração no sentido de que requer um foco, mesmo que fugido, para motivar as brincadeiras. O brincar supõe também disponibilidade, já que as coisas mais importantes da vida da criança – o espaço, o tempo, seu corpo, seus conhecimentos, suas relações com pessoas, objetos e atividades – são oferecidas a uma situação na qual ela, quase sempre, é a única protagonista, a responsável pelas ações e fantasias que compõem essa atividade (MACEDO, 2005, p. 14).

Desta forma, o brincar é a saudade ou recuperação daquela criança que fomos um dia, seus valores familiares e aprimoramento no ambiente educacional e em grupo, que pelos benefícios ou consequências inerentes ao próprio ato de sua realização. Mas é certo também que adultos e crianças convivem no ritmo de suas necessidades relativamente simples e, portanto, tem a sua disposição o espaço físico e temporal para que as relações entre as pessoas sejam as mais naturais possíveis. Em qualquer fase da infância guarda valores, lembranças, os brinquedos, as brincadeiras e memoriza esses pensamentos até sua fase adulta (SANTOS, 2000).

Outro ponto a ser discutido são os espaços oferecidos pelas cidades que a todo o momento restringe lugares para o brincar. Alguns lugares coexistem no mesmo território, com sua população em ocupação instável, distribuída em bairros ou periferias urbanas desprovidas de espaços para as

brincadeiras, onde se encontram as crianças mais humildes. Logo, a privação que atinge as crianças das cidades se estende, pois muito além da pobreza são negados seus direitos de ser criança, isto é, um ser curioso, lúdico, aberto e livre, mais frágil e inseguro, porque a elas são negados até um simples e saudável espaço natural ou construído para firmar sua infância. Cabe aos educadores, e gestores, analisar como estão os espaços escolares suprimindo assim essa necessidade negada pelos governantes (SMOLE, 2003).

O espaço escolar exige qualidade não apenas funcional e construtiva. Exige, sobretudo considerar as condições mais favoráveis para o processo de desenvolvimento da criança, no quadro da realidade social e cultural. Esta qualidade pode facilitar o trabalho pedagógico no sentido de despertar o lazer, a sensibilidade, a existência de universos desconhecidos e a exploração do mundo ilimitado da imaginação e do conhecimento. Por isso, é importante que o projeto pedagógico da escola leve em conta o lugar e a história de cada ser. Nenhum deles pode se repetir, pois a escolarização se caracteriza pela diversidade (VYGOTSKY, et al., 2010).

Nesse sentido, o trabalho do lúdico realizado nas escolas pelos profissionais da educação, e ainda de acordo com as teorias estudadas, é possível perceber que é possível recuperar os espaços existentes e os transformar em lugares lúdicos e educativos, mesmo que pequenos. Essencial se faz a participação dos professores e gestores quanto ao planejamento institucional e pedagógico, para potencializar o brincar que desafia os horizontes além da prática (KISHIMOTO, 2010).

Nas primeiras comunidades humanas, o desenvolvimento da educação voltava-se para o modelo de vida existente, onde se ensinava às novas gerações apenas o básico. Dessa forma, é possível observar que o processo educacional girava em torno da sobrevivência e manutenção da vida humana. Vale ressaltar que os primeiros povos, quase todos eram caçadores nômades, isto é, sem habitação fixa, há uma limitação de registros dos avanços científicos e intelectuais nesse período (LARA, 2003).

A Probabilidades e Estatística associadas e desenvolvidas pelos indivíduos que faziam parte do corpo social apresentado acima, é uma ciência com base no pensamento lógico e abstrato dos seres humanos. Ela surge no contexto social no qual indivíduos comercializavam alimentos, animais e, dentro dessa perspectiva, tornava-se necessário “contar” (MOYLES, 2002).

No Brasil, o desenvolvimento do ensino de Probabilidades e Estatística teve início com a colonização portuguesa e, assim como ocorreu no processo de evolução humana, passou por diversas mudanças. Na contemporaneidade, o ensino educacional de Probabilidades e Estatística, desenvolvido nas instituições escolares, apresenta inúmeros problemas relacionados ao processo de internalização dos conteúdos ministrados em aula (PIAGET, 1964).

Dessa forma, além das outras disciplinas ministradas, nas últimas décadas, inúmeros estudos trazem como tema principal a necessidade de discutir os problemas entrelaçados às dificuldades de aprendizagem em Probabilidades e Estatística (SANTOS, 2000).

Destarte, devido ao problema supracitado, professores e, sobretudo, os alunos, tornam-se vítimas do mal-estar construído que, além de contribuir para a falta de encorajamento dos professores, desmotiva os estudantes. Assim sendo, é importante destacar que esses problemas de construção e internalização de conhecimentos em Probabilidades e Estatística podem estar diretamente associados ao contexto social no qual as crianças estão inseridas, condições financeiras das principais referências adultas, estabilidade e distúrbios maturacionais em determinadas áreas do cérebro (SMOLE, 2003).

Dessa forma, levando em consideração a última característica apresentada, percebe-se que a criança, caso tenha desenvolvido tal característica, apresenta a dificuldade em nomear, comparar, manipular e comparar objetos e, além disso, apresenta, de forma exacerbada, a dificuldade de nomear quantidades numéricas, termos e números.

É importante frisar que os primeiros registros de conta foram encontrados em um osso de Insango, no qual apresentava traços que simbolizavam a quantidade de determinado objeto. Esse osso, de acordo com pesquisas arqueológicas, data de 20000 anos atrás (VYGOTSKY, et al., 2010).

Além disso, associado a discussão iniciada acima, salienta-se que esse novo contexto social surge para destacar a necessidade de evolução no processo educacional, já que as famílias, além de transmitir o conhecimento necessário para a manutenção da vida humana (caçar, comer, beber e procriar), passariam a ensinar o ato de contar. Ao tratar do papel da Probabilidades e Estatística na educação infantil o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), destaca que a abordagem desses conhecimentos pode favorecer a cidadania e a autonomia intelectual, à medida que proporciona o desenvolvimento da capacidade de pensamento autônomo e de resolução de problemas.

Usaremos como base Piaget para fundamentar questões ligadas ao lúdico e a influência dos jogos para a assimilação de comandos. Assim pontua Piaget:

Bem entendido, os esquemas devidos à reação circular não dão lugar unicamente a jogos: uma vez adquiridos, tais esquemas podem também entrar ulteriormente, a título de meios, nas adaptações mais completas, tanto quanto funcionar de maneira lúdica. Por outras palavras, um esquema jamais é por si mesmo lúdico, ou não lúdico, e o seu caráter de jogo só provém do contexto ou do funcionamento atual. Mas todos os esquemas são suscetíveis de dar lugar a essa assimilação pura, cuja forma extrema é o jogo. O fenômeno é claro no tocante a esquemas tais como os da fonação, da preensão (olhar para os dedos que mexem etc.) e certos esquemas visuais (olhar de cabeça para baixo etc.) (PIAGET, p. 1964).

É cabível pensar e classificar os jogos segundo a sua classificação e traçar objetivos específicos para assim concretizar com maior eficiência a aplicação dos mesmos. Assim, delimita-se para obter maiores resultados. Aqui, o ponto são os jogos de estratégia que auxiliados de bases na Probabilidades e Estatística possibilitam o desenvolvimento do raciocínio lógico. Para Piaget (p. 93, 1964) “Um ponto de vista célebre consistiu, por exemplo, em classificar os jogos segundo as tendências que eles concretizavam ou, por outras palavras, segundo o seu conteúdo”.

Tomaremos também como fundamentação Vygotsky que pontua os jogos como situação imaginária, pois apesar da semelhança com o real se delimita em regras. Logo, exige maior concentração, memorização e raciocínio lógico. Assim sendo:

Da mesma forma que uma situação imaginária tem que conter regras de comportamento, todo jogo com regras contém uma situação imaginária. Jogar xadrez, por exemplo, cria uma situação imaginária. Por quê? Porque o cavalo, o rei, a rainha, etc. só podem se mover de maneiras determinadas; porque proteger e comer peças são, puramente, conceitos de xadrez. Embora no jogo de xadrez não haja uma substituição direta das relações da vida real, ele é, sem dúvida, um tipo de situação imaginária. O mais simples jogo com regras transforma-se imediatamente numa situação imaginária, no sentido de que, assim que o jogo é regulamentado por certas regras, várias possibilidades de ação são eliminadas (VYGOTSKY, p. 64, 1991).

Para Lara (2003, p. 02,) “desse modo, penso que através dos jogos, é possível desenvolvermos no aluno, além de habilidades na área de Probabilidades e Estatística, a sua concentração, a sua curiosidade, a consciência de grupo, o coleguismo, o companheirismo, a sua autoconfiança e a sua autoestima”.

Vygotsky (1991) pontua os aspectos trabalhados em sala de aula como uma aproximação entre os jogos e a vida da criança que posteriormente será refletida na sociedade. Ressalta assim a importância de trabalhar jogos no decorrer do ensino aprendizagem.

Vygotsky propõe um paralelo entre o brinquedo e a instrução escolar: ambos criam uma "zona de desenvolvimento proximal" e em ambos os contextos a criança elabora habilidades e conhecimentos socialmente disponíveis que passará a internalizar. Durante as brincadeiras todos os aspectos da vida da criança tornam-se temas de jogos; na escola, tanto o conteúdo do que está sendo ensinado como o papel do adulto especialmente treinado que ensina são cuidadosamente planejados e mais precisamente analisados (VYGOTSKY, 86 p, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia e os jogos são recursos muito ricos e devem ser explorados em sala de aula. Muitas tecnologias já foram aplicadas hoje, no entanto, a força da educação móvel no mercado brasileiro continua a aumentar.

O tema inclusão de jogos na prática docente é um tema que vem sendo discutido há décadas, pois essa ferramenta pode aparecer em quase qualquer lugar além de mudar a sala de aula e tornar a sala de aula mais dinâmica. Como a tecnologia mais comumente usada hoje é a tecnologia móvel, contanto que você tenha acesso a uma rede de banda larga sem fio, pode usar essas ferramentas como uma ferramenta de aprendizado.

Além de apoiar o ensino, outro grande desafio é criar uma estrutura que ofereça suporte ao uso de jogos, tablets para uso dos alunos. Só assim é possível conseguir o uso efetivo dessas ferramentas, pois as pesquisas citadas neste artigo mostram que a tecnologia traz enormes benefícios para a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cecília Manoella Carvalho; FARIAS, Luiz Márcio Santos. Uma Análise do conceito de Probabilidade nos Livros didáticos do Ensino Médio à luz da Teoria Antropológica do Didático. **SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE DIDÁTICA DA MATEMÁTICA**, v. 1, p. 164-187, 2016.

BARBOSA, Geovane Carlos et al. Análise de Trajetórias de Professores que Ensinam Probabilidade e Estatística com Auxílio do Software IRAMUTEQ. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 13, n. 4, p. 420-428, 2020.

BRIZUELA, Bárbara M. **Desenvolvimento Matemático na Criança: explorando notações**/ Bárbara M. Brizuela; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. - Porto Alegre: Artmed, 2006.

CAVALCANTE, José; LIMA, Anna Paula; ANDRADE, Vladimir Lira Vêras. O ensino de probabilidade na licenciatura em matemática: considerações para um modelo epistemológico de referência. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 23, n. 1, 2021.

DE ARAÚJO, Francisco Cleuton. Estatística na bncc: proposta de atividades para os anos finais do ensino fundamental. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 1044-1050, 2021.

DIAS, Cristiane de Fatima Budek et al. **Ambiente virtual de aprendizagem para o ensino de probabilidade e estatística nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

DIAS, Cristina; SANTOS, Carla. O Professor de Matemática, o Ensino de Estatística e a Formação Inicial e Contínua: um estudo de caso. **REMATEC**, v. 16, n. 38, p. 199-217, 2021.

KAMII, Constance. RHETA, Devries. **Jogos na educação infantil: implicações da teoria de Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeiras e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

LARA, Isabel Cristina M. **Jogando com a matemática de 5ª a 8ª série**. São Paulo: Editora Rêspel, 2003.

MOYLES, J. R. **Só brincar? O papel do brincar da educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIAGET, Jean. **Formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e Sonho Imagem e Representação**. Título original: La Formation du Sembole chez l'enfant imitation, Jeu et Rêve, image et Représentation. Trad. Terceira Edição, 1964.

REFERÊNCIAL Curricular Nacional. **Educação Infantil Brasília: MEC/ SEF**, 1998.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **A matemática na Educação Infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Editora Ltda, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2010.

Flávio Pedro dos Santos Pita

Perito Judicial – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).
Criminalista com Pós-graduação em Direito Penal (UNIASSELVI).
MBA em Gestão Empresarial e Gestão de Políticas Públicas (UNIASSELVI).
Mestrando em Criminalística – Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO).

RESUMO

O objeto de estudo do presente artigo é a possibilidade de se verificar concurso de agentes no crime de infanticídio. O crime de infanticídio, embora constitua um tipo penal autônomo, é, segundo parte da doutrina, verdadeira forma privilegiada do crime de homicídio, vez que pune de forma mais branda a conduta da agente que, sob influência do estado puerperal, ceifa a vida do próprio filho. O estado puerperal é, portanto, elementar do crime de infanticídio, circunstância esta que o diferencia do crime de homicídio, crime este punido com maior rigidez pelo ordenamento pátrio. Nesse sentido, a doutrina pátria discute sobre a responsabilização penal do terceiro que pratique o verbo nuclear sob mandamento da puérpera ou preste a ela auxílio material ou moral para prática do delito, atuando como coautor ou partícipe. Para atingir os objetivos traçados para este estudo, será realizada pesquisa bibliográfica na qual a ideia defendida será embasada em informações obtidas a partir de livros, artigos e teses de relevância sobre o tema. A amostra documental será composta, ainda, por legislações relacionadas à temática, jurisprudências e doutrinas.

Palavras-chave: concurso de agentes; coautoria; infanticídio; estado puerperal; circunstâncias elementares.

INTRODUÇÃO

Buscar-se-á, na presente pesquisa, compreender a possibilidade de concurso de pessoas, seja na modalidade coautoria, seja na modalidade participação, no crime de infanticídio. O tema a ser trabalhado se insere no Direito Penal Brasileiro, sendo objeto de estudo tanto da parte geral, no concurso de pessoas, quanto da parte especial, no estudo acerca do crime de infanticídio.

A fim de atingir os objetivos propostos pelo estudo será necessário, em um primeiro momento, a compreensão acerca de aspectos gerais relacionados ao concurso de pessoas no Brasil; a seguir deverá ser analisada a tipificação legal do crime de infanticídio com todos os seus requisitos; por fim, buscar-se-á estudar o concurso de pessoas no crime de infanticídio,

analisando-se a doutrina sobre o tema.

Assim, o objetivo geral do artigo é verificar a possibilidade de concurso de pessoas no crime de infanticídio e a responsabilização penal dos agentes envolvidos no delito, enquanto os objetivos específicos consistem em estudar aspectos gerais sobre o concurso de pessoas, identificando seus requisitos; compreender a diferença entre participação e co-autoria; verificar a tipificação legal do crime de infanticídio no Brasil e analisar decisões judiciais que tratam da admissão do concurso de pessoas no crime de infanticídio a fim de compreender o posicionamento dos principais Tribunais do país sobre o tema.

O tema se mostra relevante, pois pressupõe um estudo abrangente acerca do concurso de pessoas no direito penal brasileiro, além disso, trata-se de assunto atualmente em voga e muito discutido por juristas e doutrinadores brasileiros. O crime de infanticídio visa proteger a vida do recém-nascido, contudo, possui penalidade mais branda em virtude de uma característica fisiológica do autor do delito, qual seja, o estado puerperal.

Assim, ao se admitir o concurso de agentes no crime de infanticídio, aceitando-se a aplicação de igual penalidade para todos os agentes, estar-se-ia minorando as consequências penais dos atos de pessoas não portadoras do estado fisiológico modificador de características psicológicas que justifica o abrandamento da sanção penal.

CONCURSO DE PESSOAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

O concurso de pessoas ocorre quando há uma reunião consciente e voluntária de duas ou mais pessoas para a prática de uma mesma infração penal, segundo Nucci (2020, p. 487) o concurso de pessoas consiste na “cooperação desenvolvida por mais de uma pessoa para o cometimento de uma infração penal”. Por sua vez, Cunha (2021) conceitua o concurso de pessoas como “a reunião de vários agentes concorrentes, de forma relevante, para a realização do mesmo evento, agindo todos com identidade de propósitos”.

Para que reste caracterizado o concurso de pessoas é preciso que sejam observados os seguintes requisitos: pluralidade de agentes culpáveis, ou seja, é necessária a presença de ao menos duas pessoas a quem se possa imputar a prática de uma infração penal; relevância causal das condutas, segundo este requisito cada um dos agentes concorrendo para a infração penal deve ter um comportamento que efetivamente influencie na prática do fato criminoso; vínculo subjetivo, pois, para o reconhecimento do concurso de agentes deve haver uma convergência na vontade de todos os agentes; identidade de fato, esse último requisito do concurso de agentes diz respeito à necessidade de que todos os agentes concorram para a prática do mesmo fato.

Nesse sentido, Nucci (2020, p. 497):

Requisitos do concurso de agentes são os seguintes:

- a) existência de dois ou mais agentes;
- b) relação de causalidade material entre as condutas desenvolvidas e o resultado;
- c) vínculo de natureza psicológica ligando as condutas entre si. Não há necessidade de ajuste prévio entre os coautores. Ex.: uma empregada, decidindo vingar-se da patroa, deixa propositadamente a porta aberta, para que entre o ladrão. Este, percebendo que alguém permitiu a entrada, vale-se da oportunidade e provoca o furto. São colaboradores a empregada e o agente direto da subtração, porque suas vontades se ligam, pretendendo o mesmo resultado, embora nem mesmo se conheçam. Nessa hipótese, pode ocorrer a denominada coautoria sucessiva. Se o ladrão estiver retirando as coisas da casa, cuja porta foi deixada aberta pela empregada, pode contar com a colaboração de outro indivíduo que, passando pelo local, resolva aderir ao fato e também retirar as coisas da casa (cf. Nilo Batista, Concurso de agentes, p. 116);
- d) reconhecimento da prática da mesma infração para todos;
- e) existência de fato punível. Se o crime não mais é punível, por atipicidade reconhecida, por exemplo, para um dos coautores, é lógico que abrange todos eles.

Dessa, verifica-se que a caracterização do concurso de pessoas depende da presença, no caso concreto, de diversos requisitos dentre os quais destaca-se, presente estudo, o vínculo de natureza psicológica, ou liame subjetivo, requisito essencial na medida em que, se cada agente pretendia praticar o crime de forma isolada, sem conhecimento acerca das intenções do outro, não haverá que se falar em concurso de agentes.

Insta salientar, que o Código Penal Brasileiro adota teoria denominada “monista” segundo a qual todos os agentes em concurso respondem pelo mesmo delito, embora imponha-se o respeito à individualização da pena na medida em que o Código estabelece que cada indivíduo responderá na medida de sua culpabilidade, ou seja, a dosimetria da pena deve ser feita de acordo com as características individuais de cada autor ou partícipe.

MODALIDADES DE CONCURSO DE PESSOAS

Verificados os requisitos do concurso de pessoas é preciso, também, identificar se esse se deu na modalidade participação ou coautoria, e a distinção entre esses conceitos é realizada pela doutrina, sendo importante para o estudo do tema. Isso porque, enquanto na coautoria todos os agentes praticam o núcleo do tipo penal, na participação o sujeito, embora sem realizar a conduta nuclear, concorre, de qualquer modo, para o crime.

Bitencourt (2011, p. 485) define autor e partícipe da seguinte forma:

Autor é aquele que realiza a conduta típica descrita na lei, isto é, o que pratica o verbo núcleo do tipo: mata, subtrai, falsifica, etc. Para essa teoria, ao contrário do conceito extensivo de autor, nem todo aquele que interpõe uma causa realiza o tipo penal, pois “causação não é igual a realização do delito. (...) Essa teoria atém-se à literalidade da descrição legal e define como autor aquele cujo comportamento se amolda ao círculo abrangido pela descrição típica e, como partícipe, aquele que produz qualquer outra contribuição causal ao fato.

Embora a distinção tenha relevância doutrinária, segundo o Código Penal brasileiro, havendo concurso de pessoas, seja qual for sua modalidade, todos os agentes devem responder, como regra geral, pelo mesmo tipo penal incriminador, uma vez que todos concorreram, de alguma forma, para o alcance do resultado. É o que dispõe o art. 29, do Código Penal, in verbis: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”.

É de se observar que, no entanto, a doutrina ainda leciona que a participação pode ser moral ou material, configurando-se esta pelo auxílio ao autor do crime, com facilitação da execução e aquela por meio do induzimento ou da instigação.

PUNIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA

Seja na participação, seja na coautoria, a dosimetria da pena deve ser realizada de acordo com as características individuais de cada agente, essa regra se abstrai do art. 29, parte final, do Código Penal, segundo o qual todos os partícipes ou autores responderão pelo mesmo crime “na medida de sua culpabilidade”.

Com seu brilhantismo habitual, Cunha (2021, p. 510) exemplifica a aplicação da pena no concurso de agentes: “se, por exemplo, durante um roubo, praticado em concurso, JOÃO utiliza grave ameaça e ANTÔNIO emprega violência, este último poderá ter a pena maior do que seu comparsa, não obstante sejam coautores do delito, pois o grau de culpabilidade exibido por cada um deles é diverso”.

Por fim, destaca-se que o §1º, do art. 29, do Código Penal prevê causa de diminuição de pena ao dispor que “se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço”.

COMUNICABILIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS, CONDIÇÕES E ELEMENTARES

Tema extremamente importante para a presente pesquisa é a comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares do crime, no caso de participação ou coautoria.

Segundo Cunha (2021) as circunstâncias são elementos que, embora

não integrem a figura típica primária do crime, agregam dados que podem ter como consequência o aumento ou até mesmo a diminuição da pena a ser aplicada, elas poderão ser subjetivas quando disserem respeito ao agente, ou objetivas, quando disserem respeito ao fato objetivo. As condições, por sua vez, são elementos do indivíduo que existem independentemente da prática do fato típico, como a menoridade e a reincidência; finalmente, os elementares são características da própria figura típica e também podem ser objetivas ou subjetivas.

Diante dessa classificação, a doutrina leciona que os elementares sempre se comunicarão, pois dizem respeito à própria figura típica, já quanto às circunstâncias e condições só haverá comunicação quando de caráter objetivo, vez que as de caráter subjetivo serão analisadas individualmente na aplicação da pena de cada agente.

O CRIME DE INFANTICÍDIO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

O crime de infanticídio se encontra tipificado no art. 123, caput, do Código Penal, consistindo na conduta de “Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após”. Trata-se, portanto, de delito praticado pela genitora que, durante o parto ou após este, ainda durante o estado puerperal, ceifa a vida do próprio filho.

O Estado puerperal é um estado no qual a mulher, em virtude do parto, sofre modificações fisiológicas que afetam seu estado psicológico, hormonal e físico. Segundo Bitencourt (2011), o estado puerperal pode determinar a alteração do psiquismo da mulher dita normal, apesar de nem sempre determinar, ou seja, esse estado existe sempre durante ou logo após o parto, mas nem sempre produz as perturbações emocionais que podem levar a mãe a matar o próprio filho. Ainda segundo o autor, o Código Penal brasileiro adota critério fisiológico, considerando fundamental, a perturbação psíquica para que a autora do delito responda pelo delito de infanticídio ao invés de responder por homicídio.

Nesse contexto, tendo em vista que imperiosa a comprovação do estado puerperal da autora do delito para configuração do infanticídio, nesse crime, é imprescindível a realização de perícia médica, a qual poderá atestar essa condição. Segundo Pelizzon e Vieira (2016) “logo após” é uma circunstância elementar do crime de infanticídio e o espaço-tempo correspondente a essa expressão corresponde à duração do estado puerperal, duração esta que costuma ter como parâmetro máximo o período de sete dias após o parto, todavia, não é possível se fixar definição prévia, sendo primordial a análise pericial em cada caso.

Nesse mesmo sentido, Gonçalves (2012, p. 129):

A própria Exposição de Motivos do Código Penal menciona que “o infanticídio é considerado um delictum exceptum quando praticado pela parturiente sob a influência do estado puerperal. Esta cláusula, como é óbvio, não quer significar que o puerpério acarrete

sempre uma perturbação psíquica: é preciso que fique averiguado ter está realmente sobrevivendo em consequência daquele, de modo a diminuir a capacidade de entendimento ou de autoinibição da parturiente. Fora daí, não há por que distinguir entre infanticídio e homicídio”. Deste trecho resta evidente que não se pode simplesmente presumir a alteração psíquica, dispensando-se a perícia médica. Ao contrário, esta deve ser sempre determinada quando a mãe matar o próprio filho durante o parto ou logo após, sem prejuízo da obtenção de outras provas consideradas importantes. Com efeito, não se pode dispensar a formalização de depoimentos de testemunhas que, por exemplo, aleguem ter ouvido a mulher, durante toda a gestação, dizer que iria matar o filho tão logo ele nascesse — fato plenamente indicativo do crime de homicídio.

Quanto à classificação doutrinária do crime, segundo Nucci (2017) se trata de delito próprio, pois só pode ser praticado pela mãe; comissivo, na medida em que exige uma ação por parte do sujeito ativo; material, já que a consumação depende de um resultado, qual seja, a morte do filho da autora; unissubjetivo, vez que pode ser praticado por uma única pessoa; plurissubsistente, havendo vários atos integrantes da conduta; e, por fim, de forma livre, pois a autora pode praticá-lo de diferentes formas.

Finalmente, destaca-se que o estado puerperal não gera inimputabilidade da autora, pois, segundo Cechet (2012), esse estado não se confunde com a “psicose puerperal” situação na qual a mulher perde completamente o controle sobre sua vontade e que, por conseguinte, gera inimputabilidade. Segundo o autor, no crime de infanticídio há um estado de semi-imputabilidade vez que a genitora é parcialmente capaz de perceber o caráter ilícito de seus atos.

CONCURSO DE PESSOAS NO INFANTICÍDIO

Estudou-se, até o presente momento, que, no concurso de pessoas, seja na modalidade coautoria, na qual duas ou mais pessoas praticam o verbo nuclear do tipo, seja na participação, na qual o partícipe presta auxílio moral ou material para prática do tipo penal, há responsabilização de todos os agentes pelo mesmo tipo penal incriminador. No delito de infanticídio, no entanto, o estado puerperal é circunstância elementar do tipo penal, que o torna, por determinado ângulo, em forma privilegiada do crime de homicídio, sendo muito mais brando o preceito secundário.

Em razão disso, surge debate doutrinário acerca da coautoria ou participação nesse crime, vez que, em virtude da circunstância elementar, o crime é doutrinariamente classificado como crime próprio, somente admitindo a mãe como autora.

Em que pese o mencionado alhures, nos ensinamentos de Nucci (2017) a doutrina clássica, capitaneada por Hungria, sustentava a

incomunicabilidade dessa circunstância de caráter pessoal, afinal, sendo o puerpério uma perturbação físico-mental exclusiva da mãe, não seria justo que o coautor ou partícipe fosse favorecido, uma vez que se estaria cuidando de circunstância personalíssima. Segundo o autor, no entanto, o próprio Hungria alterou seu entendimento sob justificativa de que o próprio Código ressalta a possibilidade de circunstâncias pessoais quando elementares ao crime.

Nesse sentido, Pelizzon e Vieira (2016) destacam que a corrente predominante na atualidade é a seguida por Damásio de Jesus, Custódio da Silveira, Magalhães Noronha, célebres doutrinadores que defendem ser possível o terceiro atuar tanto como coautor, quanto como partícipe do crime de infanticídio. Assim, se o terceiro age de acordo com a vontade da mãe em estado puerperal, seja na condição de autor praticando o verbo nuclear, qual seja, matar, seja na condição de partícipe, prestando auxílio material ou moral, responderá, na forma do art. 30, do Código Penal, pelo crime de infanticídio em concurso com a parturiente, por ser esta condição elementar ao crime.

Esse é o entendimento que melhor se adequa à previsão expressa do Código Penal, isso porque, embora o legislador tenha omitido sua intenção quanto às circunstâncias elementares personalíssimas, como é o caso do estado puerperal, o art. 30 do diploma legal em análise, deve ser interpretado de modo a se admitir a comunicabilidade do estado puerperal, circunstância elementar, no crime de infanticídio, mesmo porque essa é a interpretação mais benéfica ao réu.

Nesse cenário, vislumbra-se três interpretações: na primeira interpretação, o terceiro, alheio à mãe em estado puerperal, portanto, sem liame subjetivo, ceifa a vida do recém-nascido, hipótese na qual, ausentes os requisitos essenciais para configuração do concurso de pessoas, deverá o agente responder pelo homicídio. A segunda interpretação ocorre quando, sob ordens da parturiente em estado puerperal, o agente mata o infante, praticando o verbo nuclear, nesse caso, o agente será autor do crime de infanticídio. Finalmente, possível, ainda, que o terceiro apenas auxilie material ou moralmente a prática do crime, tendo conduta relevante para atingimento do resultado, restando, portanto, configurado o concurso no qual o terceiro agirá como partícipe, respondendo por infanticídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo primordial analisar, com base em pesquisa doutrinária, a possibilidade de concurso de agentes no crime de infanticídio.

Compreendeu-se, a priori, que, para configuração do concurso de agentes de forma genérica, é imprescindível a presença de quatro requisitos: pluralidade de agentes culpáveis, relevância causal da conduta, vínculo subjetivo e identidade de fato. Nestes termos, é possível afirmar que independentemente das especificidades do tipo penal, somente será possível

se cogitar o concurso de agentes se todos esses requisitos estiverem concomitantemente presentes.

Como consequência do concurso de agentes, tendo o Código Penal brasileiro adotado a teoria monista, todos os agentes responderão pelo mesmo delito, na medida de sua culpabilidade. Ocorre que o Código Penal também estabelece que, embora no concurso de agentes todos respondam pelo mesmo delito, as circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam, salvo se elementares ao crime.

É nesse ponto que surgiram as discussões quanto ao concurso de agentes no crime de infanticídio, senão vejamos.

O crime de infanticídio é entendido por muitos autores como verdadeiro homicídio privilegiado, vez que impõe a aplicação de pena mais branda ao crime de matar alguém quando a vítima for filho ou filha da autora que age durante o estado puerperal.

Nesse sentido, entende-se o estado puerperal como elementar do crime, todavia, não se trata de elementar meramente pessoal, mas personalíssima, característica não expressamente prevista pelo Código Penal brasileiro que trata dos elementares de natureza pessoal. Em razão disso, parcela da doutrina passou a defender a impossibilidade de se verificar concurso de agentes no crime de infanticídio.

Essa corrente, no entanto, não tem predominância na doutrina brasileira, vez que, majoritariamente, compreende-se que, ao tratar da comunicabilidade das circunstâncias elementares pessoais, o legislador evidentemente desejou manter a comunicação de todas aquelas que integrem a figura típica primária do crime, independentemente de serem classificadas como pessoais ou personalíssimas.

Com base no exposto, conclui-se, portanto, que, comprovada a presença do estado puerperal da parturiente no momento da prática do crime, o agente que a auxilie material ou moralmente para atingimento do resultado, ou, ainda, que pratique, sob comando dela, o núcleo do tipo, responderá, presentes os demais requisitos do concurso de agentes, pelo crime de infanticídio, ainda que individualmente não atue “sob influência do estado puerperal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

CECHET, Pedro Elias Longhi. **Concurso de Pessoas no Infanticídio**. 2012. 88 f. Monografia (graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**: parte geral (arts. 1º ao 120). 10ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2021.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado**: parte especial. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**: parte especial. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PELIZZON, Rafaela; VIEIRA, Tiago Vidal. Concurso de Pessoas no Crime de Infanticídio. **4º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**. Paraná, 2016. ISSN 2318-0633. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/593706d4b5877.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

Isabela Cristina dos Santos Corrêa

Bacharel em Nutrição (ESAMAZ).

Joani da Silva Pimenta

Bacharel em Nutrição (ESAMAZ).

Leidiany Ramos Brito Silva

Bacharel em Nutrição (UFPI)

Lucília Cavalcante de Souza

Bacharel em Nutrição (ESAMAZ).

Fábio Costa de Vasconcelos

Bacharel em Nutrição (UFPB).

Robson Cardoso de Oliveira

Bacharel em Administração (UFPB).

Taise Cunha de Lucena

Bacharel em Nutrição (UMC) – Orientadora.

RESUMO

O aleitamento materno exclusivo é de suma importância até o sexto mês de vida do bebê, visto que possui nutrientes fundamentais para suprir as necessidades fisiológicas, além de auxiliar o desenvolvimento cognitivo e intelectual, entretanto a amamentação sempre sofreu influência de muitos fatores, seja dos mitos ou da rede de apoio, porém, atualmente essa influência se dar a partir do marketing. Este estudo tem como objetivo averiguar a influência do marketing nos primeiros seis meses da criança e trata-se de uma revisão bibliográfica, no qual se aplica o estudo qualitativo, com a finalidade descritiva, em que foi realizado um levantamento de artigos na base de dados, como Google Acadêmico, Scielo e Pubmed, analisados e selecionados conforme os critérios. Constatou-se pelos resultados, que a prevalência do aleitamento materno diminuiu consideravelmente em algumas regiões Brasileiras, entre elas a região Norte, em decorrência ocasionou o desmame, e com a pandemia do covid-19 verificou-se o aumento das compras de fórmulas e produtos infantis nas mídias digitais. Conclui-se que é primordial o papel do nutricionista na área de marketing, para garantir ao consumidor as informações corretas sobre os alimentos, aprimorar o marketing social para gerar mais campanhas de incentivo, apoio e proteção ao aleitamento materno e para colaborar na fiscalização do cumprimento da NBCAL.

Palavras-chave: aleitamento materno; fórmulas; marketing.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), preconiza que o aleitamento materno (AM) seja exclusivo nos primeiros seis meses de vida e permaneça de maneira complementar até os dois primeiros anos de idade da criança, tendo em vista que traz em sua composição todos os macronutrientes e micronutrientes necessários. Essa prática é considerada a melhor escolha para nutrição do recém-nascido (RN), promovendo proteção imunológica contra doenças respiratórias e infecções gastrointestinais, além do vínculo afetivo entre mãe e filho (VICTORA, 2016).

É pertinente destacar a importância do aleitamento materno exclusivo (AME), de modo a prevenir doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), tais como obesidade, hipertensão e doença cardiovascular (ODOM, 2014).

Apesar de todas as recomendações, o índice de amamentação é baixíssimo. Apenas 40% das crianças no mundo recebem leite materno de forma exclusiva no início da vida. No Brasil, apenas 38,6% dos bebês mamam de forma exclusiva até os seis meses de idade (BRASIL, 2019).

Quando os motivos mencionados acima induzem as mães a desmamarem seus filhos, leva-as, conseqüentemente, a aplicarem métodos que podem causar algum tipo de dano para a criança, como a alimentação artificial e hábitos considerados nocivos (uso de bicos e chupetas, águas, chás, e etc.). Isto possibilita a introdução alimentar antecipada, que por muitas vezes é advinda de uma insegurança materna, devido a dificuldade em amamentar e por tais problemas como: baixo ganho de peso, pega alterada, fissuras e ingurgitamento mamário (RODRIGUES, 2014).

Dessa forma, a inserção antecipada de alimentos nos primeiros seis meses de vida, como o leite de vaca e fórmulas lácteas, colaboram na criação de hábitos alimentares inadequados, o que auxilia no surgimento de complicações na saúde (DEOLINDO e VILELA, 2018).

Ainda assim, a indústria das fórmulas continua criando diferentes substâncias, propagando falsas ideias, como ajudar na digestão e dizer não causar cólica nos RN, porém elas não atingirão integralmente os benefícios do leite materno humano (VOLPATO, 2018).

Inúmeras são as razões que afetam o ato de interromper a amamentação como: a falta do poder aquisitivo, carência de informação e ausência da rede de apoio. É necessário conhecer a classe social na qual a nutriz está inserida, para que assim se possa identificar os indivíduos mais influentes e compreender a interação dessas pessoas com a mulher no processo de amamentar. As principais influências que essas mulheres podem sofrer são advindas dos familiares, amigos, vizinhos e profissionais de saúde, podendo ser elas positivas ou negativas (MOREIRA, 2017).

A influência das propagandas está em crescimento gradativo sobre o aspecto de se alimentar, sejam essas por meio de televisão, revistas e redes sociais, tendo em vista que nas redes sociais, alguns influenciadores costumam compartilhar e incentivar hábitos inadequados. O marketing é um grande aliado na rotina alimentar que colabora para a mudança, podendo

prejudicar a saúde, isto é, que representa no estado nutricional do público infantil, acarretando inúmeras doenças crônicas não transmissíveis (INTERCOM, 2016).

Logo, o objetivo é averiguar a influência do marketing nos primeiros seis meses de vida, tendo em vista, que o marketing interfere em mudanças comportamentais, sendo capaz de persuadir e despertar uma imagem positiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aleitamento Materno

De acordo com Kebede *et al.* (2020), o leite materno humano é um alimento que proporciona os macronutrientes e micronutrientes, compostos bioativos e imunológicos. É considerado suficiente para a nutrição adequada do bebê até os primeiros seis meses de vida, por ser capaz de suprir todas as necessidades e vista como uma das estratégias para prevenção de mortes (BOCCOLINI *et al.*, 2017).

Com isto, amamentar os bebês imediatamente após o nascimento pode reduzir a mortalidade neonatal, tendo em vista que é um possível acontecimento até o 28º dia de vida, essa prática ocasiona benefícios tanto para mãe quanto para o bebê, como diminuição do risco de hemorragia e auxilia das contrações uterinas (SILVA, 2019).

O MS classifica os tipos de aleitamento materno, sendo eles definidos como:

- **AME (Aleitamento Materno Exclusivo)**, é fornecido somente o leite materno, direto da mama ou ordenhado, sem outros líquidos e sólidos, com exceção de medicamentos.
- **AMP (Aleitamento Materno Predominante)**, além de oferecer o leite humano é ofertado água, chás e sucos.
- **AMC (Aleitamento Materno Complementado)**, é introduzir alimentos sólidos ou semissólidos com o objetivo de complementar e não de substituir o leite.
- **AMM (Aleitamento materno misto)**, é ofertado o leite materno e outros tipos de leite (BRASIL, 2015).

Os principais benefícios da amamentação exclusiva é possibilitar para o bebê um melhor desenvolvimento intelectual, psicológico e imunológico (CIAMPO e CIAMPO, 2018). Os resultados positivos não são limitados exclusivamente a criança, visto que a mãe também dispõe dos benefícios, tais como a prevenção do câncer de mama, proteção contra a depressão pós-parto e evita doenças cardiovasculares (ROCHA *et al.*, 2018).

Ferramentas de incentivo ao aleitamento materno

Foi legalizado em 12 de abril de 2017 a lei nº 13.435, que determina o mês de agosto como o mês do aleitamento materno, conhecido como agosto dourado, com o propósito de aumentar atividades sobre a importância do aleitamento materno, atuando no sentido de assegurar o direito a amamentação, garantindo o apoio e atenção integral às instâncias nos serviços de saúde (ALVES *et al.*, 2020).

Os bancos de leite humano (BLH), constituem núcleos de promoção, proteção e apoio às atividades do AM, que exigem serem instruídos e apoiados pelos profissionais da saúde, mães e seus familiares. Além disso, capacitando os familiares e estimulando o aleitamento, por meio de técnicas para reparação de pega e posição para mamar, explicando maneiras de prevenir e disciplinar sobre as dificuldades mamárias (SILVA, 2017).

Ainda que, haja evidências comprovadas a respeito dos benefícios do aleitamento, esse ato segue de maneira inoportuna, devido à introdução de alimentos indesejáveis, onde há oferta de alimentos como: bolachas e salgados para crianças entre 03 a 06 meses, além de ser prejudicial à saúde e podendo resultar em comorbidades (GIESTA, 2019).

Perante esse cenário, o MS com base nas recomendações da OMS, criou o material “Dez passos para uma alimentação saudável: Guia alimentar para crianças menores de dois anos” estipulando as orientações para a alimentação das crianças menores de 02 anos com o intuito de aumentar as vantagens do AM e AME, aperfeiçoar a qualidade da alimentação e cooperar na criação de hábitos saudáveis (BRASIL, 2019).

Desmame Precoce

Os fatores que ocasionam o interrompimento precoce são: o ingurgitamento mamário, dor, trauma, infecção, candidíase, bloqueio de ductos lactíferos, mastite, abscesso mamário e insuficiência de leite (ALVARENGA *et al.*, 2017). As dificuldades mamárias encontram-se entre a principal causa, visto que a particularidade do mamilo tem grande influência, mesmo que não as prejudiquem, as mudanças relacionadas à mama podem ser revertidas com estratégias adequadas de pega (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Do mesmo modo, os coeficientes tabagismo, grau de escolaridade, ausência do apoio familiar e as mulheres na primeira gestação, por não possuírem muita experiência e não procurarem ajuda dos profissionais da saúde. O uso de chupetas também é um dos motivos, pois elas provocam uma confusão nos bicos, gerando uma dificuldade na sucção da mama da mãe, tendo em vista que a sucção da chupeta é controversa ao bico do seio (FIALHO, *et al.*, 2014; BRASIL, 2019).

Dentre os motivos pertinentes à interrupção do aleitamento materno, é importante citar o estado civil, fatores sociais, idade, hipoativa, fatores psiquiátricos como a ansiedade e depressão pós-parto (AREIA *et al.*, 2020).

É relevante mencionar que quando o bebê está em aleitamento

materno exclusivo, ele fortalece as funções da mandíbula, maxilar, língua, palato duro e mole, e as arcadas dentárias, favorecendo o desenvolvimento adequado do motor-oral. Entretanto, quando ocorre o desmame precoce, o progresso motor-oral é interrompido, tornando-se inadequado (SANTOS *et al.*, 2016).

A indústria de fórmulas infantis desvaloriza e interfere a aptidão da mãe ao amamentar, quanto ao tipo de leite que a lactante produz. Levando ao desmame e desconsiderando as normas propostas pela OMS (RIEMENSCHNEIDER e D'AQUINO, 2017). A substituição do leite humano pelo leite de vaca é a substância causadora das alergias alimentares em bebês (CAVALCANTI *et al.*, 2018).

No meio de vários casos frequentemente mostrados sobre aleitamento, relatos como: o leite é fraco, não promove saciedade, é insuficiente, cólicas nos lactentes, fissuras, rejeição, são os motivos que prejudicam a amamentação correta. Em contrapartida existe o medo, insegurança e inexperiência da nutriz. Sendo compreendido que em cada caso tem sua personalidade, dessa maneira, constantemente a amamentação está sendo interrompida, mesmo que o interesse da mãe seja continuar (BATISTA e VEIGA, 2019).

A evolução do marketing

No decorrer do tempo o ato de amamentar tem vivido muitas influências, sendo elas sociais, culturais e questões estéticas, para a American Marketing Association (AMA), o marketing é um conjunto de processos para produzir, divulgar, transferir, trocar ideias e ofertas que agregam valores aos clientes, empresas e a sociedade (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2016). Essa estratégia precisa estar em constante evolução, visto que o marketing não para ele acompanha as mudanças de comportamento da sociedade (GOMES e KURY, 2013).

Segundo Kotler; Kartajaya e Setiawan (2017), essa ferramenta é um mercado em incessante funcionamento, sendo a mesma empregada para descobrir o que as pessoas almejam e como a empresa deve elaborar seus produtos, incluindo o processo de olhar para o consumidor, analisar as suas necessidades e/ou desejos e solucioná-las, empregando uma oferta cativante para estimular o desejo dos mesmos.

Dessa forma, essa prática remete desde o passado, através do método para a obtenção de produtos por meio da troca de mercadorias, conhecida como escambo. Ao longo dos anos as operações evoluíram, mas o objetivo continuava o mesmo, suprir necessidades (MACHADO, 2020).

Por volta dos anos 1970 todas as empresas passaram a exercer o marketing, se tornando uma ferramenta significativa, abrangendo desde o mundo dos negócios, até outros setores, como partidos políticos e organizações civis. Sendo conduzidas as perspectivas do marketing nas organizações de acordo com as mudanças que ocorrem nos hábitos de consumo e avanços tecnológicos (BARCELLOS e SCHELELA, 2018).

Dessa maneira, Kotler; Kartajaya e Setiawan (2017), classifica o marketing em quatro etapas, consistindo o primeiro estágio como a prática focada no produto e tendo a venda como sua meta, estando incluído o conceito de que, se for bom se venderá sozinho; a segunda etapa, visa o consumidor e seus contentamentos; o terceiro, é fundamentado nos clientes e suas atuações nos negócios; já a quarta etapa, objetiva personalizar o consumo de acordo com o cliente, com a transmissão da sensação de exclusividade e de afeto.

Com isso, para Kotler; Kartajaya e Setiawan (2017), considerado o “pai do marketing moderno”, o usuário conectado passa a se atentar aos pequenos detalhes na hora de decidir sua compra, levando em consideração as informações disponíveis na internet sobre o produto e o fabricante, desse modo, nota-se a abertura de novas áreas nas plataformas digitais, para facilitar o conhecimento do cliente, promovendo a possibilidade de obter novos produtos, feedback e atrair confiança.

Dentro do marketing existe um segmento voltado para a alimentação, tendo em vista que os alimentos são essenciais, houve um crescimento no investimento do marketing nas indústrias alimentícias (CECCATTO, 2018), produzindo e transformando produtos, de modo a satisfazer as necessidades e desejos do consumidor, conquistando a atenção através da publicidade e aplicando técnicas emocionais e afetivas (PIMENTA; ROCHA E MARCONDES, 2015).

Conforme Kotler e Keller (2015), as necessidades podem ser despertadas por estímulos internos, que são as necessidades fisiológicas (fome e sede), incluindo também questões físicas básicas como: roupa e moradia, sendo assim, o que é de fato essencial para o indivíduo. A partir das necessidades é que surgem os desejos, ou seja, é buscado o que cada um quer para atender e satisfazer suas vontades.

Para Kotler e Armstrong (2015, p.5), as necessidades se tornam desejos quando são voltadas a objetivos específicos que possam satisfazê-las, desta maneira, é um desejo por determinado bem ou serviço, cuja escolha é por influência, seja familiar, cultural e entre outros.

Marketing destinado a comercialização de produtos

As empresas utilizam o marketing para promover seus produtos, supervalorizando a semelhança ao leite materno e facilitando o preparo (EFSA, 2014).

O marketing das indústrias fabricantes de fórmulas infantis observou a insegurança da mãe com o leite, devido a mitos da amamentação, como “leite fraco” “pouco leite” e começaram a promover as fórmulas. Existem várias fórmulas infantis no mercado brasileiro, como exemplo, as fórmulas que devem ser utilizadas de 0 a 6 meses e as fórmulas infantis especiais (RIEMENSCHNEIDER e D’AQUINO, 2017).

Diante do exposto, as indústrias buscam criar as fórmulas artificiais infantis, que são obtidas facilmente em estabelecimentos comerciais. Por

essa razão, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou, em 1988, a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), com a finalidade de normalizar e fiscalizar a comercialização e a exposição desses produtos (IBFAN, 2021).

A norma foi embasada no Código Internacional de Comercialização de substitutos do leite materno e estabeleceu regras para a comercialização de fórmulas infantis, o regulamento alterou várias práticas em termos de propagandas, marketing e proteção do AM perante as pressões comerciais (ALMEIDA; RIBAS E LEANDRO, 2010).

A NBCAL enfatiza que os bicos artificiais podem interferir no aprendizado de sucção do bebê e alguns possíveis fatores que podem ser considerados nocivos ao uso de bicos, chupetas e mamadeiras, se for utilizado a longo prazo pode provocar alterações das cavidades orofaciais, alterações na dentição e infecções (IBFAN, 2021).

Campanhas publicitárias destinadas às nutrizes

O marketing social elabora ações de incentivo à saúde e prevenção de doenças, com o objetivo de transformar a percepção de questões sociais e influenciar comportamentos, que possam beneficiar a saúde e contribuir com o desenvolvimento da sociedade (REZENDE *et al.*, 2015). As campanhas buscam criar estratégias para atingir o público-alvo, através da estimulação de transformações, tanto na estrutura do ambiente quanto em atitudes e intenções (SILVA, 2016).

Segundo Martins *et al.* (2014), no marketing social poderão desenvolver atividades que possibilitem o empoderamento do indivíduo, articulando campanhas que fortalecem a mãe, reforçando a autoestima, transmitindo-se segurança, tranquilidade, informações e apoio.

Entre 2007 a 2010, o Ministério da Saúde produziu mais de dez publicações, entre guias, manuais, cartilhas e entre outros, com o tema aleitamento materno (KALIL, 2015). Esses materiais promovem e orientam sobre as vantagens da amamentação para a mãe e o bebê (KALIL; FERRAZ; AGUIAR, 2014).

A World Alliance for Breastfeeding Action (WABA) foi fundada em 14 de fevereiro de 1991, com o intuito de aumentar as taxas de aleitamento materno, para lutar contra a desnutrição infantil e para criar o banco de leite direcionado as crianças que perderam as mães ou não tem condições de serem amamentadas. Com isto, é realizado a Semana Mundial da Amamentação (SMAM) que ocorre todo ano no Brasil, entre 01 e 07 de agosto, contendo apoio de uma equipe multiprofissional, para incentivar esta prática (BRASIL, 2013).

O início do aleitamento materno é considerado uma forma defensora para a mortalidade neonatal. Porém, no Brasil a predominância da primeira amamentação ainda tem uma decadência, o que se faz necessário a recomendação da precisão de práticas, que envolvem os profissionais da

saúde para o progresso.

Papel da equipe multiprofissional na conduta do AM

Tendo em vista o conhecimento e prática sobre amamentação nos primeiros seis meses de vida entre os integrantes da equipe multiprofissional (ANTUNES *et al.*, 2017).

É imprescindível o papel do nutricionista quando se inicia o período do Pré-Natal, a influência de uma alimentação adequada pode evitar complicações durante o puerpério, prevenindo certas patologias, favorecendo a lactação e possibilitando ao recém-nascido um bom estado nutricional (LINHARES, 2017). O estudo de Silva *et al.* (2019) enfatiza que o nutricionista deverá realizar o acolhimento e orientações relacionadas ao AM com livre demanda, ressaltando a importância do contato pele a pele com a mãe.

Quanto a enfermagem, este profissional tem o papel de acompanhar desde o período pré-natal, parto e pós-parto, trazendo meios de atendimento como a orientação sobre a importância da amamentação, posicionamento e pega, conduzir nas possíveis dificuldades na amamentação, acolhimento, motivação e garantindo uma assistência de qualidade para as gestantes e puérperas (SILVA *et al.*, 2021).

Outro profissional que agrega a esta equipe é o psicólogo proporcionando a gestante um suporte para compartilhar suas expectativas, medos e aflições além de prevenir doenças como transtornos e depressão pós-parto, construindo assim uma autoconfiança, para que a mulher supere esses desafios de uma forma branda (CARVALHO, 2019).

Todavia, é significativo mencionar a contribuição do serviço social por ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno exclusivo. Sendo assim, um espaço submetido na prática profissional da assistência social na instituição, por meio da evolução do projeto voltado para as mães em defesa e estimulando a prática da amamentação exclusiva, através de informações socioeducativas e efetivação das leis que defendem esta prática dentro das políticas públicas de saúde (SILVA *et al.*, 2019).

Por meio disto, a representação do fonoaudiólogo é uma prática que estabelece apropriar ao sistema estomatognático, maturidade e coordenação dos mecanismos de sucção, deglutição, respiração e modificação da nutrição por via oral, de modo eficiente e seguro, ou seja, é uma perspectiva interdisciplinar, possibilitando a promoção do aleitamento materno (BASSO *et al.*, 2020).

OBJETIVOS

Objetivo geral

Averiguar a influência do marketing nos primeiros seis meses de vida da criança.

Objetivos específicos

Identificar as estratégias que o marketing utiliza para alcançar seu público: segmentação de mercado.

Elucidar a influência do marketing nas fórmulas infantis.

Acompanhar o avanço da NBCAL associado as mídias sociais.

JUSTIFICATIVA

Neste sentido, justifica-se uma necessidade científica, acadêmica e social de informar a respeito dos benefícios que o aleitamento materno pode oferecer, pois, além de possuir diversos nutrientes, vitaminas, minerais, proteínas, gorduras e carboidratos, ele é rico em anticorpos, imprescindíveis ao desenvolvimento imunológico e intelectual da criança, sendo suficiente para nutrir o bebê até os 6 primeiros meses de vida.

METODOLOGIA

Desenho de estudo

Refere-se a um trabalho de revisão bibliográfica integrativa no qual o assunto abordado teve natureza exploratória, compreendendo-se assim como uma revisão de literatura.

Coleta de dados

Foi coletado materiais bibliográficos em bancos de dados eletrônicos como Google Acadêmico, PubMed e Scientific Eletronic Livres Online (SciELO), tendo como foco revistas, livros, artigos e resumos publicados nos últimos 10 anos. Utilizando-se os seguintes descritores: aleitamento materno; marketing; desmame; fórmulas. As informações foram coletadas de agosto à novembro de 2021.

Análise de dados

A análise ocorreu através da preparação das informações, transformação do conteúdo, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação.

Critérios de inclusão

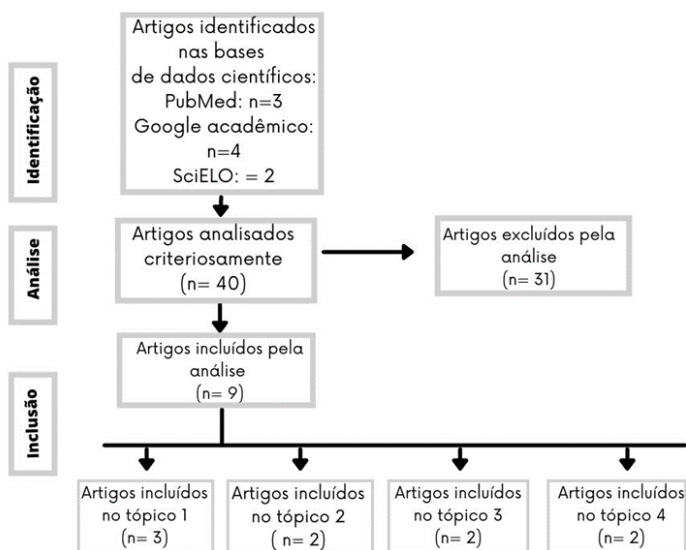
Foram incluídos artigos, revistas e resumos disponibilizados no Google acadêmico, PubMed e SciELO nos anos de 2010 a 2020. Idioma português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra gratuitamente e materiais que envolvam a temática.

Critérios exclusão

Foram descartados artigos não disponíveis na íntegra, que não englobam a temática proposta, publicados em outros idiomas e estejam fora do prazo estipulado.

A figura 1 representa o fluxograma para expor de forma mais detalhada as fases de elaboração do estudo.

Figura 1. Fluxograma do processo de identificação, análise e inclusão dos estudos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos analisados no quadro 1 proporcionou a extração das informações relevantes aos objetivos dessa revisão de literatura.

Quadro 1. Artigos selecionados para o levantamento bibliográfico.

| TÍTULO | OBJETIVO | AUTORES E ANO | METODOLOGIA | PRINCIPAIS CONCLUSÕES |
|---|--|---------------------|--|--|
| Prevalência do aleitamento materno no município de Belém em | Conhecer a prevalência do Aleitamento Materno em crianças até 02 anos de | VEIGA et al., 2020. | Estudo quantitativo de corte transversal descritivo e analítico, realizado nos postos de | Foi possível analisar que a maioria das mães e crianças das unidades de saúde estavam seguindo parcialmente as |

| | | | | |
|---|--|--------------------------------|---|---|
| três unidades básicas de saúde. | idade em unidades de saúde da cidade de Belém. | | vacinação em três unidades de saúde da cidade de Belém, população alvo de crianças até dois anos. Foi utilizado um questionário desenvolvido pelos autores para coletar informações sobre aleitamento materno com a mãe da criança. | orientações e protocolos do Ministério da Saúde. |
| A prática do aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal: situação atual e avanços. | Apresentar os indicadores de aleitamento materno (AM), obtidos na II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. | Venancio <i>et al.</i> , 2010. | Pesquisa de coorte transversal, envolvendo crianças menores de 1 ano de idade que participaram da segunda fase da campanha de multivacinação de 2008. | Houve melhora significativa da situação do AM na última década. Porém, ainda são necessários esforços para que o Brasil atinja índices de AM compatíveis com as recomendações da OMS. |
| Monitoramento do cumprimento da legislação. Brasil 2017 | Monitorar o cumprimento da legislação que visa a proteger o direito à amamentação no Brasil | IDEC, 2017. | O monitoramento nacional de 2017 envolveu 15 municípios de 9 estados brasileiros. | Foram identificadas 266 infrações em 68 empresas referentes aos produtos. |
| Monitoramento do cumprimento da legislação. Brasil 2020 | Monitorar o cumprimento da legislação que visa a proteger o direito à amamentação no Brasil. | IDEC, 2020. | O monitoramento de 2020 foi adaptado e teve como foco as lojas físicas e o ambiente digital, incluindo sites e redes sociais, envolvendo 12 estados brasileiros. | Foram identificadas 389 infrações de 101 empresas, referentes aos produtos. |
| Fórmulas para o público infantil: A promoção comercial nas rotulagens de fórmulas infantis e | As legislações de proteção ao (AM) evoluíram, as medidas de fiscalização mais severas para melhorar a qualidade da alimentação | ABRANTES E TABAI, 2013. | A pesquisa descritiva foi realizada no município do Rio de Janeiro e para as amostras foi realizado um levantamento das fórmulas infantis existentes no | As legislações de proteção ao aleitamento materno evoluíram, porém, medidas de fiscalização devem ser mais intensas para melhorar a rotulagem e promover a |

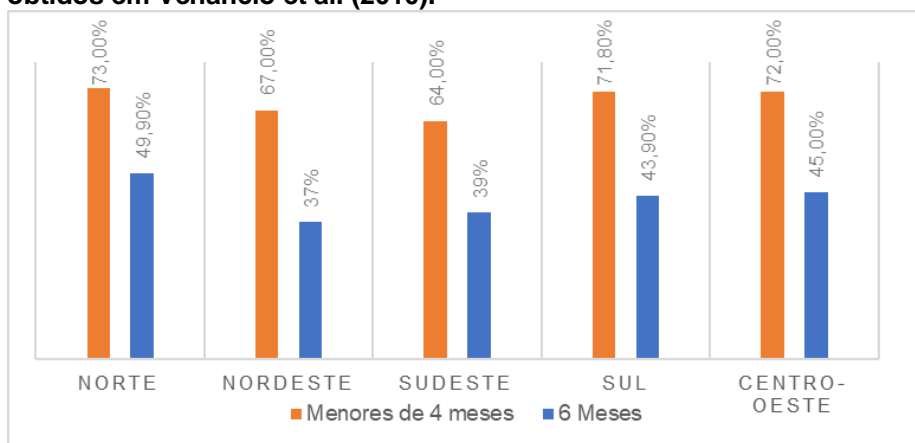
| | | | | |
|--|---|-------------------------------|--|--|
| sua adequação com a legislação vigente. | infantil. | | comércio varejista. Foram encontrados 25 produtos, distribuídos em cinco marcas comerciais. | qualidade da alimentação infantil. |
| Fatores sociodemográficos, perinatais e comportamentais associados aos tipos de leite consumidos por crianças menores de seis meses. | Avaliar os fatores associados ao consumo de leite materno (LM), fórmulas lácteas (FL) e leite de vaca (LV). | CARVALHO, 2017. | Estudo de coorte originado ao nascer com acompanhamento de crianças no 1º, 4º e 6º mês de vida, no município de Viçosa-MG. Avaliaram-se crianças de mesma faixa etária e com características similares às do presente estudo, as quais não foram incluídas na análise. | Desde o 1º mês a introdução de outros tipos de leite é elevada, revelando que ainda há muito a se percorrer para a garantia do aleitamento materno exclusivo até os 6 meses. |
| Indicadores de aleitamento materno no Brasil | Descrever a prevalência dos indicadores do aleitamento materno segundo macrorregião e analisar a tendência desses indicadores nos últimos 34 anos | ENANI, 2019. | Foi realizado uma pesquisa com desenho amostral complexo em três estágios e representatividade para todas as regiões do Brasil. O ENANI-2019 avaliou 14.584 crianças com menos de cinco anos de vida, foi organizado em três eixos. | Permitiu avaliar a evolução desses indicadores no decorrer de 34 anos no Brasil, com uma lacuna de conhecimento de 14 anos entre 2006 e 2020. |
| Fatores relacionados ao desmame precoce do aleitamento materno | Investigar os fatores relacionados ao desmame precoce antes dos seis meses de vida. | ANDRADE <i>et al.</i> , 2018. | Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem quantitativa, baseada em questionário com amostra de 52 mulheres com filhos de 0 a 6 meses de vida que não estavam mais em aleitamento materno exclusivo (AME) no município de Santo Antônio do | As atividades laborais, as crenças quanto ao leite materno ser fraco ou insuficiente para o bebê e a má interpretação do choro do recém-nascido estão entre as causas encontradas para o desmame precoce. Salienta-se a implementação de estratégias e ações educativas para a resolutividade quanto aos fatores |

| | | | | |
|---|--|----------------------------------|--|---|
| | | | Monte em Minas Gerais. | destacados. |
| Tendência de indicadores do aleitamento materno no Brasil em três décadas | Atualizar a tendência dos indicadores de aleitamento materno no Brasil nas últimas três décadas. | BOCCO LIMI <i>et al.</i> , 2017. | Utilizamos dados secundários dos inquéritos nacionais com informações sobre aleitamento materno para a construção da série histórica das prevalências do Aleitamento materno exclusivo e contínuo. | Esse resultado pode ser considerado um sinal de alerta, impõe avaliação e revisão das políticas e programas de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, fortalecendo as existentes para prevalecer os indicadores e retomem a tendência ascendente. |

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

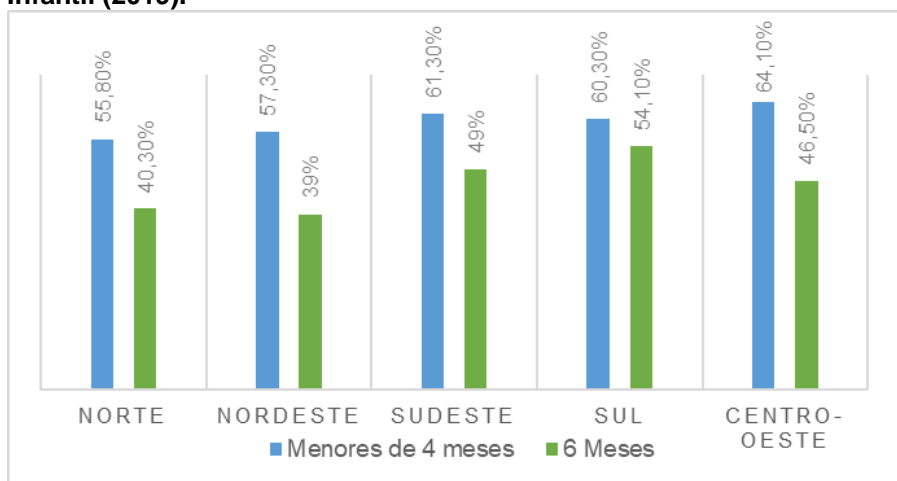
O aleitamento materno é imprescindível para o bebê, contendo todos os macros e micronutrientes necessários para nutri-lo exclusivamente até o 6º mês de vida (BOCCOLINI *et al.*, 2017). Deste modo, o gráfico 1 e 2 apresentam a prevalência do AM em crianças menores de 4 meses e com 6 meses.

Gráfico 1: Prevalência do AM nas Regiões Brasileiras, com dados obtidos em Venancio *et al.* (2010).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Gráfico 2: Prevalência do Aleitamento Materno nas Regiões Brasileiras, com dados obtidos em Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

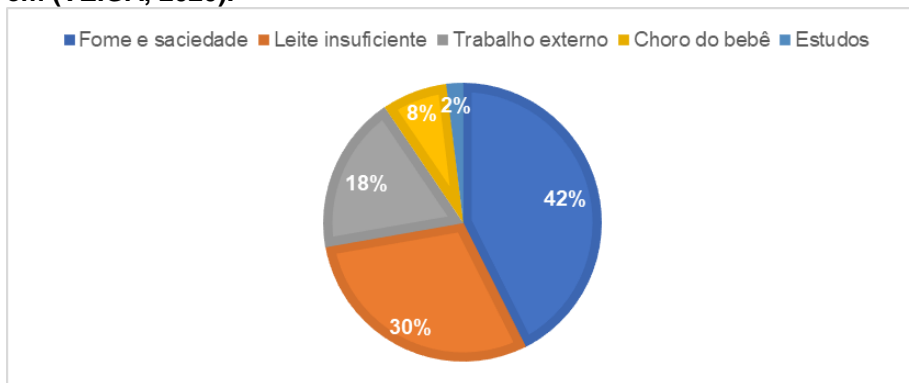
No gráfico 1, Venancio *et al.* (2010), realizou uma pesquisa onde foi possível perceber que a região Norte se destacou com 73% da prevalência do AM em crianças menores de 4 meses. Já no gráfico 2 foi verificado que os dados divulgados pelo Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), obteve prevalência na região Centro-Oeste (64,10%), enquanto na região Norte foi possível observar que esta possui a taxa de 55,5%, sendo a menor entre as demais regiões (ENANI, 2019).

A prevalência do AM em bebês com 6 meses, de acordo com o gráfico 1, foi na região Norte com 49,9%, destacando-se pelo percentual obtido, no entanto, no gráfico 2, a localidade caracterizada com maior porcentagem foi a região Sul com 54,10% e a região Norte decaiu para 40,3%.

Comparando os gráficos é possível observar o avanço de algumas regiões e a queda de outras, tal como a região Norte que teve diferentes resultados, constatando que apesar da região Norte realizar práticas de incentivo ao AM, estas não foram suficientes para manter uma crescente. Contudo os resultados estão aquém do preconizado pela OMS para o ano de 2030, com isto, é de extrema importância a participação das entidades de classe na mobilização da sociedade e a participação do governo para elevar os índices do aleitamento materno nas regiões, pois estes percentuais reforçam a necessidade de se intensificar novas ações de incentivo, promoção e apoio, com o objetivo de aumentar a prevalência e a duração do AM.

A amamentação tem tido muitas interferências, seja elas sociais, culturais ou questões estéticas. Portanto, o gráfico 3 ilustra os motivos que induzem ao desmame precoce.

Gráfico 3: Fatores que influenciam o desmame precoce, dados obtidos em (VEIGA, 2020).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

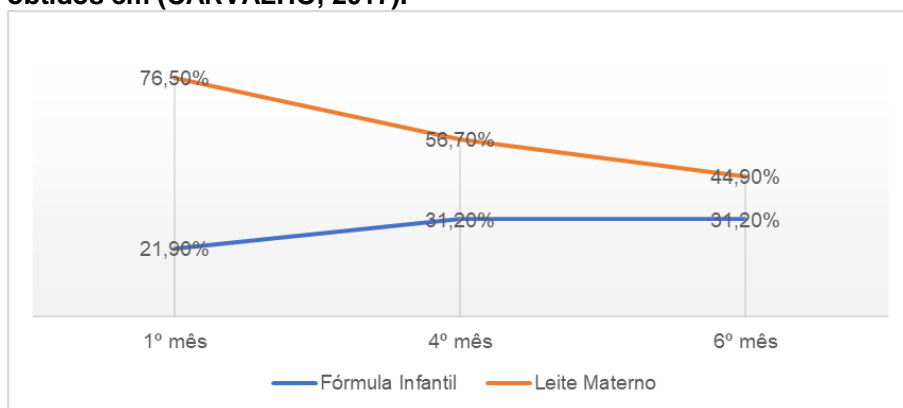
Os maiores percentuais observados são: fome e saciedade com 42%, seguido do leite insuficiente com 30% e trabalho externo 18%.

Sendo notório que uma das maiores causas do desmame encontra-se nos mitos da amamentação, ocasionado por influências ou falta de conhecimento. Veiga (2020) menciona que algumas mães relatam que seus bebês não sentem saciedade com o AME e por isso ofertam precocemente outros alimentos, em contrapartida existe o medo e a insegurança da mãe. Com isto, Andrade *et al.* (2018), afirma que as puérperas acreditam que o leite seja fraco no início da amamentação por ser transparente, ou seja, as mães associam que não seja suficiente e sentem a incapacidade de sustentar o seu bebê. Outro motivo influente é o trabalho externo, em razão da licença maternidade ser somente até os 4 meses, ocasionando assim o desmame precoce.

Para conseguir reverter as causas da interrupção do AM, é fundamental compreendê-las dentro do contexto socioeconômico e cultural a qual está inserida, e tentar efetuar um planejamento com a rede de apoio. Os mitos são frequentes e costumam ter grande influência durante o período da amamentação, é possível constatar os relatos das mães com “peito não produz leite suficiente” “só o leite não mata a sede do bebê”, favorecendo assim a introdução de mamadeiras, chupetas, chás, água e suco e interferindo no AME.

Desta forma, o gráfico 4 apresenta a evolução do consumo de fórmulas até o 6º mês de vida.

Gráfico 4: Evolução do consumo de fórmulas infantis e leite materno entre crianças no 1º, 4º e 6º mês de vida no ano de 2011-2012, com dados obtidos em (CARVALHO, 2017).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Nota-se que no gráfico 4, as taxas de leite materno no 1º mês de vida foram de 76,50%, no 4º mês equivale a 56,70% e no 6º mês a taxa diminui para 44,90%, caracterizando uma redução do AME no 6º mês e um crescimento gradativo do consumo de fórmulas infantis.

A evolução do consumo de fórmulas, demonstrado pelo gráfico 4, identificou a redução do AME do 4º ao 6º mês, que está associado com o aumento do consumo de fórmulas, por exemplo o uso de chupetas, mamadeiras, água e chá, além disso, destaca-se o trabalho materno no 4º mês, coincidindo com o fim da licença maternidade e pouco contato com o bebê.

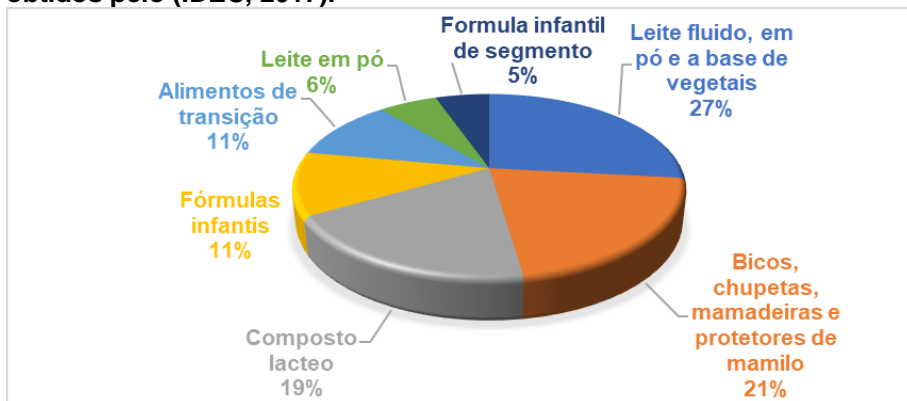
Já no estudo do Abrantes (2013), o avanço do consumo de fórmulas está relacionado ao marketing de produtos, realizado pelas indústrias fabricantes, onde são capazes de observar uma necessidade ou fragilidade do consumidor, entre elas a insegurança da mãe com o leite materno, correspondente a mitos da amamentação.

É perceptível a diminuição do AM, sendo ocasionada tanto pela legislação do mercado de trabalho que estabelece o direito da licença maternidade só até 4 meses, quanto pelo marketing de produtos, devido a estratégias utilizadas, como: os rótulos possuem informações que induzem e estimulam o uso das fórmulas, e fazem referência a falsos conceito das vantagens, e frases que demonstrem ou possibilitem o questionamento da capacidade das mães em amamentarem seus filhos, os produtos também contém fotos, personagens infantis, representações gráficas, imagens de crianças e entre outros, com o intuito de cativar o uso do produto.

Anualmente é executado pela IBFAN (Rede internacional em Defesa do Direito de Amamentar) juntamente com o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) os monitoramentos do cumprimento da legislação da NBCAL visando proteger o direito da amamentação no Brasil. O gráfico 5 e 6

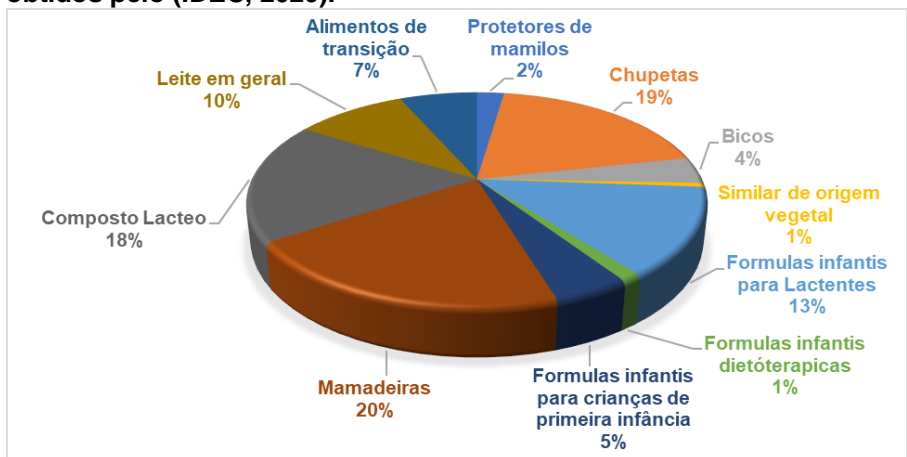
ilustram o monitoramento do cumprimento da NBCAL.

Gráfico 5: Monitoramento do cumprimento da legislação, com dados obtidos pelo (IDEC, 2017).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Gráfico 6: Monitoramento do cumprimento da legislação, com dados obtidos pelo (IDEC, 2020).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Demonstrado pelo gráfico 5, o monitoramento apresentou 266 infrações de 68 empresas, correspondentes a fórmulas infantis com 11%, composto lácteo 19%, bicos, chupetas, mamadeiras e protetores de mamilo 21%. Entretanto, no gráfico 6, o IDEC implementou um novo monitoramento adaptado, em consequência da então pandemia da covid-19 e por consequência o distanciamento social, com foco nas mídias digitais, incluindo redes sociais. Foram encontradas 389 infrações de 101 empresas, pertencentes aos seguintes produtos, com ênfase de 20% para as

mamadeiras, 19% de chupetas e 18% de composto lacteo, protetores de mamilo 2%, bicos 4%, fórmula infantil para lactentes 13%.

A pandemia criou ou adaptou novos cenários na questão de lojas físicas, onde o público teve que se reinventar, durante o momento pandêmico mercados digitais cresceram de forma significativa, por exemplo, desde compras de alimentos a utensílios, todas passaram por adaptações, não sendo diferente para o mercado de produtos infantis. O estudo permitiu um olhar esclarecedor, no primeiro momento, representado pelo gráfico 5, as pessoas costumavam ir aos estabelecimentos físicos e no segundo momento, ilustrado pelo gráfico 6, o contexto é totalmente diferente, a sociedade precisou se adequar as compras online.

Como consequência da pandemia houve uma grande disseminação de falsas ideias, onde as mães passaram a acreditar que não poderiam amamentar por causa do Covid-19, ocasionando a interrupção do AM e justificando o aumento do consumo dos produtos infantis.

O marketing digital é relevante para as empresas, tendo em vista que as pessoas buscam informações na internet constantemente, a comodidade, o conforto e a facilidade de acesso estão sendo cada vez mais buscados pelo público, especialmente durante a pandemia, que as compras online se tornaram mais viáveis, com a simplicidade de receber o produto em casa, assim beneficiando o marketing.

É perceptível que durante a pandemia ocorreu um aumento da publicidade, principalmente nas redes sociais, onde a indústria favorece publicações para enaltecer a suposta qualidade dos seus produtos e garantindo benefícios, usando frases como “com nutrientes que ajudam na imunidade”, induzindo assim a compra, principalmente quando tocado em um tema tão sensível perante a pandemia. A IBFAN (2021) relata que há uma dificuldade em fiscalizar as mídias digitais, por não ficar evidente a relação da empresa com o usuário da rede social, por isso as empresas utilizam os influenciadores digitais para divulgar seus produtos, devido causarem um significativo impacto no comportamento do consumidor.

Nota-se que o monitoramento é de extrema importância, devido as consequências que o marketing pode causar, proporcionando a comparação de fórmulas infantis ao leite materno, com imagens e frases estimulantes, e para assegurar a alimentação infantil. A regulamentação enfatiza que os bicos artificiais podem interferir na sucção do bebê assim como o uso das chupetas e mamadeiras se forem utilizados a longo prazo, podendo ocasionar alterações na dentição e nas cavidades orofaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou algumas estratégias utilizadas pelo marketing para alcançar seus objetivos, uma delas é analisar as necessidades, desejos, interesses e o comportamento das mães, verificando seus pontos fracos e gerando dúvidas sobre a capacidade da amamentação,

para que assim consigam traçar planos propagandas, atendendo de uma forma rápida as inseguranças.

Observando as indústrias de fórmulas infantis, é notório a permanência da elaboração de maneiras para incentivar o público-alvo, é pertinente evidenciar que as redes sociais servem como um aliado para influenciar o consumidor, não só pela praticidade mas também pela forma como esse marketing dos produtos é visto, sendo ele através de imagens chamativas ou informações que fazem “semelhança” ao leite materno, contendo frases que são capazes de induzir o uso dos produtos, em virtude do falso conceito de vantagem ou segurança.

Logo, destaca-se a importância do monitoramento da NBCAL, tendo em vista que, a IBFAN tem sido a única organização não governamental a realizar trabalhos com intuito de defender a amamentação, o que é alarmante pois as infrações tendem a crescer, com as indústrias criando cada vez mais estratégias para persuadir o público a usufruir maneiras impróprias de fórmulas, chupetas, mamadeiras e entre outros.

Desta forma, é primordial a intensificação de ações educativas com a equipe multidisciplinar para promover o AM, propagando as informações necessárias sobre os benefícios e soluções para as mães desde o pré-natal, e elaborar estratégias de marketing social, a fim de sensibilizar o público-alvo e instrumentalizá-los no cumprimento da NBCAL. Com isso, é pertinente o papel do nutricionista na área de marketing, para garantir ao público as informações necessárias e adequadas sobre os produtos infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Viviane Regina Santos; TABAI, Kátia Cilene. Fórmulas para o público infantil: a promoção comercial nas rotulagens de fórmulas infantis e sua adequação com a legislação vigente. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 24, n. 2, p. 021-037, 2013.

ALVARENGA, Sandra Cristina et al. Fatores que influenciam o desmame precoce. **Aquichan**, v. 17, n. 1, p. 93-103, 2017.

ALVES, Yamê Regina et al. A amamentação sob a égide de redes de apoio: uma estratégia facilitadora. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2019.

ALMEIDA, Luciene Nascimento de; RIBAS, José Roberto; LEANDRO, Adilson dos Santos. Os formadores de opinião na alimentação infantil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 761-774, 2010.

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION (AMA). About AMA: definition of marketing. Chicago, 2016.

ANDRADE, H. S.; PESSOA, R. A.; DONIZETE, L. C. V. Fatores relacionados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Revista Brasileira de**

Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 1–11, 2018. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1698>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ANTUNES, Marcos Benatti et al. Amamentação na primeira hora de vida: conhecimento e prática da equipe multiprofissional. **Avances en Enfermería**, v. 35, n. 1, p. 19-29, 2017.

AREIA, Jucelia Santos et al. As principais motivações elencadas para o desmame precoce por lactantes adultas: revisão integrativa da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 41, p. e2568-e2568, 2020.

AUTORIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR - EFSA. Parecer científico sobre a composição essencial de fórmulas infantis e de transição. EFSA. **Journal**. Parma, Itália. v.12, n. 7. 2014.

BARCELLOS, Ricardo; SCHELELA, Simone Schuster. Marketing e vendas. 2018.

BATISTA, Christyann Lima Campos et al. Influência do uso de chupetas e mamadeiras na prática do aleitamento materno. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 5, n. 2, p. 184-191, 2017.

BARBOSA, Gef et al. Dificuldades iniciais com a técnica da mamada e impacto na duração do aleitamento materno exclusivo. **Revista Brasileira de saúde Materno Infantil**, 2018;

BASSO, Caroline Stefani Dias et al. Índice de aleitamento materno e atuação fonoaudiológica no Método Canguru. **Revista Cefac**, v. 21, 2020.

BATISTA, Luana Carolyne Barbosa; VEIGA, Larissa de Lima Pessoa. Desmame precoce e fatores de risco para os recém-nascidos. **Gep News**, v. 3, n. 3, p. 57-58, 2019.

BOCCOLINI, C. S. et al. Tendência de indicadores do aleitamento materno no Brasil em três décadas. **Revista de Saúde Pública**, n. 108, p. 1-9, 2017.

Brasil. Decreto N° 8.552, de 3 de novembro de 2015. Regulamenta a Lei 11.265/2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos. **Diário Oficial União**. 4 nov 2015; Seção 1;5.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção primária à saúde. **Departamento de atenção básica**. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2ª Edição. Brasília: MS; 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Departamento de promoção da saúde**. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília: MS; 2013.

Brasil. Nações Unidas. UNICEF: apenas 40% das crianças no mundo recebem amamentação exclusiva no início da vida. 2019.

CARVALHO, Carolina Abreu de et al. Fatores sociodemográficos, perinatais e comportamentais associados aos tipos de leite consumidos por crianças menores de seis meses: coorte de nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3699-3710, 2017.

Carvalho GM, Oliveira LR, Santos RV, Camiá GEK, Soares LH. Transtornos mentais em puérperas: análise da produção de conhecimento nos últimos anos. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 2, n 4, 2019.

CAVALCANTI, Rafaela dos Santos; AZEVEDO, Adna Raquel Felinto de; ONE, Giselle Medeiros da Costa. Desmame precoce: O papel do leite materno na prevenção de alergia e fortalecimento da imunidade. **Revista Campo do Saber**, v.3, n.3, 2018.

CARVALHO, Daniele Barradas de et al. A importância da fisioterapia na lactação. **Revista Ciência & Saberes-UniFacema**, v. 4, n. 1, p. 848-853, 2018.

CECCATTO, Daiane et al. A influência da mídia no consumo alimentar infantil: uma revisão da literatura. **Conselho Editorial**, p. 140, 2018.

CIAMPO, L. A.; CIAMPO, I. R. L. Aleitamento materno e seus benefícios para a saúde da mulher. **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia**, v. 40, n. 6, p. 354-359, 2018.

DEOLINDO, Hérica Cristina; VILELA, Brunna Sullara. AVALIAÇÃO DO PERFIL NUTRICIONAL DE PRÉ-ESCOLARES SUBMETIDOS AO DESMAME PRECOCE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ILICÍNEA-MG. 2018.

Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019: Resultados preliminares – Indicadores de aleitamento materno no Brasil. **UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2020. 9 p

FIALHO FA, et al. Fatores associados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Revista Cuidarte**, 2014; 5(1): 670-678.

GIESTA, Juliana Mariante et al. Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. v. 24, 2019.

GOMES, M.; KURY, G. A evolução do marketing para o marketing 3.0: O marketing de causa. **XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Mossoró- RN, 2013.

IBFAN Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.ibfan.org.br/site/monitoramento-da-nbcal-2020>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Defesa da amamentação, o monitoramento do cumprimento da legislação, 2017. Disponível em: <https://idec.org.br/defesa-da-amamentacao/monitoramento>. Acesso em: 01 de nov. de 2021.

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Defesa da amamentação, o monitoramento do cumprimento da legislação, 2020. Disponível em: <https://idec.org.br/defesa-da-amamentacao/monitoramento>. Acesso em: 01 de nov. de 2021.

KALIL, Irene Rocha; FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Da intenção ao gesto: aproximações e distanciamentos entre informações oficiais e percepções maternas sobre amamentação. In: **Diálogos de la Comunicación**, n. 88, p. 1-18, jan/jun. 2014.

_____. De silêncio e som: a produção de sentidos nos discursos oficiais de promoção e orientação ao aleitamento materno brasileiros. 2015. 244 f. **Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde**, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

KEBEDE, T. et al. Interrupção do aleitamento materno exclusivo e fatores associados entre empregadas mães na cidade de Dukem, na Etiópia Central. **International Breastfeeding Journal**, n. 6, pág. 1-10, 2020.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G, Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: **Person Educacional do Brasil**, 2015.

KOTLER, Philp; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0; Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, P.; KELLER K.L. Marketing Management, Global Edition, 15ª Ed. **Global-Edition**, 2015, 832 pp.

Linhares AO, Cesar JA. Suplementação com ácido fólico entre gestantes no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Ciência & Saúde Coleva**. 2017; 22(1):535-542.

MACHADO, F. S. A relação do marketing com a sustentabilidade. **Revista Científica Semana Acadêmica**. v. 1, 2020.

MARTINS, Oliva et al. O marketing social e a promoção de mudanças estruturais no aleitamento materno. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 4, p. 370-380, 2014.

Ministério da Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos. Um guia para o profissional da saúde na atenção básica. **2a Ed. Brasília: Ministério da Saúde**; 2013.

MOREIRA, Cruz NV LA, Linhares FMP, Guedes TG, Martins FDP, Pontes CM. Apoio à mulher / nutriz nas peças publicitárias do mundo Semana da Amamentação. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2017.

ODOM E, Li R, Scanlon K, Perrine C, Grummer-Strawn L. Associação de família e opinião do profissional de saúde sobre alimentação infantil com a decisão das mães sobre a amamentação. **J Acad Nutr Diet** 2014; 114: 1203-7. 2014.

OLIVEIRA, Carolina Sampaio de et al. Amamentação e as intercorrências que contribuem para o desmame precoce. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s.l.], v. 36, n., p.16-23, 2015.

PEREIRA, Cecília Teresa Muniz et al. Alimentos para lactentes e crianças de primeira infância: Uma avaliação da rotulagem. **FUNDAMENTOS DA NUTRIÇÃO – Vol. 2**, p. 56. 2017.

PIMENTA, T. A. M.; ROCHA, R.; MARCONDES, N. A. V. Políticas públicas de intervenção na obesidade infantil no Brasil: uma breve análise da política nacional de alimentação e nutrição e política nacional de promoção da saúde. **Cient Ciênc Biol Saúde**, v.17, n.2, p. 139-146, 2015.

RIEMENSCHNEIDER, Patrícia Strauss; D'AQUINO, Lúcia. Maternidade, redes sociais e sociedade de consumo: vulnerabilidade ou empoderamento da lactante? In: **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. Santa Maria (RS): UFSM, 2017.

REZENDE, L. B. O. et al. Doação de órgãos no Brasil: uma análise das campanhas governamentais sob a perspectiva do marketing social. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, vol. 14, n. 3, p. 362-376, 2015.

ROCHA, I. S. et al. Influência da autoconfiança materna sobre o aleitamento materno exclusivo aos seis meses de idade: uma revisão sistemática. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3609-3619, 2018.

RODRIGUES, Bruna Caroline et al. Aleitamento materno e desmame: um olhar sobre as vivências de mães enfermeiras. **Rev Rene**, v. 15, n. 5, p. 832-841, 2014.

SANTOS, A. A. et al. Aleitamento materno X aleitamento artificial. In: Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes, 18., 2016, Aracaju. **Anais eletrônicos**. Editora Universitária Tiradentes, 2016. p. 1-4.

SILVA, Dyandra Janylle Rosário da et al. O trabalho da/o assistente social em uma maternidade da região de saúde dos caetés, PARÁ. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2019.

SILVA, Cristiane; TESSAROLO, Felipe. Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Faculdades Integradas Espírito Santense – FAESA. São Paulo, 2016.

SILVA, Cristianny Miranda et al. Práticas educativas segundo os “Dez passos para o sucesso do aleitamento materno” em um Banco de Leite Humano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1661-1671, 2017.

SILVA, Mariane Alves et al. Relação entre os tipos de aleitamento materno e o consumo de vitamina A e ferro em crianças de 6 a 12 meses. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4009-4018, 2019.

SILVA, Izabelle Barreto et al. Cuidado de enfermagem sobre amamentação durante o pré-natal e puerpério. **REVISTA SAÚDE MULTIDISCIPLINAR**, v. 10, n. 2, 2021.

VENANCIO, Sonia I. et al. A prática do aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal: situação atual e avanços. **Jornal de Pediatria**, v. 86, n. 4, p. 317-324, 2010.

VEIGA, Milena Lins et al. Prevalência do aleitamento materno no município de Belém em três unidades básicas de saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 9864-9874, 2020.

VICTORA, C.G. Amamentação no século 21: epidemiologia, mecanismos, e efeitos ao longo da vida. **Revista de Epidemiologia e Serviços em Saúde**. v. 25, n. 1, 2016.

Gabriel Gardhel Costa Araujo
Mestre em Educação Física (UFMA).

Thaynara Pereira Silva
Graduanda em Fisioterapia (CEST).

Angra Santos de Oliveira
Graduada em Fisioterapia (UNINASSAU).

Lucas Daniel Costa Alves
Graduado em Fisioterapia (CEUMA).

Rodrigo Martins Silva Caetano
Especialista em Ortopedia e Traumatologia (Hospital Santa Marcelina/SP).

Pâmela Stephany Silva dos Santos
Graduanda em Fisioterapia (CEST).

Washington William Mendes Rabelo
Graduado em Fisioterapia (CEUMA).

RESUMO

Introdução: A doença de Parkinson (DP) se constitui em uma afecção crônica, progressiva e idiopática do sistema nervoso central, resultando em perturbações do tônus, posturas anormais e movimentos involuntários, onde o aumento da idade é o fator de maior prevalência. **Objetivo:** consistiu em discorrer sobre a atuação da Fisioterapia no tratamento de idosos com a Doença de Parkinson. **Método:** revisão da literatura narrativa, realizada por meio de um levantamento bibliográfico nas bases de dados da área de saúde: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Como critérios de inclusão para o estudo foram coletados artigos científicos completos, publicados na área da saúde entre o período de 2012 a 2018, nos idiomas inglês e português, que abrangessem o tema proposto. **Resultados:** verificou-se que a atuação da Fisioterapia junto ao idoso parkinsoniano, ocorre por meio de exercícios fisioterapêuticos, como a facilitação neuromuscular proprioceptiva, fortalecimento muscular, exercícios em plataforma vibratória, protocolo fisioterapêutico, dupla tarefa, formação rítmica, fisioterapia aquática, pilates e exercícios respiratórios. **Conclusão:** o papel da Fisioterapia torna-se relevante junto ao idoso com DP, pois possibilita retardar o aparecimento do comprometimento funcional, melhorando o equilíbrio, marcha, respiração, postura corporal, mantendo a atividade muscular, portanto, reduzindo a evolução da doença e sua sintomatologia, promovendo a realização de tarefas cotidianas que propiciem a autonomia dos idosos parkinsonianos.

Palavras-chave: fisioterapia; doença de Parkinson; idoso.

INTRODUÇÃO

A Doença de Parkinson (DP) se constitui em uma afecção crônica, progressiva e idiopática do sistema nervoso central. O principal achado patológico desta enfermidade é a degeneração de neurônios da parte compacta da substância negra, que ocasiona a redução de dopamina e surgimento dos sintomas da DP, deteriorando os parâmetros físicos, incidindo na limitação funcional e diminuição da aptidão física (CARMO et al., 2017; SILVA; CORIOLANO; MONTEIRO, 2017).

Considera-se a DP como a segunda doença degenerativa que mais afeta idosos, atingindo entre 0,5% e 1% da população na faixa etária de 65 e 69 anos e de 1% a 3% da população com mais de 80 anos de idade. Estima-se que até 2020 esta enfermidade acometa mais de 40 milhões de pessoas no mundo (FLORIANO et al., 2015; CARMO et al., 2017).

O quadro clínico da DP revela-se principalmente pela tríade: tremor, rigidez e bradicinesia. O paciente poderá apresentar ainda o sinal da roda dentada e instabilidade postural, distúrbios da marcha, fácies em máscara, alteração de voz, disartria, sialorreia, disfunção sexual, câimbras, dores, parestesias, disfagia, incontinência urinária, obstipação intestinal, alterações da escrita (micrografia), distúrbios do sono, bradifrenia, depressão e demência (SOARES et al., 2014; LEMES et al., 2016; CARMO et al., 2017).

Os sintomas clássicos da DP podem acarretar na limitação das atividades cotidianas desde o início da doença, que ao progredir provoca modificação na postura e na marcha, contribuindo para o elevado risco de quedas, reduzindo o nível de atividade, ocasionando maior imobilidade nesses indivíduos. A hesitação no início da marcha (freezing) associada à diminuição da mobilidade (hipocinesia) incide na perda de independência funcional (SOUSA et al. 2012).

Nos estágios mais avançados da DP, mudanças de postura e marcha podem ocorrer, caracterizados por pequenos passos desordenados que contribuem para a instabilidade postural, menor base de marcha, menor comprimento da passada, dificuldade de iniciar e finalizar a marcha e de superar obstáculos e mudar de direção, podendo congelar a marcha, causando festinações e quedas. A progressão da doença, ocasiona ainda a diminuição da capacidade de realizar atividades diárias, e tarefas simultâneas, ocasionando perda de independência e redução da qualidade de vida (BUENO et al., 2017; SANTOS et al., 2016).

O diagnóstico precoce da DP é essencial, assim como o tratamento da doença, a fim de controlar seus sintomas. Neste sentido, a terapia de reabilitação é amplamente recomendada em parkinsonianos, principalmente aos que não respondem ao tratamento farmacológico (SOARES et al., 2014)

Como tratamento de reabilitação de idosos parkinsonianos tem-se a Fisioterapia, que visa reduzir as repercussões motoras, preservar a autonomia do doente de Parkinson na realização de atividades cotidianas, por meio da promoção de exercícios que visam manter a atividade muscular, além de minimizar e retardar a evolução dos sintomas e preservar a

mobilidade desses indivíduos (SILVA; CORIOLANO; MONTEIRO, 2017).

Conforme o exposto, verifica-se a gravidade da DP na saúde do idoso, prejudicando sua qualidade de vida. Diante disso, o tratamento fisioterapêutico é essencial para reduzir a evolução da doença e propiciar o bem-estar desses pacientes. Diante disso, o objetivo do presente estudo consistiu em discorrer sobre a atuação da Fisioterapia no tratamento de idosos com a Doença de Parkinson.

METODOLOGIA

O método a ser aplicado na realização da pesquisa foi a revisão integrativa este método difere da revisão tradicional, especialmente pelo seu rigor científico, uma vez que busca durante todas as etapas da pesquisa superar possíveis vieses. Trata-se de um instrumento utilizado na prática baseado em evidências (PBE) que possibilita além da construção do conhecimento científico sobre um determinado assunto que não está suficientemente fundamentado, na aplicação na prática dos profissionais (BENEFIELD, 2003; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008) por meio desse método pretende-se alcançar os objetivos traçados no estudo.

As fontes de informação para a pesquisa foram buscadas nas bases de dados na área da saúde, compreendendo: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Para a busca dos estudos primários nas respectivas bases de dados, foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), compreendendo: fisioterapia, Doença de Parkinson e Idoso, associados a operadores AND e OR.

Como critérios de inclusão para o estudo foram coletados artigos científicos completos, publicados na área da saúde entre o período de 2012 a 2018, nos idiomas inglês e português, que abrangessem o tema proposto. Já os critérios de exclusão constarão de: livros, dissertações, teses, sites, artigos que não sejam científicos, assim como aqueles incompletos.

Após a coleta do material pesquisado, conforme critério de inclusão e exclusão traçados, houve posterior leitura interpretativa dos mesmos, verificando-se concordâncias e discordância conforme os objetivos definidos.

RESULTADOS

Foram encontrados quadros sinópticos contendo os principais resultados dos estudos para a realização da presente revisão integrativa de literatura, selecionaram-se 9 artigos científicos, os quais foram analisados de acordo com os critérios de inclusão instituídos, conforme apresentado no Quadro 1.

Nos estudos analisados, verificou-se que a Fisioterapia pode atuar junto aos idosos diagnosticados com doença de Parkinson.

Na reabilitação do idoso com DP os exercícios respiratórios são importante terapias, assim como o fortalecimento muscular, a facilitação

neuromuscular proprioceptiva, os exercícios em plataforma vibratória, fisioterapia aquática.

No tratamento da marcha de idosos parkinsonianos, tem-se a formação rítmica, treinamento com bola suíça e dupla tarefa. Tem-se ainda como um recurso terapêutico bastante utilizado o Pilates.

Um protocolo fisioterapêutico pode também trazer eficaz resultado ao sistema cognitivo-perceptual de idosos parkinsonianos com a aplicação da intervenção e *follow up*.

| AUTORES/ ANO DE PUBLICAÇÃO | OBJETIVOS | MÉTODOS E MATERIAIS | RESULTADOS/ CONCLUSÕES |
|---|--|---|--|
| SANTOS, T. et al., 2012. | Explorar os efeitos de uma intervenção Fisioterapêutica baseada na Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (FNP) em sujeitos DP | Ensaio clínico, longitudinal e prospectivo, com 4 pacientes com média de idade de 65,25 anos. A intervenção fisioterapêutica durou dois meses, ocorrendo duas vezes por semana, com sessões de 50 minutos, conforme os procedimentos básicos da facilitação neuromuscular proprioceptiva, constando de 10 repetições de cada diagonal (membro superior e cintura escapular- flexão-abdução-rotação externa com extensão de cotovelo; póstero-elevação de cintura escapular; membro inferior e cintura pélvica - flexão-abdução-rotação externa com extensão do joelho e dorsiflexão do tornozelo; ântero-depressão de cintura pélvica; e combinações de padrões para o tronco - extensão de tronco superior com flexão de tronco inferior), no mínimo, um minuto de repouso entre cada série. | O tratamento fisioterapêutico por facilitação neuromuscular proprioceptiva proporcionou aos parkinsonianos melhora nos aspectos cinéticos funcionais e execução das atividades diárias. Ao final das sessões verificou-se melhora nos aspectos cinéticos funcionais e na execução das atividades cotidianas dos pacientes parkinsonianos |
| BERTOLDI, C. B.; SILVA, J. A. M. G.; FAGANELLO-NAVEGA, F. R. 2013 | Avaliar o efeito do fortalecimento muscular no equilíbrio, mobilidade e na qualidade de vida de indivíduos com DP, e verificar a correlação entre fortalecimento | Os exercícios foram realizados junto a 9 parkinsonianos com média de idade de 69,5 anos, duas vezes por semana, durante 12 semanas, com tempo de uma hora cada sessão. As atividades físicas foram realizadas em três séries de dez repetições em cadeia cinética aberta, utilizando aparelhos de mecanoterapia (flexores e extensores do | No término da terapia verificaram aumento significativo de força, além da melhora no fortalecimento muscular, equilíbrio e qualidade de vida dos parkinsonianos |

| | | | |
|-------------------------------|--|--|---|
| | muscular e qualidade de vida. | joelho – mesa flexoextensora; abdutores e adutores do quadril – cadeira adutora/abdução horizontal do ombro – máquina para supino; flexores do antebraço – aparelho para rosca direta; extensores do antebraço – halteres). | |
| SOARES, L. T. et al., 2014 | Avaliar o efeito de um protocolo de vibração de todo o corpo em equilíbrio, marcha e qualidade de vida dos pacientes com DP, que não respondem ao tratamento farmacológico | Estudo com 10 idosos com DP que não respondiam ao tratamento com medicamentos, realizando 12 sessões, por meio de um protocolo de vibração de todo o corpo agachamento, flexão plantar, contração isométrica dos membros e <i>single-leg balance</i> , compreendendo três conjuntos, cada um em uma plataforma vibratória (2mm e 35Hz) em 10 pacientes com DP. Pelas primeiras 3 sessões, os pacientes foram submetidos a 20 segundos de exercício e 20 segundos de descanso. Após a terceira sessão, o tratamento foi 40 segundos de exercício e 20 segundos de descanso. O teste de Tinetti foi aplicado antes e após o tratamento, para avaliar o equilíbrio e a marcha, e a doença de Parkinson na qualidade de vida do questionário (PDQL-BR) | Ao final da terapia, constataram entre os pacientes melhoras nas condições clínicas relacionadas a distúrbios da marcha, o equilíbrio e a qualidade de vida. |
| LEMES, L. B. et al., 2016 | Verificar a efetividade da fisioterapia no sistema cognitivo-perceptual de indivíduos com DP. | Trata-se de série de casos prospectiva, com uma amostra de 16 idosos com média de idade de 70,4 anos, diagnosticados com DP, com a aplicação da intervenção e follow up durante 3 meses, constando de 20 sessões de 50 minutos, duas vezes por semana. Na terapia os pacientes exercitavam e estimulavam as funções motoras, cognitivas e perceptuais. | Ao final da terapia, verificaram efetividade nos resultados para o sistema, porém não houve diferença significativa nos desfechos de independência funcional e sintomas depressivos |
| SANTOS, L. A. A. et al., 2016 | Revisar sistematicamente os efeitos de dupla tarefa intervenções | Revisão sistemática de literatura nas bases de dados MEDLINE/PubMed, LILACS e SciELO | Os diferentes tipos de intervenções de dupla tarefa (dança, estímulos sonoros, visual e |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | no Desempenho da marcha de pacientes com doença de Parkinson | | somatossensorial) foram associadas a melhorias em diversos indicadores de desempenho da marcha em pacientes parkinsonianos, incluindo a velocidade da marcha, comprimento de tempo e ritmo, cadência e comprimento do passo. |
| SILVA, T. A. M.; CORIOLAN O, M. G. W. S.; MONTEIRO, D., 2017 | Comparar os efeitos entre a fisioterapia aquática e a fisioterapia convencionada na mobilidade funcional, medo e risco de quedas em idosos com DP. | Ensaio clínico randomizado, controlado e duplo-cego, com 20 idosos com DP. Os idosos foram divididos em dois grupos: o grupo controle (submetido a um protocolo de treino motor, 2 vezes por semana, com sessões de 40 minutos cada) e o experimental (realizado dentro da piscina, duas vezes por semana num total de 60 minutos, em quatro fases: aquecimento, alongamento, exercícios ativos e proprioceptivos e relaxamento/socialização realizados), | Ambos os grupos apresentaram melhora no equilíbrio e redução de risco de quedas, onde a fisioterapia aquática demonstrou ser tão eficaz quanto a convencional. |
| CARMO, V. S et al., 2017 | Examinar a aptidão física de idosos parkinsonianos submetidos ao método Pilates. | Realizaram 30 sessões, de 60 minutos cada, durante três vezes na semana, com uma amostra de quatro idosos, do sexo masculino, na faixa etária de 64 a 83 anos, diagnosticados com DP. Constando um total de 10 semanas. As sessões foram constituídas de: pré- Pilates, mat Pilates, treino de equilíbrio e marcha, exercícios de relaxamento corporal. | Constataram que a referida fisioterapia se constitui em eficaz opção para reabilitação da população idosa parkinsoniana, apresentando melhores parâmetros de força e resistência de membros superiores e inferiores, flexibilidade de membros superiores e inferiores e de mobilidade física. |
| FRAGA, A. S. et al., 2017 | Avaliar o efeito de um programa de exercícios de | As intervenções foram realizadas no domicílio de 16 idosos parkinsonianos, com média de idade de 62 anos, | Constataram no final da intervenção melhora significativa na força muscular |

| | | | |
|------------------------------|---|--|--|
| | fisioterapia respiratória domiciliar orientado, individualizado, semanal do fisioterapeuta, sobre a função pulmonar em parkinsonianos | durante três meses, com duração máxima de 60 minutos. O protocolo constava de três exercícios, constituído de padrão ventilatório seletivo, calistenia e inspirômetro de incentivo, além de exercícios de alongamentos, mobilidade, equilíbrio, força e orientações | respiratória e na função pulmonar dos idosos. |
| BUENO, M. E. B. et al., 2017 | Comparar a eficácia de três intervenções de fisioterapia utilizando formação rítmica, bola suíça e dupla tarefa, no tratamento da marcha em indivíduos com DP | Realizado com uma amostra de 45 idosos Cada grupo com 15 pacientes, que receberam 24 sessões durante três meses, com as seguintes terapias: formação rítmica (três circuitos de curta, usando pequena bola e maleável, stick, cones, argolas, obstáculos coloridos, horizontal, escadas, plataforma e cadeiras); treinamento com bola suíça (26 exercícios com uma bola suíça); dupla tarefa (utilizaram uma cadeira de plástico, bola de futebol, cones, caixas coloridas, argolas e maleável, stick, escada horizontal, e poli metade cones, além de cartazes com imagens, palavras ou operações aritméticas para as duas tarefas, com exercícios progressivos nas posições sentada e em pé, evoluindo de simples para dupla tarefas). | Entre as intervenções realizadas a formação rítmica apresentou melhores resultados nos desfechos da marcha no que se refere ao comprimento do passo, duração e velocidade. |

Fonte: Bases de Dados LILACS, BVS e Scielo

DISCUSSÃO

A fisioterapia deve ser realizada logo após o diagnóstico de Doença de Parkinson, a fim de prevenir e reduzir sintomas como atrofia muscular, capacidade de exercícios diminuída e fraqueza muscular, proporcionando ao parkinsoniano uma melhor qualidade de vida e funcionalidade (BERTOLDI; SILVA; FAGANELLO- NAVEGA, 2013).

A doença de Parkinson afeta o sistema nervoso central, caracterizada por uma perda preferencial dos neurônios dopaminérgicos localizado na pars compacta da substância negra, por uma redução dos níveis de dopamina no estriado e pela proteína intracelular inclusões, onde a morte celular e patogênese da DP, associam-se a fatores de risco, como genéticos (histórico familiar), ambientais (contato com químicos, metais, pesticidas etc.) e idade avançada (SANTOS et al., 2016).

A DP por ser uma enfermidade neurodegenerativa ocasiona a deterioração dos parâmetros físicos dos parkinsonianos idosos, bem como à deteriorações da função cognitiva global, o que leva à limitação funcional e diminuição da aptidão física. Diante disso, exercícios físicos fisioterápicos tornam-se necessários para reduzir os problemas motores, aumentando a mobilidade do paciente, ajudando-o na manutenção de sua independência na realização das atividades cotidianas (SOARES et al., 2014; CARMO et al., 2017).

Na reabilitação do idoso com DP a Fisioterapia faz-se necessária, onde a facilitação neuromuscular proprioceptiva se constitui em uma terapia relevante, conforme observado no estudo de Santos et al. (2012), pois a FNP propicia ganho de mobilidade e alongamento, englobando atividades corporais totais que podem ser facilmente implantadas nas atividades cotidianas.

O fortalecimento muscular constitui-se em importante recurso fisioterapêutico ao idoso com DP, conforme verificado no estudo de Bertoldi, Silva e Faganello- Navega (2013) destacando que esses exercícios aumentam o recrutamento de unidades motoras, bem como melhoram o equilíbrio corporal, a capacidade e timing na geração de força, além de reduzir a rigidez muscular e a hiperativação reflexa, preservando a extensibilidade funcional dos músculos, o que propicia o condicionamento, mantendo o equilíbrio, impedindo quedas em idosos parkinsonianos.

Os exercícios em plataforma vibratória tornam-se importantes recursos fisioterapêuticos na reabilitação de idosos com Parkinson, conforme verificado no estudo de Soares et al. (2014), que demonstraram como benefícios desses exercício físico em idosos com DP, o aumento do fluxo sanguíneo para o cérebro, que carrega o oxigênio e outros substratos energéticos que atuam na síntese e metabolismo de neurotransmissores; o aumento da atividade de enzimas antioxidantes, permitindo maior capacidade de defesa contra o estresse oxidativo no sistema nervoso central, com tempos semelhantes em outros tecidos.

Um protocolo fisioterapêutico pode trazer eficaz resultado ao sistema cognitivo-perceptual de idosos parkinsonianos, conforme verificado no estudo de Lemes et al. (2016), onde foi constatado que os exercícios físicos em curto prazo podem melhorar a função cognitiva, pois aumentam o fluxo sanguíneo do cérebro, a sua oxigenação e nutrição. Quando realizado em longo período propicia ainda a evolução prolongada da oxigenação do cérebro, bem como a liberação de fatores antioxidantes, que ajudam a adiar a perda cognitiva por lesão neuronal. Enquanto a reabilitação cognitiva propicia o progresso ou manutenção das habilidades cognitivas, bem como melhora da qualidade de vida dos idosos com esta disfunção associada à doença de Parkinson.

Entre as opções de tratamentos fisioterapêuticos para idosos com DP na melhora da marcha tem-se as variadas intervenções de dupla tarefa (dança, estímulos sonoros, visual e somatossensorial) conforme verificado nos estudos de Santos et al. (2016), diminuindo a queda e melhorando o desempenho da marcha na velocidade, ritmo, cadência e comprimento do

passo, ao longo tempo entre os idosos com DP.

Entretanto, no estudo de Bueno et al. (2017), a formação rítmica apresentou melhores resultados nos desfechos da marcha, quando comparada à dupla tarefa e exercícios com bola suíça. A maior atenção exigida durante a formação rítmica, promove um controle mais consciente e mais discreto do movimento. Esta técnica está associada com a alteração de padrões de atividade neural, mais especificamente, com maior atividade no córtex premotor lateral, onde as atividades incentivam mudanças de posição e transferências de peso, que melhoram a percepção dos pacientes em relação à sua estabilidade, limitações e ajuste do centro de gravidade.

A fisioterapia aquática, pode ser utilizada no tratamento de idosos com Parkinson, possibilitando a sua reabilitação, pois propicia a redução do estresse articular, além de aumentar a circulação. A imersão do corpo na água, facilita a realização de movimentos mais amplos, além de atividades desafiadoras, o que permite repetições, bem como a obtenção de melhoria no desempenho motor e funcional (SILVA; CORIOLANO; MONTEIRO, 2017).

O Pilates compreende em um recurso terapêutico bastante utilizado entre idosos, conforme evidenciado no estudo de Carmo et al. (2017), que verificaram que esta intervenção composta por exercícios de baixo impacto, o corpo com a disciplina mental, conforme os princípios de respiração, centralização, concentração, controle, precisão e fluidez do movimento, trazendo entre seus benefícios no paciente idoso com DP, evolução da flexibilidade corporal, alinhamento postural, coordenação motora, aumento da força muscular (decorrente da associação à um melhor controle motor e do recrutamento muscular).

Os exercícios respiratórios são importante terapias fisioterápicas, como verificado no ensaio clínico não controlado de Fraga et al. (2017), pois promovem a reabilitação da força muscular e função pulmonar do paciente e coíbem afecções respiratórias. Todavia para aplicar a referida terapia, torna-se imprescindível a avaliação funcional respiratória, para que se identificar disfunções e formar um programa de tratamento direcionado ao idoso parkinsoniano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na revisão de literatura realizada, verificou-se que os exercícios fisioterapêuticos se constituem em importantes estratégias para diminuir as repercussões motoras da DP. Entre os exercícios que podem ajudar o parkinsoniano na realização de atividades cotidianas, foram identificados no presente estudo: facilitação neuromuscular proprioceptiva, fortalecimento muscular, exercícios em plataforma vibratória, protocolo fisioterapêutico, dupla tarefa, formação rítmica, fisioterapia aquática, pilates e exercícios respiratórios.

Diante do exposto, o papel da Fisioterapia é essencial junto ao idoso com DP, pois retarda o aparecimento do comprometimento funcional, melhorando o equilíbrio, marcha, respiração, postura corporal, mantendo a

atividade muscular, portanto, reduzindo a evolução da doença de Parkinson e sua sintomatologia, promovendo a realização de tarefas cotidianas que propiciem a autonomia dos idosos parkinsonianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLDI, F. C.; SILVA, J. A. M. G.; FAGANELLO-NAVEGA, F. R. Influência do fortalecimento muscular no equilíbrio e qualidade de vida em indivíduos com doença de Parkinson. **Fisioter Pesq.**, v. 20, n. 2, p. 117-122, 2013.

BUENO, M. E. B.; ANDRELLO, A. C. R.; TERRA, M. B.; SANTOS, E. B. C.; MARQUIOLI, J. M.; SANTOS, S. M. S. Comparison of three physical therapy interventions with an emphasis on the gait of individuals with Parkinson's disease. **Fisioter. mov.**, v. 30, n. 4, out./dez. 2017.

CARMO, V. S.; BOAS, L. A. V.; VALE, A. L. A.; PINHEIRO, I. M. Aptidão física de idosos com doença de Parkinson submetidos à intervenção pelo método Pilates. **RBCEH**, v. 14, n. 2, p. 183-194, maio/ago. 2017.

FLORIANO, E. N.; ALVES, J. F.; ALMEIDA, I. A.; SOUZA, R. B.; CHRISTOFOLETTI, G.; SANTOS, S. M. S. Dual task performance: a comparison between healthy elderly individuals and those with Parkinson's disease. **Fisioter. mov.**, v. 28, n. 2, abr./jun. 2015.

FRAGA, A. S.; SILVA, T. V. A.; LINS, C. C. S. A.; CORIOLANO, M. G. W. de S. Repercussões de um programa de exercícios de fisioterapia respiratória em pacientes com Doença de Parkinson. **V Congresso Internacional de Envelhecimento Humano – CIEH**, Maceió – AL, 22 a 24 nov. 2017.

GONDIM, I. T. G. O.; LINS, C. C. S. A.; CORIOLANO, M. G. W. S. Exercícios terapêuticos domiciliares na doença de Parkinson: uma revisão integrativa. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v. 19, n. 2, p. 349-364, 2016.

LEMES, L. B.; BATISTETTI, C. L.; ALMEIDA, I. A.; BARBOZA, N. M.; TERRA, M. B.; SANTOS, M. E. B. B.; SMAILI, S. M. Desempenho cognitivo-perceptual de indivíduos com doença de Parkinson submetidos à fisioterapia. **ConScientiae Saúde**, v. 15, n. 1, p. 44-52, 2016.

SANTOS, L. A. A.; CAMPOS, C.; BENTO, T.; LATTARI, E.; NARDI, A. E.; ROCHA, N. B. F.; MACHADO, S. Effects of dual-task interventions on gait performance of patients with Parkinson's Disease: A systematic review. **Medical Express**, v. 3, n. 4, jul./ago. 2016.

SANTOS, T. B.; PERACINI, T.; FRANCO, P. M.; NOGUEIRA, R. L.; SOUZA, L. A. P. S. Facilitação neuromuscular proprioceptiva na doença de Parkinson: relato de eficácia terapêutica. **Fisioter Mov.**, v. 25, n. 2, p. 281-289, abr./jun.

2012.

SILVA, T. A. M.; CORIOLANO, M. G. W. S.; MONTEIRO, D. Análise comparativa entre os efeitos da fisioterapia aquática e convencional na mobilidade funcional de idosos com doença de Parkinson. **V Congresso Internacional de Envelhecimento Humano** – CIEH, Maceió – AL, 22 a 24 nov. 2017.

SOARES, L. T.; PEREIRA, A. J. F.; MAGNO, L. D. P.; FIGUEIRAS, H. M.; SOBRAL, L. L. Balance, gait and quality of life in Parkinson's disease: Effects of whole body vibration treatment. **Fisioter. mov.**, v. 27, n. 2, abr./jun. 2014.

Sobre os Organizadores

Prof^a MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre

Educação, Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Prof Dr. Rômulo Terminelis da Silva, Ph.D.



Psicólogo. Pedagogo. Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínico. Pós-graduado em Neuropsicologia. Pós-graduado em Terapia Cognitivo Comportamental. Pós-graduado em Metodologia Científica, Normas Técnicas e Orientação para Trabalhos Acadêmicos. Mestre em educação - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Doutorado em Educação - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB e Pós-Doutorado em educação - Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. Professor Formador nível I (2022) da CAPES, no Sistema de Gestão de Bolsas, no programa Universidade Aberta - UAB, Instituto Federal de Educação, Ciências E Tecnologia de Roraima, como orientador de TC II. Membro de Banca Examinadora de Pós-Graduação do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia

do Amazonas Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria de Educação a Distância Universidade Aberta do Brasil – UAB, Coordenação do Curso de Pós-graduação: Gestão em Saúde – EaD GS/IFAM/UAB/CAPES, Mestrado e Doutorado. Orientador de TCC: Monografia, Artigo, e Orientador de Projetos, Dissertação e Tese de Doutorado. Atuou como professor horista e contratado em diversas faculdades e universidades como: FACETEN, ITEFIR, FACIBA, ALBERT EINSTEIN, FATEH, FARES, FJC – Faculdade João Calvino / Universidad Hispano Guaraní, Professor do Centro Universitário Estácio Atual, Professor da Universidad Tecnológica Internacional do Paraguai, Professor e Orientador de Dissertação e Tese de Doutorado. Atualmente também hoje como professor concursado da rede pública de Ensino em Roraima e professor horista dos cursos de pós-graduações e graduações da Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil - **FACETEN**, Instituição credenciada junto ao MEC, teve seu recredenciamento publicado no D.O.U no dia 12/04/2017 através da portaria n. 493, mantida pelo Instituto Superior de Educação Faceten Ltda. Dispõe atualmente de Cursos autorizados e reconhecidos nas áreas de Graduação e Pós-Graduação.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4752175092618809>

Publicação em capítulo de livro


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

@epitaya 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 

EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE:
CAMINHOS DA FORMAÇÃO CIDADÃ E A
REALIDADE BRASILEIRA

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS
RÔMULO TERMINELIS DA SILVA
ORGANIZADORES


epilaya
Editora

ISBN: 978-65-87809-51-9



9 786587 809519